



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

JAILSON COSTA DA SILVA

**A MEMÓRIA DOS ESQUECIDOS: NARRATIVAS DOS SUJEITOS PARTICIPES
DAS AÇÕES DO MOBRAL CULTURAL NO SERTÃO DE ALAGOAS**

Maceió - AL
2018

JAILSON COSTA DA SILVA

**A MEMÓRIA DOS ESQUECIDOS: NARRATIVAS DOS SUJEITOS PARTICIPES
DAS AÇÕES DO MOBRAL CULTURAL NO SERTÃO DE ALAGOAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), como requisito para a obtenção do grau de Doutor em Educação. Linha de pesquisa: História e Política da Educação. Área de concentração: Educação de Jovens e Adultos.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marinaide Lima de Queiroz Freitas

Maceió - AL
2018

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central

Bibliotecária Responsável: Janis Christine Angelina Cavalcante

S596m Silva, Jailson Costa da.

A memória dos esquecidos: narrativas dos sujeitos partícipes das ações do
Mobral Cultural no Sertão de Alagoas / Jailson Costa da Silva. – 2018.
229 f. color.

Orientadora: Marinaide Lima de Queiroz Freitas.

Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Alagoas.
Centro de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2018.

Bibliografia: f. 210-218.

Anexos: f.219-229.

1. Mobral Cultural. 2. Sertão de Alagoas. 3. Memórias. 4. Narrativas.
I. Título.

CDU: 37:82-3(813.5)

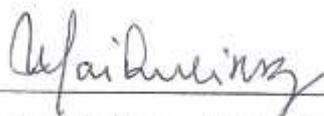
Universidade Federal de Alagoas
Centro de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação

**A memória dos esquecidos: narrativas dos sujeitos partícipes das ações do Mobral
Cultural no sertão de Alagoas**

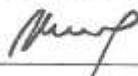
JAILSON COSTA DA SILVA

Tese submetida a banca examinadora, referendada pelo Programa de Pós-Graduação em
Educação da Universidade Federal de Alagoas para obtenção do título de Doutor em
Educação em 27 de março de 2018.

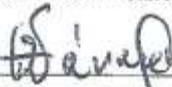
Banca Examinadora:



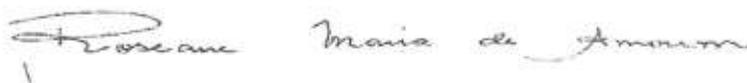
Profa. Dra. Marinaide Lima de Queiroz Freitas (CEDU – UFAL)
(Orientadora)



Profa. Dra. Jane Paiva (UERJ)
(Examinadora externa)



Prof. Dr. Osmar Fávero (UFF)
(Examinador externo)



Profa. Dra. Roseane Maria de Amorim (CEDU – UFAL)
(Examinadora interna)



Prof. Dr. Walter Matias Lima (CEDU – UFAL)
(Examinador interno)

DEDICATÓRIA

Dedico a Bernardo, meu filho, que faz tudo valer a pena.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela presença constante em minha vida.

Aos meus pais, Antônio Sandes e Maria de Lourdes, que às suas maneiras me ensinaram a trilhar meu caminho com amor e perseverança.

À Ana Lúcia Minha esposa, meu grande amor, amiga e companheira que muito contribuiu para tornar possível a realização desta etapa.

À CAPES (Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pelo apoio financeiro na realização desta pesquisa e ao programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Alagoas, pelo apoio disponibilizado no decorrer do curso.

À professora Dra. Marinaide Lima de Queiroz Freitas, muito presente em todos os momentos de construção deste trabalho, sempre com muita compreensão, estímulo, incentivo e confiança, em especial pela maneira como conduziu a orientação dessa pesquisa, principalmente, pela sua generosidade para com minhas limitações.

À professora Dra. Jane Paiva que acompanhou esse estudo desde o seu nascedouro, sempre com muito cuidado no processo de construção da minha pesquisa.

À Banca Examinadora formada por pessoas que respeito e admiro profundamente – Profa. Dra. Jane Paiva (Uerj), Prof. Dr. Osmar Fávero (UFF), Profa. Dra. Roseane Maria de Amorim (Cedu – Ufal), Prof. Dr. Walter Matias Lima (Cedu – Ufal).

Aos componentes do Grupo de Pesquisa *Aprendizados ao longo da vida: sujeitos, políticas e processos educativos* – ProPEd/Uerj, por terem me acolhido com carinho em seus cotidianos.

Aos meus companheiros de estudo do *Grupo de Pesquisa Multidisciplinar em Educação de Jovens e Adultos (Multieja)* – PPGE/Ufal.

Ao professor Dr. Antônio Francisco Ribeiro de Freitas – COS\UFAL pela colaboração constante na produção dos meus escritos.

Aos meus nove irmãos – Josenaldo, Maria José, Genário, Cícero, Maria Solange, Célio, José Sergio, Josimar e Josimarly, que sempre estão na torcida pelo meu sucesso.

A todos os amigos, desde os mais próximos, àqueles de quem me distanciei, por diversas razões da vida, mas que, mesmo assim, não deixaram de torcer por esta conquista.

Em especial, aos guardiões das memórias do Mobral que se tornaram interlocutores dessa pesquisa, sem os quais não poderíamos avançar nessa investigação.

A todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para o meu êxito, meu muito obrigado!

Perguntas de um trabalhador que lê

Bertolt Brecht

*Quem construiu a Tebas de sete portas? Nos livros estão nomes de reis.
Arrastaram eles os blocos de pedras?*

E a Babilônia várias vezes destruída quem a reconstruiu tantas vezes?

Em que casas da Lima dourada moravam os construtores?

Para onde foram os pedreiros, na noite em que a Muralha da China ficou pronta?

*A grande Roma está cheia de arcos do triunfo. Quem os ergueu?
Sobre quem triunfaram os Césares?*

A decantada Bizâncio tinha somente palácios para seus habitantes?

*Mesmo na lendária Atlântida, os que se afogavam gritavam por seus escravos
na noite em que o mar a tragou...*

O jovem Alexandre conquistou a Índia. Sozinho?

César bateu os gauleses. Não levava sequer um cozinheiro?

Filipe da Espanha chorou quando sua Armada naufragou. Ninguém mais chorou?

Frederico II venceu a Guerra dos Sete Anos. Quem venceu além dele?

*Cada página uma vitória.
Quem cozinhava o banquete?*

*A cada dez anos um grande homem.
Quem pagava a conta?*

*Tantas histórias.
Tantas questões.*

RESUMO

Este trabalho registrou as ações desenvolvidas pelo Programa Mobral Cultural, implementado pelo Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), no município de Santana do Ipanema-AL (1973-1985). Teve como objetivo compreender – a partir da tessitura das histórias e memórias, como os sujeitos do sertão alagoano experienciaram e ressignificaram as ações culturais desenvolvidas pelo Mobral em um contexto de Ditadura civil-militar. Partiu da seguinte problematização: Quais foram as contribuições e ressignificações experienciadas pelos sujeitos sertanejos, no campo das ações culturais do Mobral? Fundamentou-se nos estudos de: Certeau (2011a; 2011b; 2012), Lahire (2006; 2013), Bosi A. (1992), Brandão (2002a; 2002b) Fávero (1983), Freire (2011a; 2011b), entre outros. Os depoimentos dos sujeitos envolvidos foram colhidos através de entrevistas, por meio da abordagem qualitativa da história oral, com base nos postulados teóricos de Alberti (2008), Portelli (2010), Amado (1995b) e Bosi E. (1994) privilegiando, também, a fotografia como fonte, usando Cartier-Bresson (1971), Guran (2011), Leite (1993) e Mauad (1996). As fontes orais e visuais trouxeram novas reflexões em relação ao lugar – sertão alagoano. O que me fez perceber as contribuições e ressignificações que foram possíveis no contexto da investigação, entre elas a apropriação dos artistas locais das ações culturais desenvolvidas em um Movimento marcado pela Ditadura civil-militar.

Palavras-chave: Mobral Cultural. Memória. Narrativas. Sertão alagoano

ABSTRACT

This work was recorded as actions developed by the Programa Mobral Cultural, implemented by Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), in the municipality of Santana do Ipanema-AL (1973-1985). It aimed to understand - from the texture of stories and memories, how the subjects of the Alagoan backwoods experienced and re-signified the cultural actions developed by Mobral in a context of civil-military Dictatorship. It started from the following problematization: What were the contributions and resignifications experienced by the country person subjects, in the field of the cultural actions of the Mobral? It was based on the studies of: Certeau (2011a; 2011b; 2012), Lahire (2006; 2013), Bosi A. (1992), Brandão (2002a; 2002b) Fávero (1983), Freire (2011a; 2011b), among others. The interviews of the subjects involved were collected through interviews, through the qualitative approach of oral history, based on the theoretical postulates of Alberti (2008), Portelli (2010), Amado (1995b) and Bosi E. (1994) privileging, also, the photography as source, using Cartier-Bresson (1971), Guran (2011), Leite (1993) and Mauad (1996). The oral and visual sources brought new reflections regarding the place - the Alagoan backwoods. What made me realize the contributions and resignifications that were possible in the context of the investigation, among them the appropriation of the local artists of the cultural actions developed in a Movement marked by the civil-military Dictatorship.

Keywords: Cultural Mobral. Memory. Narratives. backwoods alagoan

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Apresentação de banda de pífanos – julho de 1982.....	41
Figura 2 – Casarões do centro histórico de Santana do Ipanema.....	55
Figura 3 – Santana do Ipanema em dia de feira.....	56
Figura 4 – O monumento – erguido na Praça das Coordenadas no ano 1969 apresentando a figura do jegue e do tangedor.....	60
Figura 5 – Remoção do calçamento original feito com pedras na Rua Coronel Lucena, uma das principais ruas da cidade, início da década de 1960.....	62
Figura 6 – Mobilização das comunidades rurais com a utilização da Minimobralteca.....	65
Figura 7 – Batalhão de Lagoa – Povoado Santiago, Município de Pão de Açúcar – AL, agosto de 1981.....	71
Figura 8 – Batalhão de Lagoa: plantação de arroz na extinta Lagoa de Santiago, agosto de 1981.....	85
Figura 9 – Serviço de oito – Batalhão de Lagoa – Povoado Santiago, agosto de 1981.....	97
Figura 10 – O Batalhão na extinta Lagoa de Santiago.....	89
Figura 11 – Acompanhamento às salas de aula do Mobral – agosto de 1979.....	112
Figura 12 – Chegada dos supervisores estaduais no sertão para o encontro de Supervisores de área – agosto de 1979.....	136
Figura 13 – Mapa cultural dos municípios alagoanos.....	138
Figura 14 – Mobilização no Posto Cultural – atividade externa.....	143
Figura 15 – Cursos de pintura, bordado e crochê na Mobralteca.....	148
Figura 16 – Apresentações culturais com a utilização da Minimobralteca.....	150
Figura 17 – Apresentação teatral realizada na Mobralteca na Cidade de Arapiraca /AL.....	155
Figura 18 – Apresentação cultural – Reisado.....	163
Figura 19 – Levantamento de dados referentes ao Folclore, patrimônio histórico e ecológico de Santana do Ipanema.....	165
Figura 20 – Visão interna do Posto Cultural do Mobral – agosto de 1979.....	174
Figura 21 – Apresentações culturais – Quadrilha – Mata Grande/AL, julho de 1982.....	178
Figura 22 – Atividades realizadas na Mobralteca na cidade de Arapiraca /AL.....	179
Figura 23 – Construção do Programa de Diagnóstico Municipal (PDM) sertão Alagoano.....	186
Figura 24 – Festa do padroeiro.....	199
Figura 25 – Atividade cultural com os alunos do Programa de Alfabetização Funcional.....	200

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABCAR	Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
ABHO	Associação Brasileira de história oral
ANPEd	Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação
APEDE	Agente Pedagógica
BNH	Banco Nacional da Habitação
CABC	Cruzada de Ação Básica Cristã
CEAA	Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos
CECUT	Centro Cultural
CEDU	Centro de Educação
CEPLAR	Campanha de Educação Popular da Paraíba
CES	Centros de Ensino Supletivo (CES)
CNEA	Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo
CNER	Campanha Nacional de Educação Rural
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COEPE	Coordenadoria de Ensino Regular de 1º Grau
COEST	Coordenações Estaduais
COMUM	Comissões Municipais
CONFINTEA	Conferência Internacional de Educação de Adultos
CPC	Centro de Cultura Popular
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CREMEJA	Centro de Referência e Memória da Educação Popular e da EJA
DNE	Departamento Nacional de Educação
DNMO	Departamento Nacional de Mão de Obra
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMOBE	Encarregada da Área de Mobilização
ENSUG	Encarregada de Supervisão Global
FAZ	Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social
GDCS	Grupo de Documentação em Ciências Sociais
GEPAC	Gerência de Programas de Ação Comunitária
GEPRO	Gerência de Profissionalização
IBGE	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INL	Instituto Nacional do Livro
IOHA	International Oral History Association
IPQM	Instituto de Pesquisas da Marinha
LBA	Legião Brasileira de Assistência
MCP	Movimento de Cultura Popular
MEB	Movimento de Educação de Base
MEC	Ministério da Educação
MIS	Museu da Imagem e do Som
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
MULTIEJA	Grupo de Pesquisa Multidisciplinar em Educação de Jovens e Adultos
NEDEJA	Núcleo de Estudos e Documentação em Educação de Jovens e Adultos
NEPEAL	Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Alfabetização
PAF	Programa de Alfabetização Funcional
PBA	Programa Brasil Alfabetizado
PDM	Programa de Diagnóstico Municipal
PEI	Programa de Educação Integrada
PENAC	Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania
PES	Programa de Educação Comunitária para a Saúde
PIPMO	Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PROCAD	Programa Nacional de Cooperação Acadêmica
PRODAC	Programa Diversificado de Ação Comunitária
PRONTEL	Programa Nacional de Teleeducação
PSECD	Plano Setorial de Educação Cultura e Desporto
REMOB	Regiões da Mobralteca
SAR	Serviço de Assistência Rural
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SEMED	Secretaria Municipal de Educação de Maceió
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SEPS	Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus
SER	Sistema de Radiodifusão Educativa

SIRESE	Sistema Rádio Educativo de Sergipe
SNT	Serviço Nacional do Teatro
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUSUG	Subsistema de Supervisão Global
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
USAID	United States Agency for International Development

SUMÁRIO

1	REFAZENDO MEUS PASSOS.....	15
2	DELINEAMENTO DO ITINERÁRIO DA PESQUISA: REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS.....	22
2.1	Considerações sobre história oral.....	29
2.2	Reconstruções históricas por meio da memória.....	33
2.2.1	Uma memória social coletiva.....	35
2.3	Escavações em acervos inexplorados: fontes documentais.....	37
2.4	A fotografia como fonte documental: alguns achados.....	39
2.5	Pelos sertões: desconstruindo conceituações reguladoras.....	45
2.5.1.	O ponto de partida: Santana do Ipanema.....	53
2.5.2.	Uma abordagem histórica sobre o município em estudo.....	53
2.5.3	Incursões no campo da investigação e os sujeitos interlocutores.....	63
2.5.3.1	O animador dos programas culturais do Mobral.....	64
2.5.3.2	O reencontro com a ex-supervisora de área de Santana do Ipanema.....	66
2.5.3.3	As componentes da Coordenação Estadual: um discurso multivocal.....	68
2.5.3.4.	Pelos sertões: o ex-supervisor de área de Pão de Açúcar.....	69
2.5.3.5.	Pelos sertões: um seguidor da Mobralteca.....	72
2.5.3.6.	Pelos sertões: um espectador da Mobralteca.....	73
3	O CARÁTER PLURAL DA CULTURA: DIVERSOS SENTIDOS E POSSIBILIDADES DE INTERPRETAÇÃO.....	74
3.1.	Esboçando significações de cultura: algumas interpretações.....	76
3.1.1	Entre cantos e labuta: o Batalhão de lagoa.....	84
3.2	Cultura popular: alguns sentidos.....	91
4	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO MOBREAL: AÇÕES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS E NO SERTÃO ALAGOANO.....	100
4.1	Estrutura organizacional do Mobral em âmbito nacional: o surgimento de vários programas.....	102
4.1.1	Programa de Alfabetização Funcional (PAF)	104
4.1.2	Programa de Educação Integrada (PEI)	106
4.1.3	Programa de Profissionalização.....	108
4.1.4	Programa de Educação Comunitária para a Saúde.....	108
4.1.5	Programa Diversificado de Ação Comunitária.....	110
4.1.6	Programa de Autodidatismo.....	111
4.1.7	Programa Infanto-Juvenil.....	111
4.1.8	Programa Pré-escolar.....	113
4.1.9	Programa Tecnologia da Escassez.....	114

4.2	O Mobral em Alagoas.....	117
4.3	O Mobral no sertão alagoano.....	125
5	O MOBRAL CULTURAL.....	131
5.1	A chegada do Mobral Cultural à comunidade sertaneja.....	133
5.2	Mapeamento cultural dos municípios brasileiros.....	137
5.3	Unidades operacionais do Programa.....	139
5.3.1	O Posto Cultural.....	140
5.3.2	A Mobralteca.....	146
5.4	Subprogramas do Mobral Cultural.....	150
5.4.1	Literatura e Publicações.....	151
5.4.2	Teatro e Cinema.....	154
5.4.3	Música.....	157
5.4.4	Rádio e televisão.....	158
5.4.5	Artes plásticas.....	160
5.4.6	Arte popular e folclore.....	161
5.4.7	Patrimônio histórico e ecológico.....	164
6	CONTRIBUIÇÕES E RESSIGNIFICAÇÕES EM TORNO DAS AÇÕES CULTURAIS DO MOBRAL NA COMUNIDADE SERTANEJA: MÚLTIPLOS OLHARES.....	168
6.1	O que nos revelou o olhar externo.....	169
6.1.1	Das narrativas das componentes da Coordenação Estadual.....	169
6.1.2	Das memórias de um andarilho: relatos do animador das ações culturais.....	176
6.2	O olhar interno: experiências compartilhadas pelos sertanejos.....	180
6.2.1	A mobilização da comunidade santanense: com a palavra a ex-supervisora de área....	180
6.2.2	Seguindo pistas: lembranças oriundas do município vizinho.....	184
6.2.3	Lembranças do seguidor da Mobralteca.....	189
6.2.3	Memórias de um espectador da Mobralteca.....	193
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	198
	REFERÊNCIAS.....	207
	FONTES ORAIS.....	215
	ANEXOS.....	217

1 REFAZENDO MEUS PASSOS

A igreja de Santana do Ipanema “pegou fogo”!
 A prefeitura de Santana do Ipanema, “Meteram fogo”!
 Não é que “Botaram Fogo na Coletoria de Santana do Ipanema”!
 “Virou arcanfô o registro de documentos de Santana”!
 “Quem precisar de batistério, tem que pedir a Antônia de Zé Maximiano, que ela vai na Igreja e testemunha as
 datas de nascimento e batismo, e o padre dá a certidão”!

(BARROS, 2010, p. 65)

Santana do Ipanema pelos caminhos da memória

Em busca da construção de novos saberes, refaço o meu caminho percorrido no âmbito da pesquisa, caminho que é agora retomado, a partir dos achados da minha dissertação de mestrado defendida em 2013. A incompletude, o inacabamento, as inconclusões convocaram-me a retomar, mostrando-me o despontar de questões ainda não problematizadas no meu objeto de pesquisa. Assuntos mais uma vez provenientes do sertão alagoano, região que demonstra pouco apreço à preservação da memória, sobretudo quando esses documentos são grafados por interesses políticos. Na epígrafe que abre esses escritos a antropóloga santanense Luitgarde Barros (2010, p 65), chama a atenção para esse descaso com a memória, destacando sua dificuldade em escrever sobre Santana do Ipanema; tal dificuldade ocorre porque “[...] as chuvas terminaram carregando para o Ipanema [rio que corta a cidade] as cinzas dos dados documentais [...]”.

O desejo em dar continuidade à investigação surgiu da constatação de que, no âmbito do Mobral no sertão alagoano, muitas reflexões ainda permanecem em aberto. Nesse sentido, considerando ser a pesquisa um universo que não se esgota em si mesmo, busco retomar as questões reveladas a partir da referida investigação, tendo como princípio os ensinamentos de Gaarder (1997, p. 19), que de forma metafórica enfatiza em um diálogo estabelecido pelos personagens do seu livro *Ei! Tem alguém aí?* que: “Uma resposta nunca merece uma reverência. Mesmo que for inteligente e correta, nem assim você deve se curvar para ela.” Ancorado nos pensamentos deste autor, retomo os meus passos tendo como base não apenas as respostas alcançadas pela dissertação defendida, mas principalmente, a partir das novas inquietações que

floresceram pelos achados da investigação, que por motivos óbvios não puderam ser aprofundados no curto período reservado ao curso de Mestrado.

As palavras do autor supracitado são oportunas e ajudaram-me no entendimento de que as respostas evidenciadas pela pesquisa fazem parte de um caminho que ficou para trás, e esse caminho fez surgir novas perguntas que apontam “[...] o caminho para a frente.” (GAARDER, 1997, p.19-20).

Entre os objetos de estudo apontados pela pesquisa de Mestrado, ressalto alguns que abriram caminho para a continuidade de outras investigações:

- a) a presença de adolescentes e jovens nas turmas do Mobral;
- b) as iniciativas de profissionalização ofertadas pelo Mobral;
- c) o fato de o regime militar ter criado o Mobral em paralelo ao sistema educacional já existente;
- d) a presença constante de **ações culturais** no município *locus* da investigação, quando da permanência do Movimento no sertão alagoano.

Na pesquisa de doutorado, optei por estudar as ações culturais desenvolvidas pelo Mobral, conforme o item “d”, acima referido. E, para tanto, a abordagem qualitativa da história oral foi o caminho uma vez que desempenha papel de valorização e reconhecimento dos sujeitos guardiões da memória. Sujeitos esses que podem esclarecer, por meio de suas narrativas, aquilo que não encontramos registrado na história oficial.

A utilização das fontes orais apresenta-se com o intuito de extrair da comunidade sertaneja as experiências de quem realmente fez parte do momento histórico em foco. Nesse sentido, a memória dos esquecidos ganha visibilidade, e os sujeitos da pesquisa passam a assumir o lugar do discurso, enquanto sujeitos de enunciação. Nesse contexto, apoio-me nos estudos de Certeau (2011a, p. 46), que apresenta o *lugar* como um conceito básico em sua obra. O autor defende que “[...] em história, todo sistema de pensamento está referido a ‘lugares’ sociais, econômicos, culturais etc.” Nesse estudo em específico, este *lugar* é o sertão de Alagoas, um dos muitos sertões do país.

A opção pelo Mobral Cultural deu-se pelo fato da recorrente menção a este programa em particular, por grande parte dos entrevistados na pesquisa anterior. Com a releitura das

entrevistas que agora fazem parte de um *corpus* registrado no banco de dados do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Alfabetização (Nepeal) do Centro de Educação (Cedu) da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), advindo de pesquisa realizada no período 2011-2012, observou-se a necessidade de dar continuidade à pesquisa, enfatizando as ações desenvolvidas pelo Mobral Cultural na comunidade sertaneja.

A pesquisa realizada durante o Mestrado, bem como a realizada no Doutorado passaram a fazer parte de um contexto mais amplo, que diz respeito à organização do Centro de Referência e Memória da Educação Popular e da EJA (CReMEJA)¹ e sua continuidade em formação de Doutorado, articulando-se em rede de interlocução de pesquisadores da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), por meio do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ocasionando minha formação em Doutorado em Educação pela Ufal, com período sanduíche no Programa de Pós-Graduação em Educação (ProPed), da Uerj, no âmbito do Edital Procad/*Casadinho* Ufal/Ufrn/Uerj.

Essa interlocução permitiu-me um intercâmbio de experiências em relação aos estudos desenvolvidos pelo Grupo de Pesquisa *Multidisciplinar na Educação de Jovens e Adultos (Multieja)*² – Centro de Educação/UFAL, com o Grupo de Pesquisa *Aprendizados ao Longo da Vida: sujeitos, políticas, processos educativos*³.

A pesquisa atual do Grupo de Pesquisa *Aprendizados ao Longo da Vida: sujeitos, políticas, processos educativos – De memória em memória: trançando histórias na educação de jovens e adultos*, contribuiu para o aprofundamento de reflexões acerca da importância da valorização da memória no processo de reconstrução do passado. O contato com a memória material de acervos documentais e materiais didáticos recuperados pelo *Centro de Referência e Memória da Educação de Jovens e Adultos e da EJA* da Uerj tornou possível o

¹ Os Centros de Referência e Memória constituíram-se como política pública da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC), nos anos 2008-2010, acolhidos como tais, a partir de projeto submetido àquela Secretaria por pesquisadores de diversas universidades públicas. Durante a vigência da SECAD, muitas ações foram desenvolvidas e financiadas em núcleos de universidades desejosos de reconstruírem a memória dispersa de ações populares e de EJA, em todo o país. Recuperar a memória constituía, assim, o primeiro passo para reconstruir a história que, no caso da educação popular e da EJA, nem sempre fizeram parte dos registros da história da educação brasileira.

² Grupo coordenado pela Prof. Dra. Marinaide Lima de Queiroz Freitas. Professora da Graduação em Pedagogia e da Pós-Graduação em Educação Brasileira – Cedu/Ufal. Líder do grupo de pesquisa MULTIEJA. Coordenadora do Procad/Casadinho, no âmbito do Edital Ufal/Ufrn/Uerj.

³ Grupo coordenado pela Prof. Dra. Jane Paiva. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação (ProPed) e da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj). Orientadora do doutorando-sanduíche Procad/Casadinho.

aprofundamento dos meus estudos acerca das ações desenvolvidas pelo Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), no período de 1970 a 1985.

Nesse contexto, tive a oportunidade não só de explorar o acervo recuperado, mas de acompanhar o trabalho de catalogação documental relativo à educação de jovens e adultos, enfatizando a organização do acervo que estava sendo efetivada nesse meu período de estadia na Uerj.

As ações desenvolvidas nesse intercâmbio representaram, para minha pesquisa, grande avanço em termos dos novos achados memorialísticos que apontaram novos caminhos a serem percorridos, nesse processo de reconstrução de uma parte da história da educação de jovens e adultos, pouco explorada no Brasil. É importante enfatizar, ainda, o valor dessa experiência na formação de estudantes de pós-graduação, no sentido de oportunizar a articulação entre grupos de pesquisa e pesquisadores, o que possibilita o enriquecimento dos estudos desenvolvidos pelos mestrandos e doutorandos.

Esse intercâmbio foi uma experiência enriquecedora, que permitiu a possibilidade de aguçamento do meu olhar, garantindo maior tempo de maturação das ideias iniciais, retomadas e repensadas. Esse reencontro com o objeto de pesquisa ajudou-me, sobretudo, a entender a relevância do processo de aprendizagem que se efetiva quando o pesquisador se debruça sobre o objeto de pesquisa por um tempo mais prolongado. Nessa perspectiva utilizo-me das palavras de João Guimarães Rosa (1986, p. 52) para tentar descrever a relevância dessa minha experiência. “O real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia.” A partir das reflexões desse autor, consegui entender a riqueza da experiência vivida durante o processo iniciado no Mestrado em 2011 e prolongado até o final no curso de Doutorado em 2018.

A reconstrução da história de um movimento de educação, como o Mobral, que teve sua origem há mais de quatro décadas e, especialmente, em uma região onde as pessoas não têm a cultura de conservar documentos escritos, sobretudo, na área de educação e, especificamente, no campo da educação de jovens e adultos, apresentou-se como uma tarefa difícil. No sertão alagoano, essa escassez de fontes escritas sobre a história do Mobral em Santana do Ipanema, acentuou-se. Isso foi traduzido no depoimento a seguir:

Olhe. Aqui em Santana do Ipanema, todo material foi mandado para um depósito, não só do Mobral como dos funcionários antigos [...] um depósito [...] até depois disseram que queimaram, mas eu acho que é estória! Aí foi destruído esse material, mas tinha

folha de pagamento, convênio tinha tudo! (JENIUZA SOARES DE MELO – EX-SUPERVISORA DE ÁREA).

Essa narrativa ilustra a minha dificuldade de localizar na Secretaria de Educação Municipal de Santana do Ipanema registros acerca da origem do Movimento desde as pesquisas feitas no Mestrado, em 2011-2012. Isso me levou, naquela época, a optar pela história oral enquanto fonte de pesquisa. Foi este o fato que me conduziu à realização de entrevistas, indo à busca de pessoas que trabalharam diretamente no Mobral: uma ex-supervisora⁴, ex-alfabetizadores, uma ex-voluntária e ex-alunos, que participaram das ações do Programa de Alfabetização Funcional (PAF/Mobral).

Consciente da ausência da memória escrita sobre as ações do Mobral no sertão alagoano, retomei as investigações, agora sobre o Programa Mobral Cultural, seguindo as trilhas da história oral. As pistas deixadas pela pesquisa anterior levaram-me a outros interlocutores que contaram suas experiências, compartilharam suas lembranças nesse estudo, e ajudaram a preservar parte da história de um Movimento destinado às populações desfavorecidas. Benjamin (2012, p. 221) preocupado com a extinção da arte de contar histórias, alertou-me ao dizer: “ela se perde porque ninguém mais fia ou tece enquanto ouve a história.” Ouvir com atenção e aprender com a experiência narrada, foi um exercício que procurei fazer durante as entrevistas, na busca de tecer e fiar novas interpretações acerca das ações culturais do Mobral em terras sertanejas.

Esta tese, para além dessas palavras introdutórias, espaço no qual refaço os meus passos em um campo de pesquisa que investigo desde 2011, estrutura-se em cinco seções. Na *Seção 2* destaco, inicialmente, o delineamento do itinerário da pesquisa, apresentando as reflexões teórico-metodológicas que balizaram o estudo durante o percurso investigativo. Nessa seção privilegio a história oral enquanto metodologia de pesquisa, destacando a importância da memória para a reconstrução histórica do Mobral Cultural, na comunidade sertaneja escolhido como *locus* desta pesquisa. Esse espaço também é reservado para a apresentação de outros achados das pesquisas, as fontes visuais – fotografias e documentos institucionais do Mobral, e de minhas concepções sobre o *lugar* sertão. Apresento ainda, considerações sobre o processo de incursão no campo do estudo, destacando aspectos históricos do município de Santana do Ipanema, bem como a caracterização dos sujeitos interlocutores da investigação.

⁴ Pessoa que ia ao campo acompanhar as turmas de alfabetização e os demais programas.

A *Seção 3* é destinada à apresentação do caráter plural da cultura, com ênfase nos diversos sentidos e possibilidades de interpretação que pode ter. Com base em referencial teórico específico, apresento interpretações do termo cultura, enfatizando suas significações a partir de experiências vividas pelos sertanejos; nesse caso, abro um parêntese para apresentar a experiência vivida pelos sertanejos que fizeram parte do *Batalhão de lagoa*.

A *Seção 4*, nomeada de *estrutura organizacional do Mobral: ações desenvolvidas no âmbito do estado de Alagoas e no sertão alagoano*, está composta por três partes. Nelas apresento a estrutura organizacional do Mobral, além de um recorte temporal na história do Movimento, nos âmbitos do estado de Alagoas e no sertão alagoano, tendo como foco o contexto histórico e político, social e educacional, no qual o Movimento situou-se.

Na *Seção 5*, a qual intitulo de *O Mobral Cultural*, realizo com o auxílio das narrativas memorialísticas dos interlocutores entrevistados, reflexões sobre aspectos fundamentais para o entendimento do programa de atividades culturais do Mobral, com ênfase na sua estrutura e organização. Na sequência, enfatizo os aspectos ligados à operacionalização do Programa, especialmente ao mapeamento cultural dos municípios brasileiros e ao trabalho desenvolvido pelas unidades operacionais do Programa: Mobralteca e Posto Cultural. Por fim, destaco os subprogramas do Mobral Cultural, com ênfase em suas finalidades.

A *Seção 6*, denominada de *contribuições e ressignificações em torno das ações culturais do Mobral na comunidade sertaneja: múltiplos olhares*, privilegia as narrativas dos interlocutores desse estudo, destinada a apresentar os múltiplos olhares sobre o objeto de pesquisa. Nesta seção as narrativas foram separadas em grupos que se complementam e interagem. Seguindo essa lógica, a seção foi dividida em duas grandes partes que se subdividem em itens mais específicos. A primeira foi reservada ao olhar externo sobre sertão alagoano; nele aparecem as narrativas das componentes da Coordenação Estadual do Mobral que mantiveram contato com as comunidades sertanejas na execução de suas funções, além dos relatos do ex-animador das ações culturais que também não era do sertão. Na segunda parte, privilegio as narrativas dos sertanejos, enfatizando os sentidos por eles atribuídos às experiências vividas a partir das ações do Mobral Cultural.

A relevância desse estudo justifica-se pela necessidade de reconstruir o registro escrito da memória oral, a partir das narrativas dos sujeitos esquecidos pela história oficial. Essa investigação debruçou-se sobre as experiências dos partícipes das ações do Mobral no sertão

alagoano, na tentativa de preencher, mesmo que minimamente, a lacuna da história da educação em Alagoas, especificamente em EJA, agregando-a aos estudos já existentes de Freitas e Moura (2007); de Amorim, Freitas e Moura (2009) de Lima (2010) e Silva (2013).

2 DELINEAMENTO DO ITINERÁRIO DA PESQUISA: REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Olhar para a história, a partir dos sujeitos *ordinários* e esquecidos, segundo Certeau (2011a; 2011b) e Benjamim (2012), respectivamente, tornou-se um posicionamento assumido por mim, na construção deste estudo, dando ênfase à reconstrução da história por meio de vozes adormecidas. Neste sentido, considero os escritos de Benjamim, relacionados ao conceito de história, para quem a história “integral” não é aquela narrada “[...] do ponto de vista dos vencedores [...]” (LÖWY, 2005, p. 54). Assim, o processo de rememoração “integral” demanda compromisso, por parte de quem escreve, “uma história que não exclui detalhe algum, acontecimento algum, mesmo que seja insignificante, e para a qual nada está ‘perdido’” (LÖWY, 2005, p. 54).

A singularidade das entrevistas possibilitou escutar vozes de sujeitos partícipes das ações do Mobral Cultural que, até então, não haviam tido a oportunidade de narrar suas experiências, especialmente porque não eram vistos como “sujeitos falantes”. Nesse sentido, são oportunas as palavras de Certeau (2011a, p. 222), ao considerar que “A linguagem oral espera para falar, que uma escrita a percorra e saiba o que ela diz”. Nessa tese, privilegio as narrativas memorialísticas de sujeitos sertanejos, partícipes das ações do Mobral Cultural, bem como os depoimentos de outros sujeitos que participaram diretamente das ações desenvolvidas pelo referido Programa no município de Santana do Ipanema e em outros municípios do sertão alagoano que, de forma surpreendente, aprovaram as ações de um Movimento criado pela Ditadura civil-militar⁵, no período de 1970-1985, o que me mostrou a necessidade de olharmos a história para além das generalizações.

Esta seção está composta por três partes. Na primeira, ocupo-me em apresentar as escolhas teórico-metodológicas que tracejam o itinerário da pesquisa. Na sequência, trago a história oral enquanto metodologia de pesquisa, destacando a importância da memória para a reconstrução histórica do Mobral Cultural na comunidade sertaneja. Na terceira parte dedico-me à apresentação de novos achados da pesquisa: as fontes visuais – fotografias e documentos

⁵ No decorrer do texto, utilizo o termo Ditadura civil-militar, entendendo que o golpe de 1964 foi fruto de uma coalizão civil e militar. Confirmou-se com a ascensão de um novo bloco no poder que envolvia a articulação entre o conjunto das classes dominantes, a exemplo a burguesia industrial e financeira nacional e internacional, “[...] bem como uma camada (de caráter civil) de intelectuais e tecnocratas. O espectro de interesses representados por esse conjunto autoriza-nos a qualificá-lo como uma *elite*”. (GERMANO, 2011, p. 17).

institucionais do Mobral. Apresento, ainda, como se deu o processo de incursão no campo de investigação, destacando aspectos históricos do município de Santana do Ipanema, bem como a caracterização dos narradores deste estudo.

O delineamento do percurso teórico-metodológico desta pesquisa é fortemente marcado pelos postulados teóricos do historiador e antropólogo francês Michael de Certeau. Essa decisão apoiou-se em dois motivos.

O primeiro está relacionado ao fato de o pesquisador apresentar-se como um autor extremamente engajado com questões das classes populares, sobretudo no que diz respeito ao exercício da *escuta do outro*. Sua ligação com a psicanálise⁶ justifica essa sensibilidade anunciada na dedicatória da primeira parte do livro *A invenção do cotidiano*, intitulada *uma cultura muito ordinária*. Nesta ocasião o autor dedica sua obra “[...] ao homem ordinário. Herói comum. Personagem disseminada. Caminhante inumerável. Invocando, no limiar de seus relatos, o ausente que lhes dá princípio e necessidade, interrogo-me sobre o desejo cujo objeto impossível ele representa [...].” (CERTEAU 2011b, p. 55). Personagem presente nas classes populares, representante dos inúmeros sujeitos que resistem *cotidianamente* por meio de suas *táticas*, às imposições *estratégicas* das instituições hegemônicas, esse sujeito é tido pelo autor como *ordinário*.

Certeau (2011b) entende a importância da enunciação desses sujeitos e busca nas fronteiras dos seus relatos as possibilidades da ação do *fraco*, mesmo em um contexto permeado pelas imposições dos *fortes*. Ao caracterizar esse sujeito *ordinário*, o autor esclarece: “Este herói anônimo vem de muito longe. É o murmúrio das sociedades. De todo o tempo, anterior aos textos. Nem os espera. Zomba deles. Mas, nas representações escritas, vai progredindo. Pouco a pouco ocupa o centro de nossas cenas científicas [...]”. Certeau, (2011b, p. 55). Refere-se aos sujeitos orais, que não encontram nos documentos escritos o espaço merecido, apesar de a tradição oral anteceder o surgimento dos textos escritos.

O segundo motivo está relacionado à forma como o autor apresenta o processo de elaboração da operação historiográfica. Para ele, no processo de reconstrução da história há sempre uma relação de força que marca a *permissão* e a *interdição* da reconstrução de um determinado fato histórico. Nessa perspectiva, o autor sinaliza que “antes de saber o que a história *diz* de uma sociedade, é necessário saber como *funciona* dentro dela. Esta instituição se

⁶ Foi, juntamente com Lacan, um dos fundadores da Escola Freudiana de Paris.

inscreve num complexo que lhe *permite* apenas um tipo de produção e lhe *proíbe* outros” (CERTEAU, 2011, p. 63). O autor enfatiza que a elaboração da operação historiográfica é circunscrita por determinações do lugar de produção que está sempre ligado ao campo socioeconômico, político e cultural.

Esses dois pontos elencados, no meu entendimento, são centrais na produção intelectual de Certeau e me ajudaram na definição e aprimoramento do percurso teórico-metodológico para este trabalho.

O posicionamento epistemológico por mim definido, e que acompanha toda a escrita desta tese, nasce a partir da observação de alguns pares de conceitos, utilizados nas obras do referido autor, que delimitam um campo de investigação, e abrem a possibilidade de ampliação do olhar investigativo para demandas invisibilizadas pela ciência. Dentre esses pares de conceitos, enfatizo dois que passaram a delinear esta investigação – *estratégias e táticas; espaços e lugares*.

Os sentidos presentes nesses dois pares de conceitos, apresentados pelo autor, permitiram-me a problematização dos significados das ações do Mobral Cultural na comunidade sertaneja, em um contexto histórico marcado pelas imposições da Ditadura civil-militar (1970-1985). Tomo como âncoras as duas categorias iniciais destacadas por Certeau (2011b) – *estratégia e tática* – que permeiam os contextos sociais nos quais os sujeitos constroem suas vivências.

Ao fazer a distinção entre as duas categorias Certeau ensina que “[...] as estratégias apontam para a resistência que é o estabelecimento de um lugar [...]; as táticas apontam para uma hábil utilização do tempo, das ocasiões que apresenta [...]” (CERTEAU, 2011b, p.96). As resistências apontadas pelas *estratégias* estão relacionadas à manipulação das relações de poder instituídas pela ordem social, enquanto as *táticas* são caracterizadas como armas dos homens ordinários que encontram meios de ressignificação das imposições que sofrem buscando, por meio das *táticas* novos sentidos que os mantêm ativos enquanto sujeitos.

Esses sujeitos são capazes de perceber a fragilidade da ordem para atacar ou burlar a estrutura. Sendo assim, destaco a relevância da apresentação de outras dimensões da história, buscando dar visibilidade às narrativas dos sujeitos que não participaram da construção da história oficial. Busco, nas vozes dos sujeitos partícipes das ações do Mobral Cultural, a possibilidade de apresentação de outras dimensões da história, tomando como base escritos de

Benjamin (2012, p. 245) – intelectual do século XX que demonstra preocupação com as micro realidades, sempre na perspectiva de rompimento com a linearidade da história, destacando a “[...] tarefa de escovar a história a contrapelo. ”

Entendendo os sertanejos como esses sujeitos ordinários e praticantes, descritos por Certeau, busco apresentar, no decorrer do texto, a maneira como cada um dos depoentes que participaram das ações do Mobral Cultural interpretaram, lidaram e ressignificaram as informações dispostas pelo Movimento em questão, naquele contexto de Ditadura, que por sua vez representava um poder ideológico, ligado ao campo das *estratégias*. Nesse sentido torna-se conveniente questionar quais foram as *táticas* dos praticantes, acionadas em contextos de Ditadura vivida no sertão de Alagoas? Entendo, assim como Certeau (2011b), o sertanejo não como um receptor passivo, mas um produtor ativo capaz de sintetizar em sua própria cultura os fragmentos que lhe são doados ou impostos, muitas vezes como forma de controle, como foi o caso da Ditadura civil-militar.

No que se refere aos outros dois pares de conceitos apresentados pelo autor, *espaços e lugares*, acrescento a relevância dessas conceituações nesse trabalho, entendendo o *lugar* ligado às *estratégias*, ou seja, ao poder instituído; e, o *espaço*, relacionado às *táticas* dos sujeitos praticantes, que têm como aliado o *tempo*. É o uso desse *tempo* que permite aos sujeitos ordinários a execução de golpes, na ausência do olhar panóptico estabelecido pelo *lugar* que, por sua vez, está aliado às *estratégias*. Metaforicamente, Certeau define estas duas categorias da seguinte maneira: “[...] o *espaço* é um *lugar* praticado. Assim a rua geometricamente definida por um urbanismo é transformada em espaço pelos pedestres. Do mesmo modo, a leitura é o espaço produzido pela prática do lugar constituído por um sistema de signo – um escrito. ” (CERTEAU, 2011b, p. 184). Neste sentido, nesta pesquisa, o Mobral configura-se como o *lugar*, ou seja, a *ordem*, alicerçado no campo das *estratégias*, enquanto o *espaço* está relacionado às *táticas* dos praticantes que participaram das ações do Mobral, produzindo novos sentidos aos objetos e ações que eram introduzidas em suas culturas.

O delineamento do caminho teórico-metodológico desse estudo está, ainda, fortemente ligado ao processo de elaboração da operação historiográfica presente na obra de Michel de Certeau, sobretudo no livro *Escrita da história*; as ideias defendidas nesse livro aparecem como um convite à reelaboração das conceituações relacionadas à reconstrução da história. Nessa obra, o autor nos esclarece sobre a importância do entendimento da existência da distância entre o acontecimento de um fato histórico e as narrativas que os sujeitos, do momento

presente, exibem acerca desse fato histórico. Esse exercício é denominado pelo autor de *epistemologia da distância*.

Neste sentido, a história não deve ser tida como o real, mas como a produção do real a partir das narrativas de sujeitos do presente que, ao olharem para o passado reconstroem um fato histórico, evidentemente de forma parcial, sempre com algumas lacunas e, principalmente, marcado pela influência ideológica inerente ao *lugar* de fala do pesquisador que reconstrói essa história.

O texto é, portanto, um convite à relativização das possíveis ideias direcionadas à produção de verdades durante a escrita das histórias que me proponho a reconstruir. Há ligação dessa escrita historiográfica em Certeau (2011a), sempre relacionado ao *lugar*, à instituição que por sua vez baliza os limites do discurso.

Esses *lugares* acabam por definir o que é possível ser dito, ou seja o que precisa ser narrado na história oficial, e o que precisa ser silenciado em determinados momentos, ou seja, situações específicas. Sendo assim, nem todas as formas de pensamento recebem a devida visibilidade, a depender do contexto de elaboração.

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função desse lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam. (CERTEAU, 2011a, p. 47).

O autor enfatiza a prática historiográfica ligada a um lugar social que privilegia temas e fatos, enquanto desprestigia acontecimentos, em grande parte ligados aos interesses das classes populares, que seguem com suas histórias e experiências pouco narradas, por não constituírem interesses sociais, políticos e econômicos hegemônicos.

Entendo que é inerente à produção historiográfica o compromisso político de olhar para o passado, em um exercício de rompimento com o desprezo das produções realizadas em instituições públicas, ação praticada por algumas instituições de nosso país que, de forma irresponsável, desprezam o que foi construído, sem o compromisso sequer de preservação de fontes para estudos futuros.

Apoiada em fontes de diversas natureza – entrevista; fotografia; documentos variados como: relatórios, monografias, artigos, números especiais sobre a temática, folhetos, jornais e material didático –, esta pesquisa teve como objetivo compreender, a partir da tessitura das histórias e memórias, como os sujeitos do sertão alagoano experienciaram e ressignificaram as ações culturais desenvolvidas pelo Mobral no contexto de Ditadura civil-militar.

Nesse sentido, foi meu desejo, por meio da escuta das narrativas orais, registrar as atividades do Mobral em Santana do Ipanema, partindo da seguinte problematização: **quais foram as contribuições e ressignificações experienciadas pelos sujeitos sertanejos, no campo das ações culturais do Mobral no município de Santana do Ipanema-AL (1973 – 1985)?**

Essa problematização desdobrou-se em outras indagações como: de que maneira se dava o funcionamento das atividades culturais dentro das unidades operacionais – Posto Cultural e Mobralteca? A presença de ações culturais incentivadas pelo Mobral Cultural ocasionou a valorização da cultura popular das comunidades sertanejas? Quais os significados, para os sujeitos sertanejos, das iniciativas culturais ofertadas pelo Mobral Cultural?

Defino **contribuições** como elementos que os sertanejos conseguiram absorver a partir da socialização de culturas diferentes com ênfase nas mudanças que ocorreram com os sujeitos que participaram do Programa de atividades culturais do Mobral; e compreendo como **ressignificações** os sentidos atribuídos em suas culturas às ações apresentadas pelo Programa Mobral Cultural na comunidade sertaneja, a partir das *maneiras de fazer* que nas palavras de Certeau (2011b, p.41), “[...] constituem as mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas de produção sociocultural”.

As concepções teóricas que utilizo para atuar nas discussões acerca das ressignificações que cada sujeito realiza cotidianamente, em sua cultura, sustentaram-se fundamentalmente em dois referenciais: Certeau (2011b; 2012) e Lahire (2006; 2013), além de outros autores que aparecerão no decorrer deste trabalho, por contribuírem com a investigação, visto que se debruçam sobre o tema da cultura em seus estudos: Thompson E. P. (1998), Bosi A. (1992), Brandão (2002a; 2002b), Fávero (1983) e Freire (2011).

A escolha desses autores justifica-se, pelo tratamento dado em seus estudos aos sujeitos das classes populares, com ênfase em suas produções sociais e culturais por meio das práticas

cotidianas, permeadas pelos costumes e tradições. A opção por este quadro teórico explica-se pelo respeito que os referidos autores, em suas peculiaridades de escrita, apresentam às especificidades dos sujeitos das classes populares, concebendo-os como produtores de cultura em suas trocas sociais e em suas interações com o mundo.

Os estudos de Certeau sobre práticas culturais, iniciados na década de 1970, reportam-se à intervenção do Estado na produção dessas práticas no cenário europeu, sobretudo na França, lugar de fala do referido autor. Essa intervenção do Estado, ancorada por uma indústria cultural que, naquele contexto, também se demonstrava interessada em financiar práticas culturais das classes sociais dominantes, acabou por tentar anular as práticas culturais das classes populares. No livro *A cultura no plural*, cuja primeira edição foi publicada em 1974, Certeau esboça a desconstrução fortemente vigente de uma cultura única, enfatizando que a valorização da cultura precisaria partir da consideração de múltiplas culturas. Nesse sentido, seria necessária a percepção das diversas práticas culturais das classes populares, tendo-as como autônomas. O autor critica o lugar de inferioridade atribuído à cultura popular ao denunciar:

Com certeza, se é verdade que qualquer atividade cultural possa ser cultura, ela não o é necessariamente ou não é ainda forçosamente reconhecida como tal. Para que haja verdadeiramente cultura, não basta ser autor de práticas sociais; é preciso que essas práticas sociais tenham significado para aquele que as realiza (CERTEAU, 2012, p. 141).

Em publicação posterior, *A invenção do cotidiano: artes de fazer*, Certeau aprofunda seus estudos sobre o campo da cultura, preocupando-se em apresentar as práticas ordinárias, concebendo os sujeitos das classes populares como sujeitos ativos que lidam cotidianamente, valendo-se das *táticas*, com a cultura que lhes é apresentada, muitas vezes como imposição, e que de forma astuciosa ressignificam os artefatos culturais doados/impostos em sua própria cultura, escapando da condição de autômatos. Nesse sentido, Certeau (2011b, p. 61) defende que “O enfoque da cultura começa quando o homem ordinário se torna o narrador, quando define o lugar (comum) do discurso e o espaço (anônimo) de seu desenvolvimento”.

Bernard Lahire, que se autodenomina como um observador de comportamentos culturais, trazendo em seu vasto trabalho empírico intitulado *A cultura dos indivíduos* interpretações de práticas e de preferências culturais em sociedades diferenciadas, enfatiza as possibilidades concretas e legítimas de “[...] observação do mundo social em escala individual, com a consideração das singularidades individuais e a construção sociológica do ‘indivíduo’ ”. (LAHIRE, 2006, p. 15). A realidade individual, defendida pelo autor como essencialmente

social, permeada pela complexidade e pluralidade, delinea seu posicionamento teórico e epistemológico de interpretação das práticas culturais de cada indivíduo, que são justificadas pelas preferências culturais que cada sujeito apresenta em ambientes sociais díspares, “[...] com fortes divisões do trabalho e grande diferenciação de funções” (LAHIRE, 2006, p. 15).

A história oral, enquanto metodologia de pesquisa, contribuiu significativamente na compreensão dos sujeitos sertanejos como praticantes que recriaram e resignificaram as ações culturais do Mobral em seus contextos, dado que esses sujeitos são pensantes, o que me autoriza a utilizar, assim como Oliveira (2012) o neologismo *praticantespensantes*.

O neologismo, criado com a junção de termos, anuncia os limites das dicotomias teóricas e práticas, são “[...] assumidos como uma necessidade epistemológica e política [...].” (Oliveira, 2012, p. 8). Neste caso, em específico, busco romper com o ideário que se propagou acerca do povo sertanejo. Tenho-os em meus escritos como praticantes do cotidiano que ressignificam, recriam e atribuem sentidos aos artefatos culturais que lhes chegam de outras culturas cotidianamente. Portanto, tenho-os como *praticantespensantes*. A seguir, tecerei considerações sobre história oral, com ênfase em suas contribuições para esta pesquisa.

2.1 Considerações sobre história oral

O estudo que ora apresento utilizou o método da história oral, analisando os aspectos que se pretendem compreender, por meio dos depoimentos orais dos sujeitos partícipes das ações do Mobral Cultural no sertão de Alagoas. A oralidade é utilizada como instrumento capaz de estabelecer uma relação entre a *teoriaprática*⁷, recorrendo à teoria da história para compreensão dos conceitos de História e memória e as formas como estas se relacionam. Nesse sentido, a história oral desempenha um papel fundamental na reconstrução de fatos históricos, por meio de “[...] entrevistas gravadas com pessoas que podem testemunhar sobre acontecimentos, conjunturas, instituições, modos de vida ou outros aspectos da história contemporânea.” (CPDOC)⁸.

⁷ Uso os termos juntos para garantir a indissociabilidade existente entre eles.

⁸ Concepção da metodologia da história oral do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/acervo/historiaoral>

Recorro à abordagem qualitativa da história oral tendo como base os escritos de Alberti (2008), Ferreira (1998a;1998b), Portelli (1997; 2010) e Thompson P. (1992), valendo-me da mesma enquanto metodologia da pesquisa que busca nos depoimentos a compreensão de contextos históricos, guardados nas lembranças dos depoentes que vivenciaram tais fatos. Sendo assim, a memória ganha, a partir do testemunho oral, uma característica de fonte histórica, bem como de objeto de análise. A evocação da memória neste estudo firma-se nos postulados teóricos de Amado (1995b), Bosi E. (1994), Halbwachs (2006) e Pollack (1989).

Os escritos de Alberti (2008, p. 155) são enfáticos, ao demonstrarem que “A história oral permite o registro de testemunhos e o acesso a ‘histórias dentro da história’ (grifo da autora) e, dessa forma, amplia as possibilidades de interpretação do passado”. Seguindo estes postulados teóricos, acredito que as pesquisas que venho realizando desde o Mestrado têm contribuído para evitar, pelo menos em parte, que as memórias dos sertanejos sejam esquecidas, bem como a relativização das recorrentes definições generalizantes comumente atribuídas ao Mobral. Ao destacar as possíveis contradições do fato histórico, a autora alerta que uma das principais qualidades da história oral “[...] está em permitir o estudo das formas como pessoas ou grupos efetuaram e elaboraram experiências, incluindo situações de aprendizado e decisões estratégicas ” (ALBERTI, 2008, p. 165).

Neste estudo as memórias são lembradas pelos depoentes, que transmitem por meio do diálogo ocasionado pelas entrevistas, narrativas de um tempo passado, evocadas pela intervenção do pesquisador. Portelli (2010), destaca a importância da interação entre pesquisador e entrevistado:

[...] a narração oral da história só toma forma em um encontro pessoal causado pela pesquisa de campo. Os conteúdos da memória são evocados e organizados verbalmente no diálogo interativo entre fonte e historiador, entrevistado e entrevistador. Este assume um papel diferente daquele que em geral é atribuído a quem realiza pesquisas de campo: mais do que recolher memórias e performances verbais, deve provocá-las e, literalmente, contribuir com sua criação: por meio da sua presença, das suas perguntas, das suas reações (PORTELLI, 2010, p. 19-20).

Considerando que as lembranças são construções do presente sobre o passado, esse encontro que o autor descreve configura-se como instrumento fundamental na aquisição das informações, bem como na problematização das mesmas. O diálogo passa a ser o mediador dessa construção, o que coloca o pesquisador na posição de construtor dessas fontes, retirando-o da condição de mero coletor dos relatos. Neste sentido, a história oral é descrita por Portelli (2010, p. 210) como “uma narração dialógica que tem o passado como assunto e que brota do

encontro [...]” de um sujeito que o autor denomina de *narrador* e outro sujeito denominado *pesquisador*.

Neste estudo, o foco nas narrativas é oriundo dos postulados teóricos de Benjamin (2012, p. 220) para quem, diferentemente da informação, que só tem valor enquanto novidade, a narrativa “[...] não se esgota jamais. Ela conserva suas forças e depois de muito tempo ainda é capaz de desdobramentos”.

É nesse sentido que privilegio, nestes escritos, as narrativas memorialísticas dos sujeitos sertanejos e de outros partícipes das ações do Mobral Cultural, no município de Santana do Ipanema, sertão alagoano – os *narradores* – que, de forma surpreendente, aprovaram as ações de um Movimento criado pela Ditadura civil-militar, no período de 1970-1985. Essas narrativas, impregnadas pela experiência, segundo Alberti, (2008, p. 165), ajudam a “[...] entender como pessoas e grupos experimentaram o passado [o que] torna possível questionar interpretações generalizantes de determinados acontecimentos e conjunturas”.

Entre as questões metodológicas da história oral, enfatizo um último ponto, este não menos importante do que os que já foram citados. Refere-se ao processo de constituição de um *corpus* de entrevista que agregue depoimentos de várias pessoas que vivenciaram o fato histórico em estudo. Portelli (2010, p. 35) explana que: “[...] a história oral é uma arte que requer vários sujeitos, para os quais a diferença é tão necessária quanto a consonância. Muito da dramaticidade e da eloquência da entrevista derivam da consciência da separação e da diferença que existe entre nós.” Os depoimentos diversificados sobre o mesmo tema elucidam essas convergências e divergências destacadas pelo autor. Este aspecto amplia as possibilidades de análises, pois são vários sujeitos apresentando suas memórias acerca de um mesmo acontecimento.

A realização de entrevista em uma pesquisa de história oral demanda um processo muito delicado, que vai desde a elaboração dos roteiros ou questionários à interpretação e análise dos depoimentos, vislumbrando o surgimento das evidências. O tipo de entrevista com que operei neste estudo é denominada de *entrevista temática*. Esse tipo de entrevista dedica-se “[...] prioritariamente sobre a participação do entrevistado no tema escolhido” (ALBERTI, 2008, p. 175).

Os trabalhos que venho realizando com o uso de entrevista deixaram-me uma grande lição. Ajudaram-me a entender que se dá numa relação de duplo conhecimento, proporcionado

pelo diálogo que a princípio é tido como formal, mas em poucos minutos torna-se agradável e descontraído, com fluir da conversa, quando “Os sujeitos [...] compartilham [em] um espaço narrativo e [em] um espaço físico – e é isso que a torna possível” (PORTELLI, 2010, p. 55). No entanto, complementa, ainda, o autor que o que torna a entrevista significativa “[...] é que existe [...] um espaço entre eles [...], ocupado e representado pelo gravador ou pelo bloco de anotações. A entrevista, antes de mais nada, é um confronto com a diferença, com a alteridade (PORTELLI, 2010, p. 35).

Observei que durante a realização da entrevista o respeito precisa ser mútuo, pois a inflexibilidade do pesquisador ao não permitir a explanação do depoente, ou até mesmo a indisposição para a escuta, pode em outra ocasião ser retribuída por um narrador que, por sua vez, pode optar e insistir em um discurso narrativo que não respeite o roteiro do pesquisador. No que diz respeito à postura do pesquisador, o autor é enfático em relação ao exercício da escuta: “[...] é necessário perceber que a entrevista é uma experiência de aprendizado: o pesquisador pode ter uma série de títulos acadêmicos e o narrador pode ser analfabeto, mas é este quem possui o conhecimento que buscamos”. (PORTELLI, 2010, p. 213). Em meus estudos foram muitos os aprendizados proporcionados pelas experiências dos narradores.

Visei em todas as entrevistas interagir com os interlocutores, na intenção de permitir que contassem o que sabiam de maneira espontânea. Para tanto, realizei as entrevistas nos locais escolhidos pelos depoentes, que duraram em média de 60 minutos a três horas. Apesar do estudo não apresentar um número muito grande de entrevistas, é importante salientar que foram longas e interativas.

Todas as entrevistas foram gravadas, na intenção de não perder a originalidade das falas, seguindo orientações de Thompson P. (1992, p. 146), que ensina que a gravação apresenta uma grande vantagem sobre os demais registros, pois, nela: “Todas as palavras empregadas estão ali exatamente como foram faladas; e a elas se somam pistas sociais, as nuances da incerteza, do humor ou do fingimento, bem como a textura do dialeto”. Com o intuito de aproveitar da melhor maneira possível as relevantes informações contidas nas falas dos sujeitos entrevistados, procurei compreender e interpretar os fenômenos em estudo, levando em consideração os contextos nos quais os sujeitos da pesquisa se inserem, fazendo constantemente a organização do material coletado, tendo como base o objetivo da pesquisa.

No que diz respeito à interpretação, pode vivenciar no decorrer dessa pesquisa os aspectos que as fontes orais permitem ao pesquisador, sobretudo no momento da entrevista: aproximação da subjetividade do entrevistado, o encontro face a face que possibilitou a apreciação de detalhes imperceptíveis em outras fontes. Detalhes que enriquecem a pesquisa, pois nesses momentos o pesquisador tem a oportunidade explorar essa subjetividade. Por essa razão a história oral distingue-se de outros escritos “[...] que buscam legitimar-se ocultando o papel do pesquisador na constituição das fontes, como se elas existissem por si, em vez de serem produto do encontro dialógico” (PORTELLI, 2010, p. 217). Pode vivenciar esse encontro, marcado pela interação entre o pesquisador e os seus depoentes; encontro fortuito para a análise dos dados e interpretação do fato histórico. Essa relação entre o pesquisador e o narrador elucida o valor da memória na reconstrução da história, assunto do próximo subitem.

2.2 Reconstruções históricas por meio da memória

A importância da memória para o repensar da história, pela ótica das pessoas que de fato vivenciaram um acontecimento, no caso os sujeitos desta investigação, ganha espaço neste subitem. Esse posicionamento de luta pela memória, no intuito de reconstruir o passado por meio das vozes silenciadas, advém de pressuposto de que os fatos que não foram registrados pelos documentos oficiais têm, na história oral, a oportunidade de serem contados por meio dos interlocutores. As bases teóricas que guiam essa discussão advém dos estudos de: Amado (1995b), Bosi E. (1994), Halbwachs (2006) e Pollack (1989-1992).

Antes de dar início às questões relacionadas ao campo da memória, acredito ser de suma importância salientar aspectos, mesmo que de forma sintética, determinantes para o entendimento de algumas nuances da memória. Entre as especificidades do campo da memória, destaco as conexões existentes entre história e memória.

Janaína Amado (1995b) fala da necessidade de se estabelecer distinção entre história e memória. Essa distinção deve iniciar-se com a diferenciação entre o fato vivido e o fato lembrado, ou seja, distinguir o que passou – a história –, e o que se recorda desse fato que passou – as memórias.

Embora relacionadas entre si [...] possuem naturezas distintas, devendo, assim, ser conceituadas, analisadas e trabalhadas como categorias diferentes, dotadas de especificidade. O vivido remete à ação, à concretude, às experiências de um indivíduo ou grupo social. A prática constitui o substrato da memória; esta, por meio de mecanismos variados, seleciona e reelabora componentes da experiência (AMADO, 1995b, p. 131).

Há uma imbricação muito forte entre história e memória, apesar das peculiaridades de cada uma. A apresentação dessas distinções serve de alerta sobre a reelaboração, ou até mesmo seleção das lembranças que ganham espaço nos depoimentos dos interlocutores durante as entrevistas. O que me faz compreender que se trata da rememoração, no momento presente, de uma experiência vivida no passado. Segundo a autora, o processo de rememoração atribui novos significados às experiências vividas no passado, sendo que a memória, “ao trazer o passado até o presente, recria o passado [...]” (AMADO, 1995b, p. 131).

Outro ponto que merece destaque nesta discussão está relacionado à problemática da restituição do passado por meio da memória. Alertado por Bosi E. (1994), destaco a impossibilidade de *resgate* do passado. É que para a autora não é possível reviver o passado a partir da lembrança; é possível apenas a reconstrução e o repensar deste passado, tendo como base as ideias e imagens do presente. Nesse sentido, a autora ressalta que “A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual” (BOSI, E., 1994, p. 55).

No que diz respeito à utilização das fontes orais e visuais na pesquisa em questão, convém salientar a intervenção dessas fontes enquanto elementos disparadores das memórias obscurecidas que encontram força nas imagens e narrativas registradas durante as entrevistas. Essas fontes permitiram, aos interessados, a reconstrução de um acontecimento histórico preso no passado “[...] submetido a um limite fatal que o tempo impõe [...]” (BOSI, E., 1994, p. 59). Tal fato impossibilita a restituição do passado, deixando apenas a possibilidade de reconstrução dos acontecimentos por meio dos artefatos históricos disponíveis no presente, neste caso, as fontes históricas encontradas, sejam elas documentos, fotografias ou depoimentos orais, a exemplo dos que me ajudaram na reconstrução dessas histórias sobre o Mobral Cultural.

Retomando mais uma vez os estudos de Thompson P. (1992), destaco os contributos da oralidade no enriquecimento da reconstrução dessa história, pois possibilitaram que as vozes silenciadas tivessem seu espaço. Segundo o autor, a história oral:

Torna possível um julgamento muito mais imparcial: as testemunhas podem, agora, ser convocadas também de entre as classes subalternas, os desprivilegiados e os derrotados. Isso propicia uma reconstrução mais realista e mais imparcial do passado, uma contestação ao relato tido como verdadeiro. (THOMPSON P., 1992, p. 26).

Seguindo esses postulados teóricos destaco, ainda, nos estudos de Pollack (1989), a ênfase nas memórias subterrâneas, que de forma subversiva afloram no silêncio e no esquecimento das culturas minoritárias: “Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos

marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à ‘memória oficial’ [...]” (POLLACK, 1989, p. 4), a exemplo do que a pesquisa mostrou sobre o Mobral Cultural no sertão de Alagoas, que enfatizarei a partir da segunda seção. Na sequência, ainda, tratando sobre as nuances da memória, abro um parêntese para abordar a memória como uma categoria social e coletiva.

2.2.1. Uma memória social coletiva

As fontes históricas, sejam elas, orais ou visuais, nos fazem entender que as lembranças sobrevivem ao passado, e que ganham força quando são rememoradas coletivamente e, ainda mais, que essa coletividade perpassa todo e qualquer processo de rememoração, pois como enfatiza o estudioso das relações existentes entre a memória e a história, Halbwachs (2006, p.30):

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco certa quantidade de pessoas que não se confundem.

Nessa perspectiva Pollack (1992) apresenta a memória enquanto identidade social. Assim como Halbwachs ele entende a memória como fenômeno coletivo e social, “[...] um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes” (POLLACK, 1992, p.2). O autor ainda destaca os elementos constitutivos da memória individual e da memória coletiva. Segundo ele, estão presentes no campo da memória individual os acontecimentos vividos pessoalmente, enquanto o campo da memória coletiva é ocupado pelos acontecimentos, descritos pelo autor como *vividos por tabela*. Ele refere-se aos episódios históricos vividos por determinado grupo ao qual a pessoa não estava inserida. “São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não” (POLLACK, 1992, p.2).

Essa descrição do autor acerca da memória coletiva, aparece constantemente em minhas investigações sobre o Mobral. Encontrei pessoas que viveram/vivem essa experiência *por tabela*, e a deixaram soar em suas narrativas, construídas pelo imaginário herdado de seus pais

ou avós que participaram das ações do Movimento, ou até mesmo pela forte propagação do referido Movimento em nível nacional.

Isso vai ao encontro do que Amado (1995b, p.132) enfatiza que a memória tem como característica: proporcionar essa associação das experiências vividas pelos indivíduos ou grupos de indivíduos aos sujeitos que não experimentaram diretamente a referida experiência. “[...] são as vivências dos outros, das quais nos apropriamos, tornando-as nossas também, por meio de conversas, leituras, filmes, histórias, músicas, pinturas, fotografias. Nossas memórias são formadas de episódios e sensações que vivemos e que outros viveram”.

Ao estudar a reconstrução do passado a partir dos postulados teóricos de Halbwachs, Bosi E. (1994) conclui que o autor não está interessado em estudar a memória como tal, mas interessa-se em estudar os “quadros sociais de memória”, que vão além da individualidade da memória, tidas para o autor como uma construção coletiva. A autora é enfática ao esclarecer que: “A memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a igreja, com a profissão; enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiar a esse indivíduo” (BOSI E., 1994, p. 54).

As fontes orais e visuais que encontrei no percurso da investigação ajudaram a aguçar as lembranças individuais, vivenciadas por indivíduos que encontraram aporte na memória social, coletiva, daquele contexto histórico, por meio das fontes que compõem o episódio. Assim como Halbwachs (2006, p. 69) “[...] diríamos que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva [...]” da atuação do Mobral Cultural no sertão de Alagoas.

A coletividade da memória foi elemento constante nas entrevistas realizadas durante este estudo, uma vez que os depoentes compartilharam suas lembranças uns com os outros por intermédio da socialização – feita pelo pesquisador – de fotografias, materiais didáticos e documentos referentes ao Mobral, no decorrer das entrevistas.

Nessa perspectiva, as memórias foram aguçadas, facilitando o processo de rememoração acerca de fatos históricos emblemáticos. É que “[...] a memória coletiva tira sua força e sua duração por ter como base um conjunto de pessoas, são os indivíduos que se lembram, enquanto integrantes do grupo” (HALBWACHS, 2006, p. 69). A história passa a ter mais veracidade, uma vez que os fatos rememorados não são mais fruto de memórias individuais, passando a fazer parte de um constructo coletivo, em que os sujeitos envolvidos ajudam-se mutuamente por meio de suas lembranças.

2.3 Escavações em acervos inexplorados⁹: fontes documentais

Na elaboração deste trabalho, em específico, tive a oportunidade de trazer a abordagem qualitativa da história oral, tendo as entrevistas como fontes principais, porém não entendidas como fontes que se esgotam em si. Os relatos dos entrevistados passaram a compor uma rede documental, aliando-se a outras fontes – documentos escritos e imagens encontrados a partir de um esforço feito no percurso investigativo.

A composição dessa rede documental exigiu de mim a compreensão de que ao trabalhar com a metodologia da história oral valorizam-se, também, outros documentos históricos, como no caso do tema em questão. Segundo Alberti (2008, p.189): “[...] o trabalho simultâneo com diferentes fontes e o conhecimento aprofundado do tema permite perceber ‘dissonâncias’ que podem indicar caminhos profícuos de análise das entrevistas de história oral”. E isso aconteceu, no decorrer do percurso.

A autora é enfática em destacar a importância da utilização de outras fontes, sobretudo, para comparar as narrativas construídas a partir das entrevistas com outros documentos encontrados em arquivos. Essas comparações permitirão ao pesquisador o aguçamento de sua percepção acerca do objeto em estudo “[...] pois às vezes há um deslocamento temporal ou de sentido que permite ao pesquisador verificar como a memória sobre o passado vai se constituindo no grupo”. (ALBERTI, 2008, p.187).

No processo desta investigação tive acesso a fontes documentais que não foram explorados durante a minha pesquisa de mestrado (2011-2012) porque somente no doutorado é que me foi proporcionado interagir no Programa de Pós-Graduação em Educação (ProPEd) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), por meio de um intercâmbio do Procad/Casadinho - CNPq, a que já me referi. Esse intercâmbio possibilitou o enriquecimento deste estudo, principalmente no que diz respeito ao contingente de informações acerca do Mobral Cultural. Informações que se configuraram como esclarecedoras de muitos depoimentos orais que já haviam sido coletados por meio das entrevistas.

⁹ A utilização da expressão acervos inexplorados, neste subitem, deve-se ao fato de que, tive o privilégio de ser um dos primeiros pesquisadores a explorar os documentos de um acervo que ainda estava em processo de organização no *Centro de Referência e Memória da Educação Popular e Educação de Jovens e Adultos (CREMEJA)* da Uerj. Esse momento ímpar não foi apenas de exploração, mas de vivenciar o trabalho de catalogação do acervo documental relativo à educação de jovens e adultos que constituirá um centro de memória aberto a pesquisadores.

Vale registrar que o acervo a que tive acesso possibilitou o estabelecimento de vinculações entre o período em estudo, aclarando as concepções de educação de adultos daquele contexto, bem como a intensidade das ações do Mobral, por intermédio dos diversos programas implantados, sobretudo no que diz respeito às ações do Mobral Cultural, foco desse estudo a exemplo dos anexos A, B, C e D. As fontes documentais às quais dediquei maior atenção foram as relacionadas ao meu objeto de estudo, entre as quais destacaram-se: relatórios, monografias, artigos, números especiais sobre a temática e material didático – cartilhas, livros, folhetos e jornais.

Essas fontes foram fundamentais para a compreensão de aspectos que não ficaram claros durante a realização das entrevistas que realizei e ajudaram-me, também, a perceber até que ponto algumas informações dos relatos orais corroboraram ou não as informações obtidas nas fontes documentais.

Outro acervo explorado que passou a enriquecer essa pesquisa, foi a publicação de um E-book com conjunto de três DVD-Rom, intitulado *Educação Popular e Educação de Jovens e Adultos: memórias e histórias*, organizado por Osmar Fávero¹⁰ e Elisa Mota¹¹.

Este acervo, assim como o anteriormente citado, só passou a ser consultado durante o Doutorado, pois seu lançamento só ocorreu em dezembro de 2015¹². Trata-se de uma fonte de pesquisa singular que reúne um extenso banco de fontes documentais do campo da Educação Popular e da educação de jovens e adultos no Brasil. O E-book comporta, em seus três DVD-Rom acervo que vinha sendo reunido ao longo dos últimos 60 anos, tendo como principal mentor o coordenador do Núcleo de Estudos e Documentação em Educação de Jovens e Adultos (Nedeja).

Muitos desses materiais são exemplares únicos, recolhidos em arquivos particulares, documentos salvos do pouco apreço à preservação de nossa memória ou que sobreviveram à desestruturação dos movimentos populares ocorrida no país após o golpe de 1964, guardados em situações adversas: embaixo de caixas d'água, no teto de igrejas ou mesmo enterrados. (FÁVERO e MOTTA, 2015, p. 4).

¹⁰ Professor Emérito da Universidade Federal Fluminense (UFF), coordenador do Nedeja.

¹¹ Mestranda em Educação à época pela PUC-RIO, auxiliar de pesquisa no Nedeja.

¹² Lançado no Seminário Documentação, Memória e História da Educação no Brasil, no dia 10 de dezembro de 2015 na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Nessa ocasião, foram apresentados 20 artigos contendo resultados de estudos e pesquisas, ou sistematização de experiências relevantes nas áreas de educação e diversidade, educação do campo, educação indígena, educação das relações étnico raciais, educação quilombola, educação de jovens e adultos, educação em direitos humanos, educação ambiental, educação especial na perspectiva da educação inclusiva, gênero e diversidade sexual na educação e educação e juventude.

Entre os três DVD-Rom que compõem o E-book, debrucei-me sobre o intitulado *Educação de Jovens e Adultos* no qual são apresentadas, além de outras experiências, os programas federais dos anos de 1970 e 1980, do período dos governos autoritários.

Estando o foco da minha pesquisa voltado para as ações desenvolvidas pelo Mobral Cultural, dediquei-me a explorar os documentos e materiais didáticos relacionados ao Programa de Atividades Culturais garimpados no *Centro de Referência e Memória da Educação Popular e da EJA* do ProPEd/Uerj, e no acervo Nedeja/UFF, já digitalizado e publicado como E-Book.

É conveniente registrar que, no processo de incursão no campo de investigação, alguns sujeitos entrevistados também abriram seus arquivos pessoais e, surpreendidos com o interesse do pesquisador em recuperar a memória, doaram prontamente as valiosas fontes guardadas, entre as quais destacam-se certificados, conforme os anexos E, F e G.

Também um amplo acervo fotográfico foi trabalhado nesta tese como fonte documental, tema que será abordado a seguir.

2.4 A fotografia como fonte documental: alguns achados

Neste subitem, inicialmente, faço menção à história grafada nas fotografias, destacando as narrativas que as imagens carregam em si, e as muitas outras que podem ser imaginadas e interpretadas a partir delas, apoiando-me nos postulados teóricos de Benjamin (2012), Cartier-Bresson (1971), Dubois (1993), Guran (2011; 2012), Leite (1993) e Souty (2011). Na segunda parte deste subitem ocupei-me em apresentar a interação entre as fontes orais e as fontes visuais constituintes de narrativas que, interpretadas pelo pesquisador, compõem novas histórias que enfatizam os significados do Mobral Cultural, no sertão alagoano.

Fixada na fotografia, a memória de um instante é preservada, guardada como um tesouro que carrega em si a preciosidade de um tempo que não se resgata, mas se reconstrói a partir das imagens que evidencia, características de um acontecimento histórico, e possibilita o aguçamento da imaginação dos que não viveram tal momento, bem como o reencontro de um passado presente nas lembranças dos sujeitos que protagonizaram o fato histórico.

Os escritos de Cartier-Bresson (1971) traduzem o valor da fotografia no processo de reconstrução do passado, por meio da memória imagética que traz em sua essência fragmentos de um passado que pode ser revisitado a partir da imagem. Dessa forma, pode-se entender que

entre os meios de expressão existentes, a fotografia se sobressai, uma vez que “[...] é o único que fixa para sempre o instante preciso e transitório [...]” (CARTIER-BRESSON, 1971, p. 21). Trata-se da retenção de momentos que não voltarão a acontecer e que, por mais que fiquem gravados nas lembranças dos que os vivenciaram, não serão possíveis de ser revelados, porque as memórias dos protagonistas da história não são reveláveis em laboratórios fotográficos.

As imagens que apresento nesta pesquisa são grafadas pelas histórias dos sujeitos sertanejos em seus *espaçostempos*. São imagens que dão identidade a um contexto histórico e fazem soar novas interpretações aos que contam com essa memória para o entendimento da história, dado que fixam no papel um instante único. Entendo que a fotografia é capaz de revelar o que o olhar não é capaz de fixar, possibilitando uma análise mais apurada, evidenciando novas dimensões da realidade. O congelamento da imagem no ato fotográfico torna possível a revelação do que Benjamin (2012, p.101) chamou de “inconsciente ótico”. No texto *pequena história da fotografia*, o autor observa:

[...] a fotografia revela[...] os aspectos fisionômicos, mundos de imagens habitando as coisas mais minúsculas, suficientemente ocultas e compreensíveis para encontrarem um refúgio nos devaneios, e que agora, tornando-se grandes e formuláveis, mostram que a diferença entre a técnica e a magia é uma variável totalmente histórica

A captação das minuciosidades por meio das imagens fotografadas permitiu, no percurso que vivi, o aguçamento do meu olhar na análise que ora realizo do acontecimento histórico investigado, que me possibilitou admitir novas interpretações acerca de um passado que, em um instante, foi fixado na imagem capturada. Isso me fez lembrar Mauad (1996), ao apresentar seus estudos, sobre as interfaces da fotografia na reconstrução da história, enfatizando que a interpretação da fotografia resulta da produção de sentidos que lhes são atribuídos.

Tal perspectiva remete ao circuito social da fotografia nos diferentes períodos de sua história, incluindo-se, nesta categoria, todo o processo de produção, circulação e consumo das imagens fotográficas. Só assim será possível restabelecer as condições de emissão e recepção da mensagem fotográfica, bem como as tensões sociais que envolveram a sua elaboração. Desta maneira, texto e contexto estarão contemplados (MAUAD, 1996, p. 8).

Esse circuito social da fotografia possibilita a percepção das mensagens presentes nas imagens e o contexto social de sua captação, visto que “[...] são resultado de um jogo de expressão e conteúdo que envolvem, necessariamente, três componentes: o autor, o texto propriamente dito e um leitor” (MAUAD, 1996, p. 8). Neste sentido, a imagem fotográfica, enquanto texto, permite aos leitores novas interpretações do passado registrado pela câmera que

captura, a partir do olhar do fotógrafo, a imagem que lhe convém, que lhe chama mais a atenção, como é o caso da fotografia a seguir.



Figura 1 – *Apresentação de banda de pífanos – julho de 1982.*
 Fonte: Arquivo pessoal de José Petrucio de Oliveira Silva.

A fotografia, datada de 1982, registra o momento de uma das várias apresentações culturais mobilizadas pelo Mobral Cultural no sertão alagoano, bem como em diversas comunidades do interior do estado, o que nos permitiu realizar a *bricolagem* (CERTEAU, 2011b), por entender que a fotografia trouxe em si narrativas que me permitiram, junto às fontes orais, fazer a leitura dessa imagem.

Considerando a capacidade de a câmera fotográfica capturar, em um instante: imagens ricas em narrativas que demonstram os artefatos culturais de uma comunidade, como o seu povo se comporta e aprende a partir de situações como as que são captadas na Figura 1, pode-se dizer que essa imagem, em específico, traz registros compositores de narrativas históricas sobre a cultura popular, sobre um conjunto¹³ de música típico do Nordeste, que combina uma sonoridade composta por pífanos e percussão, indispensáveis nos festejos das comunidades durante as festas religiosas, em especial nas festas dos padroeiros e nas novenas, acompanhando as procissões pelas ruas das cidades, “tirando esmola para o santo” e chamando a atenção dos moradores da comunidade, sobretudo as crianças.

¹³A banda de pífanos é um folguedo do folclore nordestino “[...] também conhecido como ‘esquentamulher’ ou zabumba e, ainda ‘carapeba’, que é sinônimo de orquestra ou banda desafinada.” (FILHO, 1984, p. 79).

A imagem mostra, em primeiro plano, uma banda de pífanos, revelando a simplicidade dos tocadores que, em um ato solene, dispõem de seus artefatos culturais ligados à sonoridade que embala as noites de festa das comunidades sertanejas, apresentando um repertório musical que geralmente é criado pelos piferos, pessoas humildes e leigas em música. A banda geralmente é composta por:

[...] dois pífanos, feitos de taboca, tarol ou caixa, uma zabumba (bumbo), um tambor, além de pratos, que devem ser rústicos, apresentando um som seco, sem as vibrações dos existentes nas bandas dos conjuntos modernos, enquanto que os instrumentos de percussão são construídos de couro curtido, madeira e corda trançada. (FILHO, 1984, p. 80).

Mostra também, em segundo plano, o povo que se aglomera, envolvido pela sonoridade que em muito representa sua cultura. Trata-se de um ritual de diversão e aprendizado que envolve adultos e crianças que, na imagem, aparecem em grande número para abrilhantar a festa e vivenciar situações de aprendizagem. É importante enfatizar que os sertanejos não compreendiam as ações que chegavam ao sertão, à época, como doação/imposição, percebiam apenas os benefícios deixados pelo Movimento nas comunidades sertanejas, em um contexto marcado pela ausência de políticas públicas.

Entendendo as fotografias enquanto disparadoras de outras narrativas que vão além das narrativas orais de destaque, sobretudo, o que dizem as imagens pelos seus elementos constitutivos em termos de iconografia. Para isso, Leite (1993, p. 149) afirma ser necessário o aguçamento da sociabilidade para a percepção das narrativas contidas nas fotografias, uma vez que “Não se procura na fotografia apenas o que comprove as análises históricas verbalizadas, mas sim informações, dimensões e relações que as verbalizações não têm condições de proporcionar. ”

Como já mencionei, as fotografias são entendidas como fontes que carregam em si narrativas que se relacionam, e são inseparáveis das demais narrativas proporcionadas pelas fontes orais que aparecem nesse estudo. Ao discorrer sobre a análise da fotografia enquanto documento histórico, a pesquisadora Miriam Moreira Leite, esclarece que o fato de a fotografia ser imóvel e estática possibilita a representação de um tempo presente, tal qual nos apresenta a que aparece na Figura 1: “[...] um agora diante do qual o pesquisador é levado a reconstruir o que levou aquelas personagens a estarem ali, assim, daquele jeito, naquele momento. ” (LEITE, 1993, p. 37). Essa reconstrução exige o extrapolar do espaço definido pela câmera, requerendo uma análise mais profunda e subjetiva do leitor. “Após a identificação do conteúdo da fotografia é preciso deduzir o que não se vê, em torno daquilo que se está vendo” (LEITE, 1993, p. 44).

Nesta pesquisa, muito do que não se vê nas imagens foi identificado com o apoio das narrativas orais.

A fotografia, com sua potencialidade de apreender de forma eficaz uma determinada situação, potencializa a dedução do que não é visto na imagem e possibilita, sobretudo, a releitura daquilo que se está vendo. Guran (2012, p. 70) esclarece: “[...] sua capacidade de apreender muito rapidamente uma situação lhe permite inventariar cenários, eventos e circunstâncias com precisão e abrangência muito superior à memória ou ao resultado obtido com apontamentos”. As concepções destacadas pelo autor, evidenciam o valor da fotografia para a escrita da história, uma vez que elas destacam “[...] aspectos que dificilmente poderiam ser traduzidos claramente apenas pela linguagem escrita” (GURAN, 2011, p. 96).

Esse estudo conseguiu reunir um *corpus* documental composto por 87 fotografias, caracterizado por imagens diversas que apresentam comportamentos fotográficos variados, em grande maioria de profissionais desconhecidos agora na atualidade. Dessas, selecionei apenas aquelas que se apresentam narrativas mais consistentes para esta pesquisa, ou seja, as imagens relacionadas às ações culturais do Mobral, haja vista que boa parte das fotografias são relacionadas aos demais programas implantados pelo Movimento e poderão ser utilizadas como fontes em outras pesquisas.

Todas as fotografias fazem parte do conjunto de memórias do acervo pessoal dos entrevistados e foram cedidas no momento das entrevistas e disponibilizadas para publicação. Os estudos de Leite (1993, p. 165), mostram que essa categoria de imagens tem grande valor, uma vez que “Feita para recordar atos da vida, em sua continuidade, está carregada de conotações tanto mais fortes quanto mais condicionadas pelo mundo exterior”.

No período sanduíche que passei no ProPEd /Uerj, tive a oportunidade de cursar a disciplina Fotografia e pesquisa¹⁴, apropriando-me de um referencial teórico-metodológico que ressalta o valor do espaço ocupado pelas imagens nas pesquisas de todas as áreas, inclusive na educação, possibilitando novos aprendizados com o uso da fotografia, o que me ajudou a tratar as imagens na pesquisa com o devido apreço.

No que diz respeito à utilização da fotografia como fonte de dados, Guran (2011, p. 82) enfatiza a importância da observação da natureza das imagens, caracterizando-as como de

¹⁴ Disciplina ministrada pelas professoras Stela Guedes Caputo e Edméa Oliveira dos Santos, no Programa de Pós-Graduação em Educação (ProPed) da Uerj, no 2º semestre de 2015.

natureza *êmica* ou *ética*. O autor classifica “as fotografias de natureza *êmica* [como] aquelas produzidas pelos membros da comunidade estudada [...] já a fotografia feita pelo pesquisador, de natureza *ética*”. Nessa perspectiva, todas as fotografias que aparecem neste texto são de natureza *êmica*, uma vez que foram produzidas pelos interlocutores da pesquisa e não pelo pesquisador.

A densidade informativa que compõe uma imagem histórica, deve ser alvo da observação minuciosa dos leitores. Para Souty (2011, p.107):

A fotografia comporta qualidades miméticas: a representação do caráter global e instantâneo da percepção visual. Esta virtude descritiva imediata sugere autenticidade, possibilidade de atestar algo, “provar pela imagem” (grifo do autor). Mas isso não faz com que a fotografia seja uma técnica neutra e fiel ao registro real.

O autor alerta sobre as questões éticas que precisam ser vistas com muita atenção pelos pesquisadores que lidam com fotografia, entendendo-a como uma técnica que não está pautada na neutralidade. Nessa perspectiva, ainda, enfatiza o tratamento que deve ser dado aos fotografados, concebendo-os como sujeitos e não como objetos da pesquisa. O autor ajudou-me a entender que as fotos “[...] mostram corpos em ação e indivíduos interagindo com seus semelhantes; a foto não é um mero instrumento de coleta, isto é, não procura necessariamente mostrar todos os elementos da cena, esgotar todas as informações ” (SOUTY, 2011, p.126-127).

A reconstrução da história utilizando imagens fotográficas exige o entendimento dos aspectos implícitos na imagem, ressaltando o cuidado com a leitura do que está explícito na foto. Philippe Dubois, no livro *O ato fotográfico e outros ensaios*, demonstra preocupação com a leitura da fotografia, chama a atenção para “não acreditar (demais) no que se vê. Saber não ver o que se exhibe (e que oculta). E saber ver além, ao lado, através. Procurar o negativo no positivo, e a imagem latente no fundo do negativo” (DUBOIS, 1993, p. 326).

O autor recomenda o refazer do caminho, que perpassa, pela ascendência da consciência apresentada na imagem, a inconsciência do pensamento do leitor. É essa densidade que possibilita, por meio da intuição e da leitura cuidadosa do texto e do contexto presentes na imagem fotográfica, que se alcancem interpretações reconstrutivas de histórias, por intermédio da memória social que constitui a história de um grupo de indivíduos.

As fotografias estão presentes no decorrer de todo este texto e são visíveis as suas interações com as fontes orais. Os depoimentos dos sujeitos partícipes das ações do Mobral

Cultural encontram no acervo fotográfico apoio fundamental para o rememorar. O aparecimento das fotografias no momento das entrevistas ajudou-me a perceber a necessidade da interação entre essas duas fontes. Do mesmo modo, as fotografias ganham novos sentidos a partir das narrativas que os sujeitos a elas atribuem quando as analisam.

As conversas com as pessoas por meio de entrevistas possibilitaram o enriquecimento da investigação, permitindo observar de perto as questões subjetivas em seus testemunhos, na tentativa de uma maior compreensão do que foi posto acerca dos fatos vividos, registrados nas fotografias. Isso exigiu da minha parte um posicionamento sensível ao analisar os depoimentos.

Nessa perspectiva, Bosi E. (1994, p. 21) é enfática ao destacar que “Uma lembrança é um diamante bruto que precisa ser lapidado pelo espírito”. Nesse sentido, convém ressaltar o cuidado com a memória, privilegiando os relatos memorialísticos dos sujeitos detentores dessas memórias. Os estudos de Mauad (2010) são esclarecedores ao realçarem que “[...] as fontes orais e visuais – fotográficas, fílmicas e pictóricas – tomadas como fontes de memória, associam-se aos processos de rememoração que criam narrativas sobre um determinado tempo e espaço passados.” (MAUAD, 2010, p. 145). O diálogo por meio da entrevista contribuiu para que os interlocutores guardiões de memórias, relembassem a história de um tempo que se encontra inscrito em fotografias reveladoras das ações do Mobral em um contexto de ditadura no sertão de Alagoas. Na sequência, considero oportuno apresentar concepções sobre o sertão.

2.5 Pelos sertões: desconstruindo conceituações reguladoras

A história insistentemente contada e apresentada acerca do sertão e dos habitantes que povoam este espaço foram/são histórias marcadas pelos discursos hegemônicos que ditaram e continuam a ditar o que lhes convém dizer a respeito da história do povo sertanejo. O estigma que se tem a respeito da região sertaneja advém do projeto de dominação colonial que se perpetua nos discursos contados e apresentados pelas correntes hegemônicas do nosso país, que lutam constantemente pela dominação dos poderes e dos saberes, desrespeitando as inúmeras diferenças que caracterizam os diversos contextos de um país de dimensões continentais.

Isso não aconteceu e não acontece por acaso. É que o conceito de sertão, segundo Melo (2006, p. 81), foi grafado, no princípio, pelo imaginário do colonizador português que, sob o seu ponto de vista, assim o caracterizava. Significou à época da colonização que o “o índio,

assim como, posteriormente, o negro, escravo minerador, não eram contados como habitantes, como sujeitos”. Os índios se traduziram em símbolo da barbárie, vistos como “um obstáculo ao avanço da colonização, por isso deveriam ser extintos ou dominados para servirem como escravos”. Esse conceito provocou uma dicotomia que caminhou e caminha na seguinte direção: “sertão *versus* litoral; barbárie *versus* civilização; natureza bruta *versus* cidade ou sertão *versus* cidade; avançado, moderno, desenvolvido *versus* atrasado” (MELO, 2006, p. 83).

As conceituações que se propagaram sobre o sertão, por meio dos estigmas de lugar atrasado onde impera a desordem e a brutalidade, já não pode mais ser o discurso protagonista a respeito da região. Outras histórias precisam ser elucidadas, na perspectiva de rompimento dos estereótipos criados e cultivados a respeito do sertão nordestino. Nesse sentido, neste item, estou na contramão da história oficial na tentativa de demonstrar o que não foi/é contado, buscando, sobretudo, desconstruir as conceituações reguladoras do sertão e dos sujeitos sertanejos, constituídas com muita força no decorrer da história.

João Guimarães Rosa, na obra *Grande sertão: veredas*, demonstra sensibilidade ao ratificar que o sertão não pode ser reduzido a um mero lugar, uma vez que: “sertão – se diz – o senhor querendo procurar nunca não encontra.” O sertão vai além dos espaços ideologicamente demarcados e estigmatizados pelos homens, sendo assim o sertão se pluraliza, deixa de ser único e atinge outras proporções e de forma repentina e insistente “[...] quando a gente não espera, o sertão aparece” (ROSA, 1986, p. 356).

Nestes escritos, tenho como objetivo fazer emergir, para os leitores, outros olhares acerca da história do sertão e dos sujeitos sertanejos, rompendo com os estigmas criados e veiculados na história oficial. Em um primeiro momento apresento considerações sobre os perigos da história homogênea, demonstrando as ocultações a ela atreladas. Em seguida, reflito sobre a importância da desconstrução das conceituações que regulam as vidas das pessoas, invisibilizando suas histórias e suas especificidades. Finalmente, dedico-me a apresentar as peculiaridades do sertão e dos sujeitos sertanejos, privilegiando versões que contam uma história diversa da história homogênea, dando visibilidade a outras vertentes da história do sertão nordestino.

Apresentar o sertão como espaço que vai além dos estereótipos que lhe foram atribuídos nos remete ao entendimento deste sertão como um campo de pluralidade, levando em conta a diversidade que permeia esta região. Tal fato nos estimula a substituir o termo sertão por

sertões. Esse posicionamento incorpora elaborações clássicas como as de Rosa (1986) e Castro (1984) e outras mais contemporâneas como as de Amado (1995a) e Albuquerque Jr. (2011-2014).

Os escritos da pesquisadora Janaína Amado acerca do sertão, nos ajudam a compreender a origem dos inúmeros estereótipos que são atribuídos à região sertaneja. Considerando o sertão como uma categoria construída durante a colonização, a autora nos traz algumas nuances do primeiro momento histórico da construção do conceito:

Segundo alguns estudiosos (NUNES, 1784, p. 428), “sertão” ou “certão” seria corruptela de “desertão”; segundo outros (TELES, 1991), proviria do latim clássico *serere*, *sertanum* (trancado, entrelaçado, embrulhado), *desertum* (desertor, aquele que sai da fileira e da ordem) e *desertanum* (lugar desconhecido para onde foi o desertor). (AMADO, 1995a, p. 147).

Podem-se notar os sentidos pejorativos que constituem a categoria sertão desde o seu surgimento, sentidos esses que ganharam força no decorrer da história, destinando um lugar à região sertaneja, um lugar de inferioridade. Cria-se, portanto “Uma categoria carregada de sentidos negativos, que absorveu o significado original”. (AMADO, 1995a, p. 148).

Dessa forma deu-se a construção do sertão, pautada em preconceitos, propagados repetitivamente ao longo da história, desconstruindo a imagem original da região, substituindo-a por criações caricatas de uma região e de um povo. Os escritos de Albuquerque Jr. (2011) são enfáticos ao criticarem esta criação perversa do sertão, assim como da região Nordeste do país.

Para o autor:

O Nordeste é uma produção imagético-discursiva formada a partir de uma sensibilidade cada vez mais específica, gestada historicamente, em relação a uma dada área do país. E é tal a consistência desta formulação discursiva e imagética que dificulta, até hoje, a produção de uma nova configuração de “verdades” sobre este espaço. (ALBUQUERQUE JR., 2011, p. 62).

Essas formulações discursivas propagam-se tanto pela literatura quanto pelos meios midiáticos que apresentam o Nordeste e o sertão nordestino como um espaço parado no tempo. Tais conceitos precisam ser repensados, levando em conta que o sertão é, sobretudo, um espaço de pluralidade. Como enfatiza Albuquerque Jr. (2014, p. 41-42): “Sabemos de antemão que o sertão já não se diz no singular, que este recorte espacial, que essa identidade regional guarda em seu interior a diferença, a diversidade, a multiplicidade de realidades e, talvez, de representações”. São estas múltiplas realidades que precisam ser mostradas de forma diferente, objetivando a desconstrução dos estigmas propagados acerca do sertão.

É conveniente enfatizar que essa pluralidade do sertão, aparece com grande força na obra de Guimarães Rosa (1986, p. 458) quando o autor busca desmitificar o imaginário do sertão como um espaço geograficamente demarcado: “O sertão aceita todos os nomes: aqui é o Gerais, lá é o chapadão, lá acolá é a caatinga”. A infinidade territorial que Guimarães Rosa busca descrever dá ao sertão o valor imensurável que este espaço carrega. Ao se reportar ao sertão descrito por Guimarães Rosa, Albuquerque Jr. (2009, p. 198) esclarece: “O sertão em Guimarães Rosa é uma porção de lugares, uma infinidade de territórios, uma miríade de espaços, múltiplos caminhos, caminhadas, travessias, encruzilhadas, um rizoma de veredas e, ao mesmo tempo, todos os lugares e lugar nenhum”. Nessa perspectiva, considero importante um novo olhar sobre estes múltiplos espaços e lugares formadores dos sertões que nos circundam.

Para Albuquerque Jr. (2014), a enunciação da pluralidade interna do sertão, levando em consideração suas especificidades e, sobretudo, suas riquezas, só se tornará possível pelo rompimento das imagens estereotipadas que de forma rotineira e repetitiva propagam-se, com o intuito de naturalizar a imagem do sertão como um espaço marcado pela pobreza, pela incivilidade e, sobretudo, como um lugar no qual “É o clima o culpado pelas mazelas sociais e políticas deste espaço ” (ALBUQUERQUE JR., 2014, p. 48).

Euclides da Cunha apresenta, em sua obra magistral *Os Sertões*¹⁵, publicada em 1906, conceitos por ele construídos dos sertões e dos seus habitantes, imagens muitas vezes ambíguas e contraditórias. O autor dá ênfase à paisagem que, ao mesmo tempo em que é desoladora e desértica, é também paradisíaca, descrevendo-a como uma terra que vai “Da extrema aridez à exuberância extrema”. (CUNHA, 1954, p.231).

Essas contradições aparecem nas narrativas do autor ao esclarecer que, ao chegar das chuvas, longe dos períodos prolongados de estiagem “O sertão é um paraíso” (CUNHA, 1954, p. 43). O autor apresenta esse espaço em suas imprecisões de ordem sobretudo climática, ao dizer que “o sertão é um vale fértil. É um pomar vastíssimo, sem dono”. (CUNHA, 1954, p. 46).

O escritor pernambucano Josué de Castro, em sua célebre obra *Geografia da fome*, na década de 1940, já denunciava os agravantes sociais e políticos deterioradores deste espaço. Ao

¹⁵ Albuquerque Jr. (2011, p. 66) diz que a publicação deste livro representou o início da procura do verdadeiro Brasil. “Com ele, teríamos iniciado a busca da nossa origem, do nosso passado, da nossa gente, da nossa terra, dos nossos costumes, das nossas tradições. Teríamos ficado conhecendo, com ele, a influência do ambiente sobre o nosso caráter e a nossa raça em formação”.

apresentar aspectos acerca da difícil condição de sobrevivência dos sertanejos, ele esclarece: “Muito mais do que a seca, o que acarreta a fome no Nordeste é o pauperismo generalizado, a proletarização progressiva, é magreza, é miséria relativa ou absoluta, segundo chova ou não chova no sertão” (CASTRO, 1984, p. 260).

O autor retrata, em sua obra, a penúria que ameaçava a existência dos sertanejos, tornando-os reféns dos processos de exclusão que se propagavam constantemente no âmbito das camadas pobres da sociedade brasileira. O autor considera o “fenômeno da fome”, como de interesse econômico de uma minoria dominante: “Um silêncio premeditado pela própria alma da cultura: foram os interesses e os preconceitos de ordem moral e de ordem política e econômica de nossa chamada civilização ocidental que tornaram a fome um tema proibido [...]” (CASTRO, 1984, p. 20), e um tema que durante muito tempo tem sido ignorado pelos governantes deste país.

Destaco, ainda, neste subitem, as oclusões existentes na história homogênea, enfatizando a dívida histórica atrelada à história contada pelos vencedores que, por sua vez, acaba por desconsiderar as peculiaridades dos que não tiveram, no contar da história, o seu devido valor. Para tanto, tomo como base escritos de Santos B. (2006; 2010) e Oliveira (2008).

Historicamente, os fatos têm sido contados à luz da ideologia dominante. Diante desta evidência nota-se o quanto a constante propagação de uma versão única dos fatos tem homogeneizado a história. Pode-se notar que nesse contexto não há espaço para outros relatos históricos que não sejam coniventes com o pensamento hegemônico que se propaga com veemência e em grande escala. Nota-se, portanto, uma separação entre os que detêm o poder de apresentar a história à maneira que lhes convém e os que são emudecidos, por não terem o direito de apresentar suas narrativas.

Boaventura de Sousa Santos, ao estabelecer sua crítica a este projeto de dominação, esclarece que nesse sistema de distinções as diferenças são estabelecidas por meio de linhas radicais que, por sua vez: “[...] dividem a realidade social em dois universos distintos: o universo ‘deste lado da linha’ e o universo ‘do outro lado da linha’. A divisão é tal que ‘o outro lado da linha’ desaparece enquanto realidade, torna-se inexistente, e é mesmo produzido como inexistente” (SANTOS, 2010, p. 23).

Nessa perspectiva só há espaço para o que se encontra “deste lado da linha”, ou seja, o que é apresentado por uma corrente hegemônica que domina com poderio os saberes. O que se

encontra “do outro lado da linha” é tido como inválido, sendo desrespeitado, desconsiderado, ou seja, invisibilizado. Sendo assim: “Do outro lado da linha, não há conhecimento real; existem crenças, opiniões, magia, idolatria, entendimentos intuitivos ou subjectivos, que, na melhor das hipóteses, podem tornar-se objetos ou matéria-prima para a inquirição científica” (SANTOS B., 2010, p. 25).

O autor argumenta que os saberes populares são desconsiderados em nome da cientificidade do conhecimento. Os saberes que advêm das camadas que estão fora da corrente hegemônica não podem ser propagados, é preciso negá-los, uma vez que estes desconstruem o que foi instituído historicamente como *verdade*. Santos, B. (2010, p. 31) esclarece quão maléfica é esta distinção ao denunciar que: “A negação de uma parte da humanidade é sacrificial, na medida em que constitui a condição para a outra parte da humanidade se afirmar enquanto universal”. Nota-se que anulação do outro é o ponto central para a autoafirmação dos que dominam os poderes e saberes, tornando esta prática naturalizada historicamente.

No que se refere ao sertão e aos sertanejos, observa-se que estes encontram-se *do outro lado da linha*. São refêns de um estigma histórico contado e recontado com tanta eloquência que, para a maioria, naturalizou-se como *verdade*. Dentro dessas *verdades* foram sucumbidas as especificidades da região sertaneja e dos seus habitantes. Os estudos de Durval Muniz de Albuquerque Júnior são enfáticos ao denunciarem os estigmas sofridos pelos sertanejos no decorrer da história. O autor esclarece que foram essas *certezas* e *verdades* que marcaram o sertão, uma vez que:

[...] foram elaboradas e servem para atualizar e sustentar dadas relações de exploração, de dominação e de poder que precisam ser confrontadas e contestadas. Este sertão estagnado no tempo, este sertão incapaz de contemporaneidade não é somente um erro, um mito ou um desconhecimento, é uma arma, é um argumento, é um instrumento usado nas lutas sociais e políticas travadas no país, que visam preservar um dado arranjo de forças, reproduzir dados privilégios econômicos, políticos e sociais e repor dadas relações e hierarquias sociais, dentro e fora do espaço nomeado de sertão. (ALBUQUERQUE JR., 2014, p.43).

As constantes repetições que acabaram por criar um estereótipo da região sertaneja são reforçadas cotidianamente, destinando a esta região e a seu povo um lugar secundário, desprivilegiado. São criadas e recriadas, constantemente, caricaturas dos sujeitos sertanejos enquanto seres dignos de pena e assistência dos poderes que dominam, de forma patriarcal e colonialista, os que são por eles julgados como incapazes. A história que é veiculada repetitivamente ainda é a história homogênea que descreve o sertão como o lugar do atraso, reforça-se constantemente no imaginário nacional, mundial afirmando que: “Viver no sertão é

viver no mato, enunciado que ainda povoa o imaginário nacional, por isso o fenômeno urbano, as cidades, as populações urbanas dos sertões são invisíveis na maioria dos discursos e das políticas públicas que a eles se dirigem ” (ALBUQUERQUE JR., 2014, p. 49).

O rompimento desta visão estigmatizada torna-se um enorme desafio, no qual a luta pela superação de uma história unificada tenha lugar, na perspectiva de rompimento da invisibilidade construída pelo processo histórico excludente que foi/é incapaz de perceber as diferenças. Neste sentido, tomamos como âncora os escritos de Benjamin, que demonstram preocupação com as micro realidades, o que pode romper com a linearidade da história. Destacamos com o autor que “Em cada época, é preciso tentar arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela ” (BENJAMIN, 2012, p. 243-244).

Considerar o sertão como um espaço contemporâneo é uma forma de rompimento dos paradigmas reguladores que o conceituam. Essa desconstrução implica, sobretudo, a quebra dos estereótipos atribuídos aos sujeitos sertanejos, constituídos historicamente como sujeitos rudes, estagnados em um passado muito distante do mundo contemporâneo. Torna-se importante, pois, desconstruir as conceituações que regulam e anulam os saberes do povo sertanejo. Oliveira (2008), ao se debruçar sobre os estudos de Boaventura de Sousa Santos destaca a relevância da recuperação das experiências que foram desperdiçadas. Para a autora, a ampliação do mundo pela ampliação do presente requer “[...] a crítica da razão metonímica¹⁶ porque só através de um novo espaço-tempo, que pressupõe uma outra razão, será possível identificar e valorizar a riqueza inesgotável do mundo” (OLIVEIRA 2008, p. 70).

A aclamação à totalidade acaba por desconsiderar as especificidades das partes que compõem essa totalidade, pois, dentro da lógica da razão metonímica “[...] não é admissível que qualquer das partes tenha vida própria para além da que lhe é conferida pela relação dicotômica e muito menos que possa, além de parte, ser outra totalidade” (SANTOS B., 2006, p. 783).

¹⁶Segundo Santos B. (2006), a razão metonímica apresenta-se como a única forma de racionalidade e, conseqüentemente, “[...] não se aplica a descobrir outros tipos de realidade ou, se o faz, fá-lo apenas para as tornar em matéria-prima. (Santos, 2006, p. 780). Ao fazer a crítica à razão metonímica o autor ainda acrescenta a obsessão desta pela ideia de totalidade. “Não há compreensão nem acção que não seja referida a um todo e o todo tem absoluta primazia sobre cada uma das partes que o compõem. [...] Há, pois, uma homogeneidade entre o todo e as partes e estas não têm existência fora da relação com a totalidade.” (ibidem. p. 782).

Constata-se, portanto, a negação das “partes” em suas peculiaridades; em outras palavras, o descaso das especificidades dos sujeitos e o desrespeito aos saberes que estes detêm. Para o autor, o questionamento à razão metonímica “[...] consiste em mostrar que qualquer totalidade é feita de heterogeneidade e que as partes que a compõem têm uma vida própria fora dela” (SANTOS B., 2006, p. 786).

É neste sentido que destaco o sertão como um espaço heterogêneo que possui vida própria. Essa heterogeneidade precisa ser respeitada, sobretudo, no que diz respeito ao fato de se observar o sertão enquanto espaço em constante mudança. Torna-se necessário compreender as experiências contemporâneas desse espaço, que não ficou estagnado no passado, mas que é reinventado cotidianamente. Os estereótipos que circulam acerca do sertão e do sertanejo e que, por sua vez, buscam engessar a imagem dessa região e desse povo em um passado sem perspectivas precisa ser rompido, pois como destaca Albuquerque Jr. (2014 p. 49):

Se os sertões são contemporâneos é porque, dentre outras coisas, grande parte de sua gente hoje é urbana, citadina, e mesmo aqueles que vivem no campo [...], querem as mesmas comodidades e confortos da vida urbana, querem ter os mesmos direitos dos habitantes das cidades, querem também se sentir contemporâneos ao, por exemplo, terem direito à energia elétrica, eletrodomésticos e acesso à água encanada, [...] Querem substituir o atávico jumento ou o velho burro de carroça pela motocicleta e pelo automóvel.

Trata-se do rompimento com os paradigmas que sustentavam a imagem do sertão como um lugar distante das produções do mundo contemporâneo, saindo da lógica da inexistência do sertão enquanto espaço ligado à contemporaneidade. Esse rompimento pode ser entendido como, sobretudo, um rompimento “[...] à monocultura do tempo linear – que pressupõe que a história tem um sentido único e conhecido para melhor, dando origem à lógica do progresso e do desenvolvimento – a não-existência produzida é o residual, tradicional, atrasado ou subdesenvolvido. (OLIVEIRA, 2008, p. 75).

Conceituações reguladoras são, em meus escritos contestadas, haja vista que o sertão e sua gente têm muito a contar em suas histórias. Histórias de vivências que não são lineares, histórias de experiências que são ressignificadas no cotidiano, portanto, não podem ser tidas como histórias de sentido único.

É essa libertação necessária para o rompimento dos estigmas atribuídos aos sertanejos e à região do sertão, entendendo que a produção do sertão enquanto espaço inóspito precisa ser combatida, levando em consideração os estudos de Santos (2006, p. 789), ao defenderem que

“[...] todas as experiências e práticas que ocorrem simultaneamente possam ser consideradas contemporâneas, ainda que cada uma a sua maneira”. (SANTOS B., 2006, p. 789).

A história do sertão é povoada pela história dos sujeitos sertanejos que, de forma estratégica, forjam novos significados para aqueles modelos estabelecidos pela história oficial. Certeau (2011b, p. 87) enfatiza que esses fenômenos são marcados pelo uso de estratégias e táticas, especialmente esta segunda, em espaços cotidianos, uma vez que: “Sem sair do lugar onde tem que viver e que lhe impõe uma lei, ele aí instaura *pluralidade* e criatividade. Por uma arte de intermediação ele tira daí efeitos imprevistos”. As trajetórias dos sertanejos revelam a imprevisibilidade desses efeitos. Na sequência faço uma apresentação do *locus* da pesquisa – um dos muitos sertões.

2.5.1 O ponto de partida: Santana do Ipanema

A curiosidade epistemológica em investigar a mobilização da comunidade sertaneja em torno das ações do Mobral (1970-1985), já nos estudos relacionados à dissertação de Mestrado levou-me à cidade de Santana do Ipanema, localizada no médio sertão alagoano.

O retomar da pesquisa exigiu, também retornar ao *locus* de investigação, seguindo os indícios apontados pelo estudo anterior. O território do médio sertão de Alagoas configura-se como espaço de pluralidade, por compor-se de nove municípios¹⁷ que têm peculiaridades, apesar de estarem tão próximos geograficamente. Entre esses sertões que compõem o médio sertão de Alagoas, a ênfase vai para o município de Santana do Ipanema, ponto de partida dessa investigação.

2.5.2 Uma abordagem histórica sobre o município em estudo

O primeiro marco na história de Santana do Ipanema tem registros do século XVIII, momento em que a cidade se resumia a um arraial, habitado por índios e mestiços. Melo, F. e Melo, D. (1976), em seus relatos, explicitaram que antes da criação da Comarca de Alagoas houve a concessão de algumas sesmarias na região, e uma delas situou-se onde se encontra a

¹⁷ São eles: Carneiros, Dois Riachos, Maravilha, Ouro Branco, Olivença, Poço das Trincheiras, Santana do Ipanema, São José da Tapera e Senador Rui Palmeira.

sede do município de Santana do Ipanema. Foi uma época em que o sertão alagoano passou a ser povoado por pessoas beneficiadas pela Coroa portuguesa, por meio da concessão de lotes de terra. A partir de então “É que foram surgindo as fazendas de gado, próximas umas das outras para se poderem comunicar entre si, e, também, com as povoações ribeirinhas do valioso e tradicional Rio São Francisco” (MELO, F.; MELO, D., 1976, p. 19-20).

No que se refere à formação da identidade do povo santanense, o escritor alagoano José Marques de Melo (2010), fala da dificuldade de esclarecer quem são os sertanejos que detêm a identidade santanense, uma vez que “[...] outrora o município de Santana do Ipanema abrigava inúmeras comunidades sertanejas, hoje transformadas em municípios autônomos”. (MELO, J., 2010, p. 85).

Santana do Ipanema, cravada na região do sertão alagoano, iniciou seu desenvolvimento de forma eminentemente rural, com a denominação de Ribeiro do Panema. Em 1771, passa a ser chamada de Santa Ana da Ribeira do Panema, devido à construção de uma capela em homenagem a Nossa Senhora Santana¹⁸.

Em 1875 o povoado passou a ser vila e sede do município¹⁹, conquistando a sua emancipação político-administrativa²⁰. Somente em 1921 a vila é elevada à categoria de cidade²¹ com a denominação de Santana do Ipanema. Para (MELO, F.; MELO, D., 1976), esse reconhecimento poderia ter sido considerado desde 1875, uma vez que a vila já tinha um funcionamento equivalente ao de cidade.

A cidade passou a esboçar seu crescimento, apesar das inúmeras dificuldades que permeavam o sertão alagoano, a exemplo do desenvolvimento arquitetônico e cultural, conforme a figura a seguir. Segundo Ricardo (2009, p. 12), surgiram os casarões, sobrados e armazéns. Complementa ainda a escritora que: “As festas religiosas²² vieram daquele lugar às

¹⁸ Pela Lei n. 09 de 24 de fevereiro de 1836, foi criada a Freguesia de Santana da Ribeira do Panema, tendo o padre Francisco Correia de Albuquerque sido nomeado seu primeiro pároco (MELO, F. e MELO, D. 1976, p. 24-25).

¹⁹ Resolução n. 681, de 24 de abril de 1875.

²⁰ Resolução n. 681, de 24/04/1875.

²¹ Lei n. 893, de 31 de maio de 1921.

²² As festividades dedicadas à padroeira começam no dia 18 de julho. O evento agrega a tradicional novena, missas, parque de diversão, apresentações culturais e leilões. No último dia da festa a missa é celebrada pelo bispo, seguida pela tradicional procissão que é acompanhada pelos fiéis.

margens do rio Ipanema²³. Da Maniçoba, do Bebedor [zona rural do município], chegamos às casas na Rua de São Pedro e se estenderam ao comércio. Centraliza-se com a igreja de Sant’Anna. ”



Figura 2 – Casarões do centro histórico de Santana do Ipanema.

Imagem: Não Informado

Acervo: Erinha

Fonte: Disponível em: <http://www.maltanet.com.br/galeriadefotos/foto.php?id=738>

Segundo Tadeu Rocha (2014) o grande sobrado situado na praça principal da cidade era tido como um local prestigiado de Santana do Ipanema. Mesmo com a morte do Coronel Manoel Rodrigues da Rocha²⁴, permaneceu sendo espaço permeado pelas transações comerciais e políticas, uma vez que a viúva do coronel assumira os negócios da família e seu primeiro genro, que era promotor público, logo tornou-se juiz de direito da Comarca.

Para além da vida luxuosa dos que moravam nos sobrados, existiam os muitos outros que lutavam amargamente pela sobrevivência. Ao se referir à difícil situação do povo sertanejo naquela época, Ricardo (2009) registra que mulheres com potes na cabeça, de rua em rua,

²³ O rio Ipanema tem sua nascente em Pesqueira (PE). Os indígenas Xucurus de Ororubá (Pernambuco), localizados ao pé da Serra do Ororubá, Agreste de Pernambuco, deram o nome de Ipanema. O Ipanema é um rio temporário que deságua no rio São Francisco, em Belo Monte (AL) e segue até o mar.

²⁴ Falecido em 1920, destacou-se como comerciante e industrial do algodão no sertão, tornando-se o primeiro juiz de Santana do Ipanema. Compactuava com as ideias de personagens importantes como Delmiro Gouveia e governadores do estado, que eram hospedados do referido casarão e efetuavam negociatas políticas “[...] na ampla sala de vista, desde a parede onde ainda estava entronizado o quadro do Coração de Jesus até a outra que pendia um belo espelho oval *biseauté*.” (ROCHA, 2014, p. 94).

vendiam água salobra e metaforicamente chama de “Vida salobra”. Essas mulheres incansavelmente enchiam as cisternas só com água de chuva.

No final da década de 1920, um aspecto econômico que ganhou destaque no município foi a feira-livre, realizada aos sábados. Tornou-se, então, um sustentáculo importante para a economia da região.

O movimento, [...] era intenso, com a chegada de numerosos carros de bois e negociantes, sem falarmos em pessoas outras que acorriam ao local para comprar seus gêneros alimentícios, suas chitas, suas alpercatas ou para tratar de assuntos com as autoridades. (MELO, F.; MELO, D., 1976, p. 8).

Ao descreverem outros aspectos referentes à organização da feira-livre no município, os autores acrescentam que os carros de bois que transportavam as mercadorias ficavam às margens do Rio Ipanema, e os objetos que chegavam das comunidades vizinhas eram transportados até a feira no centro da cidade nos lombos dos burros e dos cavalos, ou até mesmo nas costas dos feirantes.

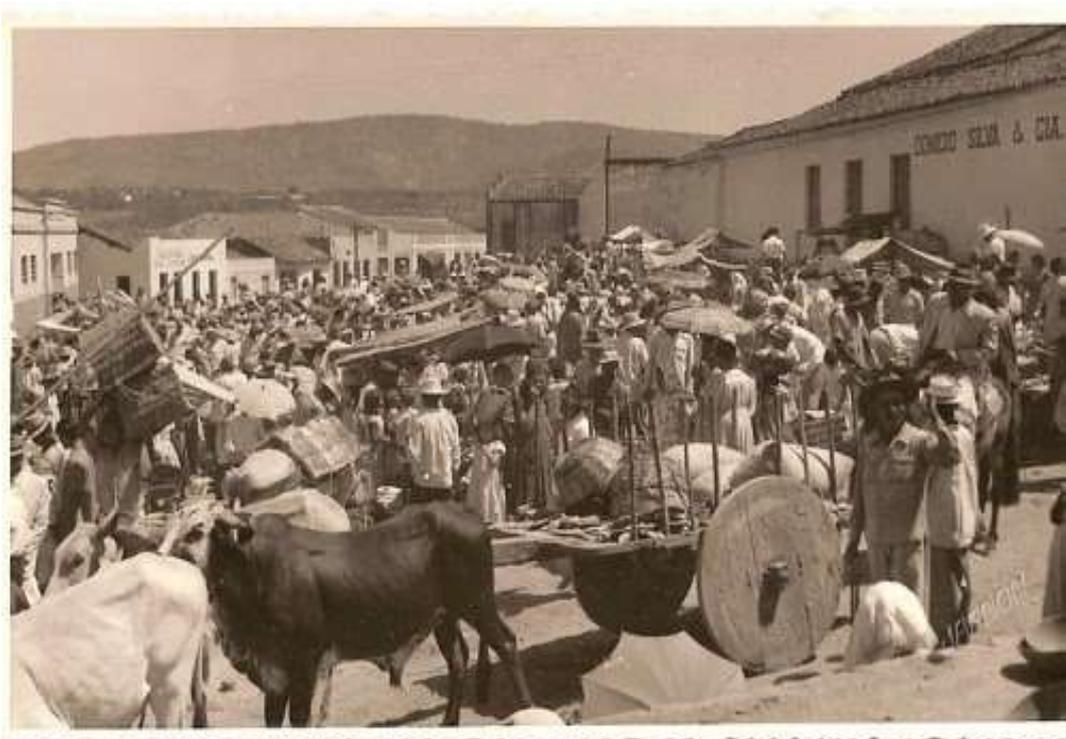


Figura 3 – *Santana do Ipanema em dia de feira.*

Imagem: Sr. Sulino

Acervo: Erinha.

Fonte: Disponível em: <http://www.maltanet.com.br/galeriadefotos/foto.php?id=754>

A fotografia mostra o aglomerado de pessoas que, em meio ao sol escaldante do sertão, junta-se semanalmente para praticar este ato cultural democrático, em espaços públicos que reúnem a diversidade e é fortemente marcada “[...] pela multiplicidade de vozes, de pregões, de falas, de ditos que se misturam, se confundem e terminam por gerar uma verdadeira algaravia de vozes. Ela também remete à multiplicidade de apelos em torno das distintas mercadorias que se tenta vender” (ALBUQUERQUE JR., 2013, p. 24). Um lugar de convergência popular, no qual os produtos produzidos nas comunidades urbanas e rurais do sertão são negociados, fazendo da cidade um ponto de encontro de diversas culturas.

Barros (2010, p. 76), em um texto memorialístico, descreve como se dava a movimentação da feira de Santana do Ipanema, que ocupava um extenso espaço físico e acontecia aos sábados, quando as pessoas subiam ladeiras e tinha:

[...] gente caminhando em toda direção, lojas cheias, cegos cantando enquanto balançavam o ganzá, chegando caminhões, carros de boi, charretes com mulheres vestidas de guarda-pó e muitos cavaleiros. Dando boa tarde a todas as pessoas debruçadas nas janelas, passavam muitas mulheres vestidas de saia comprida e cabeção. Eram as matutas de pano branco ou totalmente preto na cabeça. Que vinham fazer a feira chegando dos arredores de Santana, vindo das pequenas propriedades da vizinhança.

Acerca do desenvolvimento do município em referência, Melo, F. e Melo, D. (1976, p.63) destacam que o seu crescimento populacional esteve muito relacionado ao cangaço existente na região²⁵. Famílias residentes à época na zona rural, diante dos constantes ataques de Lampião²⁶, resolveram migrar “para Santana do Ipanema, onde não havia moradias suficientes para abrigá-las, escolas para seus filhos, além de outros recursos indispensáveis”.

Segundo Tadeu Rocha, por volta de 1925 apareciam como heróis na comunidade santanense três figuras emblemáticas que marcaram o imaginário de muitos sertanejos, amparados na *casta* de heróis: “o ‘coronel’ Delmiro Gouveia, que tinha domado a cachoeira de

²⁵ Caracterizado como uma luta revolucionária contra os desmandos das oligarquias, em que os homens do grupo vagavam pelas cidades em busca de justiça e vingança pela falta de emprego, alimento e cidadania, causas do desordenamento da rotina dos camponeses. O termo cangaço vem da palavra canga – peça de madeira usada para prender junta de bois a carro de boi ou arado.

²⁶ Virgulino Ferreira da Silva (Lampião), considerado o cangaceiro líder, abraçou o cangaço devido a uma injustiça política, para fazer justiça com as próprias mãos, juntamente com um grupo de injustiçados. Lampião e seu bando atacavam as populações rurais a qualquer hora do dia ou da noite. “A população rural vivia um dilema terrível: se denunciava Lampião, era esfolada por ele na próxima investida; se não o fazia, sofria os maus tratos” (MELO F., MELO, D., 1976, p. 63).

Paulo Afonso; o ‘capitão’ Lampião²⁷, percorrendo sempre vitorioso as caatingas alagoanas, de ponta a ponta; e o tenente José Lucena, que competia com este, em nome do governo [...]” (ROCHA, 2014, p. 19).

Os escritos de Rocha (2014) demonstram que, quando o bando de Lampião ameaçava a cidade, as autoridades eram comunicadas por meio de telegramas oriundos dos municípios vizinhos, com mensagens em linguagem sintética, por exemplo: “Lampião direção Santana”. Com as constantes visitas de Lampião ao município, em janeiro de 1927 o contista Breno Accioly, ainda menino, foi mandado para a casa do padre Francisco Macedo no município de Palmeira dos Índios.

Com o crescimento populacional, a cidade apresentou a necessidade de ampliação de órgãos públicos como: grupos escolares e postos de saúde para o atendimento às pessoas que chegaram à sede do município. No campo educacional, o então prefeito Joaquim Ferreira da Silva conseguiu verbas estaduais para a construção de um grupo escolar que denominou de Padre Francisco José de Albuquerque e também “Fez vir [da capital] o corpo docente para educar a população infantil. Era a solução parcial para o caso.” (MELO F.; MELO, D., 1976, p. 63). No entanto, fazia-se necessário, ainda, o surgimento de mais escolas, mesmo as particulares. Registraram os escritores que, atendendo ao apelo da população, o pioneiro universitário Flávio de Aquino Melo resolveu fundar um colégio, que chamou “Santanense”²⁸, funcionando de manhã, à tarde e à noite.

O referido colégio ganhou rapidamente prestígio, pela qualidade atribuída ao ensino ministrado e ao preço acessível das mensalidades, permitindo que os santanenses tivessem, na medida do possível, um ensino de qualidade. Um destaque à época foi o anúncio, por meio de convite, que o colégio, em determinado ano letivo, reiniciaria as aulas dos seus vários cursos adotando: “o ‘Curso Especial de Admissão’ (1º ano Secundário), no intuito de facilitar a ampliação de conhecimentos aos concluintes do 4º ano Primário. Também preparará candidatos para o exame de admissão aos colégios da capital” (MELO F.; MELO, D., 1976, p. 65).

²⁷ Os estudos de Barros (2015, p. 600) denunciam que o cangaço comandado por Lampião “[...] se fortalecia no convívio de ‘negócios’ com governador, ricos empresários, comerciantes, desembargadores, juizes de direito e vários comandantes de polícia.”

²⁸ Fundado em 11 de julho de 1934.

O desenvolvimento educacional do município, na década de 1950, passou a ter uma importância maior a partir da gestão do então prefeito eleito²⁹ Adeildo Nepomuceno Marques. Seguiu-se a ele o Dr. Hélio Cabral de Vasconcelos, prefeito no período de 1956 a 1960, tomando medidas no campo educacional consideradas avançadas para a época, como a promoção do:

[...] Curso de Férias para professores municipais, sob orientação pedagógica dos mestres vindos da capital do estado, especialmente convidadas para isso. [...] elevou o número de Escolas Municipais e ampliou as salas existentes, fornecendo material adequado ao seu funcionamento. [...] Criou a Biblioteca Municipal, legando-lhe fabuloso acervo de obras importantes (MELO F.; MELO D., 1976, p. 67-68).

Estas ações, desenvolvidas pelo gestor municipal, foram consideradas importantes no campo educacional do município de Santana do Ipanema, sobretudo por oportunizar o acesso das camadas populares ao ensino público, por meio da ampliação do número de escolas da rede municipal. As ações foram se ampliando na sequência de prefeitos eleitos³⁰.

Adeildo Nepomuceno Marques foi novamente eleito para governar Santana do Ipanema no período de 1966 a 1970, quando realizou várias obras no município, dentre elas a colocação da estátua de um jumentinho, em uma das praças existentes e a construção de oito Grupos Escolares na zona rural do município santanense.

É importante registrar que a construção do monumento em praça pública, em homenagem ao jumento (conforme figura a seguir) ocorreu devido à instalação de água encanada no município de Santana, uma vez que o animal foi utilizado por muito tempo como transporte de pessoas e de latões de água, no abastecimento à população santanense, contribuindo assim de forma significativa na labuta diária dos sertanejos. Mencionam, ainda, os autores, que Tadeu Rocha, citado acima comentou, à época, referindo-se ao monumento instalado em praça pública, que ele “constitui verdadeiro marco de evolução dos sertões, pois indica o fim da busca de água nas cacimbas cavadas nos leitos esturricados dos rios temporários” (MELO F.; MELO D., 1976, p. 122).

Para Melo, F. e Melo, D. (1976), a principal atividade econômica de Santana do Ipanema consistia na plantação de cereais e no criatório de animais. Dentre os animais criados na região,

²⁹ A posse do prefeito deu-se em 08 de fevereiro de 1951.

³⁰ O início da década de 1960 foi marcado pela atuação do prefeito Ulisses Silva, que entre outras obras contribuiu com o desenvolvimento educacional do município com a construção de: “Três escolas municipais em convênio com o Ministério da Educação e Cultura, em Olho D’ Água do Amaro, Areias e Queimadas” [zona rural do Município]. (MELO F.; MELO, D., 1976, p. 70).

destacou-se o jumento pela sua servidão ao sertanejo, sobretudo, em épocas de seca, a exemplo no recolhimento de água das cacimbas.

Segundo Melo, F. e Melo, D. (1976), para os santanenses o jumento merece um lugar de destaque, uma vez que o animal é mais sóbrio e resistente que o cavalo; desenvolve-se com mais facilidade na caatinga e presta valiosos serviços às pessoas. É considerado um animal de carga e de sela, varando trilhas e minimizando a escassez de transportes.

Com o progresso da cidade foram chegando alguns meios de transporte para a locomoção de cargas e passageiros, e o jumento foi ficando menos requisitado em suas funções, apesar de ainda hoje ser bastante utilizado, principalmente na zona rural dos municípios sertanejos.



Figura 4 – O monumento erguido na Praça das Coordenadas no ano 1969 apresentando a figura do jegue e do tangedor.

Imagem: Não Informado

Acervo: João Neto Félix Mendes

Fonte: <http://www.maltanet.com.br/galeriadefotos/foto.php?id=1866>

No início da década de 1970, em plena Ditadura civil-militar, assumiu o governo municipal de Santana do Ipanema um novo gestor³¹. Segundo os autores, o período da sua gestão foi de dificuldades, uma vez que ocorreu uma grande seca, o que ocasionou terrível crise

³¹ Henaldo Bulhões Barros.

econômica e social em Santana do Ipanema. Como consequência, veio a fome e a sede, com mais intensidade da população da zona rural, e doenças dizimaram rebanhos de gado *vacum*.

Segundo Melo, F. e Melo, D. (1976), mesmo diante desse quadro, provocado pela seca, o então prefeito conseguiu construir uma unidade de ensino primário em convênio firmado com a Secretaria de Educação de Alagoas e, nessa década, apoiou a implantação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), para atendimento aos adultos analfabetos no horário noturno.

Retomando os anos de 1970, Melo, F. e Melo, D. (1976) afirmam que nos anos iniciais da citada década, a cidade começou a desenvolver-se tornando-se um centro de produção de milho, feijão e algodão. Surgem também o hospital, bancos, indústrias, meios de comunicação, hotéis, matadouro e mercado público. O comércio local e a tradicional feira-livre ampliaram-se. Santana do Ipanema³², na contemporaneidade, é considerada uma das principais cidades do sertão alagoano. Para Ricardo (2009, p. 49), a cidade:

Vem sendo modificada, sua vida de cidade sofreu ameaças porque o que teve não tem mais. As grossas pedras que pavimentaram suas ruas, primeiro substituídas por paralelepípedos (eram os pequenos tijolos arrancados dos lajedos que cercam a cidade), agora, cobertos os paralelepípedos por tapetes pretos de asfalto.

Neste fragmento a autora saudosamente comenta aspectos fundantes da cidade que foram esquecidos e destruídos, como os tijolos, substituídos por calçamentos. Para ela, a história é esquecida, com as modificações físicas, e isso está atrelado à falta de interesse pela conservação da memória. Nesse sentido, concordo com Certeau (2011, p. 159) ao dizer que “Tudo se passa como se uma espécie de cegueira caracterizasse as práticas organizadoras da cidade habitada”.

A fotografia a seguir registra as mudanças que ocorreram na cidade, a exemplo da substituição dos artefatos de pavimentação das ruas por outros mais modernos. Por serem considerados arcaicos, os calçamentos compostos por pedras largas e antigas que embelezavam as principais ruas da cidade foram substituídos principalmente nos pontos comerciais da cidade,

³² De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) Santana do Ipanema conta com uma população de 44.932 habitantes, com área territorial de 437, 875 Km² e densidade demográfica de 102, 61 (hab./km²). O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - Santana do Ipanema é 0,591, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Baixo (IDHM entre 0,500 e 0,599). (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2013).

como é o caso da Rua Coronel Lucena, principal via de ligação ao centro comercial da cidade, o que obrigava as pessoas a se movimentarem pelas calçadas enquanto a rua era modificada.



Figura 5 – *Remoção do calçamento original feito com pedras na Rua Coronel Lucena, uma das principais ruas da cidade, início da década de 1960.*

Imagem: Não informado.

Acervo: João Neto Félix Mendes.

Fonte: <http://www.maltanet.com.br/galeriadefotos/foto.php?id=682>

Ricardo (2009, p. 49) acrescenta: “A mesma agressividade cometida contra as ruas da cidade, foi repetida em seus prédios antigos³³. Deitados para serem os terrenos ocupados por praças sem sombra, praças áridas”. As modificações ocasionadas devido à constante busca pelo desenvolvimento fizeram surgir uma nova cidade que continua modificando-se, e deixando sua história marcada na memória dos que conservam e valorizam a originalidade dos aspectos históricos, presentes nos registros fotográficos e, principalmente, nas lembranças.

³³ A autora refere-se à demolição de um conjunto de prédios históricos do centro comercial, que era reconhecido como prédio do “Meio da Rua”, atualmente nesse espaço encontra-se a Praça Senador Enéas Araújo.

2.5.3 Incursões no campo da investigação e os sujeitos interlocutores

O processo de incursão no cenário da pesquisa teve início em 2011. À época escolhi o Mobral, como objeto de estudo, especificamente o Programa de Alfabetização Funcional (PAF), por conta da sua forte representatividade naquele município, registrada nas pesquisas de Freitas e Moura (2007)³⁴. No mapeamento inicial, mantive contato de maneira informal com algumas pessoas idosas que ainda atuam no campo da educação, como professoras da cidade *locus* da pesquisa, as quais fizeram indicações de outras ou apresentaram em suas falas referências a outros sujeitos que tiveram mais ligação com o Mobral Cultural.

Na tentativa de localização dos interlocutores que me deram a oportunidade de reconstruir a história da atuação do Mobral Cultural em Santana do Ipanema, bem como descobrir o significado das ações desse movimento para os sertanejos nas décadas de 1970 e 1980, procurei, a partir de 2014, o reencontro com as pessoas que já haviam concedido entrevista no âmbito da pesquisa do Mestrado. Inicialmente, busquei pessoas que apontaram, na entrevista inicial, ter uma relação muito forte com as ações culturais desenvolvidas pelo movimento no sertão alagoano.

Localizar as pessoas que atuaram no Mobral, fossem gestores da Coordenação Estadual (COEST), das Comissões Municipais (COMUN), bem como os sertanejos partícipes das atividades culturais do Mobral não foi tarefa fácil, pelo fato de estar pesquisando um Programa que tivera sua implantação no *locus* da pesquisa em 1973, ou seja, há mais de 40 anos. Essa condição levou-me a seguir pistas como o caçador descrito por Carlo Ginzburg nos estudos sobre o paradigma indiciário, que se aventura pelas “[...] pistas mudas (se não imperceptíveis) deixadas pela presa [...].” (GINZBURG, 1989, p. 152).

Seguindo as indicações, reiniciei o processo de busca que comecei durante a pesquisa de Mestrado e por meio de indicações, consegui entrar em contato com as pessoas que serão apresentadas mais à frente. Essa conexão só foi possível devido à persistência e a procura indelével pelos sujeitos interlocutores da pesquisa, pois como afirma Ginzburg (1989, p. 177). “Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la”. Assim, a partir de intenso movimento de idas e vindas ao campo de investigação, encontrei

³⁴ Pesquisa intitulada *A Educação de Jovens e Adultos em Alagoas: incursões na história das – ações e concepções em âmbito governamental (1960-1980)*, realizada pelo Grupo de Pesquisa CNPq Teorias e Práticas sobre Educação de Jovens e Adultos, sob a coordenação e vice coordenação das pesquisadoras do Cedu/Ufal Tania Moura e Marinaide Freitas, aprovada em edital público em 2005.

os interlocutores deste estudo. Dessa forma, posso afirmar que o critério de escolha dos entrevistados foi aleatório.

As trilhas da oralidade conduziram-me às pessoas que trabalharam na Coordenação Estadual do Mobral em Alagoas – um ex-animador das atividades culturais, três ex-supervisoras estaduais e duas ex-agentes pedagógicas. Localizei, também, em minhas incursões, alguns sertanejos, sendo um artista que se apresentava nos palcos da Mobralteca e um ex-aluno do Programa de Alfabetização Funcional que narrou sua experiência enquanto espectador da Mobralteca; ainda na região sertaneja gravei as narrativas de dois ex-supervisores de área. Esses sujeitos compõem o quadro de interlocutores dessa investigação. Contribuíram, cada um à sua maneira, na construção das histórias que são contadas no decorrer desta tese.

2.5.3.1 O animador dos programas culturais do Mobral

A primeira entrevista, realizada no âmbito do projeto de Doutorado, teve como interlocutor José Petrucio de Oliveira Silva, ex-animador dos programas culturais do Mobral. Essa opção justificou-se porque este interlocutor, localizado em 2013, momento de encerramento da pesquisa de Mestrado, ainda não havia dado o seu testemunho. Por seu forte contato com as ações culturais do Movimento no sertão alagoano, assim como em outras regiões do estado, privilegiei seu depoimento como o primeiro a ser gravado.

A mobilização das comunidades para a participação nos programas de atividades culturais do Mobral contava com a figura do “animador das atividades culturais”. A Coordenação Estadual de Alagoas, neste posto, encontrava apoio no trabalho desenvolvido pelo jovem e comunicativo José Petrucio. Essa função era caracterizada como uma espécie de apresentador ou o que se convencionou chamar de “mestre de cerimônias”.

A entrevista com José Petrucio de Oliveira Silva deu-se em três momentos: o primeiro marcado pela informalidade e espanto do depoente, ao deparar-se com alguém interessado em escavar as memórias de um movimento extremamente marcado pela Ditadura civil-militar que o criara. Menor não foi o entusiasmo do pesquisador ou encontrar um depoente fundamental para o entendimento das ações culturais desenvolvidas pelo Mobral no sertão alagoano.

Na segunda entrevista, previamente agendada, a conversa fluiu por quase duas horas. Nesta ocasião, o interlocutor falou-me do trabalho que desenvolveu durante os nove anos e oito meses que trabalhou no Mobral, iniciando como motorista. Destacou com muita lucidez os trabalhos realizados em todos os municípios do estado, no âmbito do programa de atividades culturais. O nosso terceiro encontro foi marcado para a socialização das fotografias e documentos que o entrevistado dispunha em seus arquivos pessoais. Neste encontro pude maravilhar-me com 27 fotografias que demonstravam a realização das atividades culturais no interior do estado, além de sete documentos pessoais do depoente, incluindo diplomas, certificados e avaliação de desempenho funcional. Esses materiais foram imediatamente disponibilizados pelo entrevistado e muitos destes são utilizados no decorrer dessa tese.



Figura 6 – *Mobilização das comunidades rurais com a utilização da Minimobralteca.*
Fonte: Arquivo pessoal de José Petrucio de Oliveira Silva – Ex-animador das ações culturais do Mobral.

O animador das atividades culturais era a pessoa responsável, em campo, pela concretização dos trabalhos desenvolvidos, quando das visitas da Mobralteca, bem como da mobilização das comunidades rurais, valendo-se da Minimobralteca que, por ser um automóvel compacto, porém bem equipado, conseguia chegar às comunidades mais longínquas do estado, como demonstra a foto acima. Na seção 5 retomarei essa discussão e descreverei melhor as funções dessas duas unidades operacionais: Mobralteca e Minimobralteca.

2.5.3.2 O reencontro com a ex-supervisora de área³⁵ de Santana do Ipanema

Nesse processo de incursão, a segunda entrevistada foi a santanense Jeniuzza Soares de Melo, conhecida na comunidade santanense como Branca, que se apresentou como uma das grandes colaboradoras dessa investigação, desde seu início – em 2011, apontando o vigor das ações culturais implementadas pelo Mobral Cultural em Santana do Ipanema nas décadas de 1970-1980. Como supervisora de área³⁶, apresentou em suas falas um forte domínio acerca das ações desenvolvidas pelo Mobral no município em estudo, bem como em outros municípios do sertão alagoano. Devido à sua significativa atuação no Movimento, esta ex-supervisora de área foi indicada por todas as pessoas com as quais conversei desde o início da investigação.

Entusiasmada ao saber da continuidade da pesquisa, ressaltou, em sua longa entrevista, os acontecimentos ocorridos com a chegada do programa de atividades culturais do Mobral no município de Santana do Ipanema. Em seus relatos destacou sua atuação como agente mobilizador da Comissão Municipal, cargo por ela ocupado antes de tornar-se supervisora de área. Contou-me sobre a organização do Movimento no município *locus* da pesquisa, bem como nos municípios vizinhos, enfatizando que “em cada prefeitura onde funcionava o Mobral tinha uma Comissão Municipal³⁷, com tudo – presidente, secretária, tesoureira, agente mobilizador, agente cultural. Essa Comissão tinha seus cargos específicos. (JENIUZA SOARES DE MELO).

Antes de iniciar seu trabalho como supervisora de área, atuou como Encarregada da Área de Mobilização (EMOBE), responsável por fazer a chamada da população para acesso ao processo de alfabetização, o que fazia como membro da Comissão Municipal. Depois desempenhou funções na equipe de supervisão, como Encarregada de Supervisão Global (ENSUG)³⁸.

³⁵ Pessoa responsável pelo polo de Santana do Ipanema que congregava os municípios circunvizinhos. Era servidora pública municipal à disposição do Mobral. Isso acontecia também com profissionais dos órgãos federais ou estaduais lotados na sede. Tinham tempo integral/dedicação exclusiva. O cronograma exigia de muitos funcionários disponibilidade para viagens, muitas vezes de 20 dias, em um mês (CORRÊA, 1979).

³⁶ A concessão dos depoimentos de todos os entrevistados foi firmada pela assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) o qual apresenta todas as informações referentes à pesquisa.

³⁷ As Comissões Municipais eram agentes executivos dos programas do Mobral, espalhados por todo o país. Mobilizavam “[...] analfabetos, alfabetizadores, monitores e animadores.” (BRASIL, 1973, p. 17). Providenciavam os locais para a instalação das turmas de alfabetização, e mobilizavam as comunidades em torno da educação de jovens e adultos.

³⁸ Pessoa encarregada do treinamento, orientação e supervisão dos diversos programas. Este profissional deveria agregar, em seu perfil, as seguintes características: “deve ser professor ou pessoa com experiência em educação tendo, de preferência, conhecimento ou experiência em supervisão; deve ter facilidade de relacionamento humano.” (BRASIL, 1975, p. 22).

As atribuições do EMOBE, explicitadas em livros do acervo documental recuperados pelo *Centro de Referência e Memória da Educação Popular e da EJA* do Rio de Janeiro e de Alagoas, são enfáticas no sentido de demonstrar o trabalho desenvolvido pelo Movimento, sobretudo no que se refere à mobilização feita nas comunidades. Elencarei a seguir alguns pontos que eram desenvolvidos pelo EMOBE naquele contexto histórico, que nos parecem demonstrar a organização dos trabalhos:

- Executa, com as devidas adequações, orientações emanadas da Agência de Mobilização;
- Conscientiza e ativa a comunidade para trabalho conjunto com o Mobral, envolvendo as entidades, as lideranças locais e pessoas interessadas;
- Recruta a clientela (alunos) para o progresso do Mobral;
- Providencia locais, equipamentos e transporte, para atender as necessidades dos programas do Mobral;
- Colabora no recrutamento dos alfabetizadores, animadores e professores e na obtenção de recursos financeiros;
- Organiza e orienta, em conjunto com o ECULT³⁹, atividades tais como quermesses, gincanas, competições esportivas, exposições de artesanato, festas etc. com a participação de alunos do Mobral e da comunidade;
- Incentiva a participação do aluno do Mobral e da comunidade no Mobral Cultural (BRASIL, 1975, p. 24-25).

Detendo-se em seus relatos no cargo de supervisora de área assumido posteriormente, a depoente acrescentou o trabalho desenvolvido nos municípios que compunham o polo que tinha como sede a cidade de Santana do Ipanema, destacando os eventos que envolviam a participação de todos os municípios, propiciando um intercâmbio das manifestações culturais de cada cidade. Trabalhando a cultura, o artesanato, o folclore, “[...] cada supervisora ia resgatando esses valores: São José da Tapera, lembro que naquela época trouxe um coco de roda que tinha lá, veio dançar aqui em Santana, aqui nós tínhamos uma ciranda, e assim ia, o reizado [...] a valorização cultural.”

Após a entrevista, realizada em sua residência, a informante fez indicações preciosas de pessoas que contribuíram nesse processo de reconstrução da história do Movimento Brasileiro de Alfabetização, como algumas integrantes da Coordenação Estadual do Mobral, que viajavam pelo sertão alagoano à época. A partir daí realizei uma entrevista coletiva com cinco

³⁹ Representava a agência cultural nos municípios onde havia posto cultural, mantendo a Coordenação Estadual atualizada das ocorrências na área cultural.

componentes da Coordenação Estadual⁴⁰. Essa entrevista é tida nesse trabalho como um discurso multivocal, destacado por Portelli (2010, p. 29) como um discurso muito mais interativo, por englobar a participação de todos os presentes. De acordo com o autor, nesse lugar de memória, as vozes “[...] se cruzam e se sobrepõem, alterando as falas e as lembranças, confirmando o mesmo testemunho de pontos de vista diversos.” O próximo subitem apresenta um pouco dessa experiência.

2.5.3.3 As componentes da Coordenação Estadual: um discurso multivocal

Seguindo a indicação de Jeniuzza Soares de Melo, consegui chegar às componentes da Coordenação Estadual, em um encontro organizado pela solícita Maria do Carmo Cabral de Araújo (Carminha). Preocupada com a preservação da memória, Carminha, tomou a iniciativa de reunir algumas de suas companheiras de trabalho, propiciando um momento rico em vozes e interpretações do passado por meio de um discurso multivocal no qual “[...] o tempo narrativo torna-se bem mais fugidio: a combinação de estruturas cíclicas e lineares dá lugar ao livre fluxo de associações acrônicas, determinado pelos procedimentos analógicos da memória e pelos objetivos dos narradores e narratários em diálogo” (PORTELLI, 2010, p. 27-28).

Além de Maria do Carmo Cabral, ex-supervisora estadual,⁴¹ participaram desse encontro Carmélia Maria B. Andrade, responsável pela área pedagógica, área em que atuavam todos os supervisores de área. Desenvolvia o trabalho em primeira instância com supervisores estaduais e, logo após, com supervisores municipais; e Maria Rosa dos Santos Cavalcante que também foi supervisora estadual.

Outra participante desse encontro multivocal foi Margarida Souza de Araújo, responsável em nível estadual pelo Programa de Profissionalização, que se intercalava com as atividades culturais, por intermédio do balcão de emprego, que funcionava no Posto Cultural do Mobral, desenvolvendo atividades ligadas à agência de profissionalização.

⁴⁰ O encontro contou ainda com a presença de uma supervisora de área Lúcia Carvalho, que narrou suas experiências, frente às ações culturais do Mobral nos municípios alagoanos nos quais atuava. Apesar do valor das suas contribuições, suas narrativas não aparecem no decorrer do texto visto que essa interlocutora, em específico, não traz em suas experiências elementos sobre o sertão, foco deste estudo.

⁴¹ Supervisionava uma área dividida em polos que abrangia cerca de 15 a 20 municípios do sertão, incluindo o município de Santana do Ipanema – cidade polo.

Maria Anunciada de Melo Torres, também componente da Coordenação Estadual, narrou suas experiências frente ao Programa de Alfabetização Funcional (PAF) enquanto Agente Pedagógica (APEDE) tendo como função o *treinamento* dos alfabetizadores, desenvolvendo trabalhos junto aos supervisores de área e visitando constantemente os municípios.

Neste encontro, as depoentes lançaram mão de seus álbuns de fotografias explicando, num verdadeiro confronto de memórias, as cenas registradas pelas máquinas fotográficas daquele tempo histórico, analógicas e bem diversas das digitais da atualidade. Ajudavam-se mutuamente para descreverem ao pesquisador o que significava cada imagem. Disponibilizaram para consulta e publicação, suas narrativas, bem como um acervo particular de 30 fotografias relacionadas aos trabalhos desenvolvidos pelo Mobral.

O terceiro e o quarto encontro exigiram, a ida aos sertões, algo que não demandou nenhum incômodo, por ser nascido e criado na região sertaneja. As eventuais dificuldades que todo pesquisador encontra foram sendo superadas, apesar de, no momento da investigação, encontrar-me residindo na capital do estado. Desloquei-me para o sertão seguindo as pistas do meu primeiro entrevistado, José Petrucio de Oliveira Silva que, na oportunidade, alertou-me sobre importância do depoimento de dois interlocutores: Edgard Lima, cantor profissional da cidade de Olho D'Água das Flores, município circunvizinho de Santana de Ipanema, que iniciou sua carreira artística apresentando-se nos palcos da Mobralteca; e Hélio Silva Fialho, ex-supervisor de área do município de Pão de Açúcar.

2.5.3.4 Pelos sertões: o ex-supervisor de área de Pão de Açúcar

A maioria dos interlocutores entrevistados foram enfáticos ao indicarem os trabalhos desenvolvidos no município de Pão de Açúcar⁴² pelo ex-supervisor de área dessa cidade do sertão alagoano. Devido ao intenso intercâmbio entre os municípios, por meio das ações desenvolvidas pelo Subsistema de Supervisão Global (SUSUG),⁴³ implantado no Mobral a

⁴² Município da Mesorregião do sertão alagoano, situada na Microrregião Santana do Ipanema, com uma área 662,95 km², com uma população (Censo 2010) de 23.811 habitantes. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - Pão de Açúcar é 0,593, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Baixo (IDHM entre 0,500 e 0,599). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município a longevidade, com índice de 0,793, seguida de renda, com índice de 0,536, e de Educação, com índice de 0,491. (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL).

⁴³ O Sistema de Supervisão Global estruturava-se em três níveis, havendo um supervisor fixo em cada município, denominado Encarregado da Supervisão Global; um supervisor volante, denominado Supervisor de Área que [tinha] como responsabilidade,

partir de 1973, objetivando a integração de uma rede de recursos humanos que chegava a todos os municípios do país, consegui chegar a Hélio Silva Fialho, historiador, bacharel em direito e jornalista, que descreveu em suas narrativas as ações que foram desenvolvidas pelo Movimento naquele município.

Ingressou no Mobral no início de 1980, em substituição a Edval Augusto de Melo⁴⁴, um exilado político e, anteriormente, um dos guerrilheiros de Caparaó⁴⁵. O trabalho de Hélio Fialho ganhou destaque nas Comissões Municipais, bem como na Coordenação Estadual. Em uma entrevista que durou em torno de uma hora e quarenta minutos, me contou sobre o seu ingresso no Mobral, enfatizando as ações culturais que foram desenvolvidas no município, a exemplo do destaque e reconhecimento dado ao Batalhão de Lagoa do Povoado Santiago, evento que agregava o cultivo do arroz nas lagoas formadas pelo Rio São Francisco, nas épocas em que as águas eram mais abundantes.

O Batalhão de Lagoa era uma manifestação cultural importante naquele povoado, consistia em uma organização dos sertanejos em torno do cultivo do arroz. Agregava muitos alunos do Programa de Alfabetização do Mobral (PAF). Essa tradição cultural passou a ser reconhecida nas atividades culturais do Movimento, assim como muitas outras das várias comunidades, com suas *vocações culturais* (expressão utilizada pelo interlocutor).

uma média de 5 municípios, e um supervisor que [integrava] as informações em nível estadual e, por isso, era denominado Supervisor Estadual (BRASIL, 1978, p. 7).

⁴⁴ Edval Augusto de Melo, marinheiro reformado e ex-exilado político, natural de Pão de Açúcar, AL, faleceu em 2011 aos 79 anos. Ver mais detalhes no Documentário Caparaó, no qual Edval Melo concedeu entrevista. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v= kmFrku0YPk>

⁴⁵ A Guerrilha de Caparaó, ocorrida entre fins de 1966 e início de 1967, foi um movimento de resistência armada à Ditadura civil-militar de 1964, que teve como ponto geográfico estratégico a região do Parque Nacional de Caparaó – divisa dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, Tido como primeiro movimento armado que se levantou contra o regime militar, entre os muitos outros nomes que fizeram parte da história da Guerrilha de Caparaó destaca-se o pãodeaçucarense Edval Augusto de Melo.



Figura 7 – *Batalhão de Lagoa – Povoado Santiago, Município de Pão de Açúcar – AL, agosto de 1981.*

Fonte: arquivo pessoal de Hélio da Silva Fialho – Ex-supervisor de área do Mobral.

Encerrada a entrevista, o ex-supervisor de área comprometeu-se em garimpar em seus arquivos algumas fotografias da época, a exemplo da que aparece acima, que demonstra “o Batalhão adentrando, levando potes, bacias, cestos cheios de sementes de arroz, a planta já arrancada da lagoa [...]” para a continuidade do cultivo. Aparecem na imagem dois grupos, certamente um composto por mulheres e outro por homens, que se mantinham afastados durante a realização das atividades.

Além da entrevista inicial, o interlocutor concedeu-me dez belíssimas fotografias, algumas delas trabalhadas como fontes na terceira seção desta tese. Um episódio inusitado que merece destaque foi o fato de as fotografias serem encaminhadas via aplicativo WhatsApp, por Hélio Fialho, no dia 18 de agosto de 2015. É importante ressaltar que esta foi uma iniciativa do interlocutor da pesquisa, que ficara comprometido em localizar as fotografias para então marcarmos uma nova entrevista. Quando as fotografias foram localizadas em seus arquivos pessoais, o depoente gentilmente tratou de encaminhá-las e gravou um áudio de caracterização das situações vivenciadas nas imagens. Neste período, eu já me encontrava no Rio de Janeiro, realizando o intercâmbio na Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Este fato demonstra que, neste estudo os dispositivos de pesquisa foram se construindo no decorrer da investigação e com ela foram se transformando a partir das tecnologias disponíveis no momento atual, permitindo novas formas de interação entre interlocutor e pesquisador.

2.5.3.5. Pelos sertões: um seguidor da Mobralteca

Seguindo as trilhas deixadas pelo Mobral no sertão alagoano cheguei à cidade de Olho D'Água das Flores⁴⁶, município que faz fronteira com Santana do Ipanema. Nesse processo de incursão no campo de investigação encontrei-me com Edgard Lima, cantor profissional, reconhecido em toda a região sertaneja por seu estilo musical peculiar. Essa entrevista foi marcada pelo entusiasmo do depoente em poder socializar as experiências adquiridas nos palcos da Mobralteca, em suas passagens pelas comunidades sertanejas.

O depoente, hoje cantor profissional e dono de um estabelecimento comercial na referida cidade, revelou-me que o despertar para a carreira artística deu-se a partir do aparecimento do caminhão itinerante que visitava as cidades do sertão, valorizando os talentos locais. Por já ser uma pessoa interessada pela música, uma vez que já tocava violão, animando festas e encontros entre amigos, Edgard Lima encontrou na Mobralteca a oportunidade de superação dos limites da timidez e a oportunidade de iniciação da carreira profissional.

A Mobralteca tinha como característica o incentivo aos talentos locais, a partir das constantes visitas desse caminhão que, se transformava em palco nos municípios sertanejos. Muitos talentos foram descobertos e muitos artistas como Edgar começaram a acompanhar o caminhão em sua itinerância. O interlocutor revelou-me que, depois da sua primeira apresentação em seu município de origem, fora convidado a apresentar-se em outras cidades por onde a Mobralteca passava, o que lhe rendeu o título de seguidor da Mobralteca.

⁴⁶ Município da Mesorregião do sertão alagoano, situada na Microrregião de Batalha com Área 183,96 km² e uma População (Censo 2010) 20.364 hab. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - Olho D'Água das Flores é 0,565, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Baixo (IDHM entre 0,500 e 0,599). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,752, seguida de Renda, com índice de 0,568, e de Educação, com índice de 0,422. (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL).

2.5.3.6. Pelos sertões: um espectador da Mobralteca

A última entrevista foi marcada pelas narrativas de Edjário Vieira Souza, formado em segurança do trabalho e estudante do curso de licenciatura em Geografia na Universidade Federal de Alagoas. A entrevista com Edjário foi feita na própria Ufal, nas dependências do bloco de Geografia.

Esse interlocutor teve uma experiência muito marcante com o Mobral, primeiramente em uma comunidade rural próxima a Santana do Ipanema no final dos anos 1970, quando frequentou, como ouvinte, as aulas do Programa de Alfabetização Funcional que o Movimento ofertava. Nessa ocasião o depoente, ainda criança, acompanhava suas três irmãs mais velhas que se matricularam no PAF para aprender e escrever.

Anos depois com a migração da sua família da zona rural para a cidade de Santana do Ipanema, Edjário teve acesso, como espectador, às ações que eram desenvolvidas pela Mobralteca, que envolviam a valorização e reconhecimentos de práticas culturais das comunidades, prestigiadas pela visita desse caminhão itinerante. As narrativas dos interlocutores desse estudo aparecem no decorrer de todo o texto, sobretudo na sexta seção.

3 O CARÁTER PLURAL DA CULTURA: DIVERSOS SENTIDOS E POSSIBILIDADES DE INTERPRETAÇÃO

[...] meu pensamento me levava para perto do Presépio de seu Hermínio; para perto de uma Véspera de Natal em Sant'Ana do Ipanema, precisamente há um ano atrás, onde eu não me cansava de admirar a sabedoria de um homem semianalfabeto enriquecer ainda mais a riqueza dos meus sonhos mirabolantes de meus nove anos, com aquela N. Senhora balançando a cabeça, agradecendo as esmolas, liturgicamente, e o Menino-Deus sempre acordado para melhor ver a ingenuidade dos sertanejos.

Breno Accioly
João Urso (1995, p. 140)

Com o entendimento da cultura enquanto um campo social caracterizado pela pluralidade, busquei, a partir de uma revisão de literatura, sintetizar nesta seção os sentidos existentes nas práticas culturais dos sujeitos das classes populares, com ênfase nos sertanejos, levando em consideração as representações dessas práticas no cotidiano desses sujeitos, em um contexto histórico marcado pelo controle social, intermediado por ações ideológicas do Mobral Cultural. Esse entendimento inicial leva-me a questões como: ainda assim, em meio à forte carga ideológica que cercava o imaginário nacional, agiram enquanto praticantes culturais os sujeitos sertanejos? Que ressignificações os sujeitos sertanejos fizeram das ações culturais desenvolvidas pelo Mobral Cultural? A partir do *lugar* – sertão alagoano –, que possibilidades de novas interpretações esse episódio da história propicia?

Esses questionamentos acompanharam-me no decorrer de todo este texto e vão ganhando “respostas” e mais indagações a partir do entendimento do sertanejo – sujeito produtor de cultura, como descreve Breno Accioly (1995, p. 140) em um dos seus contos, ao destacar, “a sabedoria de um homem semianalfabeto”, reportando-se a um santanense que, transformando a natureza em arte, confeccionava os presépios que abrihantavam os festejos natalinos dos sertanejos. Um fazer que demonstra os ritos e a fé do povo do sertão que, em sua “ingenuidade”, vive em sua cultura redes de relações permeadas por um sistema de significados internos ao grupo.

Ajudaram-me a situar, os diversos sentidos e possibilidades de interpretação da cultura, em seu caráter plural, com ênfase na abordagem proposta nesta pesquisa, conceitos presentes nas obras de Certeau (2011;2012); Certeau e Giard (2013); Lahire (2006; 2013); Thompson, E. P. (1998); assim como os escritos de Bosi A. (1992); Brandão (2002a; 2002b); Fávero (1983)

e Freire (2011b). Em dois momentos desta seção estabeleço um diálogo entre estes autores em busca dos sentidos e interpretações da cultura que aparecem em seus escritos.

Para falar do caráter plural da cultura, comento de antemão sobre a cultura no seu caráter singular, que se impõe em relação às demais culturas. É preciso desvelar como se efetiva a cultura no singular, como se instauram essas formas de colonização. Com o intuito de tratar dessa conceituação de cultura no plural valho-me de Certeau (2012, p.141) para quem, pensar a cultura no plural, vai além da imposição/doação. Segundo ele, “Para que haja verdadeiramente cultura, não basta ser autor de práticas sociais; é preciso que essas práticas sociais tenham significado para aquele que as realiza”. O autor acrescenta que, se entendemos qualquer atividade humana como cultura, estas atividades ainda não são reconhecidas como tal, uma vez que nem sempre essas ações do homem são tidas como válidas em suas peculiaridades.

O caráter plural da cultura é, em grande parte, subsumido pela lógica da cultura no singular, marcada pelo poder de uma classe social dita erudita, sobre as classes populares. Os debates fomentados por Certeau (2012), acerca das intencionalidades da cultura no singular são oportunos na medida em que algumas designações são exercidas pela cultura no singular, na busca de enclausurar a cultura no plural. Para o autor, circulam no meio social inúmeras maneiras de eliminação das múltiplas existências, uma vez que:

Elas têm como característica comum a vontade de instaurar a unidade, isto é, um totalitarismo. A cultura no singular impõe sempre a lei de um poder. À expansão de uma força que unifica colonizando e que nega ao mesmo tempo seu limite e os outros, deve se opor uma resistência. Há uma relação necessária de cada produção cultural com a morte que a limita e com a luta que a defende. (CERTEAU, 2012, p. 241-242).

A homogeneização inerente à cultura no singular acaba por desmerecer os saberes dos sujeitos; nessa tentativa de instauração da unidade. A pluralidade é desconsiderada, exigindo da cultura popular, comprometida com a pluralidade, um posicionamento de luta contra a morte que a persegue, dado que “A cultura no plural exige incessantemente uma luta” (CERTEAU, 2012, p. 242).

A partir desse entendimento de Certeau (2012), retomo um dos questionamentos apresentados no início desta seção: que ressignificações os sujeitos sertanejos fizeram dentro das ações culturais desenvolvidas pelo Mobral Cultural? Parto do pressuposto de ser o Mobral um Movimento que se preocupava com a possibilidade de instauração da unidade e do totalitarismo, ou seja, preocupado com a cultura no singular, em outras palavras, com a massificação do povo.

Ao mesmo tempo, apego-me às ressignificações efetivadas pelos sujeitos partícipes das ações do referido Movimento, entendendo-os como sujeitos *praticantes*, capazes de se imporem em seus espaços culturais. Como Certeau (2011b, 89) manteve-me em alerta para essa questão que atravessará não apenas esta seção, mas todo o texto. Eis o que afirma o autor em respeito aos *usos* que os sujeitos fazem cotidianamente dos artefatos culturais que lhes são impostos/doados: “Os conhecimentos e as simbólicas impostos são objetos de manipulação pelos praticantes que não seus fabricantes”. Nesse estudo, os sertanejos são tidos como esses sujeitos *praticantespensantes*, capazes de transformar *consumo* em *uso*.

Com o cuidado merecido, essas questões serão aprofundadas nesta seção, dividida em dois momentos. No primeiro, apresento um sobrevoo histórico, em busca de compreender as concepções referentes à cultura com enfoque na conjuntura internacional, privilegiando o lugar de fala dos autores que contribuíram na fundamentação teórica deste estudo. Num segundo, dedico-me a tratar sobre concepções de cultura popular, privilegiando algumas das práticas culturais de sujeitos do sertão de Alagoas, trazendo a expressividade de comportamentos culturais múltiplos na comunidade sertaneja, nas décadas de 1970 e 1980.

3.1. Esboçando significações de cultura: algumas interpretações

No livro *A cultura no plural*, Michel de Certeau reserva um capítulo para esclarecer que a idealização de cultura popular na França, nos séculos XVIII e XIX é perseguida por fins políticos da classe dominante. O referido capítulo tem como título *A beleza do morto*. Nele o autor nos mostra alguns mecanismos de censura da cultura popular na França, por meio da coibição de iniciativas populares, sobretudo, da literatura de *colportage*⁴⁷.

É essa tentativa de destituição da cultura popular que impulsiona o autor a denunciar a noção de uma cultura única. Dessa forma, Certeau contribuiu com fios que conduzem a tessitura deste texto e alertou-me sobre o lugar que historicamente tem sido reservado à cultura popular – um lugar de marginalização, de esquecimento. Nesse sentido, o autor esclarece que: “A ‘cultura popular’ supõe uma ação não confessada e foi preciso que fosse censurada para ser

⁴⁷ O termo *colporte* está relacionado ao ato de carregar consigo as mercadorias que estavam à venda, neste caso, livros comercializados junto às classes populares, uma literatura lida pelo povo em geral. “Designa a literatura veiculada por meio de livreiros ambulantes (*colporteurs*)” (CERTEAU, 2012, p. 55).

estudada. Tornou-se então, um objeto de interesse porque seu perigo foi eliminado” (CERTEAU, 2012, p. 55).

O repúdio à cultura do povo abre precedente para sua anulação, tornando-a um objeto que *a priori* precisaria ser censurado para só então ser estudado e, por fim ser considerado por uma elite como algo valioso que necessitaria vez ou outra aparecer como forma de espetáculo. Um espetáculo que sob o domínio dos “vencedores”, coloca a cultura popular em um lugar de inferioridade, onde o povo não é protagonista, mas apenas reprodutor do espetáculo no qual “A idealização do ‘popular’ é tanto mais fácil quanto se efetua sob a forma do monólogo. Por um lado, se o povo não fala, pelo menos pode cantar ” (Certeau, 2012, p. 59). O autor refere-se às modas das canções populares que substituem as palavras do povo, cerceadas pela domesticação.

Nessa perspectiva, o sujeito enquanto produtor de cultura é mutilado, esse processo de espetacularização da cultura tenta colocar os sujeitos das classes populares em uma condição de fantoches que, guiados pelos interesses das classes superiores, permitiriam silenciar, a sua maior riqueza, a sua cultura. Em suas análises, o autor identifica que “As conotações do termo *popular* que reencontramos nas revistas folcloristas da época são esclarecedoras: o popular aí está associado ao natural, ao verdadeiro, ao ingênuo, ao espontâneo, à infância” (Certeau, 2012, p. 63). Essas conotações sobre o popular não ficaram no século XVIII, são cada vez mais evidentes na contemporaneidade.

Os sujeitos praticantes da cultura popular são destinados a essa condição de ingenuidade, e em sua espontaneidade necessitariam dos comandos da cultura das elites. Certeau (2012) critica esse monopólio das elites francesas no campo da cultura. Em seus escritos fica evidente que se entendemos a necessidade da construção de uma política de valorização da cultura, precisamos entender que essa construção só se consolida a partir do reconhecimento da existência de práticas culturais múltiplas, e sobretudo autônomas, oriundas das classes populares.

Nesse sentido, as práticas culturais das classes populares sairiam da condição de inferioridade que lhes é imposta, passando a ser reconhecidas em seus valores, com ênfase na autonomia dos seus praticantes. Em um dos textos em que Certeau divide a autoria com Luce Giard (2013), essas questões são elucidadas, quando os autores afirmam que para considerarmos a cultura em sua essência, ou seja, na forma como ela é vivida pelos seus

praticantes, alguns ranços precisam ser superados, tais como a representação da cultura pelo estigma do imaginário oficial e pela política econômica.

A superação desses estigmas, segundo os autores, é viável em decorrência de três prioridades: *o ordinário*, *o operativo* e *o oral*. Essas três categorias são tidas para esses dois autores como imprescindíveis no reconhecimento da cultura dos *sujeitos ordinários* apresentados nos estudos de Certeau (2011b, p. 91), a partir das seguintes características:

Produtores desconhecidos, poetas de seus negócios, inventores de trilhas nas selvas da racionalidade funcionalista, [...]. Traçam “trajetórias indeterminadas”, aparentemente desprovidas de sentido porque não são coerentes com o espaço construído, escrito e pré-fabricado onde se movimentam. São frases imprevisíveis num lugar ordenado pelas técnicas organizadoras de sistemas.

São os sujeitos anônimos que, em suas trajetórias culturais, reinventam, por meio de *táticas*, novas maneiras de viver no mundo marcado pelo poder, escapando das determinações dos *lugares* que lhes são impostos, transformando esses *lugares* em *espaços* que por eles praticados ganham novos sentidos, certamente incoerentes com as imposições colocadas pela ordem.

Assim os autores Certeau e Giard (2013) e Certeau (2011b) definem a constituição desses sujeitos em suas peculiaridades, levando-me a compreender a relevância da percepção das particularidades. Os autores são enfáticos ao esclarecer que essa cultura dos sujeitos ordinários carrega em si “[...] uma diversidade fundamental de situações, interesses e contextos, sob a repetição aparente dos objetos de que se serve. A *pluralização* nasce do uso ordinário, daquela reserva imensa construída pelo número e pela multiplicidade das diferenças. (CERTEAU e GIARD, 2013, p. 341).

O respeito à singularidade, nessa perspectiva é condição preponderante da pluralização, da multiplicidade e das diferenças entre os sujeitos praticantes. A citação a seguir parece-me esclarecedora:

O essencial do trabalho de análise que deveria ser feito deverá inscrever-se na análise combinatória sutil, de tipos de operações e de registros, que coloca em cena e em ação um fazer-com, aqui e agora, que é um ato singular ligado a uma situação, circunstâncias e atores particulares. Neste sentido, a cultura ordinária é antes de tudo uma *ciência prática do singular*, que toma às avessas nossos hábitos de pensamento onde a racionalidade científica é o conhecimento do geral, abstração feita do circunstancial e do acidental. À sua maneira humilde e obstinada, a cultura ordinária elabora então o processo do nosso arsenal de procedimentos científicos e de nossas categorias epistêmicas, pois não cessa de rearticular saber a singular. (CERTEAU e GIARD, 2013, p. 341).

O ordinário apresentado pelos autores é esse sujeito, ligado ao campo do inusitado, das situações impostas pelo cotidiano, dá golpes em ocasiões imprevistas e singulares, oferecidas cotidianamente em suas vidas. Minha pesquisa acerca dos impactos e contribuições das ações do PAF/Mobral na vida dos sertanejos demonstrou que, no sertão de Alagoas, situações imprevistas ocorreram, visto que os entrevistados que foram alfabetizados pelo Programa, apropriaram-se da alfabetização que chegava até eles como a primeira oportunidade de acesso à educação escolar.

Nessa perspectiva, ganha espaço outra prioridade: a *operatividade*. Os autores entendem que “Em si mesma, a cultura não é a informação, mas sim seu tratamento através de uma série de operações em função de objetivos e relações sociais.” (CERTEAU e GIARD, 2013, p. 339). Para os autores essa categoria é importante quando levamos em consideração que a prática cotidiana desses sujeitos ordinários “[...] abre um espaço próprio numa ordem imposta, exatamente como faz o gesto poético que dobra ao seu desejo o uso da língua comum num reemprego transformante”.

Esses sujeitos, nas peculiaridades dos seus contextos históricos, sociais, políticos, econômicos, reinventam e reempregam novas maneiras de viver, recriando de forma astuciosa outras maneiras de uso dos artefatos culturais impostos de fora, ressignificando-os em suas práticas culturais. Certeau e Giard (2013, p. 340), argumentam ainda que a prática cotidiana “[...] restaura com paciência e tenacidade um espaço de jogo, um intervalo de liberdade, uma resistência à imposição (de um modelo, de um sistema ou de uma ordem): poder fazer é tomar a própria distância, defender a autonomia de algo próprio”.

A última, porém, não menos importante categoria que destacarei dos referidos autores, é a importância da oralidade como prioridade no processo de organização das práticas culturais. Os autores ressaltam que, com o advento e propagação da escrita, a cultura oral tornou-se refém da linguagem escrita, o que transformou os sujeitos praticantes em supostos consumidores passivos do escrito, colocando a oralidade numa condição de desprivilégio.

Os autores propõem uma nova visão sobre o campo da oralidade, levando em consideração sua relevância histórica na constituição dos indivíduos enquanto sujeitos culturais. A oralidade “[...] constitui também o espaço essencial da comunidade. Numa sociedade não existe comunicação sem oralidade, mesmo quando esta sociedade dá grande espaço à escrita

para a memorização da tradição ou para a circulação do saber. ” (CERTEAU e GIARD, 2013, p. 336-337).

Tentando exemplificar a relevância da oralidade nas práticas culturais, os autores ilustram que: “O fracasso escolar, as dificuldades da ‘formação permanente’ destinada aos adultos têm a ver com o desconhecimento das situações de interlocução, com a crença errônea na transparência significativa dos enunciados, fora do processo de enunciação” (Certeau e Giard, 2013, p. 338). Aliás, o desconhecimento acerca das peculiaridades dos adultos ressaltado pelos autores é algo recorrente nas práticas educacionais que, por muitas vezes, desconsideram saberes e experiências que esse sujeitos trazem de suas vivências.

Nessa perspectiva compreendo os sujeitos sertanejos partícipes das ações culturais desenvolvidas pelo Mobral como sujeitos constituídos por experiências sociais heterogêneas. Assim, comungo com Lahire (2006; 2013), sobre a concepção dos comportamentos culturais à escala individual. Condutas indelevelmente marcadas pela singularidade dos processos vivenciados pelos *indivíduos*⁴⁸, artifícios propiciadores das funções e competências interiorizadas no decorrer da trajetória singular percorrida por cada um desses sujeitos.

As concepções teóricas desse autor diferenciaram-se de muitas análises comumente realizadas no campo da sociologia, bem como em outras áreas do conhecimento. Sua abordagem teórica é entendida como diferenciada, devido ao seu comprometimento em estudar o *indivíduo* singular no campo das ciências sociais que, por muito tempo, se apresentou como uma ciência preocupada em estudar a coletividade. Explica que:

Esse novo quadro, que compõe de maneira diferente a mesma realidade, tornou-se possível graças a uma mudança de escala de observação: ela oferece a imagem do mundo social que pode ser produzida por um olhar que começa por examinar as diferenças internas de cada indivíduo (variações intra-individuais) antes de mudar o ângulo de visão e de focar as diferenças entre as classes sociais (as variações interclasses). (LAHIRE, 2006, p. 17).

Esse diferencial da obra de Bernard Lahire orientou-me para tratar as singularidades dos sujeitos sertanejos que contribuem com a construção dos dados desta pesquisa, percebendo as diferenças internas desses sujeitos, o que me ajudou a observar melhor a heterogeneidade dos

⁴⁸ Bernard Lahire, ao reportar-se às pessoas entrevistadas utiliza o termo *indivíduos*. A utilização do termo está relacionada à sua compreensão destes como singulares e autônomos. Ao justificar a utilização da terminologia o autor esclarece que: “Não se trata, de modo algum, de ceder à ilusão positivista de poder apreender a totalidade de uma ‘personalidade’, em todas as facetas da sua existência. Mas evitar o apagamento ou a eliminação sistemática dos dados heterogêneos e contraditórios [...] (LAHIRE, 2005, p. 31). No decorrer do texto continuarei utilizando-me da terminologia sujeito ao referir-me aos interlocutores dessa pesquisa. Conservarei os termos indivíduo nas citações que farei do autor, ou o destacarei em itálico quando for o caso.

grupos de *indivíduos* que habitam a comunidade sertaneja. Para justificar a urgência desse olhar sobre os sujeitos da pesquisa, Lahire (2013, p. 16) alertou-me sobre “[...] o dever de revelar a fabricação social dos indivíduos. Pois o social não se reduz ao coletivo ou ao geral por quanto se encontra nas *dobras as mais singulares de cada indivíduo*”.

Com o intuito de ilustrar essas singularidades de cada *indivíduo*, Lahire vale-se da metáfora do social em estado dobrado. Para ele, o mundo exterior não pode resumir-se apenas às realidades visíveis. O autor alerta para a percepção que devemos ter sobre esse *estado dobrado*, atentando para as competências incorporadas pelos sujeitos em seus percursos: “Cada indivíduo porta em si competências e disposições a pensar, sentir e agir, que são os produtos de suas experiências socializadoras múltiplas” (LAHIRE, 2013, p. 20). Essas experiências são definidoras da heterogeneidade dos indivíduos.

Lahire (2006) ajudou-me, também, a pensar acerca da personalização dos indivíduos por pertencerem a um determinado grupo social. Observando os comportamentos culturais, esclarece que os contextos produzem comportamentos diferentes nos mesmos *indivíduos*, o que o autor chama de variações intra-individuais, ou seja, diferenças internas de cada *indivíduo*:

Essa variação é visível, por um lado quando, se tem o cuidado de detalhar suficientemente as práticas e as preferências individuais dentro de cada campo cultural e, por outro lado, quando, em vez de concentrar toda a atenção em um único campo ou subcampo, se acompanha a evolução dos comportamentos individuais em diferentes domínios culturais. (LAHIRE, 2006, p. 18).

A observação detalhada das práticas culturais individuais sugeridas pelo autor remeteu-me a outras questões relevantes desse processo de observação em escala individual. É importante mencionar que trabalho em minhas pesquisas com sujeitos diferentes, portanto singulares, que tiveram experiências diferenciadas e em contextos diversos. Mesmo tendo como premissa que todos têm uma ligação direta com a comunidade sertaneja, nem assim podemos considerar que as experiências vividas nas ações do Mobral foram vividas na mesma ordem e da mesma maneira.

Compreendo, como pontua Lahire (2006; 2013), que o indivíduo é uma unidade complexa que nos desafia, sobretudo, a desconstruir alguns dos nossos conceitos que, por vezes, nos levam a criar caricaturas culturais de determinados grupos, por meio de estereótipos reducionistas que ferem a essência dos sujeitos em suas multiplicidades de experiências sociais, geradoras dos comportamentos variados. O autor aprofunda a discussão e aponta que as variações intra-individuais presentes nos comportamentos culturais diversos:

[...] são o produto da interação entre, de um lado, a pluralidade de disposições e competências culturais incorporadas (supondo a pluralidade de experiências socializadoras em matéria cultural) e, de outro, a diversidade de contextos culturais (campo ou subcampo cultural, contextos relacionais ou circunstâncias da prática) nos quais os indivíduos têm de fazer escolhas, onde praticam, consomem, etc. Portanto, a origem e a lógica dessas variações são plenamente sociais (LAHIRE, 2006, p. 20).

Sendo o social o ponto de partida para a lógica das variações dos comportamentos culturais dos *indivíduos*, deve ser observado. Para se compreender o sujeito em escala individual, não podemos desprezar as macroestruturas em que se insere, com ênfase nas experiências por ele vividas em seu contexto, fatos que explicam os comportamentos e experiências de cada *indivíduo*.

Na tentativa de esboçar os sentidos e significações de cultura das classes populares, sobretudo dos sujeitos das comunidades sertanejas no período de 1973-1985, entendendo-os como sujeitos que são capazes de pensar e agir perante as condições de vida que lhes são impostas, tomei como base, também as contribuições teórico-metodológicas de Thompson E. P. (1998).

A cultura e a experiência ancoradas na resistência das classes populares ganham relevo na abordagem do historiador inglês Edward Palmer Thompson, reconhecido por seus estudos relacionados à classe operária inglesa, e sua sensibilidade no tratamento da processualidade histórica e as ações culturais das classes trabalhadoras, artesãos e camponeses da Inglaterra no século XVIII.

No livro *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*, E. P. Thompson (1998) apresenta a existência de uma obstinação social dos sujeitos das classes populares na Inglaterra, apesar das constantes mutações provocadas principalmente pela Revolução Industrial Inglesa. Em suas análises, o autor considera que essas reações estavam atreladas aos costumes e às tradições das classes subalternas. Nessa perspectiva, “[...] a consciência e os usos costumeiros eram particularmente fortes no século XVIII. Na verdade, alguns desses ‘costumes’ eram de criação recente e preservavam as reivindicações de novos ‘direitos’”. (THOMPSON E. P., 1998, p. 13).

Uma das maiores contribuições das reflexões teóricas do autor aos meus estudos está presente nas suas análises acerca da cultura do povo que, ancorada nos costumes, ritos e

tradições⁴⁹ delimitam um espaço de resistência em um contexto extremamente marcado pelo modelo econômico liberal, no qual o lucro tornara-se prioridade. Essas inflexões são apresentadas quando o autor expõe:

[...] uma cultura é também um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole, é uma arena de elementos conflitivos [...] na verdade o próprio termo “cultura”, com sua invocação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das condições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto (THOMPSON E. P., 1998, p. 17).

Mais uma vez volto às contradições e diferenças internas dos grupos sociais que nos orientam a observar as variações intra-individuais dos *indivíduos* (Lahire, 2006). Em outras palavras, E. P. Thompson (1998) nos alerta sobre essas inflexões, apresentando a cultura como esse conjunto de recursos e possibilidades. Para ele a cultura popular apresenta-se como rebelde, sobretudo em defesa dos costumes.

Os escritos do autor nos fazem lembrar os pares de conceitos utilizados por Certeau (2011b), quando este nos apresenta o cotidiano dos sujeitos *ordinários* a partir das análises das *estratégias e táticas*. Para Thompson E. P. (1998, p. 19), as *táticas* dos sujeitos praticantes, aparecem representadas pela palavra resistência. O pesquisador admite em seus escritos que, na Inglaterra do século XVIII, podia-se até estabelecer os limites tolerados pelos governantes; porém, esta lei não penetrava “[...] os lares rurais, não aparece nas preces das viúvas, não decora as paredes com ícones, nem dá forma à perspectiva de vida de cada um”.

Uma forma dessa resistência das classes populares que o autor estudou estava presente nas concepções simbólicas que esses sujeitos tinham a respeito do tempo. Elucida que naquele contexto histórico, a percepção do tempo estava ligada à natureza; sendo assim, a organização do trabalho centrava-se no tempo de duração da tarefa. Algo que passa a se modificar com a disseminação do relógio na Europa. O autor reitera esta discussão ao descrever os contrastes que passaram a existir entre o tempo da natureza e o tempo do relógio, citando “[...] o último solilóquio de Fausto num diálogo com o tempo: ‘as estrelas se movem silenciosas, o tempo corre, o relógio vai bater as horas’. O tempo sideral, presente desde o início da literatura, com um único passo abandonou o céu para entrar nos lares ” (THOMPSON E. P. 1998, p. 268).

⁴⁹ O autor esclarece que em seus escritos a palavra “tradição” em momento algum representa permanência, ele ilustra que em seus estudos o costume é tido como “[...] um campo para a mudança e a disputa, uma arena na qual interesses opostos apresentavam reivindicações conflitantes (THOMPSON E. P. 1998, p. 17).

Ao analisar como o homem se utiliza do tempo nas comunidades pré-industriais, com ênfase na percepção que esse homem tem do tempo a partir das diferentes situações de trabalho, o autor defende:

A notação do tempo que surge nesses contextos tem sido descrita como orientação pelas tarefas. Talvez seja a orientação mais eficaz nas sociedades camponesas, e continua a ser importante nas atividades domésticas e dos vilarejos. Não perdeu de modo algum toda a sua importância nas regiões rurais da Grã-Bretanha [...] (THOMPSON E. P., 1998, p. 271).

Nas regiões rurais do sertão alagoano a notação do tempo, pelos sujeitos sertanejos, não perdeu ainda a essência de orientação pela tarefa, o que demonstra as peculiaridades e modos de viver dos povos do campo. Os costumes, as tradições, os rituais estão presentes nas práticas cotidianas de sujeitos resistentes e criativos e, certamente, foram mais intensos no contexto estudado (1973-1985).

No subitem a seguir, abro um parêntese para apresentar registros orais e fotográficos, constituintes de narrativas, que nos ajudam a compreender os costumes e as tradições do povo sertanejo, com ênfase no recorte temporal em estudo.

3.1.1 Entre cantos e labuta: o Batalhão de Lagoa

Os comportamentos comunitários que aparecem na obra de Thompson E.P. (1998) inspiraram-me a observar os comportamentos dos sertanejos. Abro um espaço nesse momento para apresentar a experiência de um grupo de pessoas pertencentes à comunidade sertaneja do povoado Santiago, situado nas imediações do município de Pão de Açúcar – sertão alagoano. Os registros fotográficos datam do início dos anos 1980.

A fotografia a seguir demonstra os sertanejos em uma das suas experiências de trabalho, fortemente caracterizadas pelas tradições e costumes peculiares à cultura do povo do Nordeste, a exemplo os mutirões, também conhecidos como batalhões, na região do sertão alagoano. Caracterizado pelo encontro de diversas pessoas que se juntam pelo trabalho e ao trabalharem entoam cantos definidos pelo *Dicionário Musical Brasileiro* como: “Cantos usados durante o trabalho e destinados a diminuir o esforço e a aumentar a produção, os movimentos seguindo os ritmos do canto” (ANDRADE, 1989, p. 108).

Os mutirões ou batalhões são entendidos, neste estudo, como forma de criação cultural do povo. Carlos Rodrigues Brandão (1995, p. 209) ao descrever as características de um mutirão esclarece que esta tarefa coletiva contém os elementos do *dom*:

[...] dar, receber, retribuir. Há um convite regido pela necessidade de um trabalho coletivo, associado ao desejo de realizá-lo não através de empresa paga, mas por meio de uma coletivização de um serviço vivido em um dia, como um rito. Há uma resposta obrigatória ao convite, por razões de parentesco, vizinhança, amizade, associada ou não a uma dívida anterior e equivalente de parte de um convidado (quem o convida participou antes de um mutirão em suas terras). Há uma oferta obrigatória de alimentos dados pela família anfitriã, em geral composta de um grande almoço, um jantar, um café com biscoito e aguardente à vontade.

O *dom* da doação, o *dom* da coletividade, do companheirismo acaba por amenizar os desgastes físicos do trabalho braçal.



Figura 8 – Batalhão de Lagoa: plantação de arroz na extinta Lagoa de Santiago, agosto de 1981.
Fonte: Arquivo pessoal de Hélio da Silva Fialho – Ex-supervisor de área do Mobral.

A fotografia que, para Guran (2011, p. 80) “[...] é, por natureza, eminentemente descritiva”, registra a labuta diária dos sertanejos, alguns deles, ex-alunos do PAF/Mobral. O

ex-supervisor de área dessa região sertaneja, localizado nas minhas incursões pelo campo da pesquisa, contribuiu na descrição da atividade, enfatizando:

O tradicional plantio de arroz em mutirão foi um exemplo de Ação Comunitária realizada pelos moradores do Povoado Santiago, zona rural do município de Pão de Açúcar, estado de Alagoas. Estas fotografias foram tiradas em outubro de 1981, durante o trabalho do tradicional Batalhão de Lagoa, um grupo de moradores locais que trabalhava no plantio de arroz, em cujas terras da Lagoa do Santiago o arroz era plantado de meação, isto é, da quantidade de arroz que era colhido, 50% eram destinados ao dono das terras e os outros 50% ficavam com o dono da plantação. A cada dia, a depender da área de terra a ser plantada e replantada, o mesmo grupo (o Batalhão de Lagoa) saía da casa do dono da plantação (morador) para “fechar a terra” de determinada pessoa (morador), onde o grupo passava o dia inteiro trabalhando e cantando as cantigas tradicionais do folclore local. (HÉLIO FIALHO – EX-SUPERVISOR DE ÁREA DO MobraL)

Os costumes, tradições e rituais também são descritos pelo interlocutor que conta com entusiasmo e orgulho ter vivenciado com esses sujeitos as experiências culturais de um contexto peculiar na história dos trabalhadores do referido povoado, e continua de forma enfática, dizendo:

Geralmente o grupo saía da casa do “posseiro” para a área de terra a ser plantada na lagoa. Todos saíam cantando em alta voz as cantigas do cancionário ribeirinho dos batalhões de lagoa, sendo que o dono da plantação (meeiro ou meeira, a depender do gênero), carregava consigo uma bandeira branca erguida sobre uma vara. Ao chegar no local desejado (na área de terra a ser plantada, na lagoa, os membros do grupo adentravam nas águas da lagoa e a bandeira branca era fincada à margem (na terra) onde seria plantada. Para superar a longa e árdua jornada de trabalho sob o sol causticante, o batalhão cantava continuamente – uns puxavam alguns versos e outros respondiam. E assim passavam o dia inteiro trabalhando. Na hora do crepúsculo, o batalhão retornava da mesma maneira que partira pela manhã. Ao chegar à casa da “meeira do dia”, os membros começavam a dançar uma espécie de “coco de roda” ou “pagode de coco”. Durante e após o fechamento da terra (até retornar para casa), os membros do batalhão (mulheres e homens) bebiam vinho, cachaça e comiam rubacão com carne guisada (gado ou galinha de capoeira). E assim, os tradicionais batalhões de lagoa, muito comuns nas localidades ribeirinhas que viviam da plantação de arroz), resistiram ao tempo, porém, não resistiram ao desaparecimento das lagoas do Velho Chico. (HÉLIO FIALHO – EX-SUPERVISOR DE ÁREA DO MobraL).

Os rituais citados nas narrativas do interlocutor nos deixam margem para inferir sobre as diversas possibilidades de interpretação das experiências e tradições dos sujeitos sertanejos. Dentre estas experiências destaca-se o modo de viver a vida em um contexto em que a coletividade prevalecia e os costumes eram repassados para as gerações mais jovens, a exemplo das crianças que acompanhavam seus pais nas jornadas de trabalho como descreve a fotografia, na qual as crianças aparecem seguindo os costumes, vestem-se como os adultos, protegem suas cabeças do sol assim como fazem os mais velhos e, certamente, participavam e aprendiam os rituais – versos e canções populares, típicos de um batalhão.

Como apresenta o depoente, *os comes e bebes* fazem parte do ritual; nas observações de Brandão (1995), manifestação festiva que se sobressai ao trabalho em si. Comer e beber é parte do costume nos tradicionais mutirões rurais: “E honra do ‘dono’ que não falte ‘comida e bebida’. Que sobre a olhos vistos depois que todos forem embora. Que se comente ‘a fartura e o tratamento’. Saber ‘tratar’ é um preceito de muito valor e é a expressão usada para significar a hospitalidade. (BRANDÃO, 1995, p. 211).

A imagem a seguir demonstra o ritmo de trabalho dos batalhões/mutirões, orquestrado pelo canto e pelo esforço coletivo dos camponeses que, em nome da tradição, ancorada na convivência solidária, desenvolvem trabalho produtivo e, sobretudo, cooperativo.



Figura 9 – *Serviço de oito – Batalhão de Lagoa – Povoado Santiago, agosto de 1981.*
Fonte: Arquivo pessoal de Hélio da Silva Fialho – Ex-supervisor de área do Mobral.

Essa fotografia demonstra o esforço de um grupo que se agregava para fechar uma determinada parte do serviço proposto para aquele período do dia, mais conhecido como *serviço de oito*. A determinação dos trabalhadores em fechar o *oito* demonstra que o ritual do batalhão também era controlado pelo exercício de competição e muitas vezes de conflito entre os labutadores (BRANDÃO, 1995).

O plantio do arroz em terras do sertão alagoano exigia dos agricultores o manejo e o cuidado do cultivo tradicional da planta, pois, sendo esse tipo de plantação extremamente dependente de muita água para a irrigação tinha-se, unicamente, nos lagos deixados pelo rio, em épocas específicas do ano, a possibilidade de uma irrigação a partir da inundação das lagoas, favorecendo a plantação que, em princípio, se dava pela plantação de pequenas mudas nos ambientes alagados.

O período da colheita também era marcado pela observação e experiência dos sertanejos no cultivo do alimento, uma vez que a colheita deveria ser feita no tempo certo, assim como a secagem dos grãos, momento em que sua casca se solta e o grão estaria pronto para ser consumido.

A foto que se segue consegue capturar o batalhão em uma das diversas lagoas formadas nas épocas da vazante do rio São Francisco. A imagem registra o encontro de homens e mulheres que achavam, nas lagoas deixadas pelas enchentes do rio, o sustento de suas famílias. Os ciclos de cheias do rio São Francisco ocasionavam o surgimento das referidas lagoas em determinadas épocas do ano. Esses territórios configuravam-se como uma fonte de produção e cultivo do arroz em terras do sertão.

A imagem captura, também, a chegada dos sertanejos ao local de trabalho, momento em que os homens observam o espaço de trabalho para a labuta daquele dia. Aguçando o olhar, pode-se observar a mulher que equilibra a quartinha d'água na cabeça, o que demonstra que em uma jornada diária de trabalho a água para consumo dos trabalhadores não poderia faltar, sob o risco de desidratação devido ao forte sol do sertão.

Assim como a quartinha d'água que aparece na imagem a seguir, pode-se observar também nas Figuras 8 e 9 outros utensílios utilizados pelos sertanejos em suas jornadas de trabalho, a exemplo dos chapéus de palha e de couro; dos balaios e cestos de palha, as quartinhas e os potes feitos de argila. Esses objetos representam produções da cultura sertaneja, que tem ligação muito forte com o trabalho artesanal das mulheres e homens do campo. As quartinhas de barro, como conhecidas, ainda são muito utilizadas pelos agricultores em atividades no campo. Sua dimensão pequena facilita o manuseio, sem falar da sua principal função: conservar a água fria para o consumo durante todo o dia.

Devido aos constantes períodos de estiagem que afetam as regiões margeadas pelo rio São Francisco, a formação das lagoas deixou de ser uma constante, o que pôs fim à cultura de produção do arroz em terras sertanejas. O desaparecimento das lagoas representou, para as comunidades ribeirinhas, o fim da produção de um cereal considerado integrante principal na alimentação dos sertanejos, e que adicionado ao feijão torna a alimentação equilibrada em proteínas, fornecendo energia para o cumprimento das árduas tarefas diárias que envolvem, geralmente, o trabalho braçal.



Figura 10 – *O Batalhão na extinta Lagoa de Santiago.*

Fonte: Arquivo pessoal de Hélio da Silva Fialho – Ex-supervisor de área do Mobral.

Segundo o ex-supervisor, as pessoas seguiam sempre o mesmo ritual. “No final do dia eles subiam novamente em fila cantando aquelas músicas ia na casa daquela pessoa que era o dono daquela terra que foi fechada, que foi trabalhada.” Ao chegarem à residência da pessoa para quem tinham trabalhado durante aquele dia, dava-se continuidade à celebração cultural do companheirismo. Era o momento da celebração da amizade de um grupo que trabalhava junto por muito tempo e que deixava transparecer a prevalência da confraternização sobre o trabalho, que como destaca Brandão (1995, p. 213), na labuta dos mutirões rurais o maior esforço era

para “[...] fazer tudo parecer uma celebração de reencontros, alegre, brincalhona, exagerada no comer, cantar e beber.”

Segundo Hélio Fialho, o Batalhão de Lagoa foi considerada uma das práticas culturais mais significativas, registradas pela comissão do município de Pão de Açúcar à época. O narrador acrescentou que esta experiência foi selecionada inclusive para representar Alagoas em um evento realizado no Rio de Janeiro em 1981, no campo das ações comunitárias. Naquele contexto, o Movimento, com suas intencionalidades, registrava os trabalhos que eram desenvolvidos nas comunidades, e passou a publicar essas iniciativas populares em uma coletânea de 28 livros, que recebeu o título de *Projeto 28*⁵⁰, que tinha por finalidade a socialização do modo de viver das pessoas em diferentes partes do país. Privilegiava-se, na publicação dos pequenos livros, além da experiência significativa, a localização e a história da comunidade – com destaque nos aspectos relacionados ao clima e à vegetação, o artesanato, a religião, a música, a arquitetura dos lugarejos e personagens emblemáticos. Como nos disseram os entrevistados: “a cultura do povo era resgatada”.

Em suas narrativas, o ex-supervisor de área enfatizou que o registro das atividades do Batalhão de Lagoa, foi destinado a uma publicação. Por não localizarmos registros da referida experiência nos documentos do Mobral encontrados na pesquisa, inferimos que a publicação dessa experiência pode não ter sido feita, ou permanece perdida, assim como muitos outros registros do Movimento.

É importante salientar que o cultivo do arroz em mutirão, aproveitando a cheia das lagoas, certamente existia muito antes do Mobral Cultural. Esta prática cultural passou a ser apoiada pelo Mobral, numa ocasião propícia, e daí ter sido considerada pela Comissão do Município de Pão de Açúcar como uma das práticas culturais mais significativas. Entendo que neste caso, houve a apropriação pelo Mobral de uma forma de ação típica da cultura local.

Na sequência, o foco da discussão vai para os diversos sentidos atribuídos à cultura popular.

⁵⁰ Dos 28 livros do *Projeto 28*, apenas 4 foram encontrados pelo trabalho colaborativo de reconstrução da memória material do Mobral, realizado pelo *Centro de Referência e Memória da Educação Popular e da EJA*, do ProPEd/Uerj, e pelo Nedeja/UFF. Socializo, por meio dos anexos H, I, J e K, a capa dos referidos livros.

3.2 Cultura popular: alguns sentidos

Neste item, farei um movimento de busca da compreensão dos sentidos da cultura popular a partir de um diálogo entre escritos de Bosi A. (1992), Brandão (2002a; 2002b), Fávero (1983) e Freire (2011b), objetivando o desvelamento da origem da utilização da expressão cultura popular no Brasil, bem como os condicionantes que tencionaram a utilização da referida expressão em terras brasileiras onde os sentidos da cultura popular são ideologicamente assinalados pelos aspectos político e histórico que marcaram o aparecimento dos termos cultura popular e educação popular.

Os estudos de Fávero (1983) evidenciam que a década de 1960 tornou-se um marco histórico do aparecimento da expressão cultura popular no Brasil, apesar de a expressão já ser conhecida em âmbito internacional há muito tempo. O autor é enfático ao esclarecer que, aquele contexto em que as ideias ligadas à cultura popular ganham expressividade neste país, não pode ser tido como criação brasileira de compreensão da cultura e da educação popular. O pesquisador nos faz lembrar das discussões empreendidas por países europeus, a exemplo da França, que traziam fortes críticas à elitização da cultura. Fávero (1983, p. 07) nos ajuda a entender as origens dessas discussões ao elucidar que:

[...] discutia-se a elitização da cultura e o acesso do povo aos bens culturais; nos países socialistas da China até Cuba, a revolução cultural era palavra de ordem. A partir do estudo dos problemas da consciência histórica, da cultura e da ideologia, de um lado, e das discussões sobre a arte revolucionária e o papel das vanguardas artísticas e intelectuais, de outro lado, essas ideias foram trabalhadas no Brasil.

Esclarece o estudioso que, a partir das influências citadas acima, delineou-se o ideário da cultura na transformação da sociedade brasileira, tendo como contexto histórico a conturbada década de 1960, período em que pessoas e grupos buscaram reescrever a expressão cultura popular. “[...] tentaram praticar tudo o que pensaram que ela [a cultura popular] queria e podia significar. (FÁVERO, 1983, p. 7).

Nessa mesma década as iniciativas de cunho popular encabeçadas pelas pessoas e pelos grupos, que entendiam a necessidade de democratização da cultura, encontraram um limite de atuação nos primeiros quatro anos. Para o autor, apesar do curto período de tempo, foram anos significativos, sobretudo, no que se refere à participação do povo. Momento em que “Pretendeu-se um projeto político que possibilitasse superar a dominação do capital sobre o trabalho e, em decorrência, reformular tudo o que dessa dominação decorre” (FÁVERO, 1983, p. 7), em um movimento crescente que ia das ligas camponesas às universidades.

As pessoas que lideravam a mediação nos grupos de educação e cultura popular eram motivadas pelo comprometimento com o povo, com as classes populares. Nesse sentido, nas palavras de Brandão (2002a, p. 57), não havia imposição “[...] como se faz costumeiramente no contexto da cultura dominante e, no limite, não deve ser mesmo ‘para’ o povo, ainda que politicamente ‘em seu nome’.” (Grifos do autor).

Paulo Freire (2011b) endossa essa discussão acerca da expropriação e massificação⁵¹ da cultura popular, por intermédio do poder da cultura dominante ao discorrer sobre a antidualogicidade. O autor utiliza o termo “invasão cultural” para explanar sobre a violência praticada pelo sujeito que invade o espaço histórico-cultural do outro, tentando impor sua visão de mundo:

O invasor reduz os homens do espaço invadido a meros objetivos de sua ação [...]. O primeiro atua, os segundos têm a ilusão de que atuam na atuação do primeiro; este diz a palavra; os segundos, proibidos de dizer a sua, escutam a palavra do primeiro. O invasor pensa, na melhor das hipóteses, sobre os segundos, jamais com eles; estes são “pensados” por aqueles. O invasor prescreve; os invadidos são pacientes da prescrição. (FREIRE, 2011b, p. 48-49).

Essa perspectiva de invasão cultural carrega em si uma dimensão antidualógica, marcada pelo antagonismo entre dois polos. Um que concentra os interesses da cultura dominante e o outro que agrega os sujeitos que o autor denomina de invadidos, geralmente em relações marcadas pelo autoritarismo do invasor, que comumente tem em seus objetivos a aplicação, a introdução de uma cultura alheia aos interesses dos sujeitos invadidos.

Referindo-se, ainda, ao movimento crescente no campo da cultura popular no início da década de 1960, Brandão (2002a) corrobora os estudos de Fávero (1983), ao fazer referência aos documentos que fundamentavam as ações de cultura popular, naquela década. Chama nossa atenção para a existência de uma grande quantidade de nomes que designam a cultura popular. Para ajudar no entendimento e diferenciação dessas nomenclaturas o autor grifa, com iniciais maiúsculas em seu texto, a concepção de cultura popular que ganhou força no país, no início da referida década, entendendo-a como uma “[...] interpretação dialética da cultura, contra a compreensão dela como um produto feito, ‘coisa’ existente em um mundo fora do trabalho social do homem e da história social de reproduzi-lo ” (BRANDÃO, 2002a, p. 47).

⁵¹ A massificação é entendida nestes escritos a partir de uma perspectiva freireana que concebe a massificação como desumanização, como alienação. Nesse sentido, o autor esclarece que a massificação está longe de ser de ser um “processo de emersão das massas, do qual resulta sua presença em busca de afirmação e de participação histórica (sociedade de massas), mas um estado no qual o homem, ainda que pense o contrário não decide” (FREIRE, 2011b, p. 50).

Tal gesto, inspirou-me na compreensão das várias concepções de cultura popular, e instigou-me a executar o mesmo exercício na escrita desse texto, o que certamente facilitará o entendimento dos leitores desta tese.

Essa concepção opunha-se a outras concepções que tradicionalmente entenderam/entendem a cultura popular como a representação das tradições do povo, “ como costumes, saberes, crenças, valores etc. do modo de vida do povo ” (BRANDÃO, 2002a, p. 47).

Ao fazer referência aos documentos que embasam as concepções de Cultura Popular da década de 1960, Brandão (2002a) enfatiza que as concepções daquele contexto histórico são oriundas do processo de mudança social que vinha sendo pensado e implementado em algumas regiões do país, com a pretensão da participação do povo na cultura da sociedade em que viviam. As reflexões do autor são esclarecedoras ao revelarem que: “A Cultura Popular, portanto, está vinculada a uma ação que não pode estar desligada do *povo*, isto é, dos grupos sociais, que por condicionamentos econômicos, políticos e sociais – e especialmente por condicionamentos culturais – estão marginalizados da cultura” (BRANDÃO, 2002a, p. 54).

Preocupado em elucidar as concepções de cultura, Brandão (2002a) apresenta uma distinção entre a cultura do povo e a cultura popular. Tentarei descrever as suas ideias, a esse respeito, com a intenção de situar ações culturais implementadas pelo Mobral.

O pesquisador destaca a existência de uma oposição entre a Cultura Popular e a cultura do povo. Para ele a cultura do povo está fortemente relacionada à espontaneidade nos modos de pensar e nas formas de expressão da vida como arte. Nessa perspectiva, a cultura do povo aparece na sua obra como: “[...] os costumes e modos tradicionais de o povo ser e viver, absorvidos e dominados pelas elites do poder, não representando o povo, por consequência, o que é próprio dele ” (BRANDÃO, 2002a, p. 87). Essa manipulação da cultura do povo é aclarada por Freire (2011b, p. 50), quando destaca que entre os aspectos da teoria antidialógica da ação está presente a desorganização dos sujeitos das culturas subalternas. “Daí ser necessário ao invasor descaracterizar a cultura invadida, romper seu perfil, enchê-la inclusive de subprodutos da cultura invasora”.

Ao serem absorvidos pelas elites, os costumes tradicionais pertencentes à cultura popular passam por uma deterioração inevitável, colocando a cultura popular numa condição de descaracterização, extraindo dela sua característica de expressividade de valores, “[...]”

sentimentos e o modo endógeno de o povo ser e viver. É a cultura que contém em embrião a consciência étnica do índio e a consciência de classe de camponeses e operários” (BRANDÃO, 2002a, p. 87).

Observa-se, a partir dos escritos de Brandão, que os valores da cultura do povo e da cultura popular andam juntos. O que evoca os educadores e ou agentes culturais a pensarem acerca das divergências existentes entre ambas, juntamente como o povo, a partir da conscientização acerca da influência colonizadora que, incansavelmente, busca reduzir a cultura popular à folclorização, ao espetáculo. Essa problemática também aparece como denúncia nos escritos de Certeau (2012, p. 146), quando faz críticas à espetacularização da cultura das minorias, prática recorrente no modelo colonizador do mundo capitalista e expressa: “Permanecer nessa apresentação cultural é entrar no jogo de uma sociedade que constituiu o cultural como espetáculo e instaura por toda parte os elementos culturais como objetos folclóricos de uma comercialização econômico-política”.

As reflexões apresentadas por Brandão (2002a) contribuíram para o meu pensar sobre a complexidade da investigação de um Movimento criado e implementado pela Ditadura civil-militar. Contribuíram, sobretudo, sobre os sentidos do conceito de cultura, bem como da cultura popular. Um dos maiores contributos que o autor proporcionou diz respeito à percepção da ação da cultura dominante em uma sociedade marcada pela desigualdade e pelo autoritarismo que, de forma sutil, encarrega-se de difundir sua ideologia. É que a cultura dominante: “Invade, controla, impregna e/ou influencia o modo de vida das classes dominadas e, portanto, as formas e expressões de sua cultura: modos de viver, sentir, pensar e expressar a vida com uma lógica própria, cognitiva de significar o real” (BRANDÃO, 2002a, p. 91).

O estudioso esclarece que essa vulnerabilidade da cultura popular é recorrente porque a cultura das classes subalternas constitui-se pela incorporação, a seus valores, de símbolos impostos pela cultura dominante. Apesar do reconhecimento dessa violência da cultura dominante sobre a cultura popular, o autor nos dá pistas das resistências dos praticantes culturais das classes subalternas que, em suas *táticas*, encontram maneiras de obstinação. Eis o que diz o autor: “Mas uma cultura de subalternos preserva modos próprios e relativamente autônomos de orientação da ação, de representação do real e de sua reprodução como cultura popular” (BRANDÃO, 2002a, p. 91).

Freire (2011b), também contribuiu com fios que conduzem à tessitura dessa discussão ao apresentar as diversas “formas de estar sendo” dos sujeitos das classes populares, em suas peculiaridades. O autor também destaca os costumes conservados por estes sujeitos, referindo-se especificamente às pessoas que vivem no campo:

[...] ainda quando as áreas camponesas estejam sendo atingidas pelas influências urbanas [situação típica das décadas em estudo], através do rádio, da comunicação mais fácil por meio das estradas que diminuem as distâncias, conservam quase sempre, certos núcleos básicos de sua forma de estar sendo (FREIRE, 2011b, p. 56).

Essa reflexão é tida como valiosa neste trabalho, sobretudo por não estigmatizar os sujeitos das classes populares como seres totalmente passivos das ações colonialistas dos representantes da cultura dominante. Busquei nas entrelinhas das análises de Freire (2011b) e autores a possibilidade, que para muitos é inviável, de se pensar a autonomia dos sujeitos das classes subalternas frente à imposição da cultura dominante em um contexto de intensa intervenção e controle do povo, em suas maneiras de agir e pensar.

Nesse sentido, Freire (2011b) também nos convida a pensar sobre a descrença no homem simples, o que em suas análises tem reforçado o equívoco da absolutização da ignorância dos indivíduos das classes populares. O autor vai mais longe apontando: “para que os homens simples sejam tidos como absolutamente ignorantes, é necessário que haja quem os considere assim” (FREIRE, 2011b, p. 57).

Na trilha dessas reflexões reafirmo a minha percepção em relação aos sertanejos enquanto sujeitos vitimados por esta absolutização da ignorância, provocada por relações verticais historicamente constituídas. Tais relações são provocadoras do silêncio e da introjeção desse mito da ignorância absoluta.

Essa discussão me fez retomar as contribuições de Michel de Certeau (2011b, p. 95), quando observa: “[...] a astúcia é possível ao fraco, e muitas vezes apenas ela, como ‘último recurso’: quanto mais fraca as forças submetidas à direção estratégica, tanto mais esta estará sujeita à astúcia. Traduzindo: tanto mais se torna tática”. A *tática*, entendida na perspectiva certauniana, demonstra, no campo da cultura popular, a possibilidade de mobilidade dos sujeitos que, diante das *estratégias* impostas pela cultura dominante, conseguem se movimentar, e de forma sutil sobrevivem astuciosamente às imposições.

Reiterando, Brandão (2002a, p. 91) endossa suas críticas às imposições e incorporações que acabam por tornar a cultura das classes populares ambígua, porque resulta “[...] de uma mistura de seus próprios significados com significados estranhos impostos e incorporados”.

Programas de mediação sob o controle de mediadores de um sistema qualquer de dominação atuam sobre a cultura ambígua das classes populares no sentido de atualizá-la culturalmente; de modernizá-la, agindo sobre o que é tradicional nela para apropriar-se do trabalho econômico e político de seus sujeitos. (BRANDÃO, 2002a, p. 91).

Distante de configurar-se como uma cultura *com* o povo, defesa que aparece nos escritos de Fávero (1983) e Brandão (2002), essa perspectiva de controle por parte dos mediadores configura-se com uma cultura *para* o povo, criticada pelos autores por inviabilizar a espontaneidade do grupo, devido ao controle e à imposição.

Nesse campo da resistência da cultura popular às imposições da cultura de massa, oriunda da expansão do poder econômico e da predominância dos meios de comunicação, que exercem forte influência na cultura popular, Alfredo Bosi (1992) elucida que, apesar da perseguição do capital para a manipulação da matéria-prima da cultura popular para fins comerciais, ainda há obstinação por parte de muitos sujeitos das classes populares. A esse respeito o autor aborda que:

A exploração, o uso abusivo que a cultura de massa faz das manifestações populares, não foi ainda capaz de interromper para todo o sempre o dinamismo lento, mas seguro e poderoso da vida arcaico-popular, que se reproduz quase organicamente em microescalas, no interior da rede familiar e comunitária, apoiada pela socialização do parentesco, do vicinato e dos grupos religiosos (BOSI A., 1992, p. 329).

Nessa perspectiva, a organização do Batalhão de Lagoa, apresentado no item anterior, demonstra a resistência dessas manifestações populares que ainda são recorrentes nas comunidades mais tradicionais do sertão alagoano. Espaços ainda marcados pela cooperação entre os membros das comunidades, que se ajudam no labor diário, bem como comungam dos festejos populares que resistem às padronizações colonizadoras. Como afirma Bosi A. (1992, p. 324):

No caso da cultura popular, não há uma separação entre uma esfera puramente material da existência e uma esfera espiritual ou simbólica. Cultura popular implica modos de viver: o alimento, o vestuário, a relação homem-mulher, a habitação, os hábitos de limpeza, as práticas de cura, as relações de parentesco, a divisão das tarefas durante a jornada e, simultaneamente, as crenças, os cantos, as danças, os jogos, a caça, a pesca, o fumo, a bebida, os provérbios, os modos de cumprimentar, as palavras tabus, os eufemismos, o modo de olhar, o modo de sentar, o modo de andar, o modo de visitar e ser visitado, as romarias, as promessas, as festas de padroeiro, o modo de

criar galinha e porco, os modos de plantar feijão, milho e mandioca, o conhecimento do tempo, o modo de rir e de chorar, de agredir e de consolar...

O autor concebe essa resistência cultural que ainda encontramos no território brasileiro, mesmo que de forma dispersa, como micro instituições, que se mantêm afastadas da cultura dominante, apesar de reconhecer que os membros desses grupos também se encontram expostos aos meios de comunicação de massa, bem como à cultura escolar que reproduzem os interesses da cultura dominante. Esta carrega, em seus preceitos, uma “Certa vertente culta, ocidentalizante, de fundo colonizador, estigmatiza a cultura popular como fósil correspondente a estados de primitivismo, atraso, demora, subdesenvolvimento” (BOSI A. 1992, p. 323).

A esse respeito, os escritos de Bosi A. (1992) convergem com os estudos que Thompson E. P. (1998) nos deixou, referentes aos costumes tradicionais e da cultura popular. Em seus textos, Thompson E. P. também destaca a resistência dessas comunidades tradicionais que, mesmo poucas, ainda conservam seus costumes e tradições. Esclarece que esses campos de resistências são pontuais e geralmente são evidenciados em comunidades de pequenos agricultores e pescadores, nos quais o ritmo do trabalho ainda é ditado pela natureza e não pelo tempo do mercado; a lógica que impera nesses contextos é a da necessidade de execução das tarefas diárias, o que o autor chama de ritmos “naturais” de trabalho:

[...] cuidar das ovelhas na época do parto e protegê-las dos predadores; vacas devem ser ordenhadas; deve-se cuidar do fogo e não deixar que se espalhe pelas turfas (e os que queimam carvão devem dormir ao lado); quando o ferro está sendo feito, as fornalhas não podem apagar (THOMPSON E. P., 1998, p. 271).

Apesar da obrigatoriedade no cumprimento das tarefas, os sujeitos das classes populares apresentados pelos autores ainda não se renderam ao tempo do capital, ou seja, ao tempo do relógio, o que os tornam peculiares e, sobretudo, resistentes aos mandos do capitalismo em suas ocupações rurais.

Bosi A. (1992), ao discutir essas peculiaridades do cotidiano dos sujeitos da cultura radicalmente popular, forja a expressão *materialismo animista*⁵². O autor traz definições para a referida expressão, entendendo-a como uma filosofia inerente à cultura popular radical, o que

⁵² Para Bosi A. (1992, p. 325), a expressão *materialismo animista* ancora-se na junção dos opostos: corpo/alma, como uma tradição transmitida por séculos no cotidiano da vida predominantemente rural. “Por isso, é muito respeitoso dos ciclos da natureza, separando bem as fases do ano, as idas e vindas da seca e da chuva, os fluxos e refluxos das marés, as fases da lua, as partes do dia, os ciclos biológicos da mulher, as idades da vida, dando a todos um peso, uma qualidade, um significado, cujo conhecimento é parte integrante da sabedoria popular em toda parte do mundo”.

nos reporta novamente às práticas culturais vivenciadas pelo Batalhão de Lagoa já apresentadas nesta seção.

Materialismo, enquanto o homem pobre conhece, por força das suas obrigações diárias, o uso da matéria, lida com a terra ou com instrumentos mecânicos, que são o seu meio único de sobrevivência. Daí lhe vem um realismo, uma praticidade, um senso vivo dos limites e das possibilidades da sua ação, que convergem para uma sabedoria empírica muito arraigada, e que é a sua principal defesa numa economia adversa (BOSI A., 1992, p. 325).

Essa sabedoria empírica, que nem sempre aparece nos apontamentos dos que se propõem registrar as peculiaridades das comunidades tradicionais em suas ações cotidianas, foge do controle de expropriação da cultura dominante. Nas palavras de Brandão (2002a), submerso nos registros feitos a partir da massificação da cultura dominante, haverá sempre um tecido vivo marcado indelevelmente por uma trama de relações entre a cultura das pessoas e categorias de pessoas das classes populares, uma vez que:

Há um complexo sistema de valores e significados que não só liga um tipo específico de ritual a um sistema muito mais amplo de realização da *realidade da classe*, como a outros sistemas de vida, devoção e trabalho popular. Há códigos de regras e princípios de participação. Há uma estrutura interna de reprodução do saber que ali existe e que transfere os segredos do que se faz e do que se crê de modo organizado e rigorosamente sistemático; de categorias de mestres e especialistas e categorias de discípulos e participantes-aprendizes (BRANDÃO, 2002a, p. 93).

Enfatizando os sentidos culturais presentes nesse complexo sistema de valores, que vão além das subestimações oriundas da domesticação da cultura elitista, aparece nas análises do autor a estrutura interna das comunidades populares, implicações capazes de desmontar estruturas pensadas para serem impostas aos sistemas culturais camponeses, por exemplo. Nessa perspectiva, Brandão vai mais longe apontando que tanto nos antigos, como nos mais novos programas de desenvolvimento comunitário, bem como nos movimentos de cultura popular, “[...] existiu sempre uma desconfiança de que o povo ‘aceita’ o trabalho, mas ‘não se compromete’ com ele. O trabalho é feito na comunidade, mas não consegue chegar a *ser dela*”. (BRANDÃO, 2002a, p. 93).

Mais uma vez nos deparamos com a dicotomia entre os movimentos de cultura popular, feitos *com* o povo e os feitos *para* o povo. Essas assertivas instigam-me a questionar até que ponto as ações desenvolvidas pelo Mobral estimularam o comprometimento da comunidade sertaneja? Será que as ações do Movimento, em algum momento respeitaram os sertanejos em suas especificidades? Ou, será que a atuação do Mobral, no sertão alagoano, limitou-se apenas

à massificação ou domesticação dos sertanejos, como forma de controle, algo típico do contexto histórico?

Questionamentos como esses tornaram-se relevantes neste estudo, que se preocupou com as contradições internas de um Movimento de dimensões nacionais, que pode ter sofrido ressignificações pelos sujeitos partícipes que, com suas *táticas*, deram novos sentidos ao que lhes foi apresentado, fosse por forma de doação ou de imposição, levando em consideração os sistemas de valores e os significados específicos de cada comunidade, fato que me levou a privilegiar os múltiplos sentidos da cultura, sobretudo, da cultura popular.

Na próxima seção, retomarei essas discussões a respeito da educação das populações desfavorecidas, com ênfase na concepção de educação do Mobral que criou vários programas, quando alicerçou-se no país, por meio da criação do Programa de Alfabetização Funcional (PAF), que trazia em sua essência a concepção de *funcionalidade*, creditada à alfabetização, originária de formulações e acordos internacionais da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) com os países, como estratégia política de reverter o quadro alarmante de analfabetismo no mundo, pela lógica do capital, demonstrando a ambiguidade da atuação do organismo. Observo que o Movimento em estudo seguia uma lógica na qual trabalhadores alfabetizados eram mais *produtivos* e desperdiçavam menos recursos, em todas as atividades desempenhadas.

4 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO MOBREAL: AÇÕES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS E NO SERTÃO ALAGOANO

Entre as duas zonas aperta-se a mata, com algodão e cana-de-açúcar, mas aí não se consegue terra facilmente, o salário é baixo – e para lá das cancelas do despotismo do proprietário vale o mosquito e o cardo juntos.

Graciliano Ramos
Viventes das Alagoas

No âmbito da educação de adultos, quando da Ditadura civil-militar no Brasil criou-se, em 1967, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral)⁵³, implementando em 1970 o Programa de Alfabetização Funcional (PAF), que perdurou até 1985. Segundo Fávero e Freitas (2011) esse Movimento teve o apoio integral dos governos autoritários, e para compor a sua receita⁵⁴, recebeu num primeiro momento quantias advindas da Loteria Esportiva, depois do Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas⁵⁵, o que para esses pesquisadores caracterizou-se como a Campanha mais ampla e mais rica existente no país. Com isso, permitiu um investimento significativo na formação de pessoal, no âmbito da formação continuada dos seus técnicos, muitos dos quais tiveram a oportunidade de participar de cursos de pós-graduação, à época, em nível de *lato sensu*⁵⁶.

Havia, à época, forte motivação para criação do Movimento, que em nada se aproximava das múltiplas experiências de educação popular desenvolvidas nos anos iniciais da década de 1960, abortadas pela Ditadura civil-militar, exatamente porque assumiam um compromisso emancipador da população pobre e de classes populares, principalmente no Nordeste do país.

É conveniente salientar que antes do surgimento da grande campanha de alfabetização de adultos, denominada Mobral, contou-se com outra, que envolvia, além da alfabetização, como diz Paiva V. (2003), diferentes níveis de ensino, chamada Cruzada de Ação Básica Cristã (CABC). Conhecida como Cruzada ABC, provinha de convênios estabelecidos entre o

⁵³ O Mobral surgiu como Fundação amparada pela Lei n. 5.379 de 15 de dezembro de 1967.

⁵⁴ O planejamento das ações do Movimento era baseado na receita que recebia.

⁵⁵ Os contadores das empresas privadas eram visitados para a indicação de até 2% do Imposto de Renda.

⁵⁶ Citamos como exemplos as professoras Dr^a. Jane Paiva (Uerj) e Msc. Nádia Rodrigues (aposentada da Ufal e atualmente Coordenadora do Curso de Serviço Social do CESMAC), que vivenciaram essa época e relataram o curso de especialização oferecido pelo próprio Mobral em convênio com a Universidade Santa Úrsula, no Rio de Janeiro. Os técnicos do Mobral tinham liberação de carga horária para frequentar cursos de *stricto sensu*.

Ministério da Educação e Cultura e a *United States Agency for International Development* MEC/USAID⁵⁷. A Cruzada ABC tem sua origem a partir da iniciativa de “Um grupo de professores do colégio evangélico Agnes Erskine de Pernambuco que, em 1962, idealizou um trabalho de educação de adultos com sentido apostólico” (PAIVA V., 2003, p. 299).

Sendo retraídas as ações de cultura popular por meio da repressão, a Cruzada ABC apresenta-se com a função de legitimar as intenções do governo frente às classes populares, bem como ao grande contingente de pessoas analfabetas. Paiva (2003) ajuda a compreender as reais intencionalidades da Cruzada ABC ao destacar que ela também tinha os objetivos de:

Difundir uma imagem dos militares e dos norte-americanos, demonstrar o interesse dos governos brasileiro e norte-americano pela ‘sorte do povo’, inculcar nos participantes a convicção de que a ascensão social é possível e que ela depende fundamentalmente de esforço individual, supondo que isso contribuiria para minimizar as ‘tensões sociais’ na região (PAIVA V., 2003, p. 346).

A legitimação das ações que estavam sendo desenvolvidas pelos militares frente à população brasileira era um ponto fundamental do regime que passara a vigorar a partir de 1964. Era necessário, nesse sentido, fazer a população acreditar também que os governantes estavam cumprindo o seu papel e que o crescimento do país dependia do desempenho da população, portanto, cada indivíduo deveria se esforçar para alavancar o desenvolvimento da nação brasileira.

Scocuglia (2000, p. 153), ao tecer considerações acerca da alfabetização de Adultos, realizada pela Cruzada ABC, sobretudo no Nordeste, destaca que: “O apoio e a convergência de propósitos que os movimentos de alfabetização de adultos progressista haviam encontrado no governo Goulart, a Cruzada ABC iria encontrar nos governos militares, na segunda metade dos anos 60”.

Levando em consideração o fato de que a Cruzada ABC apresentava-se com a intenção de se contrapor às iniciativas pedagógicas implementadas pelas iniciativas de alfabetização de adultos que antecederam o Regime Militar, suas ações receberiam evidentemente total apoio e adesão do governo militar.

⁵⁷ Para Góes (1985, p. 33), esses convênios “Cobriram todo o espectro da educação nacional, isto é, o ensino primário, médio e superior, a articulação entre os diversos níveis, o treinamento de professores e a produção e veiculação de livros didáticos”.

Como a ABC era uma campanha, mas de base nordestina, Paiva V. (2003) enfoca que em 1969, exigia-se a sua nacionalização. Em outras palavras, a ideia era que a Cruzada ABC se transformasse em um movimento de alfabetização “brasileiro”. Esse processo de transição “[...] dá conta da liquidação da Cruzada ABC e lança as bases para um programa nacional executado pelo próprio Mobral a partir do ano seguinte” (PAIVA V., 2003, p. 346).

Em seus estudos sobre o surgimento do MOBREAL, Paiva V. (2003) destaca que a sua intencionalidade passava pelo Plano de Alfabetização e Educação Continuada de Adultos, que fora elaborado pelo Departamento Nacional de Educação (DNE). Uma vez que o projeto de criação do Movimento era um anexo do referido Plano que estabelecia entre suas diretrizes a alfabetização de adultos vinculada às prioridades econômicas e sociais e às necessidades presentes e futuras de mão de obra.

Em Alagoas, sobretudo no sertão, o contexto histórico (1967-1985) ainda carregava em suas entranhas as relações de mandonismo guiadas pela mão de ferro dos senhores de latifúndios. Como já denunciava Ramos (2007, p. 175): “[...] aí não se consegue terra facilmente, o salário é baixo – e para lá das cancelas do despotismo do proprietário vale o mosquito e o cardo juntos.” Os pequenos lavradores que perseguiam a sobrevivência, fugindo da fome do sertão, onde o cardo – praga da lavoura – destruía as plantações, buscavam espaço de produção da sobrevivência em terras tomadas de empréstimo, em uma parte do estado onde as terras eram destinadas à produção da cana-de-açúcar.

Esta seção está composta por três partes. Nelas apresento a estrutura organizacional do Mobral, além de um recorte temporal na história do Movimento, nos âmbitos do estado de Alagoas e no sertão alagoano, tendo como foco o contexto histórico e político, social e educacional, em que o Movimento situou-se.

4.1 Estrutura organizacional do Mobral em âmbito nacional: o surgimento de vários programas

A existência do Movimento foi marcada por uma estrutura hierárquica que determinava o seu funcionamento, enquanto ação concentrada no Mobral Central, nas Coordenações Estaduais (COEST) e nas Comissões Municipais (COMUN). Essas instâncias, seguiam as

orientações da UNESCO⁵⁸ que, por sua vez, fomentava a dita alfabetização funcional, representada pelo PAF, como caminho para o crescimento econômico e social dos países em desenvolvimento, no sentido “De mobilizar, de formar e educar a mão de obra ainda subutilizada, a fim de torná-la mais produtiva, mais útil a si própria e à sociedade” (UNESCO, 1975, p. 12).

Demarcou-se que a alfabetização funcional desenvolveria habilidades e competências nos sujeitos analfabetos, tornando-os “capazes” de contribuir para o desenvolvimento econômico do país por meio de sua força de trabalho. O caminho primeiro, inegavelmente, era o de aprender a ler e escrever para que, deixando de serem analfabetos, homens e mulheres pudessem atender aos requisitos do capital e da mão de obra trabalhadora.

Essa educação preconizada pelo Mobral estava muito distante de ser como defende Brandão (2006): “Permanentemente universalizante, aberta, absolutamente democrática”, constituindo-se, dessa forma, “Como um domínio do saber, muito mais amplo do que a escola e o sistema escolar, o da própria *cultura* (grifo do autor), pensada como educação” (BRANDÃO, 2006, p. 80).

A concretização de uma educação aberta, tendo em vista o que afirma Brandão, em que a cultura de fato tenha seu espaço garantido só se tornaria viável, considerando os princípios da educação popular “Com uma metodologia ativa, onde os elementos participativos são parte intrínseca da forma como a educação se dá” (RIBEIRO et al., 1992, p. 14).

Para Paiva V. (2003, p. 357): “A educação permanente pretendida pelo Mobral foi fundamentalmente, inculcação ideológica” e estava voltada para a não regressão dos recém-alfabetizados a condição de analfabetos. Dessa forma:

[...] exigia que o aluno passasse por todos os seus programas – exigência que aparece como uma resposta aos que atacaram o Mobral em função do problema da regressão ao analfabetismo: a passagem pelos diversos programas seria uma forma de impedir a regressão (PAIVA V., 2003, p. 355).

⁵⁸ A partir do Congresso Mundial promovido pela UNESCO em 1965 no Teerã, em que a temática central de discussão foi a “erradicação” do analfabetismo, o interesse pela prática da alfabetização funcional começou a ocupar espaço nos países membros, na perspectiva de encontrar novas soluções para o combate ao analfabetismo. Nessa direção, apresentava-se um programa experimental mundial de alfabetização, com instrumentos mais eficazes para combater o analfabetismo, do que aqueles de que se dispunha até então (UNESCO, 1975).

Para Corrêa⁵⁹ (1979, p. 77), o Sistema de Educação Permanente do Mobral concebia, também, a perspectiva da educação profissional, seguindo as seguintes orientações: “Testagem e orientação profissional expedita, treinamento profissional e colocação no mercado [de trabalho]” atendendo a suas exigências. ” Segundo o autor, este sistema foi estruturado com a intenção de integrar a educação que era oferecida pelos programas do Movimento aos subsistemas de treinamento para o trabalho.

Para se compreender a abrangência da proposta do Mobral, fez-se necessário mencionar os diversos programas implementados durante sua vigência. Apesar do foco desta pesquisa ser o Mobral Cultural, que detalharei na próxima seção, considere relevante apresentá-los mesmo de forma sucinta, com o intuito de demonstrar aos leitores que as ações do Mobral não se resumiram apenas à alfabetização como comumente é entendido.

- ✓ Programa de Alfabetização Funcional
- ✓ Programa de Educação Integrada
- ✓ **Programa Mobral Cultural**
- ✓ Programa de Profissionalização
- ✓ Programa de Educação Comunitária para a Saúde
- ✓ Programa diversificado de Ação Comunitária
- ✓ Programa de Autodidatismo
- ✓ Programa Infanto-Juvenil
- ✓ Programa Pré-escolar
- ✓ Programa Tecnologia da Escassez

4.1.1 Programa de Alfabetização Funcional (PAF)

Esse foi o primeiro Programa implantado pelo Mobral assumindo desde a nomeação – *funcional* – a concepção de um modo de alfabetização. Tinha a finalidade de utilizá-la para aplicação imediata no cotidiano, o que deveria ser feito, em prazos curtos, revertendo rapidamente a condição da mão de obra trabalhadora até então analfabeta, para aquela requerida como minimamente alfabetizada. Sua característica marcante era apresentar-se como instrução

⁵⁹ Intelectual vinculado à Ditadura civil-militar, ocupou o cargo de Secretário Executivo do Mobral de abril de 1972 a 1974, “Em substituição ao Pe. Felipe Spotorno, primeiro ocupante do cargo. Em 1974 passou à Presidência da Fundação, após a gestão de Mário Henrique Simonsen” (JANNUZZI, 1987, p. 57).

desprovida de conscientização política. Seu foco principal estava fortemente relacionado à aquisição de técnicas elementares de leitura, escrita e cálculo, tendo como objetivos:

- 1) Desenvolver nos alunos as habilidades de leitura e contagem;
- 2) Desenvolver um vocabulário que permita o enriquecimento de seus alunos;
- 3) Desenvolver o raciocínio, visando facilitar **a resolução de seus problemas e os de sua comunidade;**
- 4) Formar hábitos e atitudes positivas, **em relação ao trabalho;**
- 5) **Desenvolver a criatividade, a fim de melhorar as condições de vida** aproveitando os recursos disponíveis (CORRÊA, 1979, p. 152). (Grifos meu).

A partir das expressões grifadas, observa-se que o Movimento estava sempre buscando atribuir funções aos indivíduos, na perspectiva de torná-los responsáveis pelos seus sucessos ou fracassos, pelo progresso da comunidade na qual eles estavam inseridos.

Nesse contexto o “método” freireano, a exemplo das “palavras geradoras” era utilizado, com o intuito de amenizar os impactos ideológicos do regime em vigor. Nesse sentido, os alfabetizadores e os alfabetizados não eram tidos como sujeitos atuantes, mas como objetos passivos frente aos objetivos previamente estabelecidos pelo Movimento. Nessa perspectiva, Jannuzzi (1987, p. 62) esclarece: “Quem é, portanto, o sujeito (o que atua) é o Mobral/Central, os alfabetizadores e alfabetizados têm a ilusão de que atuam, ao procurarem os meios adequados aos objetivos previamente fixados, jamais questionados”

Jannuzzi (1987, p. 60), denuncia que as palavras geradoras lançadas pelo Programa eram “As mesmas para o Brasil inteiro, estudadas pelo mesmo material didático”, com a justificativa de que eram palavras que exprimiam as necessidades básicas do homem - sobrevivência, segurança, necessidades sociais de auto realização -, em todo o país, inferindo-se que por meio delas era possível acelerar o processo de alfabetização. Isso pareceu demonstrar que o Mobral tentava se apropriar pelo menos parcialmente do legado freireano.

O PAF/Mobral concentrava a sua preocupação no crescimento econômico do país e, por isso apresentava a alfabetização funcional como princípio metodológico, o que está explícito nos escritos de Corrêa (1979, p. 150): “A faixa etária de 15 a 35 anos seria aquela em que haveria maiores possibilidades de retornos, no que concerne à sua produtividade, em relação ao investimento realizado”. Em 1971, após o primeiro ano de alfabetização, a equipe do Mobral observou que os estudantes, após a alfabetização, se dispersavam. Havia, portanto, a necessidade de mantê-los dentro do sistema educacional do Movimento, por meio de outros programas, especialmente o de Educação Integrada.

No que diz respeito às ações de alfabetização desenvolvidas pelo PAF/Mobral, os estudos de Silva (2013) revelaram que o marcante nas falas dos ex-alunos do sertão alagoano foi o impacto trazido pelo referido programa. Fica a dúvida, que abre caminho para outra pesquisa, sobre o entendimento de se essas ações temporais garantiram ou não a permanência dos alunos nas salas de aula do Mobral.

Na sequência, o Programa de Educação Integrada (PEI), caracterizado como a continuidade dos estudos dos egressos do PAF e, também, para pessoas que não tinham concluído a escolaridade do que chamamos atualmente de anos iniciais da EJA.

4.1.2 Programa de Educação Integrada (PEI)

Historicizando sobre a continuidade dos estudos, implantada por meio do PEI, Corrêa (1979) relata que os idealizadores do Mobral, em princípio, não pretendiam implantar a educação continuada o que vai ao encontro do que menciona Paiva, V. (2003, p. 373):

A oferta da oportunidade de ‘educação continuada’ pós-alfabetização não constituiu, ao longo da história do Mobral, uma preocupação importante do movimento nem foi pensada antes de ter sido o programa lançado. O próprio Mobral admite que o programa de ‘educação integrada’ não nasceu do conhecimento prévio dos responsáveis pelo movimento dos problemas relativos à regressão da aprendizagem e do malogro das campanhas anteriores⁶⁰.

Na verdade, a educação continuada surgiu, segundo o então Secretário Executivo, a partir de um telefonema aflito, que recebeu da Coordenação Estadual do Mobral no estado do Rio de Janeiro, comunicando que:

Em um dos municípios, os alunos já alfabetizados de duas classes recusavam-se a dar seus lugares aos que se haviam matriculado para o convênio seguinte. Apesar de alfabetizados, argumentavam que gostaram de aprender, da professora e do Mobral. Queriam fazer o curso de novo, mesmo já tendo seus diplomas. [...] convencê-los foi impossível. Por isso aquele município ganhou suas classes de educação integrada e o Mobral do lugar começou a expandir-se. (CORRÊA, 1979, p. 32).

A resistência dos alunos em não deixarem a sala de aula, após serem declarados alfabetizados, sobretudo os adultos, cuja idade não os permitia ter acesso ao ensino fundamental diurno ou mesmo noturno, foi marcadamente um divisor no pensar do então Secretário

⁶⁰Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) – 1947; Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) – 1952; Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA) – 1958.

Executivo, para a implantação de um Programa que permitisse a continuidade dos estudos dos egressos do PAF/Mobral.

Essa realidade, anunciada na citação acima, também foi registrada em Santana do Ipanema. A pesquisa realizada por mim realizada (2013, p. 70) mostrou que o Mobral possibilitou, no sertão, a continuidade de estudos. Uma ex-alfabetizadora mencionou que “Os que eram mais jovens se engajavam nas séries [terminologia da época] do primeiro grau”. Ficou demonstrado que “por consenso dos então Coordenadores Estaduais/Territoriais e dos técnicos do Mobral Central, foi decidido no início de 1971 a criação do Programa de Educação Integrada” (CORRÊA, 1979, p. 177). Dessa forma, o prosseguimento dos estudos surge, sobretudo, por motivos pragmáticos.

O PEI tinha a duração de 12 meses e correspondia às quatro primeiras séries do então ensino de 1º grau. A relevância da sua implementação dava-se considerando que aprender a ler não era suficiente para o aluno, no sentido de “Identificar, pela memória” (FARIA, 1977, p. 40). Complementa o pesquisador que era necessário “[...] mais que isso, essa vivência, tanto prévia quanto posterior à leitura que encante o aluno, tocando sua sensibilidade e elevando-o para verdadeira magia do aprendizado”.

Para isso, a continuidade aos estudos para os alunos egressos do PAF propunha:

- 1) Proporcionar conhecimentos básicos relativos aos conteúdos das diferentes áreas, correspondentes ao núcleo comum das quatro primeiras séries do ensino de primeiro grau, observando as características de **funcionalidade e aceleração** (grifo nosso);
- 2) Fornecer informações para o trabalho, visando ao desempenho em ocupação que requeira conhecimentos em nível das quatro primeiras séries do 1º grau, proporcionando condições de maior produtividade aos já integrados na força de trabalho, e permitindo o acesso a níveis ocupacionais de maior complexidade. (CORRÊA, 1979, p. 178).

Conforme o autor, o princípio metodológico da funcionalidade implementado no PAF requeria o princípio didático da aceleração, levando em consideração as experiências prévias dos alunos, tendo por base o método global, ou seja, partia de temas geradores provenientes das necessidades humanas e utilizavam-se os cartazes geradores.

Nesse sentido, o PEI seguia quase sempre as mesmas estratégias, mas com o objetivo de dar continuidade aos estudos na pós-alfabetização. Segundo Corrêa (1979), ao final do curso avaliava-se o rendimento do aluno em todo o processo, e era concedido o certificado de

escolaridade do Programa de Educação Integrada⁶¹ ao aluno que dominasse os conteúdos propostos.

4.1.3 Programa de Profissionalização

Esse Programa, a exemplo do Mobral Cultural, também tem sua origem no ano de 1973. Segundo Faria (1977, p. 44), o seu objetivo central era:

Estimular e proporcionar meios à ascensão socioeconômica do Mobralense através da informação e treinamento, bem como orientá-lo para o correto aproveitamento de suas potencialidades, considerando as condições peculiares do mercado de trabalho existente nas diferentes regiões do país.

Isto estava posto nas intenções da alfabetização funcional defendida pela UNESCO ao dizer, quando da implantação do Mobral, que: “Alargando o benefício da alfabetização funcional ao maior número de trabalhadores analfabetos, obtém-se uma produtividade global maior da própria empresa” (UNESCO, 1975, p. 14). Para tanto, firmou-se, ainda em 1973, um convênio entre o Programa de Profissionalização do Mobral e o Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra (PIPMO)⁶².

Como consequência surge, segundo Corrêa (1979), em 1974, a Gerência de Profissionalização (GEPRO), que tem seu surgimento em 1974, com o objetivo de promover a ascensão dos alunos do Mobral. Para tanto, foram propostos subprogramas como: Testagem, Orientação Profissional, Treinamento Profissional e Colocação de Mão de Obra (CORRÊA, 1979).

4.1.4 Programa de Educação Comunitária para a Saúde (PES)

A utilização de ações educacionais com o intuito de proporcionar a melhoria da saúde das pessoas das camadas mais pobres tornou-se uma das prioridades do Mobral que, em 1975,

⁶¹ Segundo Faria (1977, p. 41) com o PEI “o Mobral atendeu de 1971 a 1977 cerca de 3.300.000 alunos, pelo Parecer n. 44/73, e ministrado pelas secretarias estaduais e municipais de educação”.

⁶² O PIPMO foi idealizado pelo governo de João Goulart, mas executado pela ditadura civil-militar. Criado pelo Decreto n. 53.324, de 18 de dezembro de 1963, correspondia a cursos profissionalizantes breves, que ocorriam em todo o país, na perspectiva de atender aos trabalhadores pouco escolarizados, encaminhando-os para o emprego.

submeteu ao Conselho de Desenvolvimento Social o projeto de criação do Programa de Educação Comunitária para a Saúde (PES)⁶³.

Segundo Faria (1977), o PES estava voltado para as comunidades menos favorecidas, principalmente as situadas na zona rural do país, incluindo-se nesse contexto o município de Santana do Ipanema – muito carente das ações de políticas públicas sociais –, com o intuito de proporcionar melhores condições de saúde e saneamento básicos por meio de orientações preventivas. A busca por melhor qualidade de vida para a população era a intenção do PES. Para tanto, o Programa apresentava os seguintes objetivos:

- 1) Motivar e possibilitar mudanças de atitudes em relação à saúde;
- 2) Estimular e orientar a comunidade para o desenvolvimento de ações que visem à melhoria das condições higiênicas e alimentares e dos padrões de saúde a partir das necessidades sentidas;
- 3) Desenvolver uma infraestrutura de recursos humanos, pertencendo às comunidades a serem atingidas pelo Programa, para atuação no campo da educação e para a saúde;
- 4) Integrar esforços aos de entidades que atuam na área de saúde e outros, a fim de maximizar recursos para uma efetiva melhoria das condições de saúde, saneamento e alimentação (CORRÊA, 1979, p. 314).

Para alcançar esses objetivos, o PES formava em cada município grupos de líderes comunitários que, segundo Faria (1977), reuniam-se semanalmente para apresentar os problemas de saúde das suas comunidades, receber as orientações necessárias no sentido de realizar intervenções nas mesmas.

É importante enfatizar que todas as grandes campanhas de alfabetização, desde a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) – 1947, ao Movimento de Educação de Base (MEB) – 1961, se preocuparam em desenvolver ações juntos às comunidades⁶⁴. “Da própria CEAA nasceu a Campanha de Educação Rural, ampliando as ações conjugadas dos órgãos de educação, saúde e agricultura junto as populações rurais”. (FÁVERO, 2009, p. 11). O que demonstra que as ações comunitárias desenvolvidas pelo Mobral não são pioneiras no país.

⁶³ Segundo Faria (1977, p. 47), o PES teve sua aprovação em 23 de outubro de 1975, “obtendo recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS), que permitiram o atendimento, em 1976, aos Estados do Piauí, Ceará, Paraíba e Alagoas”.

⁶⁴ Por mais simplistas que possam parecer aos olhos de hoje, as tradicionais campanhas para filtrar ou ferver a água; os cuidados com a higiene, com a construção de fossas; os cuidados pré e pós-parto exercido nos clubes de mães, por exemplo, foram experiências importantes dos anos de 1950, retomados com uma dimensão explicitamente política nos anos de 1960. (FÁVERO, 2009, p. 12).

4.1.5 Programa Diversificado de Ação Comunitária

No ano de 1974 surge o Programa Diversificado de Ação Comunitária (PRODAC)⁶⁵. No que se refere à relevância desse Programa Corrêa (1979, p. 338) defende que:

Esse seria o programa básico do Mobral, o programa que daria à Direção Nacional informações para o painel diversificado das necessidades e aspirações dos quase 4.000 municípios brasileiros, considerando sua diversidade, democratizando o processo educativo pelo atendimento qualitativo que garantia igualdade de oportunidades e afastando a possibilidade de as comunidades retornarem a etapas já ultrapassadas em qualquer dos aspectos do processo.

Fica exposta a preocupação de monitoramento implícito das ações desenvolvidas, bem como o acompanhamento dos egressos dos outros programas do Mobral. Procurava-se intensificar a participação das pessoas, conscientizando-as da importância de cada indivíduo para o desenvolvimento da comunidade.

Para a melhor efetivação do trabalho, o PRODAC dividia-se em três etapas: mobilização, organização de grupos e manutenção do trabalho. Na primeira, fazia-se “o chamado da população para a participação em uma atividade onde a própria comunidade planeja o que irá executar, após levantar as prioridades em relação às suas necessidades e interesses” (CORRÊA, 1979, p. 34).

A segunda etapa, compreendia a formação dos grupos, que seriam orientados a trabalhar nas comunidades, seguindo o diagnóstico realizado. Nessa etapa, procurava-se recrutar as pessoas que tinham melhor conhecimento da realidade local para ajudar no desenvolvimento dos trabalhos.

E, por fim, a terceira etapa destinava-se à execução das ações formuladas a partir das etapas anteriores, quando os grupos se reuniam “para discutir estratégias, dividir tarefas, responsabilidades, avaliar e, se necessário, fazer reformulação no plano”. (CORRÊA, 1979, p. 342).

Segundo Paiva, V. (2003), uma das intencionalidades desse Programa, de perspectiva assistencialista, era reforçar, por meio de sua metodologia de ação, a hegemonia das relações de poder, favorecendo as classes dominantes que buscavam domesticar a camada empobrecida da sociedade brasileira. A autora afirma que o caráter verticalista da metodologia do PRODAC

⁶⁵ Segundo Fávero e Motta (2015), esse programa foi muito questionado, à época, sob o argumento que seria uma “contrapartida” às Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica, muito fortes no período, e também por associar-se ao projeto de ação comunitária das Forças Armadas.

era evidente, uma vez que a comunidade cuja participação era determinada previamente pelos passos definidos pelo Mobral. “Iniciava-se pelos contatos com autoridades locais e representantes das ‘forças vivas da comunidade’ (ou seja, as classes dominantes), para o desenvolvimento de planos e ações contendo as prioridades governamentais” (PAIVA, V., 2003, p. 385).

4.1.6 Programa de Autodidatismo

Em 1975, o Mobral implantou o Programa de Autodidatismo baseado na autodidaxia, no ritmo de aprendizagem e no interesse de cada aluno, não tendo, portanto, fixação de parâmetros avaliativos que mediriam o grau de atingimento dos objetivos prefixados. Era destinado a pessoas que:

- Não têm oportunidade de encontrar material para ler e estudar e, por essa razão, não aprendem aquilo que desejam;
- Sentem a necessidade de recordar o que aprenderam e querem estar em dia com as coisas que surgem;
- Gostam de ler e buscar informações e conhecimentos para desenvolver melhor o seu trabalho (BRASIL, 1981a, p. 3).

Corrêa (1979), informa que o referido Programa: “Foi concebido, principalmente, a partir dos princípios de que a educação é um processo em que o homem aprende a se informar e a se formar e de que só é possível aprender aquilo que realmente se descobre” (CORRÊA, 1979, p. 357). Nesse sentido, o autor considera o sujeito como agente de sua própria educação, capaz de desenvolver-se intelectualmente, sem necessariamente frequentar a escola.

Na perspectiva de atender as necessidades dos indivíduos, o Programa de Autodidatismo oferecia 16 temas para livre escolha dos que a ele aderissem como Alimentação, Corpo Humano, Habitação, Comunidade, Indústria e Comércio, Agricultura e Pecuária, Comunicação e Expressão, Cultura, Literatura, Trabalho, Transporte, Brasil, Natureza, Universo, Matemática e Energia. Após a escolha do tema, o indivíduo recebia o material para estudo.

4.1.7 Programa Infanto-Juvenil

Conhecido como Programa 9 - 14 anos fora da escola, destinou-se às crianças e adolescentes que frequentavam os programas do Mobral, sobretudo as aulas de alfabetização do PAF, muitos deles na companhia de seus pais. Fávero e Motta (2015) esclarecem que, no

final de 1970 e início de 1980, esse fato culminou com a relevância da matrícula desses alunos, uma vez que o esvaziamento das turmas de alfabetização seria suprido pela presença desse novo público, que sempre se fez presente, mas não matriculado.

A fotografia a seguir, datada de 1979, revela a presença de dois alunos ocupando uma das tradicionais carteiras conjugadas em uma turma de alfabetização do Mobral, demonstrando que nos municípios alagoanos o atendimento dos alunos, pelo “ensino regular”, estava longe de ser universalizado.



Figura 11 – *Acompanhamento às salas de aula do Mobral – agosto de 1979.*
Fonte: Arquivo pessoal de Maria Rosa dos Santos Cavalcante – Ex-supervisora estadual.

Em 1984 foram elaboradas as diretrizes específicas para atender adolescentes na faixa etária de 9 a 14 anos fora da escola. Esse processo de implementação articulava-se com a Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus do Ministério da Educação e Cultura (SEPS/MEC), em articulação com o Mobral. O objetivo era chegar aos estados, por meio das Secretarias Estaduais de Educação, e proporcionar o atendimento da população de 9 a 14 anos que se encontrava fora da escola.

O texto das referidas diretrizes justifica essa ação como uma resposta ao direito à educação das crianças e adolescentes, direito esse que já aparecia nas propostas de universalização da educação básica, nos planos governamentais. As diretrizes ainda apontam que se verificou, à época, a seguinte problemática: “[...] na faixa de idade da obrigatoriedade escolar – 7 a 14 anos –, os mais velhos são aqueles que menos oportunidade têm, se não

dominam os conteúdos de escolarização previstos na relação idade-série do ensino de 1º grau ” (BRASIL, 1984, p. 5).

Essas diretrizes também buscavam justificativa para a existência do Programa nos dados do IBGE, apontados pelos Censos de 1970 e 1980, que estimavam que em 1985, “[...] 30% da população brasileira nessa idade, ou seja aproximadamente 5,6 milhões de crianças e adolescentes deverão estar fora da escola ” (BRASIL, 1984, p. 5). Os dados demonstram a fragilidade da educação básica naquele contexto, ao tempo em que denunciam o descaso com a educação de crianças e adolescentes das classes populares, reconhecidos nas diretrizes como *clientela potencial do Mobral*.

4.1.8 Programa Pré-escolar

Na década de 1980, o Mobral passou a assumir a educação de crianças de 4 a 6 anos, em todo território nacional, por meio do Programa Pré-escolar, implantado na gestão Cláudio Moreira, enquanto presidente do Mobral, tendo como secretária executiva Terezinha Saraiva.

Em um estudo sobre a interferência do Mobral na educação de crianças menores de seis anos durante o regime militar, Arce (2008, p. 383) destaca que o motivo principal dessa intervenção se deu pelo trabalho que o Movimento vinha realizando com o auxílio das comunidades, o que o caracterizava como: “[...] órgão ideal para cuidar da expansão do atendimento pré-escolar, defendida no Plano Setorial de Educação Cultura e Desporto (PSECD), cuja tônica voltava-se para a mobilização da comunidade e uso dos recursos locais.”

Em agosto de 1981, o MEC, em parceria com a Gerência de Programas de Ação Comunitária (GEPAC) do Mobral, lançaram a *Proposta de apoio ao Pré-escolar através da ação comunitária*. Nesse documento aparecem aspectos quantitativos que expressam a preocupação com o não atendimento às crianças pequenas, o que justificaria o encaminhamento da proposta de ação: “[...] o grande contingente de crianças a serem atendidas na faixa etária de 0 a 6 anos (em torno de 25 milhões) e a necessidade de estender esse atendimento Pré-escolar a crianças cujas famílias fazem parte de um extrato social carente”. (BRASIL, 1981b, p.1).

Em Alagoas, essa iniciativa foi recebida com espanto, como demonstram os relatos da ex-agente pedagógica Maria Anunciada de Melo Torres:

[...] e uma das coisas que já no final o que incomodou foi justamente a criação da pré-escola, porque quando a pré-escola surgiu foi aquele caos no Brasil inteiro e cada coordenação e cada estado perguntava: mas que interesse tem o Mobral em trabalhar com a pré-escola? Mas o interesse maior não só para as crianças, como os pais das crianças para que aquelas mães tivessem com quem deixar a criança, apesar de que era à noite, mas despertar nela o interesse de ela também ir para a escola. (MARIA ANUNCIADA DE MELO TORRES).

A narrativa demonstra que em Alagoas essa ação configurou-se como forma de incentivar as mães a também se matriculem nas turmas de alfabetização que, para elas, era ofertada no período noturno.

A partir dessa política de integração, “o Mobral foi responsável pela expansão da pré-escola no Brasil, chegando em 1982 a responder por 50% do atendimento pré-escolar público.” (ARCE, 2008, p. 383). A autora ainda enfatiza que, durante o período em que se dedicou à educação pré-escolar, o Mobral deu ênfase ao treinamento em serviço de monitores voluntários que passariam a atuar na educação dessas crianças. Esse aspecto é visível na proposta de apoio ao pré-escolar anunciada acima. Nesse documento aparece um objetivo a ser atingido que revela essa perspectiva de voluntarismo:

Fortalecer as formas organizativas da comunidade (grupo de mães, grupos de pais e amigos, associação de moradores, conselhos comunitários etc.), visando preservar o caráter educativo das ações e propiciar que esses grupos administrem o Programa, garantindo a continuidade do processo educativo. Uma ação desse tipo mostrará aos adultos a sua capacidade/possibilidade de organização para resolver outros problemas da comunidade (BRASIL, 1981, p. 3).

Pode-se observar que, a partir dos princípios educacionais preconizados naquele contexto histórico, cuja ênfase centrava-se na filosofia e metodologia dos princípios da educação comunitária, a proposta implementada pelo Programa pré-escolar negligenciou a formação de educadores para atuar com as crianças e referendou a precarização do trabalho docente, ao reportar-se à figura dos monitores e voluntários para o atendimento educacional das crianças.

4.1.9 Programa Tecnologia da Escassez

O Programa Tecnologia da Escassez foi elaborado em 1977 com o objetivo de divulgar, por meio de material impresso e pelos meios de comunicação, experiências populares do povo brasileiro. Seu lançamento ocorreu somente em 1978. O governo militar entendia que muitas técnicas populares precisariam ser difundidas pelo país, como forma de facilitar a vida das

peças das comunidades mais pobres que, em condições precárias, desenvolviam técnicas, sobretudo econômicas, de sobrevivência.

A efetivação do Programa contou com o apoio de algumas entidades, como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA);⁶⁶ o Instituto de Pesquisas da Marinha (IPqM); e o Banco Nacional da Habitação (BNH) na execução de atividades conjuntas que culminaram na elaboração dos manuais que objetivavam a disseminação de técnicas “[...] para barateamento da construção civil; aproveitamento de pesquisas sobre prevenção de alimentos e habitação; pesquisas bibliográficas sobre ervas medicinais” (BRASIL, 1979, p. 30).

O trabalho desenvolvido com o apoio das entidades supracitadas passou a contribuir na sistematização das experiências populares, publicadas na coleção intitulada *Cada cabeça é um mundo*⁶⁷. Tratava-se de uma publicação bem ilustrada, que socializava as técnicas populares, assim como eram chamadas, para todo o território nacional.

Paiva, V. (2003), ao fazer crítica à existência dos programas que apresentei acima, destaca que funcionaram como estratégias de sobrevivência do próprio Mobral. Coincidentemente, para a pesquisadora, a metodologia de *ação comunitária* foi implantada exatamente no mesmo período em que cresceram no Movimento as dificuldades de recrutamento de adultos e se multiplicaram os alunos menores de 15 anos nas salas de aula, como demonstrado na Figura 11.

Os gestores do Movimento, com o passar do tempo, começaram a compreender que visitar as comunidades e cadastrar analfabetos já não era suficiente. Tornava-se indispensável “centrar o processo educativo na solução dos problemas da comunidade” (PAIVA, V., 2003, p. 383).

Com o desgaste da credibilidade do Movimento, começaram a aparecer questionamentos acerca da sua existência tais como: “Quantos, entre os seus alunos que chegaram ao final do curso, são considerados ‘alunos alfabetizados’, contabilizáveis na redução

⁶⁶ Órgão de controle ambiental da Secretaria de Estado do Ambiente e Desenvolvimento Urbano do Estado do Rio de Janeiro, criado pelo Decreto-Lei n. 39 de 24 de março de 1975.

⁶⁷ A coleção é composta por dezesseis fascículos que apresentam ideias à época inovadoras: confecção de materiais didáticos para serem utilizados nas escolas, armadilhas para insetos, fabricação de sabão, como aproveitar pneus, como fazer velas, conservação de carnes e peixes, bomba manual para puxar água, cuidados com a alimentação e a saúde, técnicas de adubação, como guardar sementes, entre outras. Os fascículos são, na verdade, manuais de orientação para otimização do uso da técnica, orientando o povo a utilizar tecnologias disponíveis, em uma época de muita escassez.

dos índices de analfabetismo fornecidos pela instituição? ” Paiva, V. (2003, p. 364) faz a crítica ao Movimento que anunciava ter reduzido os índices de analfabetismo entre a população de 15 anos ou mais em 24,1% em uma década (1970-1980).

No entanto, os números apresentados pelo Mobral no tocante à redução dos índices de analfabetismo durante a década de 1970 apresentaram controvérsias quando confrontados com os números da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD, 1977). Paiva, V. (2003) denota essa contradição quantitativa, mencionando que o Mobral divulgou, no ano de 1977 o índice de 14,2% de analfabetismo entre a população de 15 anos ou mais, enquanto a PNAD, no mesmo ano, registrou 23,8% de analfabetos, na mesma faixa etária pesquisada.

Paiva, V. (2003) comenta que os dados quantitativos não podiam ser fidedignos, considerando que os alfabetizadores não se interessavam em registrar a baixa dos alunos evadidos ou retirar da matrícula aqueles que nunca compareceram à sala de aula. Isso porque o pagamento do alfabetizador variava de acordo com o número de alunos que conseguissem chegar ao final do curso. E com base na “produtividade” de alunos aprovados acontecia o cálculo do “rateio final” dos recursos. Dessa forma, pode-se inferir que o alfabetizador, também, aprovava alunos de frequência não sistemática e precariamente alfabetizados.

O Movimento criado com a intenção de “erradicar” o analfabetismo do país não conseguiu alcançar seu objetivo, apesar do montante de recursos financeiros que foram utilizados, podendo ser considerado “um grande desperdício”. O problema do analfabetismo continuava a se propagar na sociedade brasileira atingindo, sobretudo, as camadas mais pobres.

É visível que o Movimento não apresentou resultados efetivos em suas ações. Nesse sentido Lemme (2004) ajudou-me a refletir sobre isto: “[...] erradamente encaminhadas, as pretensas soluções de combate ao analfabetismo só podiam resultar no fracasso como, aliás, tem acontecido com todas as campanhas e movimentos centralizados inventados para eliminá-lo.” (LEMME, 2004, p. 185).

A afirmação do autor, que considero atual, leva a crer que as campanhas de alfabetização de adultos implantadas no Brasil esboçaram maiores preocupações com os aspectos quantitativos dos números do analfabetismo nacional; as especificidades dos sujeitos alunos e suas subjetividades foram ignoradas.

Paiva, V. (2003, p. 406), referindo-se à extinção do Movimento, afirma: “O país se livrou do imenso desperdício que significava a manutenção daquela estrutura, dentro da qual muitos interesses estavam fortemente sedimentados”, uma vez que os recursos investidos no Mobral não proporcionaram os resultados esperados. Reconhece a autora que sua extinção representou outro desperdício, destacando algumas ações que foram desenvolvidas e mereciam ter continuidade e enfatiza: “Muitos trabalhos valiosos eram realizados no plano micro e tiveram que ser igualmente extintos” (PAIVA, V., 2003, p. 406).

Na década de 1980, o Mobral iniciou seu processo de declínio, juntamente com o regime militar que o sustentara. Em 1985, o Movimento é extinto, sem conseguir cumprir a meta anunciada – “erradicar o analfabetismo em 10 anos”, sendo substituído pela Fundação Educar no mesmo ano, como um órgão de fomento que, diferentemente do Mobral, não deixou marca visível no cenário educacional do país; quando da sua extinção, no entanto, deixou muitos municípios e estados brasileiros na orfandade, uma vez que contavam com seus recursos para o atendimento a jovens e adultos.

A Fundação Educar tinha, por finalidade, também, a “erradicação” significativa do analfabetismo a médio ou a longo prazo, por meio da inclusão dos analfabetos nas redes oficiais de ensino. Essa política teve curta duração, pois em 1990 o presidente Fernando Collor de Melo, tão logo assumiu o cargo, extinguiu a Fundação Educar, criando o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC), que não conseguiu sair do papel. Apesar de a Constituição de 1988 garantir o ensino fundamental àqueles que não tiverem acesso em “idade própria”, chega-se aos anos de 1990 sem nenhuma proposta concreta por parte do governo federal para cumprir o direito à educação de todos os brasileiros, conquistados nesta carta constitucional.

4.2 O Mobral em Alagoas

Para discorrer sobre a história do Mobral em Alagoas, é relevante destacar alguns aspectos históricos referentes ao campo sociopolítico e educacional desse estado, no intuito de compreender qual o lugar reservado à educação pública. Nesse sentido, serviram como fio condutor as reflexões de Carvalho (2015), Costa (2011) e Verçosa (2006) e, especificamente, para a educação de adultos, os estudos de Freitas e Moura (2007), Amorim, Freitas e Moura (2009), Lima (2010) e Silva (2013).

O estado de Alagoas⁶⁸ estende-se por uma área de 27.848 km² configurando-se como o segundo menor estado do país, possui 102 municípios. Tem uma população de 3.120.494 hab. (Censo 2010). O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) foi de 0,631, em 2010, o que situa essa Unidade Federativa (UF) na faixa de IDHM entre 0,600 e 0,699. A dimensão que mais contribuiu para o IDHM da UF foi a longevidade, com índice de 0,755, seguida de renda com 0,641 e educação⁶⁹, com índice de 0,520. (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2013).

Ao escrever sobre a formação história do estado de Alagoas, Carvalho (2015, p.11), descreve alguns aspectos que influenciaram sua formação territorial, enfatizando a luta empreendida em terras alagoanas na época da colonização pela ocupação de terras, configurando-se como marco central no processo de sua formação histórica. Essa luta deu-se “[...] contra a presença francesa no litoral, a guerra de extermínio aos indígenas, a resistência aos holandeses e a mobilização contra o Quilombo dos Palmares”.

A distribuição das sesmarias, feita pelos portugueses, viabilizou a organização do território que se localizava na parte Sul da Capitania de Pernambuco⁷⁰. Essas concessões foram decisivas na formação territorial do Alagoas. É nesse contexto que surgem, dois elementos de produção que vão delinear o campo socioeconômico e sociopolítico das terras alagoanas. Carvalho (2015, p. 12), ao falar sobre esse período de estruturação da colônia, destaca esses dois elementos: “[...] os primeiros engenhos de açúcar, todos localizados na faixa litorânea; e o rebanho bovino, formador das fazendas de gado que ocuparam o interior. ”

Esse movimento acaba por gerar a expulsão dos indígenas para as terras do sertão, uma vez que as terras férteis da faixa litorânea passavam a ser ocupadas para a produção açucareira e expansão da pecuária.

⁶⁸ A origem do nome Alagoas está relacionada à ocupação do território no centro do litoral em torno de duas grandes lagoas: a Mundaú ou Lagoa do Norte, e a Lagoa Manguaba, que banha várias localidades do estado. Segundo Verçosa (2006, p. 39), os acontecimentos ao longo do processo de desenvolvimento consignaram vários nomes para a localidade: “Madalena de Subaúma, ou simplesmente Madalena, Santa Maria Madalena da Lagoa do Sul, Alagoas do Sul, e finalmente, Alagoas. ”

⁶⁹ Em Alagoas, [...] a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola foi de 88,74%, em 2010. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental é de 81,57%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo era de 39,56%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo era de 25,86%. Entre 1991 e 2010 essas proporções aumentaram, respectivamente, em 57,98 pontos percentuais, 63,60 pontos percentuais, 30,04 pontos percentuais e 18,98 pontos percentuais. (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2013).

⁷⁰ O território que hoje forma o estado de Alagoas ficou convencionalmente ligado a Pernambuco até 1817, porém, o estado teve sua ocupação desde o século XVI, nos primórdios da colonização, quando começou a desenvolver seus aspectos sociais e econômicos.

O autor ainda traz outros dois movimentos considerados significativos para a economia local, fatos que caracterizam o século XVII: a expansão do engenho na zona da mata e a introdução da pecuária no sertão. Nesse contexto ocorre a distribuição de “[...] dezenas de sesmarias, entregues principalmente aos militares que participaram da guerra contra a insurreição liderada pelos antigos escravos africanos concluindo, assim, a ocupação do atual território de Alagoas” (CARVALHO, 2015, p, 17).

A educação, nesse contexto, início do século XVIII, provavelmente obedecia aos preceitos hierárquicos que fundamentavam a vida de comunidades que viviam a ruralidade de modo eminente. O pesquisador alagoano Élcio de Gusmão Verçosa, em seus escritos, revela que o modelo de dominação da época determinava o acesso aos elementos da cultura letrada, e “[...] parece ter sido o ensinamento ministrado pelos preceptores, frequentemente os padres-capelães, em sua maioria membros das famílias mais abastadas” (VERÇOSA, 2006, p.58-59).

Essas famílias citadas pelo pesquisador configuraram-se historicamente como mandatárias em terras alagoanas, seguindo um estilo típico da região desde a ocupação inicial dos territórios, tornando as terras como concessões familiares, guiados pela existência do parentesco:

[...] ia-se ampliando em terras alagoanas o poder através de círculos familiares que se entrelaçavam, primeiro pela endogamia nas famílias até chegar àquilo que Diegues Júnior chama “*endogamia da região*”. Dentro dessa dinâmica é que vai amalgamando a sociedade das Alagoas, tendo o latifúndio e a família como base: nascendo no engenho, nele se desenvolvendo e se espraiando pelos engenhos vizinhos, a família senhorial alagoana vai expandindo sua influência e construindo os troncos das genealogias sociais e políticas dos “*homens bons*” das Alagoas (VERÇOSA, 2006, p. 50-51).

Sob a égide dessas famílias, as classes populares sofriam, com mandos e desmandos em cidades, vilas e povoados que eram tidos como um prolongamento do engenho, com as ordens que imperavam.

Segundo Carvalho (2015), em 1700 já havia estabilidade do complexo canavieiro em Alagoas, que contava com aproximadamente 40 engenhos, com ocupação em terras férteis, próximas aos rios e portos, das atividades de produção de cana de açúcar, abarcando espaços de produtividade fundamentais.

Para além das terras mais produtivas, ocupadas pela monocultura da cana de açúcar, Alagoas ainda contava com duas grandes regiões, a zona da mata e o sertão. Nesses territórios, “[...] formaram-se, pela diversidade climática e de solos, dois sistemas de produção agrária

distintos social e geograficamente: o da área canavieira e o da área da pecuária, complementares no processo econômico” (CARVALHO, 2015, p. 26).

No que diz respeito à educação, em 1848 Alagoas ainda sofria com as mesmas mazelas criadas pelas relações sociais hierárquicas, iniciadas na formação territorial:

Naquele ano de 1848, a Província contava com uma população de 207.249 habitantes, sendo 59.775 escravos e 147.474 livres. Destes, apenas 22.566 eram alfabetizados, havendo apenas 2.073 alunos matriculados em cursos primários que eram ministrados em 44 escolas (VERÇOSA, 2006, p. 76).

Os números revelam que o desenvolvimento educacional não seguiu o mesmo ritmo do desenvolvimento econômico que o estado, em sua formação histórica, empreendeu. A centralidade do poder no modelo patriarcal não permitiu ao povo o acesso à instrução.

Esse descaso também aparece nos escritos de João Craveiro Costa (2011), que reconstrói parte da história da educação escolar em Alagoas, num recorte temporal que vai desde a origem da Capitania, em 1817, até 1930. Nesse recorte o escritor enfatiza uma experiência de ensino profissional direcionada para órfãos, a partir da criação de um internato. Em 1857 o educandário⁷¹ comportava 27 alunos. O presidente da província, Sá e Albuquerque, tinha o interesse no ensino agrícola, provocando o fechamento do educandário, substituído pelo Colégio de Educandos Agrícolas. As justificativas para a criação do colégio agrícola aparecem no discurso enfático do então presidente da província:

Eu não quero sábios agrícolas [...], quero moços educados no campo, sabendo apenas ligeiras noções teóricas de agricultura e manejo de alguns instrumentos agrícolas; não quero aspirantes a empregos públicos: quero trabalhadores de espírito mais o menos cultivado, moralizados e econômicos; não quero futuros descontentes das instituições do país, quando não se acharem contentes com a sorte: quero homens pouco ambiciosos e sumamente interessados na paz pública e na permanência dos Governos, sejam eles de que política forem (*apud* COSTA, 2011, p. 69).

O discurso revela a importância da educação enquanto instrumento de controle social, tendo como premissa rudimentos básicos para a garantia da mão-de-obra.

Tida como extremamente dispendiosa, a educação escolar foi motivo de lamentações em várias administrações no estado. Já em 1920, o então governador Fernandes Lima declarava abertamente: “[...] a Instrução Pública, entre nós, não corresponde ao sacrifício que o Estado

⁷¹ O educandário pertencia aos domínios do Colégio de Educandos Artífices. As crianças pobres desse estabelecimento, além do curso de primeiras letras, aprendiam as artes de alfaiate e sapateiro. Havia também o ensino de música vocal e instrumental. (COSTA, 2011, p. 69).

faz para manter esse serviço, sem dúvidas um dos mais importantes nas sociedades bem organizadas” (*apud* COSTA, 2011, p. 51).

Em Alagoas, chega-se à década de 1970 – recorte de estudo desta pesquisa – com o predomínio da produção da cana-de-açúcar e o domínio da hierarquização histórica que excluía pessoas menos favorecidas. A educação escolar para os pobres permanecia como algo longe de ser alcançado. Verçosa (2006, p. 87) apresenta dados que demonstram o descrédito com o ensino público: “No início dessa década [1970], com uma população de 310.000 habitantes, Alagoas contava com um contingente escolarizável de 78.470 crianças e jovens, dos quais apenas 9.483 frequentavam escola.

Os números não revelam o contingente de pessoas “não escolarizáveis”, ou seja, adultos e idosos que em nenhum momento de suas histórias passaram pela educação escolar, sobretudo os menos favorecidos que povoavam o sertão do estado. Para muitos desses, as iniciativas de alfabetização de jovens e adultos implantadas pelo Mobral configuraram-se como a primeira oportunidade de frequentar espaços escolares, como demonstra a pesquisa de Silva (2013).

As pesquisadoras Freitas e Moura (2007), em suas investigações acerca das políticas e ações da EDA\EJA em Alagoas, enfatizaram que não encontraram registros escritos que comprovassem a participação do referido estado, ao longo da sua história, em iniciativas próprias e progressistas na área em foco no final da década de 1950 a 1963, como aconteceu nos estados nordestinos de Pernambuco com o Movimento de Cultura Popular (MCP), do Rio Grande do Norte, com a Campanha de Pé no Chão também se Aprende a Ler; e na Paraíba com a Campanha de Educação Popular (CEPLAR).

Segundo Amorim, Freitas e Moura (2009), o perfil arcaico das relações entre Estado e sociedade em Alagoas tem trazido o continuísmo das mesmas medidas políticas que chegam à década de 2000. Para as autoras, mesmo aqueles governantes que em princípio surgem com propostas inovadoras, logo se acomodam às velhas estruturas e ficam a serviço do setor economicamente dominante.

As pesquisadoras, ao se reportarem especificamente às décadas de 1970 e 1980, revelam que o estado de Alagoas, à época, apresentava índices de analfabetismo superiores a 50% da população acima de 15 anos. No entanto, o atendimento escolar para essa idade só veio demonstrar preocupação maior nos primeiros anos de 1990, quando “A Secretaria de Educação do Município de Maceió passou a contar em sua estrutura física e organizacional com um

departamento específico para definir e coordenar ações na área de Educação de Jovens e Adultos” (FREITAS; MOURA, 2007, p. 130), apesar de continuar a existir o sistema supletivo⁷², que atuava por meio de convênios com o governo federal.

Como exemplo de proposta inovadora, cita-se a experiência em EJA vivida pela Secretaria Municipal de Educação de Maceió (SEMED), que sobreviveu por dez anos (1993-2003)⁷³, por meio do Departamento de Educação de Jovens e Adultos, da citada Secretaria, que teve como horizonte garantir a participação mais consciente dos sujeitos-alunos e professores. A partir de suas próprias escolhas, propunha que esses sujeitos tivessem condições de intervir na superação das relações sociais alienadas. Essa experiência, mesmo sendo localizada, demonstrou que é possível construir um trabalho com autonomia, pelo menos relativa, em Alagoas.

Nota-se, por meio dos estudos das autoras que, no estado de Alagoas, as ações voltadas para a educação de jovens e adultos não tiveram maiores espaços nas décadas de 1970 e 1980, uma vez que na Secretaria Estadual de Educação as ações voltadas para a EJA foram bem mais tardias, pois datam somente dos primeiros anos da década de 2000, quando implantou um setor denominando de Programa de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

Um documento institucional denominado *Mobral: uma solução para cada desafio*, traz relatos de atuação do Movimento em Alagoas no decorrer da década de 1970, configurando-se como uma das poucas memórias escritas sobre a vigência do órgão no estado. O documento destaca as dificuldades da Coordenação Estadual no recrutamento e manutenção dos alunos de alfabetização frequentando as aulas, como acontecia em todo o território nacional.

O referido documento destaca que a Coordenação Estadual programou, para alguns municípios, o acréscimo de um mês no período limite de alfabetização, acrescentando um sexto mês, direcionado para a educação para o trabalho, por meio da oferta de treinamentos para os Mobralenses. Isso, porque “[...] o processo de aprendizagem tornou-se [tornava-se] mais

⁷² O Ensino Supletivo visava à normatização dos exames supletivos de 1º e 2º graus e o desenvolvimento de vários projetos suplementares referentes à formação e à certificação de profissionais em nível de 2º grau. “[...] o Parecer n. 699/72 do Conselho Federal de Educação justificou a criação de um Sistema de Ensino Supletivo, paralelo ao Sistema de Ensino Regular, prevendo a criação de outro modelo de escola – os Centros de Ensino Supletivo (CES), existentes ainda em alguns estados”. (Fávero e Freitas, 2011, p. 376).

⁷³ O trabalho desenvolvido na EJA, no município de Maceió, durante dez anos (1993/2003), foi inspirado no formato desenvolvido em Porto Alegre, tendo como horizonte garantir a participação mais consciente dos sujeitos-alunos e professores, que a partir de suas próprias escolhas tivessem condições de intervir na superação das relações sociais alienadas (AMORIM; FREITAS; MOURA, 2009, p. 163).

funcional na medida em que os alunos tomavam conhecimento das características e requisitos de determinadas ocupações [...]”. (BRASIL [197-], p. 30). Pretendia o Mobral que essa articulação ajudasse os alunos nas escolhas dos cursos disponíveis no Programa de Profissionalização, a qual já me referi, implantado em 1973, ampliando-se para todos os municípios alagoanos.

Os escritos sobre o Mobral em Alagoas têm, como base, além das investigações acima citadas, fontes secundárias, existentes no Banco de Dados do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Alfabetização, pertencente ao Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas (Nepeal), realizado no recorte temporal de 1960-1980, em âmbito governamental, quando os sujeitos⁷⁴ entrevistados por Moura e Freitas (2007) deram maior ênfase ao Mobral, apesar de também existir, à época, o Sistema Supletivo da rede oficial.

Para as pesquisadoras, o Movimento estava fortemente presente na memória de desses sujeitos, e abriu margem para outras futuras pesquisas, a exemplo a de Silva (2013), bem como a curiosidade no sentido de um outro estudo, que ainda não aconteceu, sobre a existência da convivência paralela do Mobral com o Sistema Supletivo, ambos muito fortes na região, mas sem diálogo.

Freitas e Moura (2007), ao apresentarem a visão dos ex-secretários de educação do estado de Alagoas acerca da importância do surgimento do Mobral e sua atuação, destacam o depoimento do ex-secretário Murilo Mendes (1975-1978) que: “Caracterizou o Movimento como uma grande revolução: a grande jornada do Governo Federal foi a alfabetização dos adultos”, parecendo indicar que deixou contribuições à população alagoana, que dele fez uso.

No Banco de Dados do Nepeal encontrei, também, falas do ex-secretário Murilo Mendes, sobre a atuação do Movimento nos municípios alagoanos. Por exemplo:

Alguns municípios que tinham uma estrutura maior, alguns deles, eles participavam mais ativamente. Mas o estado [...] Penedo participava por [...] Até por uma tradição Penedo era [...] É uma cidade é [...] Pujante que tinha tido a economia próspera e conseqüentemente a [...] A [...] Uma elite que estava à frente das demais dos [...] dos outros municípios, inclusive Palmeira dos Índios, **Santana** [Ipanema] e Arapiraca.

Chamo atenção que, no relato acima, aparece o *locus* desta pesquisa – Santana do Ipanema – caracterizado como um local sem tradição no campo educacional.

⁷⁴ Secretários de Educação do período, ex-coordenadores e ex-alfabetizadoras do Mobral.

No que se refere à organização administrativa do Movimento em Alagoas, as pesquisadoras demonstram que havia a reprodução do modelo, padronizado em todo o país. Para um dos ex-secretários entrevistados: “As secretarias dos estados e dos municípios eram os gestores, mas o alimentador de tudo era o Governo Federal” (FREITAS; MOURA, 2007, p. 141).

Esse mesmo ex-secretário, segundo as pesquisadoras, deixa claro seu ponto de vista sobre as ações políticas implementadas pelo Mobral ao caracterizar o Movimento como uma “jogada de marketing” do governo autoritário do regime militar. “Para ele, era uma tentativa de chegar às camadas mais pobres que, às vezes, reagiam à ideia de governo ditatorial” (FREITAS; MOURA, 2007, p. 141), embora o estudo desta tese mostre que a população mais pobre não tinha consciência do que estava acontecendo à época, no Brasil. Nada alterava as suas vidas, sobretudo, no sertão alagoano, fato apontado em pesquisa anterior (SILVA, 2013).

Sobre essa atitude assistencialista do governo militar frente às massas desprovidas da conscientização, Freire (2011a, p. 76) esclarece que: “Toda vez que tente expressar-se livremente e pretenda participar é sinal de que continua enfermo, necessitando assim de mais ‘remédio’. A saúde para essa estranha democracia, está no silêncio do povo, na sua quietude. Está na ‘sociedade fechada’. No imobilismo”. (Grifo do autor).

No que concerne aos recursos financeiros, Alagoas tinha uma parcela significativa distribuída para as prefeituras de cada município. As atribuições gerenciais e pedagógicas, desde a seleção dos coordenadores e alfabetizadores dependiam, das relações de poder entre as forças políticas do estado e de cada município em particular (FREITAS; MOURA, 2007). Pode-se inferir que os convênios firmados nos âmbitos nacional e estadual e, conseqüentemente, com os municípios, permitiam aos gestores locais certo “poder”, que exercido sobre o povo, tornava os indivíduos cada vez mais passivos frente ao assistencialismo vigente. Como nos lembra Freire (2011a, p. 114): “Estas elites, [...] na proporção em que se encontram na vigência de seu poder, tendem a fazer silenciar as massas populares, domesticando-as com a força ou soluções paternalistas”.

No que diz respeito aos resultados apresentados na alfabetização de adultos que passaram pela alfabetização do Mobral em Alagoas, são oportunas as análises de Lima (2010, p. 83), acerca da atuação do Movimento no município de Maceió, quando a autora, em sua dissertação, destacou:

Não obstante a euforia da implantação do Movimento, ao final do desenvolvimento do trabalho que realizavam [...] o Mobral não satisfaz as expectativas. Deixando muitos analfabetos funcionais, porque quando os sujeitos aprendiam a desenhar o nome, já era o suficiente para os interesses das autoridades da época, que visavam ampliar a quantidade de eleitores.

Ficou explícita a perspectiva assistencialista do Movimento frente aos oprimidos das classes populares, pois ignorava a importância dos analfabetos enquanto sujeitos ativos em seus respectivos espaços sociais. Era importante para aquele Movimento a passividade dos indivíduos frente às determinações impostas pelo regime em vigor, sem que houvesse maiores tipos de intervenções das pessoas na esfera organizacional da sociedade. Nessa perspectiva, Freire (2011a, p. 78) denuncia que: “O assistencialismo faz de quem recebe a assistência um objeto passivo, sem possibilidade de participar do processo de sua própria recuperação”.

No estado de Alagoas, segundo Freitas e Moura (2007), são constatados dois posicionamentos contraditórios, acerca da atuação do Mobral no campo da alfabetização de adultos. O primeiro é que todos os ex-secretários entrevistados, nas suas avaliações finais, disseram que a atuação do Movimento configurou-se como negativa em Alagoas. E o segundo posicionamento é que para:

Os ex-coordenadores e ex-alfabetizadoras [...] a avaliação foi positiva sobre o movimento. Nas falas de todos encontramos elogios ao movimento, saudosismo pela extinção e reconhecimento do papel que exerceu em suas vidas – pessoal e profissional – e na vida dos alunos (FREITAS e MOURA, 2007, p. 143).

Posicionamento esse que coincide com as falas gravadas em Santana do Ipanema da ex-supervisora, ex-alfabetizadores e ex-alfabetizados, no âmbito da pesquisa de Silva (2013). É que para essas pessoas que participaram das ações do Movimento, por mais assistencialistas que fossem as ações, elas não as percebiam como tal e registraram que não deixaram de trazer contribuições a locais carentes de iniciativas educacionais e culturais. Isso, mais uma vez, demonstra que a ausência de políticas públicas deixou margem para esses sentimentos.

4.3 O Mobral no sertão alagoano

O sertão alagoano, assim como todo o estado de Alagoas, carrega estigmas históricos; não obstante, na região sertaneja essas marcas se agravam, uma vez que a prioridade, no processo de formação histórica das terras alagoanas, foi o atendimento do mercado externo com a produção da cana-de-açúcar nos engenhos. Restava à população menos favorecida o enfrentamento das secas periódicas do sertão.

Pelas suas condições geográficas, as terras do sertão foram as últimas a serem ocupadas, com o interesse na pecuária que encontrou sucesso na região do semiárido, ponto extremo das terras alagoanas, região que corresponde ao município de Mata Grande⁷⁵. Carvalho (2015, p. 20) destaca que essa ocupação se deu [...] com a distribuição de sesmarias em 1658, e no século seguinte, algumas de suas fazendas possuíam cerca de mil cabeças de gado e dezenas de escravos.

Carvalho (2015) esclarece que, com a ocupação do sertão, a paisagem formada em grande parte pela caatinga foi alterada, devido à chegada da pecuária. Nesse contexto, novas plantas foram incorporadas à vegetação para atender à criação dos animais, com destaque para o cultivo da palma forrageira e a plantação do capim: “Esses novos elementos passaram a compor a paisagem ao lado do angico, aroeira, baraúna, facheiro, juazeiro, macambira, mandacaru, quixabeira, umbuzeiro, xique-xique e outras plantas” (Carvalho, 2015, p.27).

A luta pela sobrevivência em terras do sertão é fortemente marcada pela submissão dos pequenos agricultores que, em terras geralmente tomadas de empréstimo, ainda tinham que, em meio às condições climáticas, lutar por uma colheita que fosse capaz de sustentar uma família, geralmente numerosa, durante o ano inteiro.

Por outro lado, os que se aventuravam a deixar o sertão, arriscando novas perspectivas de vida, encontravam os entraves do padrão de organização da produção, que deixava as classes populares dependentes nas usinas e também na indústria têxtil, com o “[...] uso massivo do trabalho de mulheres e de crianças.” (VERÇOSA, 2006, p. 92). O autor enfatiza que esse ranço histórico fez Alagoas chegar do meio para o fim do século XX com um imenso contingente de pobres e laboriosos, completamente dependentes. No sertão, essa dependência estava atrelada a presença do coronelismo, em que “[...] o coronel é o proprietário de terras que sustenta, protege e socorre os seus agregados, exigindo, em troca, obediência e fidelidade” (CARVALHO, 2015, p. 258).

Essas revelações reportam-me à crise enfrentada pelos sertanejos na década de 1970, momento em que o sertão nordestino passava por uma desoladora situação de fome, sede e

⁷⁵ Situada na Mesorregião do sertão Alagoano. De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). Mata Grande conta com uma população de 24.698 habitantes, com área territorial de 910,37 km² e densidade demográfica de 27,13 hab./km². O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) – Mata Grande é 0,504, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Baixo (IDHM entre 0,500 e 0,599). (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2013).

propagação de doenças entre a população rural e nos animais. Sobre esse contexto Melo, F. e Melo, D. (1976, p. 72) informam que, em Santana do Ipanema, as condições de sobrevivência se agravaram: “A cidade se enchera de mendigos e a SUDENE [Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste], em colaboração com as autoridades, fornecia água em caminhões para o povo em diferentes lugares, rodando noite e dia sem parar”.

A partir desse contexto de pobreza e de luta pela sobrevivência, as ações do Mobral, ainda que alienantes e assistencialistas, apresentavam-se para o povo sertanejo e, no caso específico de Santana do Ipanema, como a única oportunidade de alfabetização, embora mecânica e sem a intenção de politização dos sujeitos, uma vez que suas ações eram fruto do regime militar em vigor (SILVA, 2013). Além das ações de alfabetização, foram imprescindíveis naquele contexto, também, as demais iniciativas que aos poucos foram sendo implementadas, no campo da profissionalização, da saúde e da cultura, entre outras.

Nesse contexto, a educação escolar era considerada artigo de luxo, pois era preciso garantir primeiro a sobrevivência. A escola era algo ainda distante da realidade de muitos sertanejos no transcorrer do século XX. Craveiro Costa (2011, p. 115) conta um pouco dessa realidade quando descreve a presença da escola rural em terras alagoanas: “Dizem ao homem do campo que ele deve mandar os filhos à escola mais próxima. E ele automaticamente os manda, embora lamente ter de privar-se do auxílio dos meninos maiores às suas canseiras agrícolas”.

O abandono escolar de quem frequentava a escola nessas condições é algo muito provável, pois os sentidos estavam voltados para a sobrevivência; a escola pouco sentido fazia quando se tinha necessidades básicas descuidadas. Nessa trilha histórica chegou-se à época do Mobral, em um contexto histórico marcado por profundas limitações econômicas na região sertaneja, especificamente no município de Santana do Ipanema.

Em relação à memória escrita, tivemos acesso nas incursões no campo de investigação, ao livro de Melo, F. e Melo, D. (1976), escritores da localidade, que mencionaram, no campo educacional, três ações ocorridas no município de Santana do Ipanema, a partir da iniciativa do então prefeito Henaldo Bulhões, na década de 1970. Foram elas:

- Convênio com a Secretaria de Educação de Alagoas, e com verba federal do exercício de 1970, [para] construção [de uma] Unidade do Ensino Primário;
- Apoiou o Mobral em 1971, através da rede escolar do município para alunos adultos em horário noturno;

- Providenciou, e realizou o curso de aperfeiçoamento para as professoras no colégio estadual local, dando hospitalidade aos mestres, supervisores e professoras vindas da capital do estado. (MELO, F.; MELO, D., p. 72-73).

Dos itens acima citados, o segundo, que se refere ao início das atividades do Mobral a partir do ano de 1971, demonstra que oficialmente, a implantação do Movimento, no município de Santana do Ipanema foi demarcada, sendo a primeira coordenação do sertanista professor Alberto N. Agra⁷⁶ considerada por todos da região muito dinâmica. Nomeado como comumente se fazia, por indicação política, contou com a conivência da Igreja Católica e teve uma atuação que se estendeu também aos municípios circunvizinhos.

Isso coincide com as narrativas da ex-supervisora de área de Santana do Ipanema ao dizer que, embora tenha assumido suas atividades no Movimento em 1975, tem certeza de que tudo começou em Santana em 1971, quando da assinatura do convênio entre a prefeitura e o Mobral estadual.

Os autores Melo, F. e Melo, D. (1976) narram, com muita apologia que o prefeito, à época, respondeu imediatamente ao chamado nacional do governo militar, realizando a mobilização no mesmo ano, voltada para aqueles adultos que não tiveram a oportunidade de estudar durante a infância.

A ex-supervisora de área de Santana do Ipanema revelou que a mobilização dos sujeitos sertanejos, para o PAF inicialmente, tentou trazer alunos do campo para a cidade. Isso gerou muitas dificuldades devido, sobretudo, às difíceis condições de acesso entre as zonas rural e urbana, e pela falta de transportes, considerando principalmente que as aulas do Mobral aconteciam no período noturno, depois de uma cansativa jornada de trabalho.

Na época, havia muitas implicações entre o rural e o urbano. Implicações essas, tanto de ordem psicossocial e afetiva, como político-ideológica, uma vez que essa proposta de deslocamento, no nosso entendimento, deve ter contribuído para baixar a autoestima e ter, também, aumentado a sensação de impotência diante das dificuldades de deslocamento daqueles sertanejos da zona rural, que estavam sendo provocados a alfabetizar-se, o que nunca tinha acontecido na região.

⁷⁶ Em 1972, sob a direção do Padre Luiz Cirilo e, em 1973, pela inspetora do Ensino Primário, nesta cidade de Santana do Ipanema, Diva Alcântara. (MELO, F, e Melo, D., 1976, p. 103).

Complementam, Melo, F. e Melo, D. (1976, p. 103), que “As aulas foram ministradas aos adultos, por alunas do curso pedagógico⁷⁷ e professoras primárias que atuavam pelo dia com crianças”. Não se pensava:

Que ensinar a ler e a escrever carece atenção dos formadores de alfabetizadores e daqueles que os recrutam: adquirir práticas de letramento não é uma panaceia universal para se formar um alfabetizador competente na sua área de especialização – a escrita – mas sem ela não há nenhuma possibilidade de mudar um pouco o quadro desanimador de uma população, a cada geração renovada que vive excluída das instituições democráticas e não porque (e não só porque), não consegue ler e escrever (KLEIMAN, 2000, p. 38).

Isso ainda é uma realidade presente nas Campanhas de Alfabetização de Jovens e Adultos, existentes em pleno século XXI, a exemplo do Programa Brasil Alfabetizado (PBA), na região do sertão.

Os estudos de Silva (2013) mostraram que em 17 de junho de 1971, registrou-se a primeira formatura dos mobralenses do município de Santana do Ipanema, considerados alfabetizados, conceito que na época, significava ter rudimentos sobre a leitura, escrita e cálculo, além de ter aprendido a desenhar o próprio nome, garantindo pelo menos um número significativo de eleitores.

A ex-supervisora de área informou que o município de Santana do Ipanema, sendo um dos municípios polo, teve o privilégio de desenvolver todos os programas do Mobral Nacional, que conveniava com o estado de Alagoas e este com os municípios. Segundo a interlocutora, o Mobral em Santana do Ipanema começou com: “A alfabetização”, que era a grande articuladora, e em seguida surgiram outros programas como: “[...] como o Infantil, o Mobral Cultural, tinha o PES que era da saúde, [...] PEI que era o Programa de Educação Integrada [...]” (JENIUZA SOARES DE MELO).

A interlocutora menciona que, além do PAF, os programas de maior repercussão no sertão alagoano foram o Mobral Cultural e aqueles voltados para a saúde e a continuidade dos estudos. Ao falar enfaticamente sobre o Mobral Cultural e outras ações, a entrevistada descreveu um pouco sobre como fazia a mobilização dos santanenses, tanto no campo, como na cidade, por meio do trabalho realizado no Posto Cultural e na Mobralteca:

O Posto Cultural, que era uma biblioteca; então vinham os livros bons de história, coleções [...] as bibliotecas para ser trabalhado com as professoras de alfabetização e comunidade, e também foi criada a Mobralteca; era uma biblioteca móvel, então era

⁷⁷Denominado atualmente de Curso Médio Normal.

feito um cronograma em nível de estado e essas Mobralecas vinham para os estados, para as cidades do interior, onde tinha condições de receber [...] nem todos os municípios recebiam, porque os municípios não tinham condições de acesso. (JENIUZA SOARES DE MELO).

Destaca a ex-supervisora entusiasmada que: “Além da biblioteca; ele [Mobral] desenvolvia o quê? [...] Programas culturais, apresentações é [...] resgatando os valores da terra, aula de pintura, sabe? Para as crianças, e era assim, movimentava a cidade, era uma festa! ”. Constatou-se a relevância das ações desenvolvidas pelo Movimento no âmbito cultural, sobretudo, na valorização da cultura local.

Retomarei as discussões em torno das ações culturais desenvolvidas pelo Mobral na próxima seção, em que apresentarei o Programa Mobral Cultural de forma mais detalhada.

5 O MOBRAL CULTURAL

Dia de sábado, Dia de feira
 A praça do mercado cheinha de gente!
 As barracas de venda
 Com as lonas estendidas no sujo do chão
 As tendas cobertas de peri-peri.
 Sol. Poeira! ...
 Suor, gritaria.
 O povo chegando,
 O povo falando, Zum, zum, zum, zum...
 Cavalos com caçuás carregados de mercadorias
 [...]
 Gente do mato, gente da rua,
 Gente que compra
 Gente que vende
 E gente não faz nada!
 Rolos de fumo, Gamelas de pau
 [...]
 — Oia a jaca de Barro Branco! — Oie a pinha da “Parmeira”! ...
 — Ah! imbusada gostosa.
 Sacos de farinha de mandioca,
 De feijão, de milho, Panela de barro,
 Urupemas, abanos de palha,
 Vassoura de piaçava
 [...]

Dia de feira, poema de Théó Brandão (in: Rocha, 1988, p. 160-161)

O folclorista alagoano Théó Brandão descreve no poema *Dia de feira*, um pouco da cultura do povo alagoano, sobretudo do povo que habita as pequenas cidades do interior do estado. Em Santana do Ipanema, como já vimos na primeira seção, o sábado é o dia reservado para essa confraternização semanal que acompanha o nascimento e desenvolvimento de muitas cidades, inclusive garantindo o intercâmbio cultural entre elas, por meio das produções materiais e artísticas.

No sertão a feira é o principal espaço que consegue traduzir a riqueza cultural do povo. Evento que consegue concentrar os aspectos relacionados às produções culturais que cada comunidade cria; os utensílios domésticos, quase sempre artesanais; os alimentos, frutas, verduras e carnes, além dos virados, queijos e doces caseiros; os produtos da agricultura, muitas vezes escassos pela falta das chuvas; e as expressões da cultura popular alagoana que, por vezes, aparecem nos dias de feira: bandas de pífanos, grupos de reisados, emboladores, literatura de cordel, violeiros e repentistas, entre outros. Tal qual como expressa a epígrafe que abre esta seção.

Entendendo o Mobral como forte reprodutor dos interesses ideológicos da Ditadura civil-militar que vigorava à época, com tentativas de controle sobre o povo sertanejo e, ao mesmo tempo, entendendo os sertanejos como sujeitos ativos, que utilizam suas táticas ao receberem as influências culturais oriundas das regiões mais desenvolvidas do país, apoio-me em Certeau (2011b, p. 39) para “[...] analisar a sua manipulação pelos praticantes que não a fabricaram”, objetivei neste trabalho compreender, a partir da tessitura das histórias e memórias, como os sujeitos do sertão alagoano experienciaram e ressignificaram as ações culturais desenvolvidas pelo Mobral no contexto de Ditadura civil-militar.

Essa compreensão levou-me, a partir das narrativas de interlocutores, participantes desta pesquisa, advindas das fontes orais e visuais tentar responder: **quais foram as contribuições e ressignificações experienciadas pelos sujeitos sertanejos, no campo das ações culturais do Mobral no município de Santana do Ipanema-AL (1973 – 1985)?** Nesse contexto, duas categorias centrais sobressaíram, para análise.

A primeira trata da **ressignificação**, entendida como as *maneiras de fazer* que nas palavras Certeau (2011b, p.41), “[...] constituem as mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas de produção sociocultural”, ou seja, os sentidos atribuídos em suas culturas às ações apresentadas pelo Programa Mobral Cultural na comunidade sertaneja. A segunda categoria, **contribuições**, ou seja, o que os sertanejos conseguiram recriar a partir da apropriação das culturas diferentes com ênfase nas mudanças que ocorreram com os sujeitos que participaram das atividades realizadas pelo Mobral Cultural.

Para análise dessas categorias, lancei mão das narrativas presentes nas experiências das pessoas que participaram das ações culturais do Mobral, dialogando com Benjamin (2012, p. 217) que nos ensinou que “o narrador retira o que ele conta da experiência: de sua própria experiência ou da relatada por outros. E incorpora, por sua vez, as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes”. Nesse sentido, os acontecimentos vivenciados pelos sujeitos partícipes do Mobral Cultural são tidos nesse estudo como extremamente valiosos, pois trazem em si as marcas dos acontecimentos experienciados na comunidade sertaneja.

Nessa análise, tive sempre o entendimento de que os sertanejos, nas suas singularidades, são sujeitos que reinventam em sua cultura novos sentidos e significados a partir dos elementos culturais que lhe são apresentados. É que cada sertanejo participante, à época das atividades culturais do Mobral apropriou-se daquelas ações, recriando-as, dando-lhes novos sentidos, que vão além dos propósitos previamente estabelecidos pelo Movimento. Em outras palavras, as ações que foram pensadas para atingir um coletivo, certamente foram ressignificadas de forma

diferente por cada sertanejo, “[...] pois o social não se reduz ao coletivo ou ao geral porquanto se encontra nas dobras as mais singulares de cada indivíduo ” (LAHIRE, 2013, p. 16).

Esta seção está composta por três momentos que se complementam. No primeiro, momento apresento os aspectos fundamentais para o entendimento do Programa Mobral Cultural, com ênfase na sua chegada à comunidade sertaneja. Em sequência, enfatizo os aspectos ligados à operacionalização do Programa, dando ênfase ao mapeamento cultural dos municípios brasileiros e ao trabalho desenvolvido pelas unidades operacionais do Programa: Posto Cultural e Mobralteca. Por fim, destaco os subprogramas do Mobral Cultural, com ênfase em suas finalidades.

Para além das fontes orais e visuais – entrevistas e fotografias –, a composição desta seção contou com o apoio de documentos institucionais do Mobral, organizados pelo Núcleo de Estudos e Documentação em Educação de Jovens e Adultos (Nedeja/UFF) e de documentos do acervo do Centro de Referência e Memória da Educação Popular e Educação de Jovens e Adultos (CReMEJA/Uerj). Destacam-se, também contribuições de autores como: Bosi A. (1992); Corrêa (1979); Faria (1977); Jannuzzi (1987); Paiva, V. (2003), entre outros.

5.1 A chegada do Mobral Cultural à comunidade sertaneja

O Mobral Cultural teve seu lançamento em 1973 na perspectiva de educação permanente que o Movimento defendia, voltado para o desenvolvimento de ações culturais, procurando envolver os Mobralenses advindos do PAF e do PEI, uma vez que a atuação dessas pessoas não deveria limitar-se à sala de aula. Buscava, com isso, a integração dos que passaram pelo processo de alfabetização na continuidade dos estudos, bem como a comunidade em geral, a partir da valorização das expressões culturais que estes sujeitos possuíam. Concebia a ação cultural como “Complementação da ação pedagógica, preenchimento sadio das horas de lazer e valorização ou descoberta das potencialidades criativas do homem” (CORRÊA, 1979, p. 241-242). Nesse sentido, tinha como objetivo:

Envolver o Mobralense e a comunidade em que ele vive, tentando integrá-lo nessa mesma comunidade com sua bagagem de cultura oral, acrescida das técnicas recém adquiridas para ler, escrever e contar. Por outro lado, a atitude receptiva da comunidade usufruiria, da participação desses elementos novos, fluxos que auxiliariam o processo de integração. (CORRÊA, 1979, p. 241).

Para Paiva, V. (2003, p. 382), os programas do Mobral foram estratégias de sobrevivência institucional do órgão, que encontrava legitimidade e autonomia na vigência dos governos autoritários: “Um grande sistema de educação permanente a serviço da segurança interna do regime e do sistema de dominação era a grande tarefa do Mobral”.

No que se refere à apropriação do Movimento sobre o ideário da educação permanente, um documento institucional do Mobral, de 1975, apresenta o surgimento do Programa de Ações Culturais como um desdobramento dos objetivos do Mobral. Vejamos o que diz o documento:

Impunha-se a necessidade de complementar os programas já existentes através de projetos que continuassem a promover as condições para o desenvolvimento do indivíduo, num processo contínuo. Além disso, o Mobral está tentando encontrar novas fórmulas de atuação que não se esgotem na sala de aula, mas que ultrapasse esse limite, se tornando um processo para toda a vida. (BRASIL, 1975, p. 51).

A apropriação do conceito de educação permanente feita pelo Mobral vem acompanhada de alguns equívocos reducionistas. O *ir além da sala de aula* não dá conta da amplitude do conceito. Para Furter (1972), a proposta de educação permanente não poderia ser tida como um acréscimo aos sistemas educacionais já existentes: “Não se pode definir a Educação Permanente a partir do sistema vigente, porque este sistema está totalmente viciado. É o sistema que deve ser reconstruído, a partir da Educação Permanente.” (FURTER, 1972, p. 136),

Apropriando-se do conceito de educação permanente, a sua maneira, o Mobral Cultural estendeu-se rapidamente pelo Brasil. Faria (1977, p. 43) comentando o lançamento e a aceitação desse Programa pelos municípios, afirma: “[...] foi magnífica, pois cerca de 2.000 municípios informaram, em apenas 15 dias, o seu desejo de participar do programa, oferecendo locais para utilização dos futuros postos culturais”.

Um dos aspectos que aparece nos documentos do Programa de Atividades Culturais do Mobral encontrados durante a pesquisa é a “democratização” da cultura do país. Mas, as publicações não escondem que um dos principais objetivos do Programa era impedir a regressão ao analfabetismo e a diminuição das evasões e das repetências, além da propagação do Movimento nas comunidades.

Em Alagoas, esse trabalho foi intenso, pois, como narra um dos interlocutores, a evasão nas turmas de alfabetização do PAF e do PEI era um problema a ser combatido e, dessa forma:

A atividade principal [do Mobral Cultural] era sustentar o aluno em sala de aula, por conta da evasão escolar [...] na área de plantio de cana [...] na época das roças no sertão [...] o pessoal que migrava para outras cidades, em busca de trabalho! Aí o

objetivo maior da área cultural na época era mobilizar aquela comunidade para manter o aluno em sala de aula, que era uma média de 30 alunos. (JOSÉ PETRUCIO DE OLIVEIRA SILVA).

O depoente, que à época exercia a função de animador das ações culturais do Mobral, visitando as comunidades alagoanas do litoral ao sertão, confirmou que, no Movimento, a ênfase primordial era a mobilização das comunidades no combate à evasão. Ao se reportar à região sertaneja de Alagoas, José Petrucio destacou que o trabalho foi intenso:

Tanto nas cidades [como na] zona rural. Mas. [...] o forte era a zona rural! Porque na cidade geralmente já existia aquelas escolas municipais, aquelas coisas da rede municipal de ensino né? Mas o foco maior era na zona rural. Onde a evasão era total. Você começava bem! Daqui a pouco de trinta só tinha dez, era brabo! Era brabo! [...] (JOSÉ PETRUCIO DE OLIVEIRA SILVA).

A fala demonstra a demora na implantação de políticas públicas essenciais na zona rural do sertão, algo ainda recorrente, sob a desculpa do difícil acesso. Cabe lembrar que, naquele contexto histórico, as áreas rurais, diferentemente de hoje, eram muito povoadas. Santos, M. (2012) diz que o homem do campo é menos titular dos direitos que a maioria dos homens que vivem na cidade. Nas palavras do autor, isso ocorre porque: “[...] os serviços públicos essenciais lhe são negados, sob a desculpa da carência de recursos para lhe fazer chegar a saúde e a educação, água e eletricidade para não falar de tantos outros serviços essenciais.” (SANTOS, M., 2012, p. 42).

Na continuidade da conversa, nosso narrador ratifica as afirmações do autor, esclarecendo que nas cidades já existiam algumas escolas, deixando soar a ausência de estabelecimentos de ensino nas comunidades rurais. Fato que é corroborado por Costa (2011, p. 117), quando se referindo ao direito à educação, afirma: “O sertanejo é o produto de um abandono secular”.

Os relatos do ex-animador das atividades culturais do Mobral me permitiram interpretar a abrangência das ações do Mobral, quando marcadamente pelos seus interesses políticos e ideológicos, o Movimento chegou às comunidades mais remotas do sertão alagoano. A mobilização da comunidade referendada pelo depoente configurava-se como ponto central nas atribuições do Movimento. Nesse sentido, o desenvolvimento do Programa de Atividades Culturais era um dos principais fatores dessa mobilização que visava a estimular o desenvolvimento de atividades culturais nas áreas menos desenvolvidas, por meio do:

Atendimento a todos os Estados e Regiões através de distribuição geográfica e espacial, porque:

- evita-se a concentração em áreas mais favorecidas;
- valoriza-se as tradicionais culturas da região;

- acelera-se um processo de democratização da cultura. (BRASIL, [197-], p. 2-3).

Esse trabalho de mobilização dava-se pela interação entre a Encarregada da Área de Mobilização (EMOBE), responsável por fazer a chamada da população para acesso ao processo de alfabetização, em articulação com a Encarregada de Supervisão Global (ENSUG).

Conforme a narrativa de Maria do Carmo Cabral de Araújo, ex-supervisora estadual que trabalhava na área do sertão, existia uma articulação nos trabalhos que eram desenvolvidos por todos os programas do Mobral. Lembrou o suporte dado às supervisoras de área:

Nós que éramos da supervisão [estadual] tínhamos reuniões mensais com os supervisores de área onde era feito o planejamento mensal deles, [...] eram reuniões mensais onde inicialmente a Coordenação Estadual se reunia com a supervisão onde se trabalhava a parte pedagógica e os programas de alfabetização, de educação integrada, a área de saúde, Programa de Educação Profissional, Programa Cultural, todos os programas, área financeira, todos os programas do Mobral; o supervisor de área era a pessoa responsável pela execução e encaminhamento dos programas a nível de Município. (MARIA DO CARMO CABRAL DE ARAÚJO).

A fotografia, a seguir, corrobora as narrativas orais, trazendo “[...] informações, dimensões e relações que as verbalizações não têm condições de proporcionar.” (LEITE, 1993, p. 149). Demonstra a chegada da Comissão de supervisores estaduais no sertão alagoano no ano de 1979.



Figura 12 – *Chegada dos supervisores estaduais no sertão para o encontro de Supervisores de Área – agosto de 1979.*

Fonte: Arquivo pessoal de Maria do Carmo Cabral de Araújo.

As viagens da capital do estado ao sertão, no caso específico Santana do Ipanema, eram exaustivas; o percurso leva no mínimo três horas, o que justifica o uso do travesseiro que aparece, na foto, na mão de uma das supervisoras, provavelmente utilizado para “tirar alguns cochilos” durante a viagem de Kombi, que não é um dos automóveis mais confortáveis, ainda mais quando a viagem é feita por um grande grupo de pessoas e os espaços ficam reduzidos.

O objetivo da viagem, segundo a ex-supervisora estadual, era a realização das reuniões mensais. Nessa ocasião, os representantes de todos os municípios de determinado polo⁷⁸ encontravam-se para definir o planejamento das ações. Nessas ações eram previstos os processos de mobilização para as visitas da Mobralteca.

As ações do Mobral Cultural norteavam-se nos princípios de “democratização” da cultura, dinamização da criatividade e intercâmbio cultural e valorização do homem e da cultura local. (CORRÊA, 1979). A estrutura operacional do Programa Mobral Cultural funcionava em três níveis de atuação: nacional, estadual e municipal, desenvolvendo suas atividades por meio de duas unidades operacionais: o Posto Cultural e a Mobralteca, iniciativas que serão apresentadas ainda nesta seção.

5.2 Mapeamento cultural dos municípios brasileiros

Com a intenção de conhecer a pluralidade da cultura brasileira, o Mobral Cultural editou um mapa cultural de todo o território nacional, abrangendo dados como: folclore, artesanato e patrimônio histórico de cada região. Esse mapa registra os aspectos culturais, por localidade: municípios, distritos, vilas, entre outros. Nesse sentido:

[...] tudo se tornou possível porque, ao tempo em que se debruçava sobre os municípios para a tarefa de alfabetização, o Mobral empreendia a sondagem cultural na variação dos gêneros artísticos, das reservas naturais e do patrimônio histórico. E, se a alfabetização provocou a sondagem – que, por sua vez, gerou o MAPA CULTURAL -, poder-se-á dizer que reflete, em termos regionais de criatividade popular, um dos lados mais poderosos e vivos da realidade cultural brasileira. (Mobral, 1980, p. 5).

A seguir, o mapa cultural do estado de Alagoas, elaborado pelo Mobral em parceria com o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e o Centro Cultural (CECUT/Mobral Central)

⁷⁸ A área do sertão era dividida em cinco polos, com suas respectivas cidades sedes: Santana do Ipanema, Pão de Açúcar, Olho d'Água das Flores, Mata Grande e Delmiro Gouveia. Cada um desses polos agregava de três a quatro municípios. O polo de Santana do Ipanema comportava os municípios de Ouro Branco, Poço das Trincheiras e Maravilha.

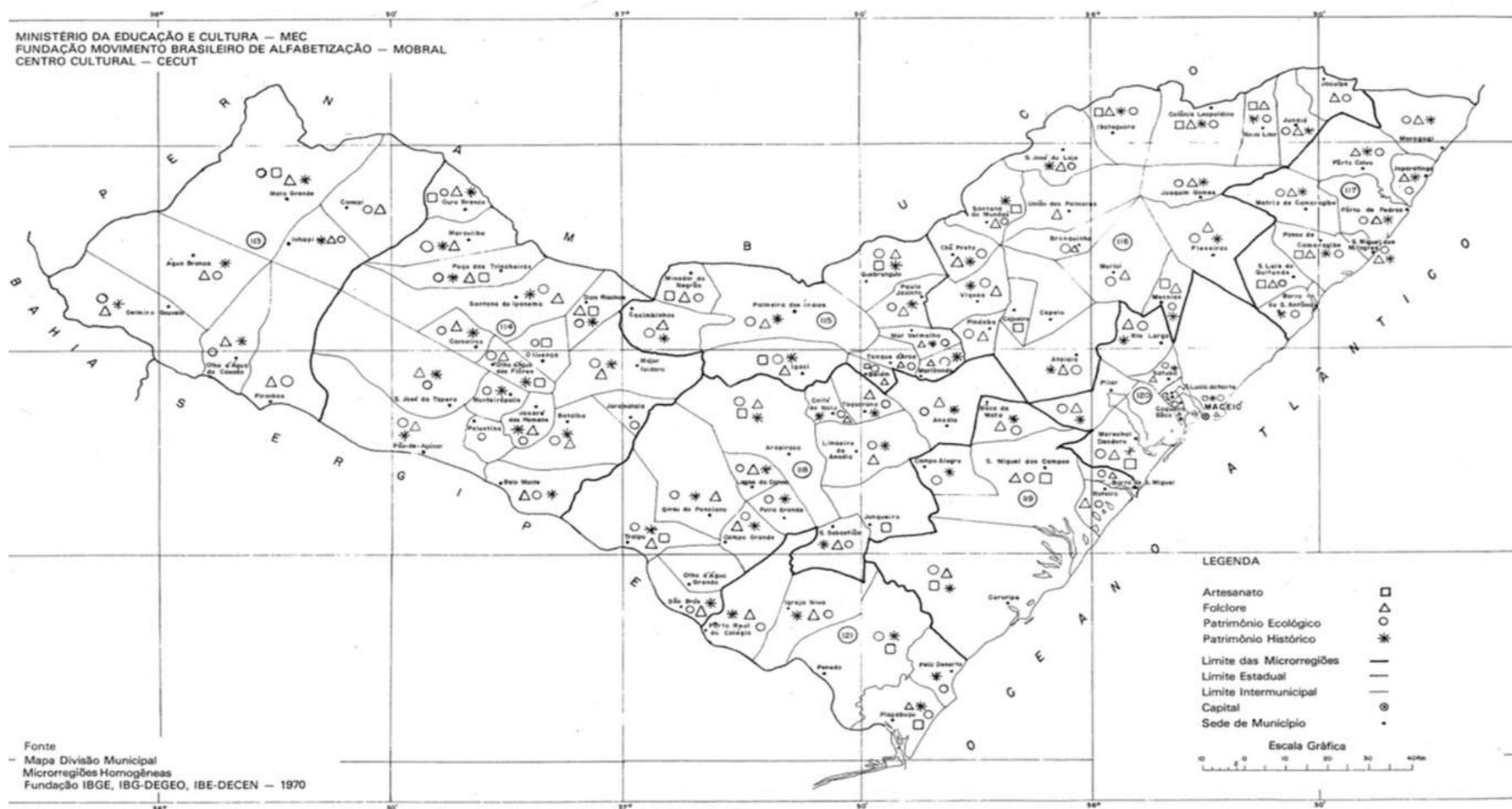


Figura 13 – Mapa cultural dos municípios alagoanos.
 Fonte: BRASIL (1980).

Na fase inicial, o Programa preocupou-se em levar às comunidades a cultura erudita; em outras palavras, tentou impor uma cultura singular “[...] como se existisse uma unidade prévia que aglutinasse todas as manifestações materiais e espirituais do povo brasileiro.” (BOSI A., 1992, p. 308). Fica claro, nas palavras do autor, a impossibilidade de unidade em qualquer forma de sociedade da modernidade, composta por classes sociais distintas.

O pesquisador recomenda o termo culturas brasileiras, salientando a necessidade de evolução da concepção de cultura no singular para cultura no plural. Segundo ele, os critérios utilizados para a definição de cultura são passíveis de mudanças. Nessa perspectiva, argumenta: “Pode-se passar da raça para a nação, e da nação para a classe social (cultura do rico, cultura do pobre, cultura burguesa, cultura operária), mas, de qualquer modo, o reconhecimento do plural é essencial” (BOSI A., 1992, p. 309).

Só depois de um tempo é que o Movimento despertou para a pluralidade cultural do país, passando a incentivar as manifestações culturais. O próprio Mobral registra esse movimento:

[...] àquelas comunidades as manifestações culturais típicas da sociedade urbana, da classe média, com ênfase na literatura, artes plásticas, música e teatro. A seguir o fluxo se passou a fazer também no sentido inverso, estimulado por inúmeros concursos que o Mobral promoveu, visando à preservação e o incentivo às formas culturais mais caras ao povo humilde, mas extremamente criativo desse Brasil: o artesanato, o folclore, ganharam, assim um espaço crescente em nosso programa. (BRASIL, 1980, p. 4).

É possível notar, a partir do mapa cultural que, o Programa passou a se interessar pelos aspectos da cultura popular do povo alagoano, levantando dados referentes ao artesanato, ao folclore, ao patrimônio ecológico e ao patrimônio histórico de cada município. Obviamente, o mapeamento feito pelo Mobral Cultural não conseguiu dar conta das peculiaridades inerentes aos modos de vida do povo sertanejo, sua religiosidade, suas crenças, seus rituais e celebrações; seus costumes. Certamente muitas dessas tradições dos sertanejos passaram a ser conhecidas pelo Mobral a partir do trabalho desenvolvido nas unidades operacionais – Posto Cultural e Mobralteca – que, conseguiram estabelecer um contato mais direto com o povo, como veremos no subitem a seguir.

5.3 Unidades operacionais do Programa

A implantação do Programa Mobral Cultural se deu de forma gradativa em todo o país por meio de duas unidades básicas: o Posto Cultural e a Mobralteca. Sendo uma de caráter fixo

– o Posto Cultural, e a outra de caráter itinerante – a Mobralteca. Estas duas unidades operacionais recebiam apoio dos seguintes subprogramas: literatura, publicações, teatro, cinema, música, arte popular e folclore, rádio, patrimônio histórico e cultural, reservas naturais, artes plásticas e televisão.

5.3.1 O Posto Cultural

O Posto Cultural, também, conhecido como unidade operacional fixa, mantinha as atividades culturais permanentes, dirigidas à comunidade e reforçava os programas pedagógicos, com ênfase nas estratégias de mobilização. Destinando-se também ao envolvimento das pessoas da comunidade e dos Mobralenses em atividades de lazer. Sua implantação deu-se por meio de secretarias de educação e cultura, fundações e órgãos culturais dos estados/territórios⁷⁹ e pelos municípios, a partir do convênio com as prefeituras.

Um dos textos institucionais do Mobral, denominado de *Documento básico*, datado de 1975, apresenta as finalidades do Posto Cultural descrevendo que foi criado para tornar-se um centro de informação, diversão e consulta, agindo como:

- Ponto de encontro dos Mobralenses, local onde se sintam à vontade e sejam incentivados a uma participação ativa na vida cultural de sua comunidade;
- Centro promotor de atividades culturais de qualquer natureza, visando a estimular as iniciativas locais e favorecer o intercâmbio com outras comunidades;
- Centro de leitura e pesquisa;
- Núcleo de preservação e incentivo ao folclore, através de apresentações e divulgação dos diversos tipos de arte popular nas suas formas mais diversas (artesanato, conjuntos regionais, bandas, dramatizações etc.);
- Fonte de informações culturais e específicas para os alfabetizadores, visando à ampliação de seus conhecimentos e sua melhor qualificação para atuar nas classes;
- Polo de coleta de dados e registros referentes à cultura da localidade e/ou da região, servindo, assim, aos objetivos de pesquisa, avaliação e documentação do Mobral CULTURAL. Esse registro contribuirá não para a realimentação dos próprios subprogramas como também para o mapeamento cultural do país;
- Local de recrutamento de analfabetos e alfabetizadores;
- Centro de informações e divulgação de todos os programas do (BRASIL, 1975, p. 53).

Em meio ao montante de incumbências listadas acima, o objetivo central era estimular as manifestações culturais existentes nas comunidades tais como: grupos de danças, grupos musicais, artesanato local, teatro, entre outros. O apoio dado aos postos culturais era efetivado pela passagem das Mobraltecas nos municípios.

⁷⁹ Como essa ação se passa antes da promulgação da Constituição Federal de 1988, o país ainda tinha uma organização política com estados e territórios (federais). Por isso, nesses territórios, a Coordenação era denominada Territorial, e não Estadual. Este era o caso de Acre, Rondônia (torna-se estado em 1982), Roraima, Amapá e Fernando de Noronha (que se integra ao estado de Pernambuco, e não se torna um estado, não tendo também Coordenação Territorial).

O Posto Cultural recebia do Mobral Central material cultural e didático-complementar, além de equipamentos técnicos para dinamizar o atendimento aos demais programas do Mobral, bem como a viabilidade das ações culturais que eram desenvolvidas junto às comunidades.

Um fator marcante para otimização das ações culturais era a presença de equipamentos musicais nos Postos Culturais, pois muitos sertanejos que participavam dessas ações não possuíam seus próprios instrumentos, como rememora em suas narrativas o ex-supervisor de área do município de Pão de Açúcar:

Nessa questão cultural os instrumentos musicais que o Mobral enviava era sanfona, era acordeom, era pandeiro [...] tinha instrumento musical para trabalhar com essas comunidades, ficavam ali à disposição da Comissão. O Mobral, ele doava esses instrumentos para o município, o município não pagava um centavo sequer por isso. Eles entregavam à Comissão Municipal [...] essa Comissão dispunha de instrumentos musicais justamente para essas ações, justamente para incentivar, para apoiar essas manifestações nas comunidades. Aqui em Pão de Açúcar a gente tinha o oito baixos⁸⁰, tinha o acordeom, tinha violão, tinha tudo! Tudo isso ficava no Posto Cultural. (HÉLIO FIALHO).

Os relatos referentes aos artistas da terra que não possuíam instrumentos musicais são recorrentes nas falas dos depoentes que participaram desta pesquisa. Evidenciando as contribuições do Programa, Hélio Fialho esclareceu que em muitas apresentações os instrumentos disponibilizados pelo Posto Cultural e pela Mobralteca eram a única maneira de os instrumentistas fazerem suas apresentações ou ensaiarem novas canções no próprio Posto Cultural.

Os trabalhos realizados no Posto Cultural partiam das manifestações culturais locais e do interesse revelados pela própria comunidade. A Comissão Municipal tinha, nesse sentido, a incumbência da mobilização da comunidade tanto da cidade quanto do campo. As Comissões Municipais seguiam as seguintes orientações:

- elaborar a programação mensal para o Posto Cultural, adaptando-a à realidade local;
- fazer despertar no Mobralense, em especial, e na comunidade, em geral, o interesse pela frequência ao posto cultural;
- informar mensalmente às Coordenações Estaduais/Territoriais sobre o funcionamento do Posto, solicitando informações e/ou encaminhando sugestões;
- supervisionar e coordenar o funcionamento do Posto no Município;
- não havendo convênio com secretarias ou outras entidades, indicar o Animador (ECULT), supervisionar o seu desempenho e zelar pela conservação do material do posto;
- para atividades ligadas ao Mobral Cultural, a Comissão Municipal deve contar com o apoio da prefeitura, que colabora fornecendo local adequado para o posto e, quando possível, remunerando o Animador. Ressalta-se que este é o único elemento da COMUN com horário obrigatório de trabalho. (BRASIL, 1975, p. 54).

⁸⁰ Pequena Sanfona, caracterizada pela sua estrutura composta por 21 botões para a mão direita e 8 botões para a mão esquerda. Também conhecida como acordeon de 8 baixos ou fole de 8 baixos.

Percebe-se que as atribuições das Comissões Municipais referentes ao funcionamento do Posto Cultural eram diversas. O que por vezes se tornava inviável em alguns municípios, uma vez:

[...] que nem todos os municípios tinham um posto bem estruturado, por que nem todos os municípios valorizavam de fato a cultura. A questão cultural é uma coisa muito interessante no nosso país, não é todo mundo que dá valor à cultura. Então funcionava assim, a Comissão estava ali em um compartimento, ali era onde existia o Posto Cultural. O espaço da Comissão Municipal era dentro do Posto. (HÉLIO FIALHO).

O interlocutor frisa que, em seu município, Pão de Açúcar, a mobilização em torno das ações desenvolvidas no Posto Cultural era intensa, assim como em Santana do Ipanema que também era um município polo no sertão alagoano. A ex-supervisora de Santana, também, traça um quadro positivo dos trabalhos desenvolvidos no Posto Cultural daquele município. Cita os equipamentos, como exemplo o violão e o acordeom, enviados para ao Posto Cultural, e dá bastante ênfase ao megafone, por sua utilidade na mobilização das comunidades. Ela enfatiza:

Sabe o que eles mandavam também para o Posto Cultural? Megafone. A utilidade do megafone!? Justamente era para as atividades que a gente tinha, que a gente fazia muitas atividades com alunos, né? Para o chamamento, tá certo, pra facilitar a comunicação, tinha megafone (JENIUZA SOARES DE MELO).

A imagem a seguir encontrada em um dos documentos do Mobral demonstra mobilização de uma comunidade em um determinado Posto Cultural; a localidade não foi possível identificar, uma vez que o material de onde a fotografia foi extraída não oferecia informações detalhadas. Para Leite (2013, p. 147) isso é comum já que, “os trabalhos históricos lançam mão de fotografias já tiradas”.



Figura 14 – *Mobilização no Posto Cultural – atividade externa.*
 Fonte: BRASIL (1985, p. 39).
 Local: não informado.

Trata-se de uma atividade externa e com um significativo aglomerado de pessoas que assistem à apresentação, provavelmente de uma quadrilha⁸¹, pois é possível notar os casais enfileirados, característica da dança. As bandeirolas que enfeitam o ambiente também me levam a crer que se trata realmente de um festejo junino. O alto-falante instalado no alto do Posto Cultural, possibilitava a festa da comunidade. O equipamento nos faz lembrar do megafone citado pela entrevistada, que era utilizado na mobilização dos eventos que reuniam muitas pessoas.

Em 1973, o Programa já havia instalado 1.076 Postos Culturais em todo o país. O estado de Alagoas, naquele ano, já possuía um quantitativo de 30 postos, sendo um na categoria A, dois na categoria B e 27 na categoria C. (Ver Anexo L).

⁸¹ É uma das manifestações cantadas e dançadas mais importantes do Nordeste. O folclorista alagoano Ranilson França (2000, p. 46) especula que a chegada dessa manifestação em terras brasileiras ocorreu “[...] possivelmente em 1820 quando sua presença era notada em festas palacianas e até no carnaval, quando no início era dançada por quatro pares, recebendo o nome de *Quadrilha*”.

O posto caracterizado de A era o mais completo. Recebia todos os aparelhamentos exigido pelo Programa de Atividades Culturais, divididos em três categorias: material geral, material específico e equipamentos⁸².

Na categoria material geral aparecem no documento *Programa de Atividades Culturais do Mobral* (1973), os seguintes: tela para exibição de filmes, *slides* e diafilmes; palco para apresentação de peças teatrais; estantes; mesas para leitura; cadeiras; flanelógrafo; prateleiras para exposição do artesanato; armação para teatro de marionete; armários e fichários.

Na listagem de material específico, o documento supracitado indica: livros, revistas e jornais, entre outras publicações; filmes, diafilmes e *slides*; *tapes* com músicas para as apresentações e *tapes* virgens para registrar as apresentações nas comunidades; instrumentos musicais; o baú da criatividade com tintas, pincéis, papéis e kits de ciência.

O posto B era menos equipado, recebia apenas alguns equipamentos técnicos e as publicações do Movimento, enquanto o C, contava apenas com a Minimobralteca e seus equipamentos. (Mobral, 1973).

Essa categorização dos Postos Culturais foi vigente apenas na fase inicial de implantação, conhecida como primeira fase do Programa de Atividades Culturais. A partir da segunda fase de implantação, os Postos Culturais não apresentaram diferenciação de categoria.

Em 1981, o Mobral já contava com 3.166 postos implantados em todo o país. Sendo 2.913 já inaugurados por meio de termo complementar, projeto firmado com prefeituras municipais ou entidades (Mobral, 1982). Neste mesmo ano, o estado de Alagoas já contava com 85 postos inaugurados, o que me leva a inferir que quase todos os municípios alagoanos tinham um posto do Mobral.

Com a consolidação dos postos, marcados por sua dinâmica, o que os tornava referência do Mobral nos municípios, foram implantados nessas unidades os seguintes programas: Autodidatismo, Balcão de Emprego e cursos do Projeto de Educação Comunitária para o Trabalho (PETRA).

Nas narrativas dos depoentes dessa pesquisa, o Balcão de Emprego foi muito lembrado. Esse projeto, parte do Programa de Profissionalização do Mobral, constituía-se como elemento

⁸² Eram equipamentos obrigatórios do Posto Cultural A: projetor cinematográfico; gravador e reproduzidor de áudio; amplificador; caixas acústicas; autofalante e microfone; rádio (elétrico ou pilha); televisão; transformador e gerador (para locais que não existam luz elétrica. (BRASIL, 1973).

integrador do Mobral Cultural ao Programa de Profissionalização. Uma das entrevistadas, responsável pela área de profissionalização no estado de Alagoas, explicou:

O Balcão de Emprego funcionava no Posto Cultural, onde tinha uma pessoa ou o Supervisor de Área mesmo [...] fazia o levantamento dos interesses da comunidade em relação ao emprego, e vinha para o Posto Cultural e ficava a relação de quem queria trabalhar, era como o SINE [Sistema Nacional de Emprego] hoje; era o encaminhamento ao mercado de trabalho. Isso atendendo à especificidade de cada município. (MARGARIDA SOUZA DE ARAÚJO).

A depoente ainda enfatiza o Posto Cultural como o centro de referência para todos os municípios e destacando a importância do Balcão de Empregos para a integração dos trabalhadores que se encontravam desempregados. Nos documentos que se referem às atividades culturais do Mobral, o Balcão de Empregos é descrito como uma miniagência de colocação de mão-de-obra criada com duas finalidades específicas: “Servir aos membros da comunidade local que procuram emprego e atender as empresas que necessitam de empregados” (BRASIL, 1975, p. 41).

Em 1979 foi criada outra iniciativa em termos de unidade operacional: o Miniposto. Essa ação partiu da Coordenação Estadual de Pernambuco e tratava-se de uma unidade fixa com o propósito de interiorização dos postos culturais, facilitando o acesso aos programas do Mobral também na zona rural. Nesse caso, os materiais utilizados no Posto Cultural, localizado na cidade sede do município, eram emprestados ao Miniposto, em uma espécie de rodízio.

No início de 1982, existiam 139 Minipostos do Mobral, distribuídos pelas zonas rurais do país. O estado de Pernambuco, precursor da iniciativa, contava, nesse ano, com o maior número de Minipostos implantados em 75 municípios. Em Alagoas, assim como nos demais estados, a proposta não obteve grande expressividade, apenas dois municípios alagoanos aderiram à proposta.

O Posto Cultural firmava-se cada vez mais como unidade, passando a ser chamado, segundo as ex-supervisoras da Coordenação Estadual de “célula base do Mobral”. Em decorrência das ações cada vez mais crescentes, a partir de 16 de setembro de 1981, os Postos Culturais passaram a ser denominados Postos do Mobral.

5.3.2 A Mobralteca

O apoio dado aos Postos Culturais era efetivado pelas visitas das Mobraltecas aos municípios. Em 1982, o Mobral contava com a atuação de seis Mobraltecas distribuídas por áreas de atuação, que recebiam o nome de regiões da Mobralteca (REMOB). A operacionalização dos trabalhos realizados pela Mobralteca era coordenada por uma Comissão Estadual pelo que definia as atividades em cada área de atuação.

Devido ao número limitado de Mobraltecas foram definidas apenas seis áreas. Na separação dessas áreas da Mobralteca, o estado de Alagoas ficou alocado na REMOB 6; conhecido como polo de Sergipe, que envolvia o estado de Alagoas, a região leste da Bahia e o estado de Sergipe.

A partir de um planejamento eram definidos os roteiros, que dependiam das necessidades e dos objetivos de trabalho propostos por cada localidade.

Em média cada Mobralteca realiza [realizava] seis roteiros anuais, com duração de, aproximadamente, 43 dias cada um. Considerando a flexibilidade de atuação, as Mobraltecas permanecem [permaneciam] em cada localidade integrante de um roteiro por um tempo mínimo de três dias e máximo de cinco dias [...] (BRASIL, 1982, p. 6).

A operacionalização das Mobraltecas dava-se a partir do trabalho de três profissionais: o Animador, o operador I e o Operador II. A função do Animador estava voltada para o incentivo do público que participava das atividades culturais nas comunidades visitadas pela Mobralteca. Era tido como “[...] o chefe da equipe ” (BRASIL, 1982, p. 7).

Faria (1977, p. 43), ao descrever as Mobraltecas, esclarece que eram:

[...] caminhões equipados com videocassete, receptor de televisão, projetor de cinema, livros, pinacoteca, material de artesanato, palco desmontável – onde o animador da MOBREALTECA promove um verdadeiro ‘show’ de cultura e consegue a adesão e amparo de todos os talentos locais.

Observa-se, a partir da avaliação de Faria (1977), a relevância da atuação das Mobraltecas na valorização das culturas das comunidades visitadas, ocasionando forte aceitação do Programa.

A ex-supervisora de Santana do Ipanema, com entusiasmo, narra as ações desenvolvidas no município com a intervenção da Mobralteca.

[...] aí, quando vinha aqui pra Santana do Ipanema [...] aquele caminhão enorme, bem equipado [...] tudo o que você imaginasse! Tinha biblioteca, tinha tintas para as crianças pintarem, tinha trabalhos manuais; e à noite o que é que a gente fazia? Um grande show! Esse show seria como? Como os artistas da cidade, os talentos da terra! A gente convidava os cantores [...] quem cantava, quem tocava violão, quem fazia

isso, quem fazia aquilo, teatro, alguma coisa para se apresentar porque ela tinha um palco para as apresentações. (JENIUZA SOARES DE MELO).

No momento em que se coloca a questão da valorização da pluralidade cultural, a narradora enfatiza o trabalho de intercâmbio feito entre os municípios e caracteriza as ações desenvolvidas na Mobralteca como uma festa cultural que recebia pessoas das cidades vizinhas e das comunidades rurais mais próximas.

Essa festa, narrada pela ex-supervisora de área, conseguia reunir pessoas do campo e da cidade, permitia aos sujeitos da zona rural a percepção de outras dimensões da festa, não comuns aos sujeitos do campo, uma vez que nas comunidades rurais a prioridade voltava-se para os festejos religiosos locais. Brandão (1989, p.1) diferenciando a cultura das comemorações nas zonas urbanas e rurais, explica: “Entre homens do campo, as principais cerimônias são as do batizado, do matrimônio e aquelas que envolvem os ritos da morte da pessoa”.

Os relatos da interlocutora demonstram a valorização dos artistas das comunidades, bem como o esforço feito pelas Comissões Municipais para intercambiar experiências culturais das comunidades sertanejas, aglomeradas para uma celebração cultural que, à época, era tida como uma novidade, em uma região em que os grandes encontros resumiam-se às “quatro festas do ano”: o carnaval, os festejos juninos, a festa da padroeira e as tradicionais festas do final do ano – o Natal e o Ano Novo.

Muito do que a ex-supervisora relata aparece na imagem que segue, a exemplo das atividades que aconteciam durante a tarde, que ela chama de “trabalhos manuais”, referindo-se às oficinas que aconteciam nesse período. É possível observar na imagem um grupo de mulheres interessadas pelas oficinas de pintura, bordado e crochê ofertados na Mobralteca, que iniciava suas ações ao entardecer e estendia-se até o período da noite com o show dos talentos locais.

A fotografia demonstra a multifuncionalidade da Mobralteca que agregava, além dos instrumentos musicais utilizados pelos artistas no show, o que geralmente acontecia à noite, as ferramentas de trabalho que faziam parte dos treinamentos do Programa de Profissionalizante do Mobral.



Figura 15 – *Cursos de pintura, bordado e crochê na Mobralteca.*

Fonte: Arquivo pessoal de Wilma de Omena Lopes Correa – Ex-supervisora de área – Atalaia – AL.

A imagem, preenchendo a incompletude das narrativas orais “[...] com informações ou representações não [...] verbalizadas” (LEITE, 1993, p. 147), demonstra a operacionalização das atividades da Mobralteca, organizadas em quatro grupos. Na imagem, aparecem as atividades desenvolvidas com materiais disponibilizados pela Mobralteca no âmbito do que se convencionou chamar de *Grupo A*⁸³. Nesse grupo, as pessoas da comunidade tinham a sua disposição o acervo da Mobralteca por meio de: “1 – empréstimos de livros, 2 – *exposição de trabalhos artesanais*, 3 – *exposição de reproduções (impressas) de quadros nacionais e estrangeiros*, 4 – *Música*”. (BRASIL, 1973, p. 27).

As narrativas do ex-animador das atividades culturais são esclarecedoras das atividades que eram desenvolvidas durante a estadia da Mobralteca nas comunidades:

[...] a gente tinha tudo! O básico, além de, também – a gente chamava de Baú da Criatividade – o material de pintura [...] que as pessoas pintavam, do jeito que queriam; tricô, linhas, a gente levava tudo, eles passavam o dia todo mexendo naquelas coisas, inventavam coisas, era assim. E existia também o apoio, lógico, de cada Comissão Municipal que existia no município. (JOSÉ PETRUCIO DE OLIVEIRA SILVA).

⁸³ Além do grupo A, eram desenvolvidas atividades específicas em outros três grupos, durante a permanência da Mobralteca em cada cidade. Essas atividades aparecerão, no decorrer desse texto, tanto nas narrativas dos interlocutores da pesquisa como nas citações retiradas dos documentos do Programa de Atividades Culturais do Mobral.

As comunidades rurais não contavam com a visita da Mobralteca, por dois motivos. Primeiramente, pela quantidade reduzida de unidades, apenas seis, o que limitava as visitas às cidades sedes dos municípios; o outro motivo estava relacionado às péssimas condições das estradas que ligavam às cidades ao campo.

A necessidade de interiorização das ações do Mobral Cultural deu origem às Minimobraltecas, que se caracterizavam “[...] como uma unidade reduzida da Mobralteca [constituindo-se em uma] caminhonete, pick-up ou mesmo um pequeno barco”. (Mobral, 1982, p. 7). Em Alagoas, o veículo adaptado para essa função foi a Kombi.

A equipe da Minimobralteca era formada por dois profissionais: o animador das atividades culturais e o técnico, que também tinha a incumbência de dirigir o veículo. A Coordenação Estadual de Alagoas, na função de animador, contava com o jovem e comunicativo José Petrucio de Oliveira Silva, que também atuava na Mobralteca, já apresentado neste texto. Essa função era caracterizada como uma espécie de apresentador ou o que se se convencionou chamar de “mestre de cerimônias”, como já afirmei.

Os relatos orais do ex-animador das atividades culturais ajudaram-me a compreender o alcance dessas ações em um período em que não se contava com muitos recursos tecnológicos e informativos, inclusive transportes que facilitassem a mobilidade entre o urbano e o rural. O relato a seguir permite a compreensão das limitações que eram enfrentadas pelos sertanejos, sobretudo os que residiam no campo:

Quem chegava lá no sítio, no interiorzão mesmo era a Minimobralteca. A Minimobralteca era uma Kombi né? Uma Kombi adaptada, com gerador, com teatro de boneco, eu me lembro também que a gente manuseava os fantoches [...] televisão também tinha! Além do projetor de filmes [...] (JOSÉ PETRUCIO DE OLIVEIRA SILVA).

O animador de atividades culturais era a pessoa responsável, em campo, pela concretização dos trabalhos quando das visitas da Mobralteca, bem como da mobilização das comunidades rurais, valendo-se da Minimobralteca.

O depoente enfatiza a importância da Minimobralteca para se alcançar as comunidades mais isoladas. Por ser um carro menor, ela conseguia chegar em localidades consideradas de difícil acesso, como demonstra a foto a seguir, na qual a Minimobralteca aparece na realização de um evento em uma das muitas comunidades rurais do sertão alagoano.



Figura 16 – *Apresentações culturais com a utilização da Minimobralteca.*
Fonte: Arquivo pessoal de José Petrucio de Oliveira Silva.

Uma das contribuições do Mobral Cultural está relacionada à chegada das ações culturais às comunidades mais isoladas do sertão alagoano, possibilitando a socialização da produção cultural do país e das informações que só chegavam a esses lugares pelas ondas do rádio. É importante enfatizar que as “vocações culturais” de cada comunidade também tinham espaço nos encontros organizados pelo Movimento.

As narrativas dos interlocutores partícipes da pesquisa, bem como os excertos retirados de documentos institucionais do Programa de Ações Culturais, ressaltam que as ações do Mobral Cultural foram relevantes para a valorização da cultura das comunidades, traduzida na forte aceitação do Programa, o que merece crédito, considerando a carência de atividades culturais para a população em suas comunidades, assim como de espaços de lazer.

As atividades desenvolvidas nas unidades operacionais – Posto Cultural e Mobralteca – consolidavam-se por intermédio dos subprogramas que abordarei na sequência.

5.4. Subprogramas do Mobral Cultural

O Programa Mobral Cultural encontrou apoio em instâncias especializadas na divulgação da cultura, a exemplo da imprensa, do rádio, do cinema, do teatro, da televisão, entre outros. Essas instâncias contribuíram na propagação das manifestações artísticas do país, que

se dava pela colaboração aos subprogramas do Mobral Cultural. As ações culturais desenvolvidas são apresentadas no documento do Programa de atividades Culturais do Mobral: “[...] proposta de valorização do homem e da cultura local, por meio do intercâmbio e respeito, difusão e incentivo à vivência das diversas manifestações culturais do povo brasileiro”. (BRASIL, 1982, p. 10).

Observando as concepções presentes no referido documento, obtive a compreensão de uma apropriação diversa do entendimento de cultura defendido nos escritos de Paulo Freire. A partir das minhas inferências notei que o Movimento traz, nas suas propostas, traços do pensamento e das concepções de cultura do contexto político que antecedeu o golpe civil militar de 1964.

Ainda que os documentos do Programa de Atividades Culturais não façam referência às concepções freireanas, notei que as iniciativas culturais se reportam aos ensinamentos de Freire (2011b), quando o autor apresenta o homem como um ser em permanente relação com o mundo. Nessa perspectiva, o autor traz a valorização da cultura do sujeito em suas micro e macro relações com o mundo e com as outras pessoas, a partir de uma prática autônoma.

Freire considera o homem como: “[...] um ser histórico, inserido num permanente movimento de procura, [que] faz e se refaz constantemente em seu saber. ” (FREIRE, 2011b, p. 58). Nos documentos do Mobral Cultural essa concepção é interpretada e veiculada como uma ação capaz de [...] promover e assegurar a transformação e aplicação de conhecimentos e atitudes. (BRASIL, 1973a, p. 11).

Em todos os documentos do Movimento consultados nesta investigação, aparece o termo *clientela*, o que denuncia a perspectiva de prestação de serviços, concebendo os sujeitos como recebedores passivos desses serviços a eles destinados, a partir das ações do Movimento por intermédio dos subprogramas, como veremos na sequência.

5.4.1 Literatura e Publicações

O subprograma de Literatura e Publicações configurou-se como um dos principais da área cultural. Essa relevância se devia ao fato de que era preciso estimular o gosto pela leitura dos Mobralenses, sobretudo os recém alfabetizados que corriam o risco de retomar à condição de analfabetos.

Esse subprograma agregava vários outros, além das atividades de práticas esportivas, gincanas e concursos. Contava com a produção de materiais lúdicos, como o subprograma Jogos, no qual eram utilizados materiais como bingo de palavras, bingo de números, bingo de sílabas mágicas.

A realização desse subprograma dava-se por meio de um convênio entre o Mobral e o Instituto Nacional do Livro (INL), que garantia a publicação de obras conhecidas que passaram a fazer parte do acervo do Posto Cultural e da Mobralteca: romances, poesias, contos e crônicas.

O material organizado por Fávero e Motta (2015), mostra que o programa produziu publicações sobre ervas medicinais, receitas caseiras e livros resultantes de concursos de poesias e literatura em geral. As publicações eram destinadas à época a um público específico, que acreditamos serem os alunos que se encontravam em processo de alfabetização no PAF e os participantes do PEI, sem deixar, também, de atender o público em geral. Consistiam em:

- a) Jornais: para Alfabetização; para Educação Integrada.
- b) Jornal Mural (locais de aula): para Alfabetização; para Educação Integrada.
- c) Revista: para Pós-Alfabetização.
- d) Almanaque – agenda (Educação Integrada)⁸⁴.
- e) Dicionário visual (Educação Integrada e público em geral).
- f) Enciclopédia⁸⁵ de conhecimento em fascículos (Educação Integrada). (BRASIL, 1974, p. 6).

Nota-se a preocupação com os alunos alfabetizados pelo PAF, uma vez que todas as publicações citadas se destinavam também a esses alunos. No que diz respeito ao público em geral, destaca-se o item D, dicionário visual, que provavelmente era distribuído nas unidades operacionais.

A partir de 1977, as atividades voltadas para a literatura já faziam parte do cotidiano dos Mobralenses e como estímulo eram realizados Concursos Nacionais de Literatura/Patrimônio, com temáticas a exemplo “ Crônica Minha Cidade”. Encontramos uma poesia (Anexo M) de criação de uma aluna do Mobral de Santana do Ipanema, datada de 1974, em meio ao emaranhado de papéis referentes ao Mobral Cultural, no CReMEJA/Uerj. Pelo destaque, infere-se que tenha sido vencedora de um desses concursos.

⁸⁴ E também para a comunidade em geral

⁸⁵ Em suas narrativas a ex-supervisora de área de Santana do Ipanema, faz referência a uma enciclopédia que teve muita aceitação na comunidade. Pelos detalhes do seu relato, pode-se entender que ela se referia ao Projeto 1 das publicações do Mobral Cultural – Enciclopédia Fundamental – *A aventura do homem*. A coleção trazia treze temas de conhecimentos gerais, a saber: 1 – O universo, 2 – O esporte, 3 – As comunicações, 4 – Os transportes, 5 – A descoberta do mundo, 6 – As invenções, 7 – A arte popular. 8 – Tradições brasileiras, 9 – Patrimônio histórico nacional, 10 – A conquista da vida, 11 – Os animais, 12 – Os vegetais, 13 – Os minerais.

Nesse contexto, promoveram-se também concursos nacionais para a seleção de obras que comporiam o acervo das unidades operacionais, tendo:

[...] edição de obras premiadas no concurso Mobral/INL (obras adequadas ao neo-leitor), a edição de fascículos, **o reconhecimento e devolução em fitas K-7 de histórias de nossa literatura oral** e concursos diversos. Além disso o Mobral lançou as coleções “Poetas” e “Prosadores do Mobral”, visando principalmente, a despertar no neo-alfabetizado o hábito de utilizar os mecanismos de leitura e escrita. (Mobral, 1982, p. 14). (Grifo meu).

A preocupação com o *neo-alfabetizado* tem uma lógica, se partirmos do pressuposto de que o processo de aquisição da leitura e da escrita demanda seu uso, bem como a continuidade dos estudos iniciados pela alfabetização, em espaços em que a aprendizagem esteja ligada diretamente aos aspectos sociais e culturais dos educandos, como enfatizam os estudos de Ribeiro (1999, p. 123). Assim, as possibilidades de manutenção das habilidades adquiridas por meio da escolarização têm: “[...] um papel não só no desenvolvimento das habilidades, mas também na conformação de hábitos, disposições e interesses relacionados ao alfabetismo e até mesmo à autoimagem que os sujeitos têm de si a esse respeito”.

Outro ponto que merece destaque no trecho citado acima é “o reconhecimento e devolução em fitas K-7 de histórias de nossa literatura oral”. Tenho isso como uma contribuição por parte do Movimento, que registrava as práticas culturais das comunidades e fazia a divulgação. Segundo o ex-animador das atividades culturais, esse reconhecimento e divulgação proporcionava o intercâmbio cultural, uma vez que os sertanejos pelas gravações, ficavam conhecendo os modos de viver da sua própria cultura e as práticas culturais de outras regiões do país:

[...] tudo isso para eles [referindo-se à população em geral] era novidade [...] exibição de filmes! Normalmente os filmes escolhidos eram documentários, de índios, como os índios viviam, mostrava como outras pessoas viviam lá no lugar deles [...] o vaqueiro, como os vaqueiros viviam em determinado lugar como eles faziam para tanger os bois, aqueles pegas de bois na caatinga [...] eles riam muito quando o vaqueiro caía! Tudo isso era projetado num telão, uma tela que eu montava, via a distância do projetor e avisava que o filme ia começar tal hora. Convidava a comunidade e dizia do assunto do filme, do objetivo do filme, o que é que a gente ia mostrar. E isso era feito em qualquer lugar, na cidade e nos sítios. (JOSÉ PETRUCIO DE OLIVEIRA SILVA).

Essa narrativa demonstra as contribuições das ações desenvolvidas pelo Movimento para os sertanejos que vivenciavam as ações culturais do Mobral como novidade, o que nos permite interpretar essas iniciativas como espaço de ressignificação por parte dos sujeitos que assimilam “[...] a seu modo, algumas imagens da televisão, alguns cantos e palavras do rádio, traduzindo os significantes no seu sistema de significados”. (BOSI, A., 1992, p. 329).

Certamente o Mobral, naquele contexto, estava preocupado com o seu propósito de divulgar a cultura das classes dominantes, na tentativa de estabelecer uma homogeneização cultural a partir de um sistema de produção de bens de consumo. No entanto, não se pode negar que os sujeitos sertanejos atribuíram novos sentidos a essa prática que, naquele momento histórico, se configurava como possibilidade de conhecer outras expressões culturais, o que Bosi, A. (1992, p. 329) denomina de “[...] adaptações sensíveis da matéria assimilável.”

O autor aponta que os sujeitos das classes populares, em suas ressignificações, realizam adaptações nas expressões culturais que lhe são doadas, pois “[...] a propaganda não consegue vender a quem não tem dinheiro. Ela acaba fazendo o que menos quer: dando imagens, espalhando palavras, desenvolvendo ritmos, que são incorporados ou reincorporados pela generosa gratuidade do imaginário popular” (BOSI, A.,1992, p. 329). No meu entendimento, essas incorporações foram feitas pelos sertanejos, que apesar de tidos como ingênuos, têm a capacidade de atribuir sentido ao que veem e sentem.

5.4.2 Teatro e Cinema

Outros dois subprogramas criados entre as ações culturais do Mobral, na expectativa de atingir as comunidades menos favorecidas foram o teatro e o cinema, abordados neste subitem.

- Teatro

Em parceria com o Serviço Nacional do Teatro (SNT), o Mobral buscou a divulgação de um teatro acessível ao seu público. O subprograma contava com a colaboração dos grupos teatrais já existentes nos municípios e estimulava a criação de novos grupos. Essa iniciativa objetivava “[...] contribuir para a ampliação do universo cultural de uma faixa da população brasileira até então carente de um teatro adequado às suas características” (BRASIL, 1974, p. 12).

Tendo seu lançamento em 1973, esse subprograma começou a selecionar textos teatrais a partir de 1974. As peças selecionadas eram enviadas às unidades operacionais para serem encenadas pelos grupos amadores das comunidades, “visando ao aprimoramento desses grupos⁸⁶. O Mobral, por intermédio de convênio firmado com a UNIRIO, realizava cursos de

⁸⁶ Em 1982 existiam 368 grupos de teatro vinculados aos Postos do Mobral. Desses apenas 168 recebiam financiamento.” (BRASIL, 1982).

técnicas teatrais ministrados por alunos do Centro de Artes daquela Universidade [...]. ” (BRASIL, 1982, p. 10).

O local destinado aos espetáculos eram os Postos Culturais e a praça pública. Nos depoimentos dos interlocutores encontramos menções à apresentação de peças teatrais na Mobralteca, como demonstra a imagem a seguir que registra a permanência da unidade operacional na cidade de Arapiraca, agreste alagoano⁸⁷, no período de 9 a 12 de agosto de 1984.



Figura 17 – Apresentação teatral realizada na Mobralteca na Cidade de Arapiraca /AL.
Fonte: Arquivo pessoal de José Petrucio de Oliveira Silva.

Apesar do documento *Programa de Atividades Culturais do Mobral* afirmar que: “[...] em qualquer localidade em que existisse um grupo de teatro, este seria incentivado a se ligar ao Posto Cultural ali existente [...]” (BRASIL, 1974, p. 11), isso parece não ter ocorrido em Santana do Ipanema, que à época contava com um grupo de teatro popular baseado no “método” Teatro-feijão-com- arroz⁸⁸ (ALMEIDA, 2010).

Esse “método” surgiu em Santana do Ipanema na década de 1970. Almeida (2010, p. 163), falando sobre a repercussão da iniciativa destaca que: “entre as décadas de 1970 e 1980 foram várias as matérias veiculadas na mídia alagoana sobre o recém-criado método Teatro-

⁸⁷ Região de Alagoas localizada na área central do estado, entre o sertão e a zona da mata. Por sua localização, essa região apresenta características geográficas das duas regiões.

⁸⁸ Almeida (2010) explica que os ensaios e apresentações eram realizados no Teatro Augusto Almeida, no Colégio Ginásio Santana.

feijão-com- arroz. ” Com certeza, o tom crítico das peças teatrais não despertou o interesse do subprograma teatro, em Santana do Ipanema, a exemplo da crítica que o autor faz da peça *A fila do INPS*⁸⁹, escrita em 1983, que denunciava o descaso com a saúde pública.

- Cinema

Esse subprograma destinava-se à exibição de filmes selecionados e produzidos pelo Mobral. Assim como no subprograma de publicações, os filmes que eram produzidos e selecionados eram enviados para as Coordenações, em uma espécie de rodízio, com o intuito de socializar a cultura das diferentes regiões do País.

Os filmes de cunho documental foram os mais requisitados pelo subprograma, com o objetivo de formação de uma filmoteca que incluísse, também, diafilmes⁹⁰ e *slides* (BRASIL, 1974), para que fossem disponibilizados nas Mobraltecas e nos Postos Culturais. Nesse contexto, criou-se o projeto Mobralfilme, destinado a produção dos filmes “[...] de caráter documentário, didático ou promocional” (BRASIL, 1974, p. 24).

Nas narrativas do ex-animador das atividades culturais apareceu uma alusão ao intercâmbio das produções do projeto Mobralfilme, com foco nos documentários diafilmes e *slides*. O depoente enfatizou também o seu aprendizado: “Eu recebi também um vasto material [filmes] de outros estados também, a gente também aprendia com as outras pessoas dos outros estados” (JOSÉ PETRUCIO DE OLIVEIRA SILVA). O depoente ainda explicou que na programação noturna da Mobralteca, a primeira atividade era a exibição dos filmes “[...] como um chamamento, aí começava a chegar pessoas, depois vinha o show”. A partir da narrativa, pode-se inferir o encanto que o “cinema” causava nas populações mais carentes do país, que à época não possuíam a recurso da televisão.

O projeto Mobralfilmes favorecia os outros subprogramas do Mobral Cultural, pois trazia em suas gravações aspectos relacionados ao folclore, ao patrimônio histórico, à literatura, e à música, como veremos no próximo subitem.

⁸⁹ Instituto Nacional de Previdência Social.

⁹⁰ Conjuntos de fotografias positivas projetadas em uma sequência.

5.4.3 Música

Considerada uma das mais efetivas manifestações culturais, encontradas pelo Programa de Atividades Culturais, a música, presente em todas as comunidades, proporcionou a efetivação de ações junto às classes populares, por meio da participação de bandas musicais e de grupos vocais que, por meio da música traduziam a realidade vivida nessas comunidades⁹¹.

A efetivação desse trabalho deu-se a partir de uma parceria do Mobral com entidades divulgadoras e produtoras de manifestações culturais (Mobral, 1973), a exemplo do Museu da Imagem e do Som (MIS) e do Sistema de Radiodifusão Educativa (SER). A música era item preponderante nas programações dos Postos Culturais e da Mobralteca, “[...] destinava-se ao preenchimento das horas de lazer, à divulgação de obras de autores nacionais e estrangeiros e a despertar prováveis vocações [...]” dos artistas das comunidades. (BRASIL, 1974, p. 16).

Na região sertaneja encontrei a referência desse subprograma em Edgard Lima, do município de Olho d’Água das Flores – cantor profissional, reconhecido em toda a região do sertão, por seu estilo musical peculiar. Entusiasmado, o depoente socializou as experiências adquiridas nos palcos da Mobralteca, em suas passagens pelas comunidades sertanejas.

O entrevistado, que permanece como cantor profissional e dono de um estabelecimento comercial na referida cidade, revelou que o despertar para a carreira artística deu-se a partir do aparecimento da Mobralteca, nela encontrando oportunidade de iniciação na carreira profissional:

[...] na época foi muito importante pra mim pra minha carreira inclusive, por que como eu falei antes, se não fosse a Mobralteca eu não seria cantor profissional hoje, porque foi ela quem me incentivou, me fez descobrir o talento que eu tinha, e que eu não sabia, que foi se desenvolvendo através da Mobralteca, que me deu a oportunidade de mostrar o meu talento e as pessoas incentivarem depois, e eu botei isso na cabeça e hoje [2016] sou cantor e compositor, eu agradeço primeiramente a Deus e a Mobralteca que na época deu essa oportunidade não só a mim, como a outras pessoas, outros artistas da terra, portanto posso me considerar um filho dela, eu me considero um filho da Mobralteca (EDGARD LIMA).

A frase utilizada pelo depoente “eu agradeço primeiramente a Deus” vem marcada pelos valores e usos religiosos e traz, no meu entendimento, certa submissão e obediência ao discurso oficial que criou o Mobral. Além de que, há um sentido de que a providência divina fez com que o Mobral chegasse ao sertão. Edgard, no dizer de Arroyo (2012, p. 33), é um dos muitos

⁹¹ No sertão alagoano, sobretudo nas comunidades rurais, ainda é comum ouvirem-se nos festejos as *toadas de vaqueiro*. Essa modalidade musical tem sua origem “[...] com o ciclo do gado, reciclando melodias modais do tempo do ronca, vindas com a igreja e o seu cantochão, aliada a outra herança ibérica, o canto árabe. Nasceu com os aboios, aos quais se intervala de forma tão natural que um complementa o outro como arroz e feijão” (QUINTELLA, 2000, p. 112).

destinatários que agradecem por terem um filho na escola e por terem educação. Para o pesquisador, essa realidade está mudando, os movimentos sociais não se veem mais como destinatários do governo; “querem se afirmar como sujeitos de direitos”. O interlocutor não percebia que a função da Mobralteca era incentivar os chamados talentos locais, e para isso, de forma sistemática, fazia visitas por meio do caminhão que se transformava em palco artístico com cenários atraentes, nos municípios sertanejos.

É de se ressaltar que muitos talentos foram descobertos e muitos artistas como Edgard começaram a acompanhar o caminhão em apresentações em outros municípios e estados. O interlocutor revelou que, depois da sua primeira apresentação, em seu município de origem, foi convidado a apresentar-se em outras cidades por onde a Mobralteca passava, o que lhe rendeu o título de “seguidor da Mobralteca”.

5.4.4 Rádio e televisão

No que diz respeito ao subprograma Rádio, percebeu-se que a finalidade da iniciativa era a utilização do alcance dessa tecnologia para levar às comunidades mais longínquas as mensagens educativo-culturais aos alunos dos programas do Mobral, que recebiam pelas ondas do rádio as informações relacionadas a programas assim como alguns conteúdos.

Esse subprograma tinha como objetivo: “[...] estreitar o diálogo com o aluno do Mobral, estimulando-o a escrever cartas, fazendo consultas, sugerindo conteúdos e participação de concursos” (MOBRAL, 1982, p. 11). Nessa área implementaram-se dois programas: o Domingo Mobral e programa Conversando com o Mobral. Estava posta a execução de atividades educativas, por intermédio do rádio, em âmbito nacional. O que já havia acontecido nos anos de 1930.

O Domingo Mobral tinha 30 minutos de duração e sua programação era organizada a partir das solicitações feitas por cartas dos ouvintes⁹². O programa ia ao ar aos domingos às 10h45min. (MOBRAL, 1982) e era veiculado em rede nacional pelo Serviço de Radiodifusão Educativa (SER) /Projeto Minerva, por meio de um convênio com o Serviço de Radiodifusão

⁹² Em 1977 o Mobral publicou um livro denominado Cartas ao Domingo Mobral. A publicação traz uma seleção de cartas de diversas partes do país, enviadas ao Programa Domingo Mobral. As cartas selecionadas eram dos alunos alfabetizados pelo PAF/Mobral e também dos alunos que havia concluído a Educação Integrada ou ainda estavam no Programa; ouvintes assíduos do Domingo Mobral.

Educativa do Ministério da Educação e Cultura e o Programa Nacional de Teleducação (PRONTEL).

Referindo-se à abrangência do Projeto Minerva que era também radiofônico, foi criado em 1970, com fins de implementação do ensino à distância, referente aos anos finais, à época, do primeiro grau, Horta (1973, p. 460) informa que durante os anos de 1970 e 1971 “[...] foram transmitidas aproximadamente 150.000 horas de programas rádio educativos pelas emissoras de todo o País”. Segundo o autor, 67,7%, deste total de horas-rádio foram ocupados pelo Projeto Minerva.⁹³

Outra iniciativa que se desenvolveu no campo do subprograma Rádio foi o Programa Conversando com o Mobral, inspirado no Domingo Mobral. Esse Programa era transmitido para a Amazônia, tinha uma duração de apenas 15 minutos, mas era levado ao ar de segunda a sábado, contando com um convênio com a Radiobrás.

Muito entusiasmado com as suas atividades à época, o ex-animador das ações culturais rememora que “o serviço de rádio” que era montado nas comunidades do sertão alagoano, em trabalhos de ação comunitária e enfatiza “[...] a gente levava o equipamento, instalava em torres de igrejas, em postes, outros o mais longe possível e montava uma rádio ali para agitar mesmo as atividades. Eu atendia a pedido musical, eu divulgava as ações que estavam acontecendo ali naquele município.” (JOSÉ PETRUCIO DE OLIVEIRA SILVA).

Nessa direção, um ex-aluno santanense do PAF/Mobral narra:

No sítio, a nossa comunicação era o rádio, e essa rádio era de Sergipe, não existia nem a Novo Nordeste, que era a rádio mais antiga do sertão. Lá a gente não conseguia ouvir essa rádio nem a rádio de Palmeira, ouvíamos muito a rádio Atalaia de Sergipe, e em Santana também não tinha muita informação não. Em Santana se usava muito o carro de som para a comunicação. (EDJÁRIO VIEIRA SOUZA – EX-ALUNO DO PAF/MOBRAL).

O narrador traz aspectos de dois contextos em que transitou, o urbano e o rural, expressando a importância do rádio naquele período, tanto no campo quanto na cidade, ao mesmo tempo em que lamenta não ter acesso à rádio de Palmeira dos Índios que, possivelmente, traria notícias da sua região e do seu estado.

⁹³ Horta (1973, p. 456), enfatiza outras entidades que executaram atividades na área de Rádio Educativo no Brasil: “[...] Movimento de Educação de Base (MEB), Fundação Padre Landell de Moura (FEPLAM), Fundação Anchieta, Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (IRDEB).”

- Televisão

A televisão, enquanto subprograma do Mobral Cultural, era utilizada, também, para divulgação e mobilização com “[...] programas educativo-culturais, levados ao ar, em sistema de circuito fechado nas Mobraltecas”. (Mobral, 1982, p. 15). É importante ressaltar que em terras santanenses, naquela época, um aparelho de televisão era um artigo de luxo, que só se encontrava nas casas das pessoas que detinham maior poder aquisitivo. Essa novidade nos meios de comunicação e entretenimento instigavam muitos sertanejos a selecionar em que residência da localidade poderiam assistir os programas que mais lhes chamavam atenção, disputando um espaço nas casas da vizinhança, como conta o depoente.

Televisão era uma coisa muito interessante! Televisão... na rua, três ou quatro pessoas tinham uma televisão, três ou quatro pessoas! Lá em casa não tinha, então a gente se convidava cinco horas da tarde para ir para a casa do vizinho [...] ficar quietos, ser bons meninos, que era para ter a vez [...] sentar lá no chão e assistir o Sítio do Pica-pau Amarelo que era o maior sucesso! (EDJÁRIO VIEIRA SOUZA – EX-ALUNO DO PAF/Mobral).

Seguramente, o interlocutor está se referindo à primeira versão da série do programa que começou a ser exibida em 1977. Pelo seu entusiasmo em contar, inferimos que a série de televisão atraiu a atenção de boa parte dos jovens da comunidade que, atraídos pela novidade, lotavam as salas da vizinhança.

5.4.5 Artes plásticas

O Mobral Cultural implantou o subprograma Artes Plásticas. A implementação deu-se pelo envio de materiais aos Postos Culturais e Mobraltecas e, dessa forma, surgiram dois projetos: *Pinacoteca Mobral* e *Como fazer artes*.

Segundo os escritos que norteavam o Programa de Atividades culturais, pode-se observar que o Movimento pretendia, por meio desse subprograma:

- Propiciar o surgimento de artistas plásticos;
- Incentivar a prática de artes plásticas;
- Valorizar o trabalho já realizado por artistas plásticos;
- Estimular a criatividade de maneira geral;
- Estimular a troca de experiências (BRASIL, 1982, p. 16).

Apesar do ineditismo do subprograma, suas ações não se resumiram às exposições de cópias de trabalhos de artistas plásticos. O ex-animador das atividades culturais revela a dinâmica dos trabalhos realizada junto às comunidades:

[...] tinha o Baú da criatividade que era aquele material todo que eles pintavam. Pegava um quadro, e você nem imaginava o cara pintava o quadro e as próprias pessoas da comunidade não sabiam que o cara pintava o quadro! Que a mulher pintava! E faziam ali, e a gente colocava na exposição e depois eles levavam aquele material para ele [...] eles ficavam com o material que eles faziam (JOSÉ PETRUCIO DE OLIVEIRA SILVA).

Pode-se observar, a partir do depoimento, que muitos dos objetivos dos subprogramas eram alcançados, sobretudo no que se refere à valorização da criatividade das pessoas das comunidades, que encontravam no subprograma a oportunidade de compartilhar suas experiências. As contribuições desse subprograma estão presentes na disponibilização de materiais que, à época, eram escassos na região do sertão, bem como no incentivo à criatividade de mulheres e homens que reproduziam em telas sua arte.

5.4.6 Arte popular e folclore

Em termos de valorização da cultura popular, o Mobral Cultural criou um subprograma que estimulava as manifestações da cultura popular brasileira em duas frentes: na arte popular, com ênfase no artesanato das comunidades; e no folclore, com apoio às tradições do povo brasileiro.

Nesse subprograma aparece uma preocupação com três esferas: a artística, a artesanal e que a envolvia as tradições e ritos. Na dimensão artística, os documentos que tratam do Programa de atividades culturais destacam: a poética (literatura de cordel, cantadores); nas manifestações artísticas dramáticas (bumba-meu-boi, reisado); na música (violeiros e desafios) e na dança (chegança e congada). No campo do artesanato aparecem como destaque os trabalhos feitos com cerâmica, madeira, areia, papel, lata, pedras, ossos, metal, rendas e fibras. (BRASIL, 1974).

Como já afirmei linhas atrás, os subprogramas se integravam em suas ações, a exemplo da literatura de cordel do subprograma literatura e da música, que também tinha o seu subprograma específico, entre outros. Entretanto, existiam três áreas que recebiam tratamento especial e eram trabalhadas separadamente. “[...] O artesanato⁹⁴, no subprojeto artesanato, a dança e a dramática, no subprojeto folclore.” (BRASIL, 1982, p. 12).

⁹⁴ A museóloga Carmem Lúcia Dantas explica que o artesanato em Alagoas é como em toda a região nordestina “[...] um traço marcante na cultura regional. Encontra-se espalhado por toda parte, em pequenas e médias comunidades que vivem da atividade artesanal, ou encontram nela uma forma subsidiária da renda familiar” (DANTAS, 2000, p. 78). Ela ainda enfatiza que em Alagoas são as mulheres que dominam a produção artesanal. No artesanato alagoano destacam-se: a renda, o filé, o labirinto, o Rendendê, a Renda de Bilros. No sertão alagoano destaca-se o artesanato da Ilha do Ferro – Município de Pão de Açúcar. No povoado, são expressivos o bordado “Boa noite” e o artesanato em madeira.

No que se refere às tradições e ritos existia, por parte do Mobral Cultural, uma preocupação com os rituais e reminiscências, com receio de descaracterização dos mesmos: “[...] o subprograma Arte Popular-Folclore terá [tinha] como maior preocupação o afastamento dos fatores que possam perturbar ou artificializar a espontaneidade e a própria essência das manifestações populares ” (BRASIL, 1974, p. 26).

A ex-supervisora de área de Santana do Ipanema descreve como se davam essas ações na região sertaneja, enfatizando as danças populares que não são citadas no documento do Mobral, a exemplo do coco alagoano⁹⁵, também conhecido no interior de Alagoas por samba e pagode, região que segundo Duarte (2010) preserva a significação mais antiga da dança.

Ele [o Mobral] sempre se abriu à comunidade, à cultura da comunidade, ele valorizava ele resgatava, né! [...] apresentação folclórica [...] eu lembro tinha um coco de roda lá em São José da Tapera⁹⁶ [...] eu trouxe esse coco de roda, uma certa vez, pra Santana do Ipanema. Aí tinha as feiras culturais. As feiras culturais eram de artesanato, eu levava o artesanato da minha cidade, você levava o da sua, outro levava outra coisa e fazia a feira cultural. Geralmente a gente levava para os encontros [...] a gente levou para o Rio de Janeiro! Cada região levou uma coisa (JENIUZA SOARES DE MELO).

E complementa:

Quando havia assim feira de artesanato [...]. Quando a gente ia para o encontro a gente levava o artesanato [...] O trabalho de todos os municípios, aqui de Santana, eu levei os burrinhos, o pessoal de Batalha levou as sandálias lepe-lepe, outra região levou a pimenta (molho de pimenta), Maragogi levou o biscoito [...] E assim para ver os valores locais.

Todos esses municípios citados no fragmento acima não dispunham, naquela época, nem dispõem, ainda, de programações culturais acontecidas a céu aberto. As festas de rua são pontuais, como em Santana, onde o evento mais importante acontece no mês de julho, que é a Festa de Sant’Ana, padroeira da cidade. Dessa forma, as ações desenvolvidas pelo Mobral Cultural foram creditadas como importantes pela narradora.

A interlocutora ainda destaca outros folguedos populares apresentados nas feiras culturais, o que nos leva a entender uma relativa autonomia no reconhecimento das

⁹⁵ Herança do folclore negro o coco alagoano, destaca-se como uma das danças populares mais exitosas do Nordeste, por sua extensa penetração em comunidades urbanas e rurais. Segundo Duarte (2010, p. 43). “Verifica-se que partindo das Alagoas, donde é originário, chega às divisas do Nordeste oriental na região cearense [...]. Realiza às custas da mentalidade poético-musical do nosso povo uma longa e autêntica viagem folclórica.” O autor acrescenta que essa expansão se dá em dois sentidos pelo litoral com o *coco-de-praia* e pelo interior, *coco-do-sertão*.

⁹⁶ Município da Mesorregião sertão alagoano, situada na Microrregião Santana do Ipanema com uma área de 521,63 km² e uma população de 30.088 hab. (Censo 2010). (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2013).

manifestações culturais locais. A narradora faz menção ao guerreiro, pastoril⁹⁷ e ou reisado. A fotografia a seguir traz narrativas sobre a apresentação do reisado em um dessas feiras culturais. O propósito da apresentação da fotografia vem do entendimento de que “nas imagens vão aparecer também os tantos sentidos daqueles que, com sua história, suas emoções e suas memórias, as veem ao ler o texto escrito” (ALVES, 2003, p. 67).



Figura 18 – *Apresentação cultural – Reisado.*
Fonte: Arquivo pessoal de José Petrucio de Oliveira Silva.

A imagem nos permite apreciar os trajes típicos do reisado feitos de cetim colorido, bem como os chapéus ilustrados por espelhos redondos, além das flores artificiais e das fitas coloridas. As apresentações dos grupos de reisados nas cidades do sertão estão cada vez mais reduzidas. Duarte (2010, p. 284), ao escrever sobre esse processo de declínio da tradição, explica: “O Reisado alagoano teve sua época de grande fastígio, de esplendor, sendo atualmente substituído pelo folguedo dos guerreiros, sua nova apresentação sincrética. Todavia ainda é dançado em localidades alagoanas”.

⁹⁷ Folguedo natalino, o Pastoril é um dos mais conhecidos e difundidos entre os folguedos de Alagoas. O folguedo faz alusão ao presépio natalino, traz em suas apresentações os seguintes personagens: mestra, contramestra, Diana; as pastorinhas, o pastor e a borboleta. Compõem-se por dois grupos vestidos com cores distintas - azul e encarnado (vermelho). Nos escritos de Carvalho (2010, p. 309), podem-se encontrar registros de apresentação do Pastoril em Santana do Ipanema de dezembro de 1953. “Engalanado, colorido e bem ensaiado, o pastoril Estrela do Oriente abria, assim, as festividades natalinas daquele ano em Santana do Ipanema.” Santana do Ipanema conserva a tradição do pastoril religioso com o Pastoril do Clube da Terceira Idade.

É inegável a preocupação, por parte do Programa, com o “resgate” da cultura, por meio da socialização em outros ambientes, apresentando-os em “outros encontros”. Albuquerque Jr. (2013, p. 42), faz um alerta sobre essa “prática do resgate”, que por vezes acaba por transformar as práticas culturais em objetos de curiosidade. Segundo ele, esse fenômeno acontece porque “A ida ao povo e às suas manifestações culturais se faz de forma cada vez mais frequente, guiada agora por uma curiosidade de saber e, também por um afã de controlar, de ditar regras, de dominar estes territórios sombrios e desconhecidos”. Certamente o Mobral, ao tempo em que buscou divulgar a cultura popular, cumpriu essa função de transformação das práticas culturais dos sertanejos em objetos de consumo.

5.4.7 Patrimônio Histórico e Ecológico

Existiu, por parte do Mobral Cultural, uma preocupação com a preservação e divulgação do patrimônio histórico e ecológico do Brasil. A valorização desses patrimônios é traduzida em um dos objetivos do Movimento: “Conscientizar as comunidades, mobilizando a infraestrutura do Mobral através das Comissões Municipais, da importância desses valores histórico culturais. (BRASIL, 1974, p.31).

Esse subprograma contou com a parceria do subprograma de publicação na propagação de reportagens e informativos sobre o patrimônio histórico e ecológico do país, mostrando a relevância de sua conservação. Em outra frente, contou também com o subprograma de cinema, na produção de filmes e diafilmes relacionados ao patrimônio histórico e ecológico nacional, com o intuito de conscientizar as pessoas sobre a importância da preservação desse patrimônio.

Na publicação do Mobral intitulada *Mapa Cultural: Artesanato, Folclore, Patrimônio Ecológicos, Patrimônio Histórico*, datada de 1980, é possível encontrar de forma detalhada, alguns aspectos culturais de cada município do estado de Alagoas. No que diz respeito ao município de Santana do Ipanema, são destacados o folclore, com ênfase nas seguintes práticas culturais: corrida de mourão, quadrilha e vaquejada, além dos que foram apresentados no subitem anterior. No mapeamento que aparece na figura a seguir é possível visualizar também o patrimônio ecológico: os rios, riachos, açudes e lagoas, bem como o patrimônio histórico, destacando: a matriz de Senhora Sant’Ana, a igreja de São Cristóvão e a igreja de São Pedro, que também aparecem na imagem.

Santana do
Ipanema

FOLCLORE



- CORRIDA DO MOURÃO
- PASTORIL
- QUADRILHA
- REISADO
- VAQUEJADA

PATRIMÔNIO ECOLÓGICO



- RIOS IPANEMA E CAMUXINGA
- RIACHOS GRANDE E DO BODE
- LAGOAS GRANDE E JOÃO GOMES
- AÇUDE DO BODE
- SERRAS DO POÇO, LAGOA E DA CAMONGA

PATRIMÔNIO HISTÓRICO



- MATRIZ DE NOSSA SENHORA DE SANTANA
- IGREJA DE SÃO CRISTÓVÃO
- IGREJA DE SÃO PEDRO

Figura 19 – Levantamento de dados referentes ao folclore, patrimônio histórico e ecológico de Santana do Ipanema.

Fonte: BRASIL (1980, p. 45).

Esse levantamento de dados foi realizado pelo Mobral em todos os municípios do estado de Alagoas e do Brasil. Não se pode negar que muitos dos aspectos culturais do município não aparecem nesse quadro, que de forma generalizante negligenciou aspectos da cultura sertaneja, sobretudo do que era produzido à época pelos sertanejos da cidade e do campo, a exemplo da agricultura e da pecuária praticada naquele contexto. O Batalhão de Lagoa, apresentado na segunda seção, é um exemplo das inúmeras práticas culturais realizadas na comunidade sertaneja. Acredito que outras práticas culturais genuínas não conseguiram ser alcançadas pelo Mobral Cultural.

Para além das igrejas elencadas no levantamento feito pelo Mobral Cultural, somem-se as muitas que nele não aparecem, pois como afirma Barros (2010, p. 66): “Cada distrito ou povoado tinha a sua igreja e seus santos cuidados por uma zeladora do Coração de Jesus”. Os escritos da autora reportam-nos aos costumes das comunidades tradicionais do sertão, que contavam com a tradição oral, em um contexto escasso de outras formas de comunicação, era valiosa “a experiência que passa [passava] de boca em boca” (BENJAMIN, 2012, p. 214). Nessa perspectiva, pode-se afirmar que muitas práticas culturais das comunidades rurais não foram alcançadas pelo Movimento.

No que se refere ao patrimônio histórico, o descaso é visível no município de Santana do Ipanema, seja pelo descuido com a memória escrita, o que tem levado os pesquisadores a enveredarem pelos caminhos da história oral, seguindo as pistas deixadas pelos que vivenciaram os fatos históricos; seja pelo desrespeito com o patrimônio arquitetônico, já denunciado na primeira seção desta tese. Carecia ao Mobral ter efetuado um trabalho bem mais

intenso nesse campo e que, sobretudo, tivesse continuidade pelos governos que sucederam o regime militar, com o intuito de preservação da memória nacional.

As narrativas presentes nas fontes orais e nas fontes visuais permitiram-me compreender os pontos e contrapontos presentes nos documentos institucionais dedicados ao Programa de Atividades Culturais. Foi possível observar que as ações do Programa, operacionalizadas por meio do Posto Cultural e da Mobralteca, com o apoio dos subprogramas apresentados, de forma ambiciosa tentaram contemplar várias dimensões da cultura dos sertanejos e das demais regiões do país.

Jannuzzi (1987, p. 53), em seus estudos, faz observações sobre o Programa de Atividades Culturais do Mobral, caracterizando esses pontos e contrapontos a partir de duas palavras que aparecem com recorrência nos documentos: “transformação” e “informação”. Para a autora a transformação é a “[...] única palavra que dá alguma possibilidade de abertura crítica”, embora venha vinculada à preocupação com a “oferta” e a “assimilação”, que poderiam engessar a espontaneidade de algumas práticas culturais das pessoas.

O contraponto é feito a partir da palavra “informação”. Segundo ela, essa palavra traz toda uma intencionalidade do dirigismo político e do paternalismo que marcavam o Movimento: “A informação é tão essencial que o Mobral, através de seu Subprograma Publicação, se propõe planejar, ordenar, divulgar a informação ajustada aos propósitos da promoção sociocultural do indivíduo e da comunidade” (JANNUZZI, 1987, p. 53). É notável a visão etnocêntrica por parte do Mobral em todos os seus programas, inclusive nas ações culturais que foram pensadas para o povo. Essa visão unificada de caráter colonizador, presente no Movimento, é explicada por Rocha (1988, p. 6) como essência do etnocentrismo, “[...] que busca em uma mesma atitude informar os diferentes grupos”, refutando as peculiaridades desses “outros”; tentando impor-lhes outras culturas.

As narrativas dos interlocutores dessa pesquisa apontam que no sertão alagoano as informações previamente estabelecidas tiveram um significado para os sujeitos, que a partir daí atribuíram novos sentidos às ações desenvolvidas no âmbito do Mobral Cultural. Na região sertaneja, a ausência de informação era tão aguda que alguns dos elementos culturais que chegaram até lá, como instrumento de controle, foram aproveitados pelos sertanejos, passando a ser tidos como oportunidade para muitos deles.

Os escritos de Certeau (2011b, p. 39) nos convidam a aguçar o olhar sobre essas ressignificações possíveis que se concretizam com “[...] o uso que os meios ‘populares’ fazem

das culturas difundidas e impostas pelas ‘elites’[...]”. Ao tempo em que nos convida, o autor também nos desafia a não estigmatizar e nem subestimar os sujeitos das classes populares, que têm uma riqueza cultural autêntica, muito bem descrita no poema do folclorista alagoano Théo Brandão, no início dessa seção.

Na sequência, tratarei com mais profundidade os significados das ações culturais do Mobral, lançando mão de mais algumas narrativas.

6 CONTRIBUIÇÕES E RESSIGNIFICAÇÕES EM TORNO DAS AÇÕES CULTURAIS DO MOBRL NA COMUNIDADE SERTANEJA: MÚLTIPLOS OLHARES

[...] o levantamento dessas forças enormes que se perdem nas matas e nas caatingas, o desenvolvimento das qualidades existentes em estado de aproveitamento, mas embotados pelo abandono que têm vivido [...].

João Craveiro Costa

Instrução pública e instituições culturais de Alagoas & outros ensaios

As contribuições e ressignificações que tiveram os sertanejos, a partir das ações culturais socializadas pelo Programa Mobral Cultural no período de 1973-1985, ganham espaço nesta seção. A epígrafe escolhida para abrir as histórias que aparecerão nessa última parte da tese, volta-se para ajudar na compreensão das condições objetivas de sobrevivência dos sertanejos no período em estudo.

Costa (2011, p. 115) refere-se à década de 1930, mas mesmo assim o seu texto está atual. Optei por trazer o excerto por entender que, nele o abandono secular ao qual o sertanejo foi submetido ainda permanece e é de toda natureza, inclusive das “[...] noções elementares da economia, do conforto pessoal, da conservação da saúde, da ambição da prosperidade”.

As narrativas que aparecem nestes escritos, para além da informação, estão preocupadas com a interpretação que cada leitor fará ao analisá-las, entendendo como Benjamin (2012, p. 219) que o leitor é livre “[...] para interpretar a história como quiser, e com isso o episódio narrado atinge uma plenitude [...]”. A minha preocupação com a legitimidade das narrativas é oriunda do entendimento que tenho delas como uma arte, que nas palavras do pensador encontra-se em extinção.

Corroborando os escritos de Benjamin (2012), os estudos de Bosi, E. (1994, p. 85) esclarecem o valor das narrativas ao dizer: “ a arte da narração não está confinada nos livros, seu veio épico é oral. O narrador tira o que narra da própria experiência e a transforma em experiência dos que escutam”. É nessa perspectiva de respeito às experiências vividas e agora narradas, que busco a composição de novas histórias sobre a atuação do Mobral Cultural, no sertão de Alagoas.

As narrativas que estou construindo são tidas como fortes experiências humanas, que nas palavras de Alves e Garcia (2002, p. 274), “[...] têm amplitude no tempo e no espaço. São narrativas encontradas que [permitiram] uma **ressignificação**, uma história diferente das que conhecemos em relação aos **conhecimentos [...] políticos oficiais**, que são, sobretudo, escritos”, no caso específico, os conhecimentos do Mobral Cultural.

Na tentativa de privilegiar as narrativas deste estudo, separei-as, didaticamente em grupos que se complementam e interagem. Seguindo essa lógica, a seção foi composta de duas grandes partes que se subdividem em itens mais específicos. A primeira parte foi reservada às narrativas dos sujeitos que considero externos ao sertão alagoano, ou seja, os componentes da Coordenação Estadual que mantiveram contato com as comunidades sertanejas na execução de suas funções. Incluem-se nesse grupo os relatos do ex-animador das ações culturais. Na segunda parte, privilegio as narrativas dos interlocutores residentes no sertão, enfatizando os sentidos por eles atribuídos às experiências vividas a partir das ações do Mobral Cultural.

6.1 O que nos revelou o olhar externo

6.1.1 Das narrativas das componentes da Coordenação Estadual

As pistas levaram-me a um grupo de senhoras que trabalharam na Coordenação Estadual do Mobral. Apesar de não pertencerem à região sertaneja, suas narrativas foram importantes, uma vez que permitiram uma multiplicidade de olhares que enriqueceram a investigação, ao mesmo tempo em que ajudaram a compreender os significados e contribuições das ações propiciadas pelo Programa.

O olhar de fora tornou-se valioso, pois possibilitou que o objeto de pesquisa fosse visto por outro ângulo, e trouxe relatos de experiências vividas em campos de atuação no Mobral Cultural, que envolveram o relacionamento com as ações culturais que o Programa desenvolveu no sertão. Essa multiplicidade de olhares é tida como valiosa em trabalhos desse tipo, uma vez que “[...] a história oral é um gênero multivocal, resultado do trabalho comum de uma pluralidade de autores em diálogo” (PORTELLI, 2010, p. 20).

As lembranças das interlocutoras, em um primeiro momento, foram de valorização do trabalho efetivado pelo Movimento, considerado inédito na região sertaneja. Nesse sentido, destaco a narrativa que se segue:

O Mobral foi uma grande oportunidade para essas e outras pessoas pobres, porque veja bem, o pessoal da zona rural! A gente enfatiza mais o pessoal da zona rural, né? Eram pessoas marginalizadas, não existia esse acesso que existe hoje, a área da saúde mesmo foi o Mobral que chegou até lá. Hoje a gente tem o Programa de Saúde da Família que vai até lá, em 70 o Mobral era que fazia isso, a sua maneira. [...] o que chamava mais a atenção era a Mobralteca, porque o Posto ele agregava, a gente tinha uma Comissão e a Comissão se ela fosse dinâmica ela conseguia fazer um trabalho maravilhoso. A Mobralteca ela dava uma alavancada, mexia muito com o município. A gente fazia aquelas atividades culturais, pastoril [...] era muito bom! (MARIA ROSA DOS SANTOS CAVALCANTE– EX-SUPERVISORA ESTADUAL).

Os fatores lembrados pela ex-supervisora estadual denunciam as condições sociais, políticas e econômicas que permeavam as comunidades sertaneja no contexto em estudo, marcadamente pela ausência de políticas públicas nessa área. Ao relembrar o passado, a interlocutora, assim como os demais sujeitos, destaca os trabalhos que eram desenvolvidos pelo Mobral, com ênfase nas ações culturais e efetua comparações com o presente. Bosi, E. (1994, p. 81) faz um alerta para esse processo de rememoração. Para ela, “[...] a faculdade de lembrar exige um espírito desperto, a capacidade de não confundir a vida atual com a que passou, de reconhecer as lembranças e opô-las às imagens de agora”. Por isso, muitas vezes, ao relembrar, há uma confusão dessas lembranças marcadas pelo saudosismo.

A depoente denuncia um modelo social que, historicamente, definiu como campo de marginalização o espaço reservado aos sujeitos das classes populares, em que o público da EJA encontra-se inserido e, no caso específico, os sujeitos sertanejos. Os escritos Santos, M. (2012) denunciam essa marginalização, essa negação dos direitos básicos dos cidadãos brasileiros, sobretudo os mais pobres:

Olhando-se o mapa do país, é fácil constatar extensas áreas vazias de hospitais, postos de saúde, escolas secundárias e primárias, informação geral e especializada, enfim áreas desprovidas de serviços essenciais à vida social e à vida individual. O mesmo, aliás, se verifica quando observamos as plantas das cidades em cujas periferias, apesar de certa densidade demográfica, tais serviços estão igualmente ausentes. É como se as pessoas nem lá estivessem (SANTOS, M., 2012, p. 59).

Nas décadas em estudo, o sertão era uma dessas “áreas vazias”, o que autoriza a interlocutora a dizer que o Mobral, com os seus programas, tornou-se uma grande oportunidade para os sertanejos marginalizados.

Passados mais de 40 anos esse descaso ainda se perpetua, evidentemente que em proporções menores. É espantosa a constatação, em pleno século XXI, da negação de direitos básicos aos sujeitos sertanejos, a exemplo do abastecimento de água em muitas comunidades localizadas próximas ao maior rio do Nordeste. No que se refere ao direito à educação escolar, observa-se a educação enquanto “doação”, apresentada de forma domesticadora e desprovida de teor de criticidade. Educação essa, que segundo Santos, M. (2012, p. 154) “feita mercadoria [que] reproduz e amplia as desigualdades, sem extirpar as mazelas da ignorância. Educação apenas para a produção setorial, educação apenas profissional, educação apenas consumista, cria, afinal, gente deseducada para a vida”.

A ausência de políticas públicas também aparece nas narrativas de outra ex-supervisora estadual. A entrevistada aponta o descaso com as poucas escolas existentes nas comunidades sertanejas:

Eu trabalhei num município onde tinha o ginásio [correspondente aos atuais últimos anos do ensino fundamental] e não tinha sequer uma biblioteca, então o único lugar do aluno daquela escola pesquisar era no Posto Cultural do Mobral, porque o Mobral tinha o material, não era um material tão rico, era um material básico aí eles procuravam esse posto cultural para fazer pesquisa. Ele era um ponto de apoio nesta área para a comunidade de um modo geral. (MARIA DO CARMO CABRAL DE ARAÚJO – EX-SUPERVISORA ESTADUAL).

As precárias condições do campo educacional levam as interlocutoras a creditarem as ações desenvolvidas pelo Mobral Cultural como positivas. Esses créditos vão desde a oferta de Programa de Saúde, material básico de pesquisa no Posto Cultural da comunidade “não tão rico”, às ações de valorização da cultura das comunidades. Os depoimentos nos disseram explicitamente as benesses do Movimento, que supria as carências deixadas pelo Estado.

Os trechos elencados a seguir apontam mais diretamente para o trabalho que era desenvolvido no campo da cultura. As vozes trazem em seu âmago as interpretações dos fatos vivenciados pelas entrevistadas, suas experiências, suas emoções, fatores que as motivaram a compartilhar suas narrativas. Portelli (1996, p. 2), ao falar das experiências narrativas, diz que “a motivação para narrar consiste precisamente em expressar o significado da experiência através dos fatos: recordar e contar já é *interpretar*.” Nesse sentido, entendam-se os relatos ora apresentados, como interpretações que as interlocutoras fazem do passado experienciado por elas:

O Mobral Cultural tinha um trabalho excelente, ele resgatou o trabalho cultural praticamente de todo o estado de Alagoas, ele valorizava o artesão, o músico, inclusive

existia o concurso de banda de pífano, as rendeiras, a primeira vez que as rendeiras começaram a se apresentar em feira foi depois do Mobral. O Mobral é que fazia isso, sem contar quando a Mobralteca vinha, além dos concursos que eram feitos na praça, havia esses concursos, o pessoal participava, toda a coordenação estava envolvida, participava dessas atividades, era muito rico, para mim foi um dos programas que mais desenvolveu e trabalhou a comunidade. E não ficava só no aluno, envolvia toda a comunidade. Tinha a questão do teatro também da própria comunidade, ou eles apresentavam, ou os professores orientavam e formavam aqueles grupos para se apresentarem. Tinha show de calouros, tinha aquelas pessoas da comunidade que tocavam aqueles instrumentos, tinha até desfile de miss que era a miss Mobralina (CARMÉLIA MARIA B. ANDRADE – EX-AGENTE PEDAGÓGICA /APEDE).

[...] ele atingia tudo, desde a alfabetização até a parte cultural, a saúde, nós tivemos até a horta comunitária! Eu me lembro que em Água Branca eu fui fazer uma supervisão e um senhor veio me perguntar como usar a camisinha, veja há quantos anos atrás, o Mobral já trabalhava isso, o controle da natalidade. Não é uma alfabetização? (MARIA ANUNCIADA DE MELO TORRES – EX-AGENTE PEDAGÓGICA /APEDE).

No primeiro excerto elencado, a ex-agente pedagógica chama a atenção para o envolvimento da comunidade em geral, o que a leva a caracterizar como um Movimento “muito rico”, enfatizando a abrangência de suas ações por meio de programas variados diz: “E não ficava só no aluno, envolvia toda a comunidade”.

Esse termo “muito rico” externava, também na fala das depoentes, as diversas ações que o Mobral desenvolveu, a exemplo dos investimentos despendidos para a execução do programa que tinha “[...] autonomia administrativa e financeira, com definição legal de recursos em volume e tamanho para ‘resolver’, em dez anos, uma questão nacional: o analfabetismo de largo contingente da população”. (PAIVA, J., 2009, p. 165). Essa autonomia justifica a extrapolação do campo da alfabetização, com a criação de novos programas e a vigência de sua atuação que, prevista para dez anos, prolongou-se por mais cinco.

Não externaram os depoimentos as intencionalidades ideológicas do Movimento e fazem alusões ao Mobral como um órgão destinado a atender, no campo da educação de adultos, os propósitos desenvolvimentistas que caracterizavam seu surgimento e vigência. Os reais propósitos da criação e implantação do Movimento são assim explicados por Paiva, J. (2009, p. 166).

Não se criava toda uma estrutura de atendimento que chegava, com certeza, a todos os municípios brasileiros para conferir o direito de todos à educação. Chegava-se porque o analfabetismo era um mal, a chaga a ser curada, responsável pelo atraso do processo produtivo e industrial, sem o que o país não ingressaria no clube dos desenvolvidos.

A narrativa presente no segundo excerto, para além das considerações valorativas das ações culturais, traz um conceito ampliado de alfabetização, quando a interlocutora questiona se a orientação de um adulto sobre os cuidados básicos que envolvem o uso de preservativo, como controle da natalidade: “não é uma alfabetização”? Esse questionamento demonstra, enquanto contribuição do Movimento, a relevância da circulação de informações básicas no sertão alagoano. Demonstra, principalmente, que as práticas de alfabetização não podem ser meramente técnicas.

Os fatos lembrados por outra interlocutora que tinha sua atuação no Programa de Profissionalização do Mobral revelam a função do Posto Cultural como elemento articulador entre os programas. A entrevistada falou sobre a parceria que mantinha com as empresas e o treinamento dos trabalhadores que se iniciava com o recenseamento destes no Balcão de Empregos:

Era uma parceria com a empresa, o instrutor era da empresa, quem apresentava e o trator por exemplo era a empresa. Aí nós tínhamos além de treinamento, nós tínhamos o balcão de emprego e tudo isso funcionava no Posto Cultural. Tudo isso era feito lá no Posto Cultural, era o polo de encontro de todos os programas. Vinha também curso de artesanato era também no Posto Cultural, isso em atendimento a alunos e comunidade. Todo o trabalho era assim, sempre aberto à comunidade. Eu lembro de vários trabalhos que desenvolvíamos no sertão, em Dois Riachos [...] em todos os municípios do sertão tinha esse tipo de trabalho que tinha sua organização dentro do Posto Cultural. Sempre com essas ações [...] Santana do Ipanema, toda aquela região. Era tudo interligado, os programas não eram estanques. Todas as ações saíam do Posto Cultural. Não tinha nada estanque no Mobral, a filosofia era essa, era a filosofia da integração! Aí o aluno não ia só se alfabetizar, mas ele tinha esse leque de outras ações. (MARGARIDA SOUZA DE ARAÚJO – ÁREA DE PROFISSIONALIZAÇÃO).

A amplitude do Mobral também aparece no depoimento dessa interlocutora, quando se refere às múltiplas ações desenvolvidas: “Aí o aluno não ia só se alfabetizar, mas ele tinha esse leque de outras ações”. As ações a que se refere a depoente são hoje assumidas pelas Secretarias Municipais do Trabalho e de Ação Social, que realizam programas sociais, órgãos que à época não existiam. É importante registrar que já existe a preocupação, no âmbito do MEC, de intersectorializar ações, a exemplo de saúde, moradia, geração de emprego e renda com a educação de jovens e adultos.

De certa forma, o Posto Cultural funcionava como agência de integração que envolvia todos os programas do Mobral em ações que iam desde o empréstimo de livros ao levantamento da mão de obra local para a colocação no mercado de trabalho.

Os depoimentos encontraram apoio nas fotografias que foram socializadas pelas integrantes durante o encontro. Com o auxílio das imagens, as depoentes aprofundaram as narrativas, em um processo de rememoração. Segundo Guran (2011, p. 88), a ocorrência desse processo se dá porque quando são estimulados pelas fotografias “[...] os informantes vão muito além do que está representado na imagem, já que uma das características da fotografia é justamente esse poder de desencadear ideias recorrentes em um processo que tem tanto de sensível como de racional”.

Essa interação entre as fontes orais e as fontes visuais permitiu, no momento das entrevistas, o aprofundamento das interpretações sobre o contexto representado na imagem, gerando, em alguns momentos, divergências de informações entre as interlocutoras. Nem todas as fotografias foram descritas totalmente por elas, as lembranças eram vez ou outra contestadas. Para Pollack (1992, p. 4), isso ocorre porque “a memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado.” Com relação à foto a seguir, a dificuldade consistiu em identificar a que município pertencia o referido Posto Cultural.



Figura 20 – *Visão interna do Posto Cultural do Mobral – agosto de 1979.*
Fonte: Arquivo pessoal de Maria Rosa dos Santos Cavalcante.

As interlocutoras, de forma unânime, aprovaram as ações desenvolvidas pelo Mobral Cultural na comunidade sertaneja. Reportaram-se à singularidade das ações que, com forte

abrangência, chegaram às comunidades mais isoladas do sertão alagoano. Deixam soar, em seus depoimentos, as contribuições que o Movimento levou para os sertanejos, pois em sua abrangência “atingia tudo, desde a alfabetização até a parte cultural”.

Nos depoimentos estão presentes os aspectos subjetivos das entrevistadas, seus *espaçostempos* marcados pela presença de um *lugar* voltado para a ordem, para o poder como ressalta Certeau (2011b). As narradoras relatam suas histórias a partir das experiências por elas vivenciadas em uma instituição marcada por um poder ideológico que acaba por determinar o discurso das depoentes. Para além do *lugar* enquanto instituição, neste caso o Mobral, as interlocutoras ainda trazem, em seus depoimentos, os lugares culturais que cada uma delas ocupava à época, aspectos já apresentados na caracterização dos sujeitos da pesquisa, na primeira seção desta tese.

Essa observação torna-se relevante, pois entendo que se ocupam ou representam-se esses *lugares de poder* descritos nos estudos de Certeau (2012, p. 222). Desse modo, o autor ensina que “não podemos, portanto, discutir a cultura assim como seus aspectos globais, sem reconhecer, em primeiro lugar, o fato de que tratamos desse assunto apenas segundo um certo lugar, o nosso.”

É a partir desses *lugares* que fazemos a leitura do outro. Nesse sentido, pode-se observar que no decorrer desse subitem apresentou-se um olhar de pessoas que pertenciam a outra comunidade cultural que não a dos sertanejos. Marcado pelo poder do *lugar*, essas interpretações são imbricadas por determinações impostas inevitavelmente pela instituição representada. Certeau (2011b, p. 64), ao falar desses limites impostos pelo *lugar*, retrata a figura do perito, sujeito que “se pronuncia em nome do *lugar* que sua especialidade lhe valeu. Assim ele se inscreve e é inscrito numa ordem *comum* [...]”.

É bem verdade que os sujeitos que praticam esses *lugares*, os transformam em *espaços*; ou seja, a ordem também é subvertida pelos sujeitos *praticantespensantes* que, em suas atuações cotidianas, reinventam e criam novas formas de fazer. Essa possibilidade de ressignificação do trabalho executado nas comunidades é visível na narrativa de Margarida Souza de Araújo quando ela destaca: “Todo o trabalho era assim, sempre aberto à comunidade.”

Apesar de os documentos do Mobral apontarem a existência de uma uniformidade do programa, nos depoimentos as entrevistadas deixaram transparecer que havia certa abertura na realização, dando entender que podiam inovar. As falas das interlocutoras me remeteram a pensar sobre as maneiras como as ações do Mobral foram ressignificadas, nas diversas

localidades alcançadas pelo Movimento. Ressignificações feitas, inclusive, pela Coordenação Estadual e pelas Comissões Municipais, uma vez que “o cotidiano se inventa com mil maneiras de *caça não autorizada*” (CERTEAU, 2011b, p.38).

Essas criações ou reinvenções aparecem mais fortemente nas narrativas dos sujeitos sertanejos que serão apresentadas, ainda, nesta seção. Na sequência, a socialização das experiências do ex-animador das ações culturais do Mobral.

6.1.2 Das memórias de um andarilho: relatos do animador das ações culturais.

Rompendo com o silêncio de décadas, as lembranças do ex-animador das ações culturais do Mobral foram evocadas a contribuir no processo de reconstrução da história. As narrativas do interlocutor trazem fragmentos de memórias, escondidas no esquecimento provocado pelo silenciamento de um Movimento que serviu aos propósitos da Ditadura civil-militar. Para Certeau (2011b, p. 146), a memória permanece escondida em lugares imprevistos “[...] até o instante que se revela, no ‘momento oportuno’, de maneira ainda temporal embora contrária ao ato de se refugiar na duração. O resplendor dessa memória brilha na *ocasião*. ”

Passadas mais de quatro décadas, as memórias do ex-animador encontraram na temporalidade do presente o momento oportuno para romper o silêncio e contribuir na reconstrução dos acontecimentos. O depoente mostrou-se um dos maiores conhecedores das ações culturais do Mobral nos municípios do sertão alagoano, visto que a função por ele assumida colocava em contato direto com as comunidades mais isoladas do estado.

Apesar de sua forte experiência devido a seu processo de incursão nos municípios alagoanos deve-se ressaltar que se trata sempre de uma reconstrução, e que não é minha pretensão “resgatar” o fato histórico, entendendo como Bosi, E. (1994, p. 58) que “[...] o conjunto de nossas ideias atuais, principalmente sobre a sociedade, nos impediria de recuperar exatamente as impressões e sentimentos experimentados [...]” pelos narradores que emprestam, no presente, suas lembranças para a reconstrução possível de um fato vivenciado há mais de quarenta anos.

Quando questionado sobre a relevância das ações culturais nas comunidades do sertão alagoano, o interlocutor, conforme segue, também apresentou um depoimento valorativo das

iniciativas do Mobral no campo da cultura. Destacou principalmente o fato de o Movimento chegar até os sertanejos, sobretudo aos que moravam nas comunidades rurais.

Eu acho que levar tudo isso até eles foi o mais importante! Eu acho que eles aprendiam também com o que a gente falava, eles viam ali, acho que eles aprendiam e compreendiam, a gente percebia que eles riam! Eles prestavam a atenção naquilo que a gente falava. E só em bater palma, você percebia a participação deles por estar ali [...] era uma coisa que animava, era muito bonito. Agora a questão da evasão era terrível, eles estavam ali, mas aquele pessoal precisava viver, precisavam trabalhar e daí eu acho, no meu entendimento foi a causa maior do Mobral não ter conseguido o objetivo principal que era erradicar... como é que o cara vai para uma sala de aula? Tinha muito aluno que ia para uma sala de aula e talvez não tivesse nem o que comer; banho, aquelas coisas [...] água de cacimbas era como eles viviam. Hoje a energia chegou com esses programas luz para todos, a energia está chegando um pouco mais, antes não tinha, era no escuro.

Era para os alunos do Mobral e para a comunidade em geral. Os alunos eram mobilizados para vir para aquele local e fora aquelas pessoas que estavam ali, que já moravam ali. Não era especificamente só para os alunos do Mobral não, era para a toda a comunidade que quisesse estar ali naquele momento. Era como se fosse uma festa, você via [...] olhava para cara de cada um, você não via cara feia, via alegria! (JOSÉ PETRUCIO DE OLIVEIRA SILVA).

A ênfase no depoimento vai para a receptividade com que os sertanejos recebiam as ações culturais do Mobral. A alegria e a interatividade aparecem nos relatos do depoente. A expressão “Era como se fosse uma festa”, por ele utilizada, dá conta da dimensão da importância das ações para o povo do sertão, em um contexto de ausência de políticas públicas em áreas de extrema pobreza.

A imagem, a seguir, cedida pelo depoente traz narrativas da mobilização das comunidades sertanejas em torno das atividades culturais que eram proporcionadas. A imagem desvela o que o interlocutor caracterizou como uma festa que conseguia mobilizar as pessoas da comunidade e não apenas os alunos do Mobral.



Figura 21 – *Apresentações culturais – Quadrilha – Mata Grande/AL, Julho de 1982.*
 Fonte: Arquivo pessoal de José Petrucio de Oliveira Silva.

A fotografia, como “[...] um espelho de momentos passados” (LEITE, 1993, p. 160) proporciona mensagens que retratam as pessoas que se aglomeravam para celebrar a cultura. Corroborando as narrativas do depoente, a imagem nos ajuda a interpretar os significados das atividades culturais para o povo sertanejo, que recebia as ações com muito entusiasmo.

Certamente as pessoas que se aglomeravam para participar das manifestações culturais, para além da submissão ao Programa, encontravam sentido no que vivenciavam. Nas palavras de Certeau (2011b, p. 39), esses sujeitos não devem ser tidos apenas como consumidores, mas como usuários ativos das ações que lhes eram dadas. Faziam das “[...] representações ou leis que lhes eram impostas outra coisa que não aquela que o conquistador julgava obter por elas”.

Essa perspectiva certeuniana possibilita uma análise que se afasta da representação dos sertanejos enquanto sujeitos passivos. O autor ajuda a romper com o estigma da alienação, visto que esses sujeitos são capazes de subverter as imposições, “[...] não rejeitando-as diretamente, ou modificando-as, mas pela sua maneira de usá-las para fins [...]” (CERTEAU, 2011b, p. 39). Essas novas maneiras de *usos* aparecem no excerto seguinte, no qual o depoente narra a mobilização que era feita pelos próprios artistas da terra, que aproveitavam a ocasião para a divulgação dos seus trabalhos:

Tinham os encontros dos repentistas, dos violeiros, eles se juntavam, traziam os caras de comunidades diferentes para um determinado município, vinte, trinta violeiros, e ali a noite rolava cada um com a sua cantoria né? De cidades diferentes, juntava tudo em um só lugar! Aí era madeira! Porque cada um queria ser melhor que o outro, nas cantorias, cada um queria mostrar que era o bambambã né! E era interessante demais, isso atraía multidões (JOSÉ PETRUCIO DE OLIVEIRA SILVA).

É possível perceber que existia certa autonomia por parte dos artistas; o interlocutor afirma que eles “traziam os caras de comunidades diferentes para um determinado município”, deixando aparecer a existência de intercâmbio cultural entre os municípios. No que se refere à valorização dos artistas da terra, o narrador, em um depoimento bastante ilustrativo, revela o trabalho que era feito em prol dos talentos locais nos palcos da Mobralteca:

[...] tinha aquela mobilização também na busca dos valores, dos valores que existiam na cidade. E tinha mais até cantores que hoje já conseguiram gravar, apareceram também lá nos palcos das Mobraltecas, apareceram quando não eram nada ainda. Divulgar! [...] davam os discos para a gente e dizer de quem era, então eu acho que a gente ajudou pessoas assim. Tipo Jorge de Altinho⁹⁸ [...] uma vez encontrei com ele em Arapiraca numa região urbana, quando Jorge de Altinho estava começando, já com o disco gravado e pediu para tocar e ficou tocando o disco dele lá à vontade (JOSÉ PETRUCIO DE OLIVEIRA SILVA).

A fotografia, a seguir, oriunda dos palcos da Mobralteca, revela a participação dos “valores que existiam na cidade”, expressão usada pelo interlocutor para falar da valorização dos músicos da região, que encontravam, nas passagens da Mobralteca a oportunidade de divulgação dos seus trabalhos.



Figura 22 – Atividades realizadas na Mobralteca na Cidade de Arapiraca /AL.
Fonte: Arquivo pessoal de José Petrucio de Oliveira Silva.

⁹⁸ Cantor da cidade de Altinho, situada na Mesorregião Agreste Pernambucano localizada a 30 quilômetros de Caruaru, considerada a capital do forró. Dedicou-se à música regional, tendo seu primeiro disco gravado em 1980.

Segundo o interlocutor, a passagem da Mobralteca em municípios do sertão alagoano representava a oportunidade de apresentação dos trabalhos de artistas que já tinham certo reconhecimento, bem como o incentivo àqueles que, com muita timidez, esboçavam o desejo de seguir a carreira artística. Muitos desses não tinham sequer o instrumento musical, utilizavam os que eram disponibilizados na Mobralteca.

O posicionamento do narrador é de reconhecimento dos trabalhos que eram desenvolvidos junto às comunidades. Suas considerações vão na contramão da utilização das ações culturais do Mobral para o controle social da população. Ao mesmo tempo, o depoente deixa claro o interesse em mobilizar as comunidades, sobretudo as rurais, com o propósito de divulgação do Mobral e, principalmente, para evitar os altos índices de evasão nas turmas de alfabetização. Como bem enfatiza o narrador, o Mobral Cultural atraía “os valores que existiam na cidade”; essas palavras autorizam-me a dizer que muitos artistas sertanejos se reapropriaram das ações desenvolvidas, utilizando-as e ressignificando-as “[...] pela criatividade dispersa, tática e bricoladora dos grupos ou dos indivíduos”. (CERTEAU, 2011b, p. 41) que, à época, usaram os espaços disponibilizados para a divulgação dos seus talentos.

Concluída a primeira parte desta seção, passo para o que chamo de olhar interno, isto é, as vozes dos sertanejos partícipes das ações culturais ofertadas pelo Movimento.

6.2 O olhar interno: experiências compartilhadas pelos sertanejos

Em busca das contribuições e significados das ações culturais do Mobral em terras do sertão alagoano no período de 1973 a 1985, abro espaços para as narrativas dos sertanejos que vivenciaram tais ações. Nesse espaço, serão privilegiados os depoimentos da ex-supervisora de área de Santana do Ipanema e do ex-supervisor de um município vizinho, bem como as lembranças de dois sertanejos que vivenciaram a experiência a partir de perspectivas diferentes, sendo um como seguidor da Mobralteca e o outro como espectador.

6.2.1 A mobilização da comunidade santanense: com a palavra a ex-supervisora de área

As narrativas conduziram-me às interpretações de acontecimentos que não vivenciei. Nesse sentido, a imaginação tornou-se uma constante no decorrer da escrita deste trabalho.

Compreender a mobilização da comunidade santanense em torno das ações do Mobral, exigiu-me o exercício da imaginação teórica. Esse exercício de imaginar é aconselhado por Lahire (2006, p. 105):

Em todos os casos, uma coisa é certa: nenhuma pesquisa de campo e nenhuma base de dados, quaisquer que sejam sua abrangência e seu grupo de precisão, jamais engendraram por si mesmas nem engendrarão, conhecimentos sociológicos se não forem concebidas, guiadas, suscitadas, informadas, alimentadas por uma imaginação teórica.

Na ótica do autor, esse exercício de imaginação teórica propicia ao pesquisador a possibilidade de reeducar o olhar sobre o objeto de pesquisa; esse exercício ajuda-nos no desprendimento de nossos hábitos já consolidados de ver as coisas. (LAHIRE 2006).

Inspirado pelas orientações do autor, busco apresentar, por meio de um olhar mais ampliado, as diversas formas como os sujeitos sertanejos receberam e ressignificaram as atividades culturais do Mobral nas décadas de 1970 e 1980.

Quando se referiu à importância das ações culturais do Mobral, a ex-supervisora de área de Santana do Ipanema lembrou que a mobilização representava, também como já apareceu no depoimento do ex-animador, uma festa para o município sede e para as comunidades vizinhas.

Era uma festa por que observe o seguinte! Uma cidade do interior era uma cidade que não tinha muitas novidades, muitas opções [...] e a Mobralteca chegava ficava na cidade, era um carro grande, bem equipado, com palco com microfone [...] então a gente tinha que mobilizar o povo da cidade para ir, para participar [...] e além disso a gente ainda falava com os prefeitos para trazer as pessoas de outros municípios para cá. Era no mínimo um show! Hoje trazem artistas famosos, naquela época traziam os artistas da terra e todo mundo saía de casa para assistir. À tarde os meninos saíam da escola, e corriam pra Mobralteca, e ficavam lá pintando, fazendo alguma atividade, tinha exposição de trabalhos e, à noite as atividades dos artistas que se inscreviam e a gente fazia a programação e o povo ia para assistir. Ela às vezes passava duas noites, aí tinha que fazer a programação para as duas noites, eram duas noites de festa na cidade (JENIUZA SOARES DE MELO).

Brandão (1989, p. 5), ao falar sobre as festas de rua que tradicionalmente ocorrem em cidades pequenas do interior, ajuda a entender o significado das duas noites de festa em uma cidade do sertão alagoano, enfatizadas pela narradora como no “mínimo um show”! O autor permite uma análise mais ampliada das festas populares quando apresenta a festa como uma bricolagem das manifestações populares, ao dizer:

[...] a festa é justamente essa bricolagem de ritos, folguedos e festejos de devoção e de pura e simples diversão. Bailes e forrós, pagodes antigos e danças de catira ou

jungo concorrem com as apresentações mais modernas de “shows sertanejos” e rodeios, com escolhas de Rainha da Festa (BRANDÃO,1989, p. 5).

A entrevistada apontou ainda que, no município de Santana do Ipanema, à época, existiam poucas atividades ligadas à valorização da cultura popular. Nesse sentido, afirmou que o Mobral Cultural “resgatou” ao valorizar as tradições da localidade.

[...] em aspectos assim, por exemplo eu moro em Santana do Ipanema, aí a gente fazia um planejamento para apresentar na Mobralteca. O que é que Santana do Ipanema tem para apresentar, ou eu formaria um grupo para ensaiar ou então eu ia atrás dos que já existiam, não é o resgatar? [...] pessoas da comunidade, se tivesse um reisado, um pastoril, os repentistas também se apresentavam, aí a gente fazia aquela programação para aquele dia. Aí como Santana do Ipanema era polo, como eu tinha minhas colegas de outros lugares [...] trazia os talentos de outros municípios. (JENIUZA SOARES DE MELO).

A expressão usada pela interlocutora demonstra a preocupação que o Mobral tinha com o “resgate” da cultura popular: “[...] eu ia atrás dos que já existiam, não é o resgatar?” Essa preocupação, segundo estudos de Albuquerque Jr. (2013, p. 41-42) tem sua origem no Brasil no início do século XX. Conforme o autor, no início do referido século as práticas de cultura popular passaram a ser vistas como “[...] objeto de curiosidade, de inventário, de registro, de interesse, de classificação, de controle e policiamento”.

Ao reproduzir o discurso do “resgate” que atravessa o imaginário nacional, que diz respeito à preservação da cultura popular, a entrevistada dá pistas de como pensa na mesma lógica definida por Albuquerque Jr. (2013, p. 32), quando afirma que esse discurso advém em grande parte das “[...] elites políticas e acadêmicas da região [...] [que] ainda continuam sendo presididos pela síndrome do resgate, pela ideia de que se deve preservar uma cultura regional e popular prestes a morrer [...]”. O autor chama a atenção para o fato curioso que a cultura nordestina desde o seu nascedouro já era anunciada “[...] como uma cultura que estava morrendo, que está prestes a desaparecer [...]” (ALBUQUERQUE JR., 2013, p. 32). Nesse sentido, o autor ressalta que a cultura popular nordestina sempre foi refém de uma fabricação.

Outro equívoco consiste em pensar a cultura das comunidades mais isoladas como estáticas. Os estudos de Laraia (2001, p. 49) desconstruem essa premissa. O caráter dinâmico da cultura é apresentado pelo autor quando esclarece que “[...] os homens, ao contrário das formigas, têm a capacidade de questionar os seus próprios hábitos e modificá-los”. Nesse sentido as comunidades mais longínquas que “[...] dão realmente uma impressão de estaticidade” não estão paradas no tempo como se costuma alegar.

Nessa perspectiva, Certeau (2012, p. 71) nos fala do domínio da cultura popular utilizando-se da metáfora da *beleza do morto*, destacando a relevância da anulação das manifestações populares que depois de mortas ganhariam espaço no imaginário de um povo. Trata-se de uma morte necessária, “[...] porque somos incapazes de falar dele [do popular] sem fazer com que ele não mais exista.” Nessa perspectiva pode-se dizer que o Mobral, movido pela síndrome do “resgate”, apropriou-se das manifestações da cultura popular dos praticantes do sertão alagoano.

A partir dos depoimentos da interlocutora, é possível perceber que a cultura do povo sertanejo tem uma lógica própria e apresenta peculiaridades que se assemelham às descrições que Brandão (1989) faz sobre as festas. No que diz respeito à autenticidade das culturas, Laraia (2001, p. 45) enfatiza o equívoco que se comete quando se tenta, de forma invasiva, penetrar na lógica de um sistema cultural:

Todo sistema cultural tem a sua própria lógica e não passa de um ato primário de etnocentrismo tentar transferir a lógica de um sistema para outro. Infelizmente, a tendência mais comum é de considerar lógico apenas o próprio sistema e atribuir aos demais um alto grau de irracionalismo.

O autor chama a atenção para a invasão cultural, ou apropriação de forma indevida da cultura, desapropriando-a do seu contexto, desconsiderando suas especificidades e sua lógica de funcionamento. Nessa perspectiva saliento a intencionalidade do Mobral como etnocêntrica, levando em consideração que o Movimento também estava preocupado em consolidar seu processo de alastramento dos interesses da Ditadura civil-militar, e o fez, ou pelo menos tentou fazer, aproximando-se do povo a partir dos hábitos culturais.

Não se pode negar, evidentemente, que o Mobral de certa forma contribuiu para a valorização de cultura dos sertanejos, os quais de forma *astuciosa*, aproveitaram a ocasião para propagar seus trabalhos, seus talentos, suas culturas. Segundo Certeau (2011b), esse tipo de ação torna-se possível porque os sujeitos, enquanto produtores anônimos, reinventam sentidos mesmo em uma instituição como o Mobral “tecnocraticamente construído, escrito e funcionalizado”. (CERTEAU, 2011b, p. 44).

Na sequência, o destaque vai para as narrativas de outro sertanejo que, à época, também exerceu a função de supervisor de área.

6.2.2. Seguindo pistas: lembranças oriundas do município vizinho

O trabalho com fontes orais exige do pesquisador a perseguição das pistas que surgem no decorrer da imersão no campo de investigação. As trilhas seguidas nesse trabalho conduziram-me para além dos limites geográficos de Santana do Ipanema. Por se tratar de um Movimento presente em todos os municípios, foi recorrente a indicação de pessoas de comunidades vizinhas que participaram das atividades culturais do Mobral em seus municípios de origem e em municípios da vizinhança.

Nas incursões pelo campo de pesquisa tive a oportunidade de entrevistar Hélio Silva Fialho, ex-supervisor de área do município de Pão de Açúcar, situado a aproximadamente 50 km de Santana do Ipanema. O interlocutor, assim como os demais, contribuiu de forma significativa na lembrança das ações culturais desenvolvidas pelo Mobral no sertão alagoano. Suas lembranças trazem muitos aspectos da memória coletiva do povo sertanejo. Nas palavras de Halbwachs (2006, p. 61), “[...] a representação das coisas evocada pela memória individual não é mais que uma forma de tomarmos consciência da representação coletiva relacionada às mesmas coisas”.

A partir da sua memória individual, o depoente trouxe as memórias de muitos sertanejos que participaram do Movimento em questão, permitindo o aparecimento da memória coletiva em seus relatos, externando, a partir de suas experiências os significados das ações culturais para os seus conterrâneos. Nessa perspectiva, Halbwachs (2006, p. 72) enfatiza que a memória individual se alimenta da memória coletiva: “[...] o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas que toma emprestado de seu ambiente”.

As palavras proferidas pelo depoente são entendidas como emprestadas de um contexto experienciado não apenas por ele, mas por um significativo grupo de pessoas do sertão de Alagoas. Nesse processo de lembrança mediado pela entrevista, os relatos orais do ex-supervisor de área também caminharam na perspectiva do entendimento das ações como positivas para os sertanejos, porque essas ações conseguiram chegar até as pessoas:

Eu vejo como de resgate! O Mobral apesar de ter sido criado na Ditadura civil-militar [...], mas você sabe como é a política coronelista! Vamos colocar nestes termos, a política dos coronéis do sertão é não ensinar a ninguém, absolutamente nada, para que essas pessoas permaneçam na subserviência, o Mobral vinha para justamente abrir a cabeça dessas pessoas. (HÉLIO SILVA FIALHO).

Esse depoimento do interlocutor permite uma análise das contradições do contexto histórico marcado pela Ditadura civil-militar, do sertão alagoano e da presença do coronelismo. Para ele o Mobral, criado com a perspectiva de dominação, abria uma possibilidade que nas palavras do depoente “vinha para justamente abrir a cabeça dessas pessoas”, enquanto que “[...] a política dos coronéis do sertão é não ensinar a ninguém, absolutamente nada, para que essas pessoas permaneçam na subserviência”.

O tom enfático que o entrevistado empregou em suas palavras expressou sua vontade de falar sobre um passado ainda presente em terras do sertão e que para ele chegou bem antes da Ditadura, acrescentando: “[...] outra forma de coerção, bem mais antiga [...] o coronelismo”. Coronelismo esse que tem suas origens na dominação do povo por meio do mecanismo da dependência pessoal, ainda recorrente nas pequenas cidades e meio rural do sertão alagoano.

Dantas (1987, p. 15), ao apresentar a dimensão ideológica da dominação, traz a seguinte caracterização:

[...] um conjunto de ideias e representação, muitas vezes veiculadas através de normas que reforçam laços de lealdade e práticas de submissão. Dentro de um universo semifechado o controle das informações pelo senhor se torna elemento vital para a preservação dos padrões de dominação e manutenção das relações de dependência pessoal.

Nessa mesma perspectiva, Freire (2011b, p. 59) fala sobre o latifúndio como uma estrutura de poder que inferioriza as pessoas; por não terem posse das terras, são obrigadas a se submeter com obediência aos senhores proprietários dessas terras. “A estrutura latifundista, de caráter colonial, proporciona ao possuidor de terra, pela força e prestígio que tem, a extensão de sua posse também até os homens”.

No meu entendimento, o fato do interlocutor ter vivenciado a condição de controle social imposta pela “política dos coronéis do sertão” autorizou-o a fazer comparação com as ações culturais do Mobral que, mesmo em contexto de ditadura, foram absorvidas pelos sertanejos como uma possibilidade de aprendizagens diferenciadas das práticas de submissão engendradas pela dominação dos coronéis.

Nesse sentido, o interlocutor afirma as ações do Mobral Cultural como “um resgate” da cultura dos sertanejos, possibilitando-lhes novas aprendizagens. O narrador contou como se dava o planejamento dos trabalhos nos municípios e acrescentou a relevância das ações culturais para as pessoas que residiam nas comunidades rurais:

[...] em trabalho de visitação às comunidades, havia um diagnóstico das manifestações culturais dessas pessoas [...] uns dançavam coco de roda, outros gostavam de tocar violão em serestas [...] uma série de coisas, as manifestações juninas, eram muitas coisas! A gente fazia o diagnóstico e depois a gente passava a entregar os relatórios em Maceió, e a partir daí havia um planejamento das ações dos municípios, o planejamento era feito mensalmente, e daí eles priorizavam junto conosco aquelas ações e nós íamos trabalhar, envolvendo a comunidade, em cima daquela vocação cultural de cada comunidade. E isso extrapolava a sede do município, o trabalho era feito aqui na cidade e na zona rural. Onde existisse essa vocação cultural a gente ia ao encontro dela (HÉLIO SILVA FIALHO).

Nesse depoimento, o autor faz alusão à construção do Programa de Diagnóstico Municipal (PDM) que consistia no trabalho de zoneamento dos municípios e partia do levantamento do número de analfabetos para instalação de postos de alfabetização nas comunidades urbanas e rurais, bem como o recrutamento e “treinamento” dos alfabetizadores. Com esses dados originou-se o mapa cultural dos municípios, que já foi apresentado na seção anterior.

A foto que segue apresenta uma das equipes envolvida no trabalho de construção do PDM/Mobral.

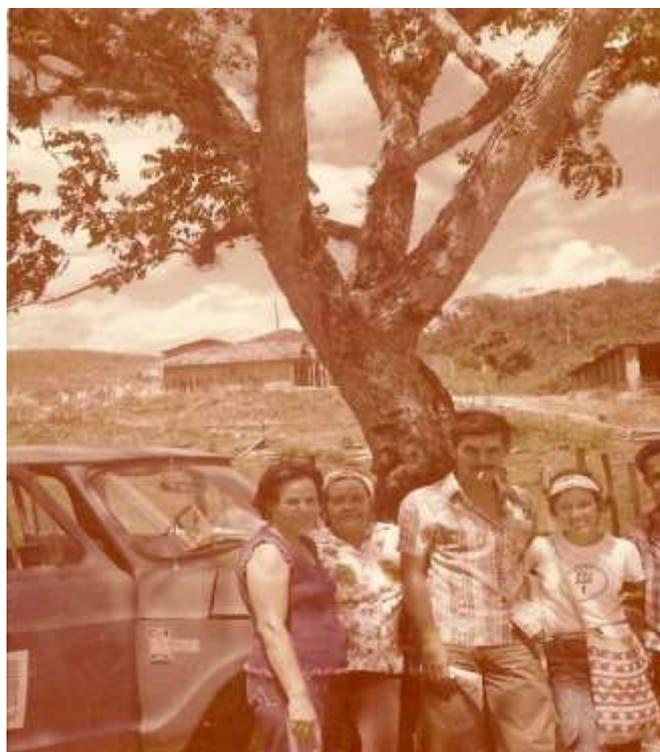


Figura 23 – *Construção do Programa de Diagnóstico Municipal (PDM) sertão Alagoano.*
Fonte: Arquivo pessoal de Maria do Carmo Cabral de Araújo.

A imagem retrata uma área rural que está marcada pela seca que comumente castiga os sertanejos. Segundo a guardiã da memória dessa fotografia, à época supervisora estadual, Maria

do Carmo Cabral de Araújo, o grupo que aparece na foto estava a trabalho do Mobral, justamente no zoneamento de uma área. As pessoas fotografadas, ao que tudo indica em um momento de intervalo dos trabalhos, não foram identificadas pela doadora da fotografia. Isso inviabilizou uma leitura mais detalhada da imagem, que depende em grande parte da narrativa oral, dado que “[...] a imagem é muda – não revela o nome ou quem é retratado, não indica por si mesma a data e o local do conteúdo. Embora forneça indícios através dos quais podemos deduzi-los [...]”. (LEITE, 1993, p. 46).

Por outro lado, a fotografia nos traz indícios de como se davam as visitas às comunidades rurais dos municípios na busca das práticas culturais de cada comunidade, o que Hélio Fialho, em seu depoimento denominou de “vocações culturais”.

Referindo-se à participação dos alunos que residiam na zona rural do município de Pão de Açúcar, o interlocutor comentou:

[...] e os alunos das comunidades rurais vinham também, eu posso afirmar que todos eles participavam. Por que? Porque o município tinha parceria com o Mobral e o município viabilizava através de carros alugados a vinda desses alunos para a cidade. E também tinha um termo aditivo no próprio convênio com o município com recursos para isso. Era um show, um grande evento cultural! [...] aquilo que ele não participava como agente diretamente, ele participava assistindo, porque ele ia enriquecer os conhecimentos dele na questão cultural (HÉLIO SILVA FIALHO).

As narrativas do interlocutor levaram-me a questionamentos que merecem espaço nessas análises. O envolvimento da comunidade nas ações culturais significa dizer que houve a aceitação das ações que eram apresentadas? A participação das pessoas significa, necessariamente, o seu comprometimento? Até que ponto o trabalho desenvolvido pelo Mobral Cultural valorizou realmente a cultura do povo sertanejo, levando em consideração os saberes populares vivenciados no cerne dessas comunidades?

Esses questionamentos ocorreram devido aos estudos que fiz dos escritos de Brandão (2002a) que dá ênfase aos saberes populares presentes na cultura de cada comunidade e enfatiza os cuidados que devem ser tomados para evitar a invasão cultural, ao afirmar:

Dentro da *cultura do povo* há um *saber*; no fio de história que torna esse saber vivo e continuamente transmitido entre pessoas e grupos há uma *educação*. É a partir destas redes de trabalho popular de cultura que o educador popular deve situar o seu trabalho através da cultura. Ele não tem o direito de invadir, como colonizador bem-intencionado, esses domínios de educação e saber da cultura do povo. (BRANDÃO, 2002a, p. 97).

O autor destaca a palavra educação, tentando nos lembrar das muitas práticas educativas que não são necessariamente marcadas pela presença da instituição escolar, mas que se efetivam

cotidianamente nas relações sociais estabelecidas no interior das comunidades. Ou seja, os saberes impregnados na cultura do povo das comunidades rurais do sertão.

Em determinado momento da entrevista, o narrador destacou que existia um cuidado em não invadir a cultura das comunidades. O relato a seguir ilustra a preocupação que as Comissões tinham em não colonizar, o que me leva a questionar se realmente essas Comissões Municipais tenham essa consciência, ao abordarem as pessoas das comunidades rurais em suas visitas. Nessa perspectiva, o narrador enfatizou:

Outra coisa, não era uma coisa imposta por nós que trabalhávamos, era uma coisa que a comunidade tinha que se manifestar e dizer que queria para poder a gente chegar lá. A gente despertava o interesse deles, dos alunos, da comunidade, dependendo do programa aí a gente fazia o trabalho. (HÉLIO SILVA FIALHO).

Ao longo da entrevista, o ex-supervisor de área esclareceu, por meio da narrativa de um fato, um episódio, que se configurou como invasão, e que foi tido como lição para todas as Comissões que desenvolviam esse trabalho de aproximação das práticas cotidianas das comunidades:

[...] uma certa vez foi feito um trabalho [...] e esse trabalho parece que não deu muito certo [...]. Isto ficou o tempo todo na cabeça do pessoal, por quê? Porque tinha de partir da necessidade da comunidade. Em um município, teve um trabalho do Mobral em que foi à comunidade. [...] não tinha o sanitário [...] as pessoas faziam as necessidades fisiológicas no mato, em urinó, essas coisas [...]. O Mobral levou através de uma ação comunitária lá, e todas as casas ficaram com vaso sanitário de louça! Tudo bonitinho na inauguração! Depois da inauguração tinha residência que fez do vaso com a tampa um oratório, ele não queria usar para as necessidades fisiológicas usou como um oratório, então veio a rediscussão, porque fizeram um oratório? (HÉLIO SILVA FIALHO).

Essa fala me conduz novamente aos estudos de Brandão (2002a), especificamente quando lembra que no interior da *cultura do povo* há um *saber*, carregado de significados para aquelas pessoas e a imposição da cultura geralmente reduz-se a um *espetáculo cultural*. Enfatiza que essa contemplação da cultura como um espetáculo ocorre quando as pessoas não são vistas pelos agentes culturais como sujeitos concretos. Nesse sentido, o que ele chama de *espetáculo cultural* é o que “[...] seria visto sem ser compreendido ou, na melhor das hipóteses, compreendido sem ser assumido”. (BRANDÃO, 2002a, p. 97).

Lahire (2014, p. 109) nos desafia a pensar sobre a importância das influências socializantes que são, para ele, sempre heterogêneas; ou seja, cada sujeito, em sua singularidade, absorve de forma particular e única influências sociais em seus contextos:

Não podemos agir como se existisse uma identidade de crenças culturais no mesmo momento em todas as regiões do mundo social, como se o conjunto dos grupos sociais

tendesse a se alinhar sobre os consumos legítimos dos mais “cultos” dos membros das frações intelectuais da classe dominante. (LAHIRE, 2014, p. 109).

O episódio dos vasos sanitários remeteu-me a pensar como as pessoas ressignificam, em seus espaços culturais, os objetos que lhe são dados por outra cultura. Rocha (1989, p. 7) enfatiza que nesse processo de ressignificação, geralmente tendemos a privilegiar apenas “[...] as funções estéticas, ornamentais, decorativas de objetos que, na cultura do ‘outro’, desempenhavam funções que seriam principalmente técnicas”. A utilização dos vasos como oratórios demonstra a elaboração de sentidos por parte das pessoas que reinventaram “[...] nos termos de sua própria cultura o significado dos objetos cujo sentido original foi forjado na cultura do ‘outro’”. (ROCHA, 1989, p. 7).

O depoimento do interlocutor ilustra que existiu um prejulgamento da cultura do outro, a partir da cultura dos agentes que chegavam até o povo; demonstra, também, o reconhecimento, por parte da equipe, em se manter sensível às peculiaridades de cada comunidade e o cuidado em não invadir a cultura do outro, traduzido no questionamento que o ex-supervisor de área esboça: “Então veio a rediscussão, porque fizeram um oratório”? Esta indagação demonstra uma inquietação por parte das Comissões que iam até o povo, abrindo margem para repensar o trabalho que era desenvolvido nas comunidades.

6.2.3 Lembranças do seguidor da Mobralteca

Neste subitem o espaço é reservado para as narrativas de um sertanejo que acompanhou de perto as atividades realizadas na Mobralteca que, no início de sua carreira, em terras do sertão alagoano, surgiu como seu primeiro palco.

A minha preocupação em dar visibilidade às memórias dos sujeitos esquecidos pela história oficial instigou-me a ouvir pessoas que participaram das ações culturais do Mobral em várias categorias, desde os que fizeram parte das Coordenação Estadual e pela Comissão Municipal aos sertanejos que viveram essa experiência, apesar de não serem alunos do Mobral, como é o caso do Edgard Lima. Essa preocupação em ouvir várias pessoas que vivenciaram o mesmo fato histórico segue os postulados teóricos de Halbwachs (2006, p. 39) que nos ensina que a reconstrução das lembranças depende da coletividade:

É preciso que esta reconstrução funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando

destes para aqueles e vice-versa, o que será possível somente se tiverem feito parte e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade de um mesmo grupo. Somente assim podemos compreender que uma lembrança seja ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída.

Os depoimentos apresentados nesta tese ancoram-se uns nos outros, demonstrando que os depoentes participaram dos mesmos eventos com perspectivas diferenciadas. Edgard Lima guarda, também em suas memórias, aspectos positivos das passagens da Mobralteca pelo sertão. Traz em suas lembranças não apenas sua atuação, mas também a importância da iniciativa “para os artistas desse ‘sertão afora’, expressão muito usada pelos sertanejos”. O interlocutor, em suas recordações, apresenta as experiências de um grupo de artistas sertanejos que, assim como ele, utilizaram o palco da Mobralteca para divulgação de seus trabalhos.

Halbwachs (2006, p. 41), ao falar das experiências que foram vivenciadas por um grupo de pessoas e são narradas por um representante deste grupo, enfatiza que isso é possível, dado que “[...] mesmo não estando esses outros materialmente presentes, se pode falar da memória coletiva quando evocamos um fato que tivesse lugar na vida de nosso grupo [...]”. Vejamos o relato:

Na época eu não sei quem era o governo, mas foi uma ideia muito boa, não só para mim mas para os artistas desse sertão afora! Que se apresentaram, que mostraram seu trabalho! E o melhor de tudo é a gente poder lembrar e contar essa história. Diante de tudo só quero agradecer à Mobralteca que nos deu essa oportunidade! Na época, foi muito importante para mim, para minha carreira [...] é uma história que fez parte da minha vida, e faz parte da minha vida! Foi muito importante! Foi importante porque eu não sabia o talento que eu tinha guardado dentro de mim, e a partir dali [...] pelo povo que estava me ouvindo, gostando e aplaudindo, me deu um incentivo, não de ser um cantor profissional, mas de cantar, mostrar esse talento que eu tinha guardado. A partir do momento que eu mostrei esse talento para as pessoas, as pessoas começaram a aplaudir e dizer que eu cantava bem, eu botei na cabeça que poderia ser cantor futuramente (EDGARD LIMA).

O tom que o entrevistado emprega na sua fala ao contar, com emoção, que “[...] é uma história que fez parte da minha vida, e faz parte da minha vida! ”, ilustra o valor da história oral como uma metodologia que “dá voz ao silêncio”. No momento das entrevistas, as narrativas orais proporcionam traços da subjetividade que “[...] revelam as emoções do narrador, sua participação na história e a forma pela qual a história oral o afetou” (PORTELLI, 1997, p. 29).

Além de reconhecer a importância da presença da Mobralteca para os artistas do sertão, o interlocutor enfatiza o que ela representou para o desenvolvimento profissional da sua carreira de cantor. Demonstra que se apropriou da oportunidade, coisa que nem todos os seus colegas

conseguiram. Segundo ele, a iniciativa representou o incentivo que precisava, haja vista que já detinha o talento. Nessa direção, comentou:

[...] enquanto a Mobralteca esteve aqui, nos dias que ela ficava aqui, a gente se apresentava todos os dias, eu e outros cantores daqui da região, das cidades vizinhas, sem nem pensar que um dia fosse profissional mesmo, de verdade. Geralmente se apresentavam os artistas daqui, só que os artistas daqui que cantavam como eu e tocavam, muitos deles não levaram muito a sério, achavam que aquilo ali era só uma coisa passageira [...]. Eu não! Eu fiquei ligado né? Eu já tinha essa vontade, mas alavancou a partir desse momento que a Mobralteca esteve aqui, foi o incentivo para eu ser cantor profissional. Se não eu não seria porque eu não sabia que eu tinha isso guardado, ela me deu a oportunidade de mostrar isso para o público e isso vale para qualquer profissão (EDGARD LIMA).

Ao utilizar a expressão “muitos deles não levaram muito a sério”, o interlocutor tenta nos dizer que cada sertanejo recebeu as atividades culturais de maneira diferente, atribuindo sentido às ações que lhes eram apresentadas naquele contexto. Para compreender as disposições de cada indivíduo diante das ações culturais ofertadas pelo Mobral, suas reações diante do que lhes era dado, é importante ressaltar os sertanejos enquanto sujeitos singulares. Nesse sentido, Lahire (2013, p. 21) nos ajuda na compreensão, a partir da metáfora da folha amassada:

[...] cada indivíduo será comparável a uma folha amassada. Estas dimensões se dobram sempre de uma forma relativamente singular em cada ator e o pesquisador que se interessa pelos atores particulares encontra em cada um deles o produto de um conjunto de dobramentos do espaço social.

A maneira como o depoente apropriou-se das ações desenvolvidas na Mobralteca, atribuindo-lhes sentidos, ajudou-me a pensar essas dobraduras, singulares em cada indivíduo. Certamente alguns dos companheiros que se apresentaram juntamente com ele nos palcos da Mobralteca, por razões distintas, não se apropriaram da oportunidade que apareceu com a chegada do caminhão itinerante.

Elucidando situações como esta, Lahire (2014, p. 111) enfatiza que a observação dessas singularidades é possível a partir da análise das trajetórias de mobilidade social que cada pessoa percorreu em seus múltiplos percursos: “A análise detalhada dos retratos culturais individuais permite então fazer parecer que todas estas variações podem ser levadas à figura central da exposição do indivíduo a influências socializantes heterogêneas”. (LAHIRE, 2014, p. 111).

Convém ressaltar que as mobilidades que o autor destaca são individuais. Para compreender os sentidos das ações culturais do Mobral na vida dos sujeitos sertanejos, e como eles atribuíram sentidos a essa iniciativa, é preciso levar em consideração que essas pessoas “[...] passaram pela experiência de ocupar posições diferentes nas hierarquias sociais, culturais

ou profissionais e, por este fato, frequentaram quadros ou agentes socializadores variados” (LAHIRE, 2014, p. 111). Os outros artistas citados pelo interlocutor, com suas mobilidades em espaços sociais distintos, recriaram de maneira diferente suas “práticas e preferências culturais”.

A partir das narrativas, caso de Edgard Lima, é possível perceber que as influências socializantes são de fato heterogêneas, uma vez que, como ele mesmo afirma, desde muito jovem já tocava violão e cantava em festas com os amigos. A Mobralteca ajudou-lhe na ampliação, proporcionando-lhe novas influências socializantes que, no seu dizer, foram fundamentais para seu crescimento profissional. O excerto a seguir ilustra bem essa situação:

E aí com isso comecei a pensar, e achar que podia ser um cantor futuramente, mas mesmo assim como eu sabia que era muito difícil de ser um cantor profissional, comecei a cantar em barzinho, em festinha e fui me destacando, me destacando e o caminho foi terminar gravando um disco. Logo após que eu gravei esse disco virei profissional, não quis parar de gravar mais, e o povo me chama de cantor. Em 1982 eu gravei o primeiro disco, um compacto duplo, na época era de vinil, e de lá para cá eu venho gravando [...] hoje nós temos 10 CDs, temos três LPs de Vinil, um compacto e dois DVDs. Aí eu virei artista de verdade, profissionalmente falando! Já sou conhecido a nível nacional, através da Rede Record, através de outras redes [...] SBT, fiz alguns programas de televisão a nível nacional, na TV Diário de Fortaleza e outros e outros [...] e o Edgard Lima hoje é um nome [...] não é sucesso nacional porque não é fácil isso! (EDGARD LIMA).

O interlocutor atribui o êxito de sua carreira ao aparecimento da Mobralteca nos municípios do sertão alagoano, e apesar de já ter o talento para a música, insiste em dizer que sua carreira só foi alavancada a partir da oportunidade que apareceu no sertão na década de 1970. Na entrevista, deixou transparecer um sentimento de gratidão à iniciativa que era desenvolvida pelo “governo federal da época”, o qual ele não conhecia, deixando transparecer que não tinha consciência do regime ditatorial daquele contexto.

Seu envolvimento com a Mobralteca foi tão intenso que ele chegou a acompanhar o caminhão itinerante em outros estados do Nordeste. As experiências narradas por Edgard Lima, serão complementadas pelas narrativas de outro sertanejo que também vivenciou as ações da Mobralteca. O subitem a seguir traz novos relatos orais que enriquecem este estudo, cujo foco são as narrativas construídas a partir das entrevistas de história oral, visto que “um acontecimento vivido pelo entrevistado não pode ser transmitido a outrem sem que seja narrado” (ALBERTI, 2008, p.170-171). Nessa perspectiva, utilizo as narrativas a seguir para compreender os significados dos acontecimentos vividos pelo narrador.

6.2.4 Memórias de um espectador da Mobraleca

Entre os múltiplos olhares para as ações culturais do Mobral no sertão de Alagoas, destaco as narrativas de Edjário Vieira Souza, que participou como ouvinte das aulas do PAF, na zona rural em que residia, na década de 1970. O depoente, ao apresentar as contribuições e os significados das ações culturais do Mobral para o povo do sertão, enfatiza em primeira instância, o valor da alfabetização para as pessoas que tinham, naquele movimento de alfabetização, a primeira oportunidade de aprender a ler e a escrever.

As narrativas desse interlocutor são fortemente marcadas pela alusão aos seus conterrâneos: vizinhos, amigos e suas irmãs mais velhas que frequentavam as aulas de alfabetização de Mobral. O depoente narrou que à época já estava matriculado no “ensino regular”, frequentando a escola pela manhã, e que durante a noite retornava à mesma escola acompanhando suas irmãs mais velhas para as aulas do PAF/Mobral e complementou:

Lá em casa eram dez irmãos, sendo que quem participou disso aí foram os seis primeiros [...]. Minhas três irmãs mais velhas elas estudaram o Mobral, lá mesmo no sítio. A escola ficava de dois a três quilômetros de nossa casa, então todas as noites a gente se arrumava e ia. Inclusive era uma aventura, a gente criança; e a gente ia no inverno chovendo, o pessoal levava uma lona, toalha de mesa para se cobrir, e a gente ia embaixo, era uma aventura! Como na época eu tinha uns doze anos eu achava esquisito e interessante ver aquelas pessoas, com idades até de ser meu pai ou minha mãe, tentando lá aprender a fazer o nome. E muitas vezes coisas que a gente tinha um certo conhecimento para eles era uma dificuldade imensa! E a gente via na feição deles, quando eles aprendiam a fazer o nome, já era uma vitória! Eu achava interessante e também tinha vários questionamentos, porque aquela escola à noite para aquele tipo de gente? Por que aquelas pessoas com a idade maior estavam ali à noite? (EDJÁRIO VIEIRA SOUZA).

Ao tempo em que recorda sobre as ações do Mobral em sua comunidade, o interlocutor traz em suas lembranças a maneira como as pessoas da comunidade se organizavam para participar das aulas mesmo em dias de chuva. As lembranças de Edjário são entranhadas pela coletividade da memória; ou seja, ao rememorar sua experiência, traz também lembranças do seu grupo, da sua comunidade, o que me fez lembrar de Halbwachs (2006), quando afirma que nesse processo de reconstrução da memória nunca estamos sozinhos, nossas lembranças estão sempre atreladas ao convívio social.

Nesse sentido, quando recordamos fatos do nosso passado, estas rememorações estão sempre povoadas por outras pessoas que também fizeram parte desse passado e que não estão presentes no momento atual. Segundo Halbwachs (2006, p. 31): “Para confirmar ou recordar

uma lembrança, não são necessários testemunhos no sentido literal da palavra, ou seja, indivíduos presentes sob uma forma material e sensível”.

O interlocutor guarda em suas memórias a mobilização das pessoas jovens e adultas em torno da alfabetização. Declarou ainda que aquele movimento lhe deixava intrigado, pois não entendia qual o motivo da mobilização que envolvia a comunidade inteira, incluindo as crianças que acompanhavam os mais velhos, percorrendo cerca de três quilômetros a pé para participar das aulas no período noturno.

Dando sequência à sua narrativa, o interlocutor contou sobre o processo de migração da sua família da zona rural para a zona urbana. Segundo ele, no final da década de 1970, seus pais, preocupados com a educação escolar dos filhos, adquiriram uma residência na cidade de Santana do Ipanema, em busca de melhores condições de vida, deixando para trás a cultura do campo para adaptar-se à cultura da cidade. Na narrativa a seguir o interlocutor descreve o seu primeiro contato com a Mobarlteca:

Para mim foi uma descoberta! [...] uma coisa assim nunca vista, primeiro por nunca ter participado nem ter visto! Era uma cidade pequena, então eu nunca tinha visto um evento naquele porte. E um certo dia isso em 78 - 79, eu andando pela cidade, inclusive com uma certa distância de onde eu morava, eu morava no Maracanã [bairro afastado do centro]. E esse evento era feito ali na frente do Ginásio Santana, que a gente chama o monumento [praça central da cidade]. E nesse dia eu saí andando à noite, cedo, chegando lá eu me deparei com esse carro. Com músicas que eu não tinha assim [...] parado para ouvir. Aquele carro formato caminhão, com um palco. E nesse momento estava passando um filme, agora não me recordo qual era o filme. E tinha uma música de fundo, era uma música de Luiz Gonzaga, que me toucou até hoje essa música! Todas as vezes que ouço essa música eu lembro do evento. E por ele ser interessante eu fiquei procurando saber com a vizinhança quando seriam os próximos eventos. O que ficou marcado foi a música de Luiz Gonzaga, lamento do nordestino, que fala: “Oh! Deus, perdoe este pobre coitado Que de joelhos rezou um bocado Pedindo pra chuva cair sem parar [...]”. Eu já tinha escutado algumas músicas de Luiz Gonzaga, mas aquela era novidade, inclusive é uma das mais antigas. (EDJÁRIO VIEIRA SOUZA).

O contato com a Mobarlteca, assim como as demais novidades da cidade, representou para Edjário, que à época era muito jovem, um choque, proporcionado pela relação com um ambiente novo. Sua experiência, como já mencionei, deu-se na condição de espectador, que como muitos outros estava ali para assistir as apresentações culturais que chegavam como novidade à cidade de Santana do Ipanema. Para ele, em particular, essa novidade era ainda maior, porque vinha de uma comunidade rural, na qual aquele tipo de informação não chegava.

No que se refere a esse processo migratório, Santos M. (2012, p. 82), diz que “[...] as migrações agridem o indivíduo, roubando-lhe parte do ser, obrigando-o a uma nova e dura

adaptação em seu novo lugar. ” Nessa saída do campo para a cidade o interlocutor teve contato com a Mobraleca; uma novidade, dado que, na comunidade rural onde morava, nunca tinha visto algo semelhante.

Santos M. (2012, p. 82), ao escrever sobre essas saídas bruscas dos sujeitos do campo para a cidade, classifica esses fenômenos como processos de desterritorialização e desculturização. Para o autor, nesse processo há perda e também uma doação cultural:

O novo meio ambiente opera como uma espécie de detonador. Sua relação com o novo morador se manifesta dialeticamente como territorialidade nova e cultura nova, que interfere reciprocamente, mudando-se paralelamente territorialidade e cultura, e mudando o homem.

Sendo o homem um ser flexível, consegue adaptar-se ao novo, atribuindo sentidos múltiplos ao novo território e à nova cultura. Os depoimentos de Edjário ilustram a incompletude do ser humano e sua constante busca pelo saber, demonstrando que nessa busca as pessoas transformam-se. Brandão (2002a, p. 23), ao apresentar o ser humano como o único animal capaz de dar significado à sua criação, à sua cultura, esclarece: “[...] ao invés de produzir um modo único de vida, ou mesmo maneira de ser muito semelhantes, geramos quase incontáveis formas de ser e de viver no interior de inúmeras variedades de tipos de culturas humanas. ”

Ao ouvir a música de Luiz Gonzaga, o depoente atribuiu sentido ao que ouvia e estabeleceu conexões com suas redes de convivência na zona rural do município de Santana do Ipanema. O interlocutor fez questão de narrar como se davam as interações culturais no campo, destacando as diferenças da vida cultural da zona urbana e da zona rural:

Foi uma novidade até porque a gente não via eventos públicos, então ver aquele carro foi uma surpresa. Para você ter uma ideia, lá no sítio qual era o nosso lazer? [...] dia de domingo a gente com os nossos pais ia para a casa de um vizinho que tinha uma venda, e era interessante lá o convívio. Então todos os moradores da região se faziam presentes lá. Uns para contar histórias, outros para jogar bola, outros para jogar sinuca, e o interessante que se juntavam os homens de um lado, as mulheres de outro, e as crianças [...] então não existia ninguém que coordenasse isso! Mas a coisa fluía! Agora, todos os domingos nós tínhamos como obrigação, à tarde, fazer essa confraternização com a comunidade. Isso quando morávamos no sítio. E muitas das vezes mesmo morando na cidade a gente voltava para, no domingo, ir para esse evento. Por que a cidade era pobre de eventos, a gente não tinha muitas atrações na cidade, então a Mobraleca era uma grande novidade! Era comparado àqueles filmes do SESC. (EDJÁRIO VIEIRA SOUZA).

A forma como o interlocutor narra a confraternização semanal que reunia toda a vizinhança, sem precisar de uma coordenação, demonstra a ecologia social da cultura popular que, “[...] tem suas raízes na terra em que vive, simboliza o homem e seu entorno, a vontade de

enfrentar o futuro sem romper com a continuidade. Seu quadro e seu limite são as relações profundas que se tecem entre o homem e o meio” (SANTOS M., 2012, p. 86).

Revelou, ainda, o interlocutor que, mesmo morando na cidade, a família voltava para a sua casa na zona rural para participar do evento cultural que só ocorria naquela região, como exemplifica em seu depoimento: “uns para contar histórias, outros para jogar bola, outros para jogar sinuca [...]”. Declarar que a cidade era pobre em eventos significa dizer que sua cultura tinha origens no campo e que ele e sua família ainda estavam em processo de readaptação cultural. É o que afirma Santos M. (2012, p. 81):

A cultura, forma de comunicação do indivíduo e do grupo com o universo, é uma herança, mas também um reaprendizado das relações profundas entre o homem e o seu meio, um resultado obtido por intermédio do próprio processo de viver. Incluindo o processo produtivo e as práticas sociais, a cultura é o que nos dá a consciência de pertencer a um grupo.

Esse é o processo de viver, que longe de ser estático, é dinâmico, pois o ser humano está sempre em busca do saber. É assim que ousou caracterizar esse interlocutor que, tendo suas raízes na cultura do campo, se lançou em busca do novo, que à época foi representada pela nova habitação na cidade sede do município, onde teve acesso a outras culturas a exemplo dos filmes e da música apresentadas na Mobralteca.

O narrador representa muitos outros sertanejos que, em suas inquietudes, buscaram o novo. Esse desejo, segundo Freire (2011b, p. 57-58), é comum ao ser humano enquanto sujeito histórico que vive em busca constante de ampliação de seus saberes: “É sabendo que sabe pouco que uma pessoa se prepara para saber mais. Se tivéssemos um saber absoluto, já não poderíamos continuar sabendo [...]”. Segundo o autor, esse movimento é uma constante, sobretudo, quando o indivíduo tem a consciência do seu inacabamento e se envolve no movimento constante de busca de novos conhecimentos.

Os achados da pesquisa que aparecem nessa seção autorizam-me a afirmar que foram várias as contribuições os e significados das ações culturais do Mobral na vida dos sertanejos, levando em consideração as condições objetivas de sobrevivência que esses sujeitos enfrentavam em um contexto histórico marcado pela ausência de políticas públicas. As múltiplas percepções sobre o Movimento que aparecem no decorrer desta seção permitiram-me enxergar o valor das contribuições do Programa Mobral Cultural para os sertanejos que se apropriaram do que era veiculado no campo da cultura pelo Mobral, cada um à sua maneira,

como sujeitos que reagem a imposições, usando-as em seu favor nas ações por eles experienciadas no cotidiano, atribuindo-lhes novos sentidos e significados.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Decidi “encerrar” meus escritos com as narrativas presentes em duas fotografias que, no meu entendimento, após a vivência de quase quatro anos, foram as que mais presentificaram o passado, ao capturarem a mobilização da comunidade sertaneja em torno das ações do Mobral Cultural. Dessa forma, considero a inserção dessas duas fotografias uma repetição necessária. É importante dizer que este é um trabalho inacabado, uma vez que o estudo demonstrou que, no campo da produção e atuação do Mobral, há muitas outras frentes de estudo, o que abre possibilidades para novas pesquisas, que elenco mais adiante.

As imagens a que me referi e as demais que foram também utilizadas como fontes constituíram narrativas que demonstram como os sertanejos recriaram e reconstruíram sentidos em suas culturas, segundo suas possibilidades de atuação no mundo, fazendo-se sujeitos a partir das experiências vividas.

Permitiram, também, possíveis “respostas” às questões levantadas neste estudo, dando visibilidade, por meio da história oral, à memória dos sertanejos que participaram das ações culturais do Mobral. Nesse sentido, as vozes dos narradores, além de me autorizarem a contar uma história que não vivi, forma primordiais para o processo de reconstrução de parte da história de um Movimento de Alfabetização que teve repercussão em todo o Brasil e se configurou como uma campanha de base nacional, em contexto repressivo, advindo de um golpe civil-militar.

Nessa direção, as fotografias utilizadas como fonte – com mensagens não verbais – permitiram a dinamicidade da memória dos sujeitos entrevistados e, também, a análise mais aguçada de minha parte enquanto pesquisador. Espero que ajudem aos leitores interessados por este trabalho a decifrar o significado e o conteúdo cultural das imagens tomadas como documentação histórica, para reaver a construção ignorada na história oficial.

A primeira fotografia, situada a seguir, trata, no dizer do ex-animador de atividades culturais – figura que aparece na imagem segurando o microfone – de uma das muitas atividades que o Mobral Cultural desenvolvia nas festas dos padroeiros, bem como em outras festividades dos municípios do interior do estado de Alagoas, onde atuava. Inclua-se nesse contexto a cidade de Santana do Ipanema, *locus* desse estudo, onde todo mês de julho acontece a festa da Senhora Sant’Ana, evento que permanece muito concorrido no sertão alagoano, como mencionei nesta tese.



Figura 24: *Festa do padroeiro*.
Fonte: Arquivo pessoal de José Petrucio de Oliveira Silva.

A cena fotografada mostra um dos momentos da confraternização em louvor ao patrono de uma cidade do sertão, não identificada pelo interlocutor. A imagem registra um palanque de madeira, armado na praça central onde músicos e grupos de dança, em troca de saberes, apresentavam-se e animavam a noite da multidão que os acompanhava. Constituía um ritual de cultura popular com múltiplas trocas materiais e simbólicas, perceptíveis aos meus olhos, ao mostrar que em festas como as realizadas pelo Mobral Cultural e na participação nos folguedos, os participantes – homens e mulheres – aprenderam a socializar e trocar seus bens, serviços e significados.

A segunda fotografia (Figura 25) traz a imagem de um grupo de alfabetizandos do Programa de Alfabetização Funcional (PAF) do município de Palestina, também situado no sertão alagoano, nas proximidades de Santana do Ipanema, conforme depoimento do ex-supervisor da região. A foto é o registro de uma das apresentações culturais dos alunos do PAF e demonstra como se dava a integração entre os Programas Cultural e o de Alfabetização. Segundo o narrador, a fotografia capturou o momento em que o grupo se organizava para representar o reisado, uma das manifestações culturais mais tradicionais de Alagoas.



Figura 25: *Atividade cultural com os alunos do Programa de Alfabetização Funcional.*
 Fonte: Arquivo pessoal de Hélio da Silva Fialho – Ex-supervisor de área do Mobral.

A parada obrigatória para a foto permitiu a análise de um instante em que o grupo, composto majoritariamente por mulheres, se preparava para se apresentar ao público, e contara com o auxílio do tocador, também alfabetizando do PAF, que trazia como dispositivo de animação a sanfona de oito baixos, instrumento que, segundo o narrador, pertencia ao Posto Cultural e era disponibilizado durante as apresentações. O espaço físico representado na imagem nos remete à simplicidade das comunidades rurais do sertão, no contexto em que muitas casas de taipa enfeitavam as ruas dos pequenos lugarejos.

Essas memórias e outras, que evoquei nesta tese, dos sujeitos esquecidos pela história oficial – testemunhas vivas – trouxeram novas reflexões sobre o Mobral, sobretudo em relação ao lugar, sertão, de onde brotaram narrativas diferentes das que povoam o imaginário nacional acerca do referido Movimento. Isso me fez perceber os múltiplos sentidos que podem ser construídos nas práticas desenvolvidas de um Movimento com a dimensão que teve o Mobral, em todo o Brasil.

Este estudo teve sua relevância na necessidade de recriação das ações do Programa Mobral Cultural no sertão alagoano, a partir da tessitura das histórias e memórias de sujeitos do sertão alagoano, sobre como experienciaram e ressignificaram ações culturais desenvolvidas pelo Mobral no contexto da Ditadura civil-militar. Ressignificação entendida nesta pesquisa como “maneiras de fazer” que, nas palavras de Certeau (2011b, p. 41), “[...] constituem as mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas de produção

sociocultural”, ou seja, os sentidos atribuídos em suas próprias culturas às ações apresentadas pelo Programa Mobral Cultural na comunidade sertaneja.

No decorrer da escrita, sobretudo no momento das interpretações das narrativas dos interlocutores, a problematização inicial: quais foram as contribuições e ressignificações experienciadas pelos sujeitos sertanejos, no campo das ações culturais do Mobral no município de Santana do Ipanema – AL (1973-1985), levou-me a outros questionamentos, tais como: o envolvimento/participação da comunidade nas ações culturais significou a aceitação pelos sertanejos dessas ações? Esse envolvimento/participação pode ser traduzido em comprometimento? Até que ponto o trabalho desenvolvido pelo Mobral Cultural valorizou realmente a cultura do povo sertanejo, levando em consideração os saberes populares vivenciados no cerne dessas comunidades?

Sem pretensão de dar a palavra final, incorporei esses outros questionamentos surgidos no percurso deste estudo e tentei “responde-los”, conforme os itens elencados abaixo, e que assim explícito:

a) Para buscar conhecer a produção do Mobral no campo da cultura, no sertão de Alagoas e diante da complexidade de significados, as narrativas orais e visuais revelaram que o Mobral Cultural levantava inicialmente as práticas culturais existentes nas comunidades sertanejas. O mesmo acontecia em outros espaços do Brasil onde atuava, socializando-as de forma organizada, constituindo grandes atividades realizadas em praças das cidades e vilarejos, por meio das unidades operacionais Posto Cultural, Mobralteca e Minimobralteca, apresentando talentos locais, fossem na música, fosse em relação ao artesanato ou outras práticas até então invisibilizadas.

Essa iniciativa gerou a criação do Mapa Cultural que, mesmo parcialmente, levantou dados do artesanato, do folclore, do patrimônio ecológico e do patrimônio histórico do município de Santana do Ipanema, e deixou como contribuição o registro das práticas culturais dos santanenses, bem como a divulgação, em nível nacional, de monumentos históricos do referido município.

Quando tive acesso, no decorrer da pesquisa, a documentos institucionais do Mobral no CReMEJA/UERJ, identifiquei o *Mapa Cultural: artesanato, folclore, patrimônio ecológico, patrimônio histórico* e, nele, estavam mapeadas ações culturais de todos os municípios brasileiros. Essas ações foram levantadas por meio de visitas às comunidades urbanas e rurais na busca de práticas culturais de cada comunidade, no âmbito da construção do Programa de

Diagnóstico Municipal (PDM), que consistia no trabalho de zoneamento de municípios e do levantamento do número de analfabetos para instalação de postos de alfabetização.

Na região sertaneja com práticas culturais eram realizados concursos que envolviam folguedos da citada região, a exemplo de grupos de reisado e bandas de pífanos, mobilizados e apoiados pelas Comissões Municipais do Mobral. Esses eventos, denominados *feiras culturais*, aconteciam tanto nos locais de onde as músicas ou os artesanatos eram originários, como nas comunidades próximas.

b) Nos eventos/festividades, tendo em vista apresentações de práticas culturais, os sertanejos tinham apoio do Mobral – acesso a materiais tecnológicos avançados para a época e na socialização, junto a seus pares – o que tornou novas as experiências possíveis de serem vivenciadas naquele contexto histórico. Sentiam-se empoderados, considerando a visibilidade dada, conforme visualiza-se nas imagens e depoimentos constantes desta tese, porque antes essas práticas aconteciam de forma isolada e individual. Tal fato me permitiu afirmar que houve reapropriação por parte dos sertanejos que experienciaram tais ações, recriando-as nos fios que tecem as tramas da cultura popular, durante as interações proporcionadas pelo Programa em praças das cidades e vilarejos, por meio do Posto Cultural, da Mobralteca e da Minimobralteca.

No processo dessa investigação ficou explícito que os sertanejos deste estudo deixaram-se ser invadidos pelo que não podiam controlar, mas resistiram com as múltiplas astúcias da sabedoria popular, ao mostrar o que sabiam fazer. Isso fez parte das “artimanhas” de resistência popular diante dos serviços e novidades oferecidos pelo Mobral, o que não significa dizer que o envolvimento da comunidade nas ações culturais representou a aceitação/passividade das ações apresentadas, pois quando essas ações foram implementadas, certamente já existia uma estrutura social da cultura popular alicerçada nos costumes e tradições do povo do sertão.

Exemplo dessa realidade são os tocadores que aparecem na Figura 24 e o aluno do PAF da Figura 25, aqui mostradas. Seguramente já tocavam os instrumentos e animavam os principais festejos das comunidades. Existem outros exemplos como grupos de folguedos que, sem dúvida, já se apresentavam nas comemorações conhecidas no sertão alagoano como “as quatro festas do ano”: o carnaval, os festejos juninos, a festa da padroeira e as tradicionais festas de final de ano – o Natal e o Ano Novo. O povo se reunia nas praças para prestigiar as atrações. Sem esquecer de destacar o Batalhão de Lagoa com seus ritos – que existia muito antes do Mobral.

A presença da Mobralteca na sede do município Santana do Ipanema representava a oportunidade de os sertanejos conhecerem as inovações que aconteciam no restante do país no campo da literatura, da música, do cinema, do patrimônio histórico nacional, entre outras. Essas novidades implementadas por intermédio de subprogramas eram também disponibilizadas nas Minimobraltecas que conseguiam chegar às comunidades afastadas das cidades.

c) A forte carga ideológica que cercava o imaginário nacional não impediu que sertanejos agissem enquanto praticantes culturais, ressignificando as ações com suas “maneiras de fazer”, a partir dos “usos” que delas fizeram em seu “espaço” – o sertão alagoano –, criando possibilidades de novas interpretações e apropriação das ações desenvolvidas.

d) O Mobral propiciou um intercâmbio cultural entre os municípios, ao oportunizar a interação entre artistas das comunidades vizinhas. Dando visibilidade à cultura da região por meio da propagação da música e do artesanato, em um contexto histórico em que os meios de comunicação ainda eram escassos. Como exemplo, destaco novamente o Batalhão de Lagoa, uma das muitas manifestações grupais que apareceram no contexto das ações culturais, anteriormente dispersas no espaço nacional e guardando considerável distância da cultura oficial.

Compreendi que havia um pulsar nas práticas culturais dos sertanejos. Essa pulsação foi acentuada com a chegada do Mobral Cultural que representou, à época, a possibilidade da vivência de novas experiências – interação entre os municípios e com outras pessoas da própria localidade – por parte dos sertanejos, bem como a divulgação de muitas já praticadas por eles. Eram promovidas pela Unidade Operacional Fixa, o Posto Cultural, que aglutinava os demais programas do Mobral, dando acesso ao microfone, ao megafone e ao alto-falante utilizados nas mobilizações e nas socializações – inovações no sertão de Alagoas.

Além do empréstimo de livros, havia a possibilidade de uso do Balcão de Empregos, que funcionava como mini agência de alocação de trabalhadores desempregados; havia doação de tintas utilizadas em oficinas de pintura em tecido e de linha para bordados e para o crochê, bem como as agulhas necessárias; e ainda havia os instrumentos musicais e de comunicação, como a sanfona de oito baixos e outros que incentivavam a potencialidade musical das pessoas da comunidade.

Destaco, ainda, a valorização e reconhecimento dos artistas locais, sobretudo músicos que encontraram nos palcos da Mobralteca oportunidades de mostrar seus trabalhos e iniciar carreiras profissionais pela mobilidade conferida aos artistas, que criavam coragem para se

apresentarem nos municípios circunvizinhos e em outros estados do Nordeste. Foi este o caso de um de nossos interlocutores que se autodenominou seguidor da Mobralteca. Segundo interlocutores, a interação entre esses talentos possibilitava o brilhantismo da festa que conseguia reunir artistas da redondeza, muitos deles, naquele contexto, ainda anônimos.

Diante dessas oportunidades em um lugar carente como o sertão alagoano, as narrativas dos sujeitos, na rememoração de suas experiências, expressaram uma forte aceitação do Mobral. Suas falas foram sempre acompanhadas de saudosismo sobre as contribuições advindas das ações do Programa Cultural e de outras implementadas pelo Movimento nas décadas de 1970 e 1980 sem, no entanto, as situarem no contexto da Ditadura civil-militar, em plena vigência à época.

As “respostas” construídas no decorrer desta tese, elencadas aqui, originaram-se, sobretudo, de um exercício de escuta de pessoas comuns que, geralmente, não aparecem nos registros escritos oficiais, mas que são sujeitos que ajudaram na recriação da história do Mobral Cultural, a partir do recomendado por Walter Benjamin: “a contrapelo”.

Registro que, mesmo em situações concebidas com finalidades diversas e previamente definidas, ao visar o controle social das populações, a realidade investigada se impôs para além das estratégias políticas. Dela emergiram “táticas” cotidianas imprevistas, que invencionaram novas lógicas de apropriação do que foi oferecido aos sujeitos, que escaparam ao controle, podendo daí resultarem novas formas de significação.

No sertão alagoano, muitas reflexões ainda permanecem em aberto configurando-se, portanto, como campo fértil de investigação em Alagoas, como já evidenciei, devido à ausência de memória escrita. Esse despertar gera possibilidades de continuidade deste estudo e, também, para outros pesquisadores interessados em reconstruir a história pelas lentes dos “sujeitos ordinários” esquecidos pela história. Esses guardam em suas lembranças experiências significativas que merecem ser acionadas no momento presente, com o desígnio da valorização e preservação da memória e, conseqüentemente, modificando visões monolíticas das histórias que, comumente, são contadas a respeito do Mobral. Nesse sentido, ousou apontar trilhas que podem se configurar como indicativos relevantes:

- i) O processo das ações culturais do Mobral como complementação pedagógica do conhecimento adquirido do ler, do escrever e contar;
- ii) A presença muito forte de crianças nas atividades culturais do Movimento, imagem recorrente em muitas fotografias, com ênfase em trabalhos desenvolvidos

especificamente para elas no âmbito das ações culturais, haja vista que o Mobral também se dedicou à faixa etária de 9 a 14 anos fora da escola, por meio do Programa Infanto-Juvenil;

iii) As iniciativas de profissionalização ofertadas pelo Mobral, com destaque para a presença do Balcão de Empregos no Posto Cultural;

iv) As ações do Programa Diversificado de Ação Comunitária (PRODAC) e sua atuação junto às comunidades, por meio de atividades educativas ligadas à saúde, habitação, esportes, entre outras;

v) O fato de o regime militar ter criado o sistema organizacional do Mobral em paralelo ao sistema educacional já existente, como um acontecimento que pode demonstrar a intenção ideológica do Movimento, para além do que os gestores asseguravam, configurando-se como objeto de pesquisa merecedor de investigação mais aprofundada;

vi) Os processos de formação inicial e continuada, à época, denominados de “capacitações” e “reciclagens” de componentes das Comissões Municipais, a exemplo das pessoas que assumiam a área pedagógica (encarregado da área pedagógica); das pessoas responsáveis pela mobilização das comunidades; dos “encarregados culturais” e dos alfabetizadores que, mesmo sem formação específica, desenvolveram práticas significativas e conseguiram conquistar seus alfabetizandos, como demonstrou estudo de Silva (2013);

vii) Análise de fotografias do Mobral que se constituíram no decorrer da pesquisa; compõem *corpus* documental no Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Alfabetização do Nepeal/Cedu/Ufal. Fotografias que merecem atenção especial, porque carregam valores subjetivos, sobretudo memorialísticos. Por se encontrarem fora do contexto em que foram produzidas, contribuíram para aclarar situações com a mediação do pesquisador, que as recolheu. Ao se tornarem visíveis revelam parte complementar às narrativas que carregam. Além dessas, muitas interpretações podem ser feitas pelos leitores, como disparadores de memórias de um Movimento que ocorreu há mais de 40 anos;

viii) As especificidades de cada um dos programas implementados a partir do Programa de Alfabetização Funcional (PAF) que constituíram uma diversidade de ações para atender necessidades das classes populares.

Ouso dizer que, devido à (quase) ausência de memória escrita, a metodologia da história oral, nessa continuidade, poderá ser uma grande aliada, uma vez que aponta lições e favorece, sobretudo, contribuições que não devem ser esquecidas ou relegadas ao passado, mas compreendidas no presente para possibilitar um constructo histórico-dialético mais lúcido e mais coerente com o campo da EJA.

Nesta tese, as fontes orais e visuais desconstruíram ideias prontas e acabadas sobre determinados conhecimentos; revelaram a complexidade da pesquisa e da escuta de um pesquisador que se lançou a novas aventuras no complexo mundo científico. Essa imersão permitiu o soar de novas interpretações que emergem de memórias e de histórias de vida marcadas pela experiência – histórias muitas vezes não creditadas como possíveis.

Finalizo com mais uma recomendação: passadas mais de quatro décadas, essas composições sistematizadas, nesta pesquisa, podem dar pistas e realizar inflexões nos desdobramentos dos centros de referência e memória da EJA, que têm o compromisso de reconstruir um tempo pouco estudado da história da educação de jovens e adultos no Brasil. Entendo que essa reconstrução implica a pesquisa em rede de colaboração e parceria, a exemplo de iniciativas como o Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (Procad) que, nesta pesquisa, permitiu o intercâmbio entre grupos de pesquisa da Ufal e da Uerj. Esta experiência precisa ser somada à de outras universidades do país, também interessadas na reconstrução da memória da EJA.

REFERÊNCIAS

ACCIOLY, Breno. *João Urso: contos*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da história. In: PINSKY, Carla B. (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 155-202

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *Quando a gente não espera, o sertão vem: Grande sertão: veredas, uma interpretação da história do Brasil e de outros espaços*. Uberlândia: ArtCultura, n. 18, p. 195-205, jan. /jun. 2009.

_____. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 5. ed. São Paulo Cortez 2011.

_____. *A feira dos mitos: a fabricação do folclore e da cultura popular (Nordeste 1920-1950)*. São Paulo: Intermeios, 2013.

_____. Distante e/ou do instante: “sertões contemporâneos”, as antinomias de um enunciado. In: FREIRE, Alberto (Org.) *Culturas dos sertões*. Salvador: EDUFBA, 2014.

ALMEIDA, Marcelo Ricardo. Teatro feijão-com-arroz: dramaturgia *exported by* Santana do Ipanema (texto, personagem e representação). In: MELO, José Marques de; GAIA, Rossana. (Orgs.) *sertão Glocal: um mar de ideias brota às margens do Ipanema*. Maceió EDUFAL, 2010.

ALVES, Nilda. Cultura e cotidiano escolar. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 23, p. 62-74, maio/ago. 2003.

ALVES, Nilda; GARCIA, Regina Leite. Prefácio – Continuando a conversa. In: FERRAÇO, Carlos Eduardo; PEREZ, Carmem Lúcia Vidal; OLIVEIRA, Inês Barbosa de Oliveira (Org.). *Aprendizagens cotidianas com pesquisa – novas reflexões em pesquisa nos/dos/com os cotidianos das escolas*. Petrópolis: DP et Alii, 2008.

AMADO, Janaína. *Região, sertão, nação*. Estudos históricos. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 8, n. 15, p. 145-151, 1995a.

_____. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral. *História*, São Paulo, 14: 125-136.1995b.

AMORIM, Maria Gorete; FREITAS, Marinaide Lima de Queiroz; MOURA, Tânia Maria de Melo. Educação de Jovens e Adultos em Alagoas: uma releitura das políticas e ações em âmbito governamental nas décadas de 1990 a 2000. In: AGUIAR, Maria Ângela da Silva et al. (Org.). *Educação e diversidade: estudos e pesquisas*. Recife: Gráfica J. L. Vasconcelos, 2009. p. 145-170.

ANDRADE, Mário de. *Dicionário Musical Brasileiro*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1989.

ARCE, Alessandra. *Mobral e a educação de crianças menores de seis anos durante o regime militar: em defesa do trabalho voluntário*. *Cad. Cedes*, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 379-403, set./dez. 2008.

ARROYO, Miguel. Os movimentos sociais reeducam a educação. In: *Educação popular, movimentos sociais e formação de professores: outras questões, outros diálogos*. ALVARENGA, Márcia Soares (Org.). Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2012.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Rio de Janeiro, PNUD, IPEA, Fundação João Pinheiro. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/> Acesso em: 04 mar. 2017.

BARROS, Luitgard de Oliveira Cavalcanti. Santana do Ipanema pelos caminhos da memória. In: MELO, José Marques de; GAIA, Rossana. (Orgs.) *Sertão Glocal: um mar de ideias brota às margens do Ipanema*. Maceió EDUFAL, 2010.

_____. *Pelos sertões do Nordeste*. Maceió: Eduneal: Imprensa Oficial, 2015.

BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BEISIEGEL, Celso de Rui. *Estado e educação popular*. Brasília: Liber Livro, 2004.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da escrita*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. (Obras Escolhidas, v. 1).

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A cultura na rua*. Campinas: Papirus, 1989.

_____. *A partilha da vida*. São Paulo: Geic/Cabral Editora, 1995.

_____. *A educação como cultura*. Campinas SP: Mercado das letras, 2002a.

_____. *A educação popular na escola cidadã*. Petrópolis: Vozes, 2002b.

_____. *O que é educação popular*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRASIL. Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização. *Mobral: uma solução para cada desafio*. Mobral, [197-].

BRASIL. Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização. *Programa de atividades culturais do Mobral*. V. 1. Rio de Janeiro: Lux, 1973a.

BRASIL. Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização. *Documento Básico Mobral*. Rio de Janeiro, 1973b.

BRASIL. Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização. *Programa de atividades culturais do Mobral*. V. 2. Rio de Janeiro: lux, 1974.

BRASIL. Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização. *Documento Básico Mobral*. Rio de Janeiro, 1975.

BRASIL. Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização. *Relatório 1974-1978*. Rio de Janeiro, 1979.

BRASIL. Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização. CECUT. *Mapa Cultural: Artesanato, Folclore, Patrimônio Ecológicos, Patrimônio Histórico*. Rio de Janeiro, 1980. V.1 – Acre – Minas Gérias.

BRASIL. Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização. *Você pode aprender sem ir à escola*. Rio de Janeiro: Mobral, 1981a.

BRASIL. Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização. *Proposta de apoio ao Pré-escolar através da educação comunitária*. Rio de Janeiro: MEC, Mobral, GEPAC. 1981b.

BRASIL. Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização. *O programa de desenvolvimento cultural*. DEPEC/DIDEC: Mobral, 1982.

BRASIL. Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização. *Proposta de diretrizes de ação integrada MEC-SEPS/Mobral junto às SEC para atendimento da população de 9 a 14 anos fora da escola*. MEC, SEPS, COEPE, Mobral, 1984.

BRASIL. Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização. *Educação não-formal: uma proposta institucional*. Rio de Janeiro: Mobral, 1985.

CARTIER-BRESSON, Henri. “O momento decisivo”. In: *Fotografia e Jornalismo*. Bacellar, Mário Clark (org.). São Paulo, Escola de Comunicações e Artes (USP), 1971, pp. 19-26.

CARVALHO, Cícero Péricles de. *Formação histórica de Alagoas*. 3.ed. Maceió: EDUFAL, 2015.

CARVALHO, Djalma de Melo. O pastoril político. In: MELO, José Marques de; GAIA, Rossana. (Orgs.) *Sertão Glocal: um mar de ideias brota às margens do Ipanema*. Maceió EDUFAL, 2010.

CASTRO, Josué de. *Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão e aço*. 10 ed. Rio de Janeiro: Antares, 1984.

CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011a.

_____. *A invenção do cotidiano: 1 Artes de fazer*. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011b.

_____. *A cultura no plural*. 7. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

CERTEAU, Michel; GIARD, Luce. Uma ciência prática do singular. In: CERTEAU, Michel; GIARD, Luce e MAYOL, Pierre (Orgs.). *A invenção do cotidiano: 2 Morar, cozinhar*. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

CORRÊA, Arlindo Lopes. *Educação de massa e ação comunitária*. Rio de Janeiro: AGGS: Mobral, 1979.

COSTA, João Craveiro. *Instrução pública e instituições culturais de Alagoas & outros ensaios*. Coordenação editorial, apresentação, notas bibliográficas de Élcio de Gusmão Verçosa, Maria das Graças de Loiola Madeira. Maceió: EDUFAL, 2011. (Coleção Nordeste; v. 74).

CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. 23.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1954.

CUNHA, Luiz Antônio. Roda-viva. In: CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr de. *O golpe na educação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

_____. *Educação e desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro, F. Alves. 1988.

DANTAS, Carmem Lúcia. Artesanato. In: PEDROSA, Tânia de Maya. (Org.). *Arte popular de Alagoas*. Maceió: Grafitex, 2000.

DANTAS, José Ibarê Costa. *Coronelismo e dominação*. Universidade Federal de Sergipe. PROEX/CECAC. 1987.

DUARTE, Abelardo. *Folclore negro das Alagoas: áreas da cana-de-açúcar: pesquisa e interpretação*. 2.ed. Maceió: EDUFAL, 2010. (Coleção nordestina; v. 66).

DUBOIS, Philippe. *O ato Fotográfico*. São Paulo: Papyrus, 1993.

FARIA, Gustavo de. *Soletre Mobral e leia Brasil*. Sete anos de luta pela alfabetização. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura; Guavira Editores. [1977?].

FÁVERO, Osmar. *Cultura popular, educação popular: memória dos anos 60*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

_____. *Uma pedagogia da participação popular: análise da prática educativa do MEB – Movimento de Educação de Base (1961/1966)*. Campinas: Autores Associados, 2006.

_____. Lições da História: os avanços de 60 anos e a relação com as políticas de negação de direitos que alimentam as condições do analfabetismo no Brasil. In: PAIVA, Jane; OLIVEIRA, Inês Barbosa de (Org.). *Educação de jovens e adultos*. Petrópolis: DP, 2009.

FÁVERO, Osmar; FREITAS, Marinaide Lima de Queiroz. Educação de jovens e adultos: um olhar sobre o passado e o presente. *Inter-ação. Revista da Faculdade de Educação*, Goiânia, v.36, 2011.

FÁVERO, Osmar; MOTTA Elisa. (Orgs.). *Educação de jovens e adultos* [recurso eletrônico]. 1. ed. - Petrópolis, RJ: De Petrus et Alii; Rio de Janeiro, RJ: FAPERJ, 2015.

FERREIRA, Marieta de Moraes. história oral: um inventário das diferenças. In: *ENTREVISTAS: abordagens e usos da história oral* / Marieta de Moraes Ferreira (Coordenação). Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998a.

_____. Desafios e dilemas da história oral nos anos 90: o caso do Brasil. *história oral*. São Paulo, n. 1, p. 19-30, jun. 1998b.

FILHO, Luiz Gonzaga Barros. A Banda de Pifanos. In: *Boletim Alagoano de Folclore*. Maceió: EDUFAL, v. 28. Jan. 1984.

FRANÇA, Ranilson. Folguedos e danças de Alagoas. In: PEDROSA, Tânia de Maya. (Org.). *Arte popular de Alagoas*. Maceió: Grafitex, 2000.

FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. 5ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1981.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática de liberdade*. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011a.

_____. *Extensão ou comunicação*. 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011b.

FREITAG, Bárbara. *Escola, estado e sociedade*. São Paulo: Moraes, 1986.

FREITAS, Marinaide Lima de Queiroz; MOURA, Tânia Maria de Melo; FREITAS, A Educação de Jovens e Adultos em Alagoas: incursões na história das – ações e concepções em âmbito governamental (1960-1980). In: GRACINDO, Regina Vinhaes et al. (Org.). *Educação como exercício de diversidade: estudos em campos de desigualdades sócio educacionais*. Brasília, DF: Liber Livro, 2007.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a crise do capitalismo real*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FURTER Pierre. *Educação e vida: uma contribuição a definição da educação permanente* - 4. ed. / 1972.

GAARDER, Jostein. *Ei! Tem alguém aí?* São Paulo: Companhia das Letrinhas, 1997.

GERMANO, José Willington. *Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia da Letras, 1989.

GÓES, Moacyr de. Voz Ativa. In: CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr de. *O golpe na educação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

GURAN, Milton. Considerações sobre a constituição e a utilização de um corpus fotográfico na pesquisa antropológica. *Discursos fotográficos*, Londrina, v.7, n.10, p.77-106, jan./jun. 2011.

_____. *Documentação fotográfica e pesquisa científica: notas e reflexões*. Prêmio Funarte Marc Ferrez de Fotografia, 2012.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HORTA, José Silvério Baia. Rádio e Educação no Brasil. In: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. V.59, n.131. MEC/INEP. jul. /set. 1973.

JANNUZZI, Gilberta Martino. *Confronto pedagógico: Paulo Freire e Mobral*. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1987.

KLEIMAN, Angela. Histórico da proposta de (auto) formação: confrontos e ajustes de perspectivas. In: KLEIMAN, Ângela et al. (Coord.). *O ensino e a formação do professor: alfabetização de jovens e adultos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

LAHIRE, Bernard. Patrimônios individuais de disposições: para uma sociologia à escala individual. *Sociologia, problemas e práticas*, n.º 49, 2005, pp. 11-42.

_____. *A cultura dos indivíduos*; tradução Fátima Murad. – Porto Alegre: Artmed, 2006.

_____. *O singular plural*. Cadernos do Sociófilo. Quarto Caderno, IESP-UERJ, 2013.

_____. Misturas de tipos culturais. In: JORDÃO, Gisele; ALLUCCI, Renata. *Panorama setorial da cultura brasileira 2013-2014*. São Paulo: Allucci & Associados Comunicações, 2014.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 14.ed. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

LEITE, Miriam Moreira. *Retratos de família*. São Paulo: Edusp, 1993.

LEMME, Paschoal. *Memórias de um educador*. 2. ed. Brasília, DF: Inep, 2004. v.4

LIMA, Nilzete Souza Silva de. *Campanhas de alfabetização de adultos e de jovens e adultos em Maceió: Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral, 1967-1985) e Programa Brasil Alfabetizado (PBA, 2003-2010)*. 2010. 135 f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) - Centro de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2010.

LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio*. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. São Paulo: Boitempo, 2005.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, n.º 2, 1996, p. 73-98.

_____. Fontes de memória e o conceito de escrita videográfica: a propósito da fatura do texto videográfico Milton Guran em três tempos (LABHOI, 2010). *História oral*, v. 13, n. 1, p. 141-151, jan.-jun. 2010.

MELO, Adriana Ferreira: *O lugar-sertão: grafias e rasuras*. Dissertação. (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

MELO, Floro de Araújo; MELO, Darci de Araújo. *Santana do Ipanema conta a sua história*. Rio de Janeiro: Borsoi, 1976.

MELO, José Marques de. Vozes que ampliam as fronteiras santanenses muito além das margens do Ipanema. In: MELO, José Marques de; GAIA, Rossana. (Orgs.) *Sertão Glocal: um mar de ideias brota às margens do Ipanema*. Maceió EDUFAL, 2010.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de. *Boaventura & a Educação*. 2. ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

_____. *O currículo como criação cotidiana*. Petrópolis, RJ: DP et Alii; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2012.

PAIVA, Jane. *Os sentidos do direito à educação para jovens e adultos*. Petrópolis: FAPERJ, DP, 2009.

_____. *Projeto de memória em memória: trançando histórias na Educação de Jovens e Adultos*. ProPEd/Uerj, 2014.

PAIVA, Vanilda. *História da educação popular no Brasil: educação popular e educação de adultos*. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

_____. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, n.º. 2, 1996, p. 59-72.

_____. O que faz a história oral diferente. *Proj. História*, São Paulo (14), fev. 1997.

_____. *Ensaio de história oral*. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

QUINTELLA, Gustavo. Toadas de Vaqueiro. In: PEDROSA, Tânia de Maya. (Org.). *Arte popular de Alagoas*. Maceió: Grafitex, 2000.

RAMOS, Graciliano. *Viventes das Alagoas*. 19. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

RIBEIRO, Vera Maria Masagão et al. *Metodologia da alfabetização: pesquisas em educação de jovens e adultos*. Campinas: CEDI, 1992.

RIBEIRO, Vera Maria Masagão. *Alfabetismo e atitude*. Campinas, SP: Papyrus, 1999.

RICARDO, Maria do Socorro Farias. *Diálogos com Santana iconográfica: de Zabé Brincão aos nossos dias*. Florianópolis: Literatura em Santa Catarina, 2009.

ROCHA, Everardo P. Guimarães. *O que é etnocentrismo*. 5. ed. Editora brasiliense 1988.

ROCHA, José Maria Tenório. *Théo Brandão, mestre do folclore brasileiro*. Maceió: EDUFAL, 1988.

ROCHA, Tadeu. *Modernismo & Regionalismo*. 3. ed. Maceió: EDUFAL, 2014. (Coleção Nordeste; v. 85).

ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. 20. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Por Uma Sociologia das Ausências e Uma Sociologia das Emergências. In: _____. (Org.) *Conhecimento Prudente para Uma Vida Decente*. 2. ed. –São Paulo: Cortez 2006.

_____. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa & MENESES, Maria Paula. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. 7. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. *Histórias inéditas da educação popular: do sistema Paulo Freire aos IPM da Ditadura*. João Pessoa: Editora Universitária: UFPB; São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, Jailson Costa da. *O Mobaral no sertão alagoano: das histórias e memórias às sínteses possíveis após quatro décadas*. 2013. 153 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2013.

SOUTY, Jérôme. O lugar da imagem na pesquisa. In: *Pierre Fatumbi Verger – do olhar livre ao conhecimento iniciático*. Bahia: Editora Terceiro Nome, 2011.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. (UNESCO). *Guia prático de alfabetização funcional*. Tradução de Aura Carvalho. Lisboa: Estampa, 1975. (UNESCO. Programa Experimental Mundial de Alfabetização).

VERÇOSA, Elcio de Gusmão. *Cultura e educação nas Alagoas: histórias, histórias*. 4. ed. Maceió: EDUFAL, 2006.

FONTES ORAIS

ANDRADE, Carmélia Maria B. [2015]. Entrevistador: Jailson Costa da Silva. Maceió, 11 mar. 2015.

ARAÚJO, Margarida Souza de. [2015]. Entrevistador: Jailson Costa da Silva. Maceió, 11 mar. 2015.

ARAÚJO, Maria do Carmo Cabral de. [2015]. Entrevistador: Jailson Costa da Silva. Maceió, 11 mar. 2015.

CARVALHO, Maria Lúcia. [2015]. Entrevistador: Jailson Costa da Silva. Maceió, 11 mar. 2015.

CAVALCANTE, Maria Rosa dos Santos. [2015]. Entrevistador: Jailson Costa da Silva. Maceió, 11 mar. 2015.

FIALHO, Hélio Silva. [2015]. Entrevistador: Jailson Costa da Silva. Pão de Açúcar, 06 abr. 2015.

LIMA, Edgard. [2015]. Entrevistador: Jailson Costa da Silva. Olho D'água das Flores, 04 abr. 2015.

MELO, Jeniuza Soares de. [2015]. Entrevistador: Jailson Costa da Silva. Santana do Ipanema, 14 jan. 2015.

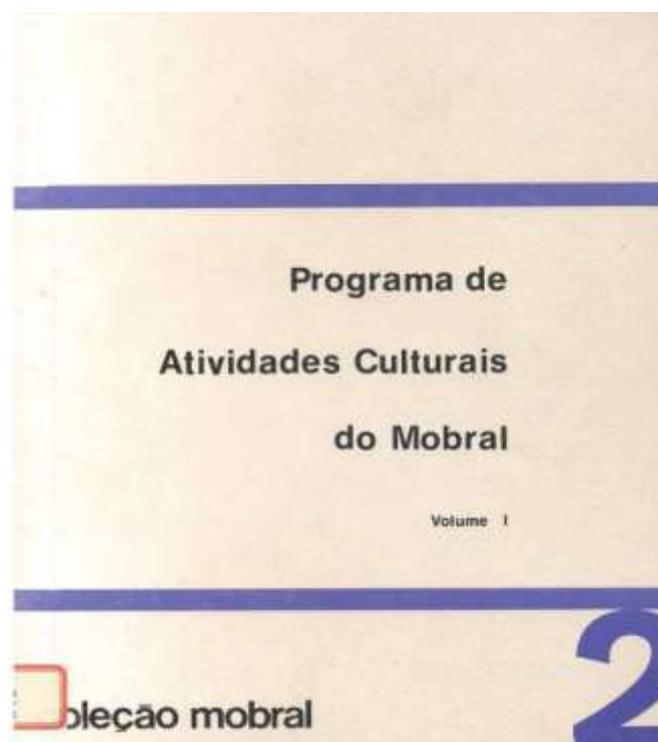
SILVA, José Petrucio de Oliveira. [2015]. Entrevistador: Jailson Costa da Silva. Maceió, 24 jan. 2015.

SOUZA, Edjário Vieira. [2017]. Entrevistador: Jailson Costa da Silva. Maceió, 02 mar. 2017.

TORRES, Maria Anunciada de Melo. [2015]. Entrevistador: Jailson Costa da Silva. Maceió, 11 mar. 2015.

ANEXOS

ANEXO A — DOCUMENTO INSTITUCIONAL – PROGRAMA DE ATIVIDADES CULTURAIS



Fonte: Fávero e Motta (2015).

ANEXO B — DOCUMENTO INSTITUCIONAL – PROGRAMA DE ATIVIDADES CULTURAIS



Fonte: Fávero e Motta (2015).

ANEXO C — JORNAL AÇÃO COMUM. RIO DE JANEIRO, JANEIRO DE 1983. ANO V
– Nº 39

Congresso de Violeiros e Repentistas em Antenor Navarro



Parte integrante da IV Semana Universitária, tradicional evento cultural e esportivo da cidade paraibana de Antenor Navarro, realizou-se dias 7 e 8 de janeiro o I Congresso de Violeiros e Repentistas. Tendo como objetivo principal a integração de profissionais da classe dos repentistas e violeiros com a comunidade, com vistas a promover um intercâmbio e divulgação cultural, e, ainda, uma homenagem àqueles que contribuem permanentemente para a cultura nordestina, o evento foi coroado de êxito. Foi grande a participação popular no Centro de Educação de Antenor Navarro, onde foram feitas as apresentações compe-

titivas de 12 duplas concorrentes. A comissão julgadora foi formada por pessoas com reconhecido saber de poesia nordestina. Foram concedidos prêmios em dinheiro: Cr\$ 50 mil para a dupla classificada em primeiro lugar; Cr\$ 45 mil para a segunda colocada e Cr\$ 40 mil para a terceira. Também foram concedidos troféus, dois para cada dupla vencedora.

Organizado pela Associação Universitária de Antenor Navarro, o evento contou com a participação da Coordenação Estadual do Mobral na Paraíba, que custeou o deslocamento das duplas concorrentes para aquela cidade.

ANEXO D — JORNAL AÇÃO COMUM. RIO DE JANEIRO, JANEIRO DE 1982. ANO
IV – Nº 35



Vila do João é o nome do conjunto habitacional que abriga cerca de 5.500 famílias oriundas da Favela da Maré no Rio de Janeiro.

Inaugurado no mês passado pelo presidente João Figueiredo, o conjunto foi visitado por Claudio Moreira, presidente do Mobral, que fez questão de ver de perto o núcleo de pré-escolar já em funcionamento ali. Na ocasião, Claudio Moreira observou também os recursos locais no que se refere à alimentação, saúde e educação naquela área.

Acompanhado por Regina Lúcia Müzzel de Faria, da Coordenação Metropolitana do Rio de Janeiro, o presidente do Mobral visitou em seguida o posto médico da Vila e um protótipo das casas ali construídas, que têm como particularidade o fato de que cada morador escolheu a cor, a vizinhança e a prestação de acordo com suas possibilidades.

A Vila do João é um empreendimento do BNH para senear o problema de moradia nas zonas mais carentes da população.

Comissão entregues a Comissão do Ação Comum notícias das comemorações realizadas a 8 de setembro, em todo o País, pela passagem do 12.º aniversário do Mobral.

SÃO PAULO

Na Coordenação Estadual, foi promovida uma reunião com a presença de todos os funcionários, sendo entregues na ocasião, pelo coordenador Otto Marques da Silva, medalhas e diplomas às pessoas que completaram 10 anos de trabalho na instituição. Nas Comissões Municipais, participaram das comemorações alunos, monitores e autoridades. Diversos eventos marcaram os 12 anos do Mobral, entre eles palestras, missas solenes, competições, gincanas, exposições, desfiles, numa ampla programação cobrindo os 571 municípios, analisando o trabalho dos voluntários do Mobral e a atuação do órgão, frente às camadas carentes da população.

BAHIA

Com uma missa celebrada no Convento da Piedade, uma reunião de confraternização entre todos os funcionários da Coordenação Estadual e uma recepção oferecida pela coordenadora Ilka Figueiredo, foram comemorados os 12 anos de fundação do Mobral, na Bahia. Durante a recepção, foram entregues também os prêmios aos jornalistas que venceram o III Concurso de Reportagens, promovido pelo Mobral. A

mente de títulos de "Amigos do Mobral" a 50 personalidades. As comemorações dos 12 anos da instituição se estenderam ao interior do estado, com uma intensa programação cívico-cultural-religiosa, envolvendo a participação dos funcionários e da clientela, além das autoridades de cada local, de empresários e intelectuais.

ALAGOAS

Vários eventos marcaram a passagem dos 12 anos do Mobral em Alagoas.

Inicialmente, foi promovido um grande passeio a pé, pelas ruas da capital, realizado em conjunto pela Coordenação Estadual do Mobral, Secretaria de Educação e Cultura e Secretaria de Esportes e Promoções.

O passeio contou com cerca de três mil participantes, entre os quais o secretário de Educação e Cultura, o delegado do MEC e o prefeito de Maceió. A coordenadora Maria José Casado Marinho concedeu entrevista às estações de Rádio, TV e aos jornais, fazendo um resumo das atividades do Mobral, durante os 12 anos. Posteriormente, em solenidade realizada no auditório da Coest, o delegado do MEC, Manoel Augusto, entregou o diploma e a medalha de 10 anos de Mobral à coordenadora estadual e à coordenadora-adjunta. Ainda pela passagem dos 12 anos da instituição, a Coordenação participou do desfile militar de 7 de setembro, com a presença de 30 alunos do Programa de Alfabetização

cação integrada. Nos municípios, foram realizados inúmeros eventos, entre os quais missas em ação de graças, programas culturais, atividades de lazer, gincanas, palestras e festividades várias.

PARÁ

A Coordenação Estadual do Mobral comemorou o 12.º aniversário da instituição com uma série de palestras proferidas por representantes de outros órgãos ligados à educação e à ação comunitária. Na oportunidade, o coordenador estadual, Edilson Santos, agradeceu a todos os esforços que vêm sendo desenvolvidos para que o Mobral possa cumprir seus objetivos. O primeiro orador foi o delegado regional do MEC, Meirevaldo Paiva, que enfatizou a importância de o Mobral trabalhar com a comunidade e não pela nem para a comunidade. Falou depois a presidente da Fundação do Bem-Estar Social do Pará, Fernanda Barros, enfatizando a importância dos convênios que os centros sociais urbanos mantêm com o Mobral, para promover a educação de adultos. A seguir, a secretária municipal de Educação, Maria Helena Tavares, fez um relatório sucinto sobre os adultos alfabetizados através dos convênios que a Sernec mantém com o Mobral. Por fim, a secretária estadual de Educação, Rute Costa, confraternizou-se com o coordenador Edilson Santos, exaltando o trabalho que o Mobral vem desenvolvendo.

Fonte: Centro de Referência e Memória da Educação Popular e da EJA (CRemeja/Uerj).

ANEXO E — AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL

EDUCAR AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM 05/02/86

NOME DO SERVIDOR	José Petrucio de O. Silva	SEXO	M	ÓRGÃO DE LOTAÇÃO	COOP/AL
CARGO ATUAL	Ass. Técnico - I	NÍVEL SALARIAL ATUAL	2.336,141	DATA DE ADMISSÃO	17-01-77

FATORES	CONCEITOS ESPECÍFICOS				
	Deficiente	Regular	Bom	Muito Bom	Excelente
Competência					X
Qualidade de Trabalho				X	
Produtividade				X	
Cooperação					X
Discrição					X
Adaptabilidade					X
Relacionamento					X
Criatividade				X	
Desenvolvimento				X	
Iniciativa					X
Planejamento e Organização				X	
Tomada de Decisão					X
Delegação (Chefias) *					
Liderança				X	
Capacidade Gestora (Chefias) *					
Conceito GLOBAL					X

Assinale com um X o conceito adequado

O SERVIDOR SE SITUA ENTRE: 5% dos melhores do órgão
 20% dos melhores do órgão
 Os demais

* Somente para ocupantes de função de chefia

USE O VERSO PARA OBSERVAÇÕES RELEVANTES (PROPOSTAS DE: REENQUADRAMENTO, ACESSO E ETC)

 Chefia Imediata

 Aprovação do Titular do Órgão

Fonte: Arquivo pessoal de José Petrucio de Oliveira Silva – Ex-animador das atividades culturais do Mobral.

ANEXO F — CERTIFICADO DO PROJETO DIAGNÓSTICO MUNICIPAL.



Fonte: Arquivo pessoal de José Petrucio de Oliveira Silva – Ex-animador das atividades culturais do Mobral.

ANEXO G — CERTIFICADO DO SUBPROGRAMA ESPORTE.



Fonte: Arquivo pessoal de José Petrucio de Oliveira Silva – Ex-animador das atividades culturais do Mobral.

ANEXO H – POVOADO SAÚDE – NEÓPOLIS, MUNICÍPIO DO ESTADO DE SERGIPE

Fonte: Fávero e Motta (2015).

ANEXO I – VILA UNIÃO – SÃO DOMINGOS, MUNICÍPIO DO ESTADO DE GOIÁS

Fonte: Centro de Referência e Memória da Educação Popular e da EJA (CReMEJA/Uerj).

ANEXO J – BOM JARDIM – MUNICÍPIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO



Fonte: Centro de Referência e Memória da Educação Popular e da EJA (CReMEJA/Uerj).

ANEXO K – PRUDENTE DE MORAIS MUNICÍPIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS



Fonte: Fávero e Motta (2015).

ANEXO L – POSTOS CULTURAIS, PRIMEIRA FASE DE IMPLANTAÇÃO

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	POSTOS PREVISTOS *		
	A	B	C
1. ACRE	-	2	-
2. ALAGOAS	1	2	27
3. AMAPÁ	-	1	-
4. AMAZONAS	1	2	14
5. BAHIA	3	2	30
6. DISTRITO FEDERAL	1	-	8
7. CEARÁ	1	2	38
8. ESPÍRITO SANTO	1	2	47
9. GOIÁS	-	2	10
10. GUANABARA	1	-	1
11. MARANHÃO	1	2	57
12. MATO GROSSO / N	1	1	15
13. MATO GROSSO / S	-	1	17
14. MINAS GERAIS	1	3	202
15. PARÁ	2	1	36
16. PARAÍBA	1	2	40
17. PARANÁ	2	2	52
18. PERNAMBUCO	3	2	36
19. PIAUÍ	1	2	4
20. RIO GRANDE DO NORTE	2	2	37
21. RIO GRANDE DO SUL	1	3	124
22. RIO DE JANEIRO	1	2	13
23. RONDÔNIA	-	1	1
24. RORAIMA	-	1	-
25. SANTA CATARINA	-	3	20
26. SÃO PAULO	-	4	128
27. SERGIPE	1	2	44
TOTAL	26	49	1.001

= 1.076

Fonte: BRASIL (1975, p. 76)

ANEXO M – CONCURSO DE POESIA – SUBPROGRAMA LITERATURA

POESIA

De: MARIA SILVANIA SILVA

(Aluna do MOBRAL de ALAGOAS) 1974.

I

Santana, linda terra...
Feitiços de garoa pelas serras...
Largos rastros de sol, sobre o chão...
Campos verdes, florestas, rios...
Montanhas, cafezais, fazendas...
e o sorriso de Deus pela sua amplidão.

II

Santana, terra bonita...
em um verde coração que arde.
Tão formosa, não há,
Cheia de amores e de sol,
é grande a minha terra:
- pelos tesouros que ela encerra,
- pelo seu coração puro e leal,
- pela fé que palpita no seu povo,
- pelo seu sangue heróico e ardente,
- pela sua nobresa varonil

III

Santana, terra gloriosa...
Verde e bela,
risonha e luminosa,
o berço de uma raça varonil,
reino de paz e bondade,
Santana... está no meu Brasil.

Fonte: Centro de Referência e Memória da Educação Popular e da EJA (CRemeja/Uerj).